

AFRICANA STUDIA

Nº 5. 2002

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies



FACULDADE DE LETRAS

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/International Journal of African Studies

Director: António Custódio Gonçalves

Conselho Científico/Advisory Board: Alberto Amaral (Univ. do Porto – CIPES), Brazão Mazula (Reitor da U.E.M. – Maputo), Christine Messiant (E.H.E.S.S. – Paris), Elikia M'Bokolo (E.H.E.S.S. – Paris), Franz-Wilhelm Heimer (CEA-ISCTE – Lisboa), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG – Lisboa), Jill Reaney Dias (F.C.S.H. – U.N.L.), João Gomes Cravinho (Univ. Coimbra), Joaquim Alberto da Cruz e Silva (I.I.C.T. – Lisboa), José Novais Barbosa (Reitor da Univ. do Porto), Isabel de Castro Henriques (FL.U.L.), João Teta (Reitor da U.A.N. – Luanda) Patrick Chabal (King's College – London), Michel Cahen (Univ. Bordéus III), Peter Meyns (Univ. Duisburg), Peter Vale (Univ. Western Cape), Saul Dubow (SOAS – Londres), Teresa Cruz e Silva (U. E. M. – Maputo).

Conselho de Redacção/Editorial Board: António Custódio Gonçalves, Carlos José Gomes Pimenta, Elvira Mea, Ivo Carneiro de Sousa, João Francisco Marques, José Capela, José Carlos Venâncio, Maciel Morais Santos, José Manuel Pereira Azevedo, Maria Cristina Pacheco, Mário Vilela.

Secretariado: Raquel Maria Machado da Cunha

Propriedade: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

©1999 – CEAUP

Impressão e acabamento: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia

ISSN – 0874-2375

Depósito legal: 138153/99

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação sem autorização prévia por escrito do CEAUP e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicação anual: nº 5 – 2002

Tiragem: 500 exemplares

Distribuição

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Biblioteca Central – Serviço de Publicações

Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

Nº 5. 2002

Editorial	3
Artigos	5
O Império escravista	7
<i>José Capela</i>	
Uma contribuição para a história da escravatura no Benim: o livro de armação do navio São João (1526)	27
<i>António Almeida Mendes</i>	
A Escravatura Africana vista da América. Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em Angola no início do século XVII	47
<i>Arlindo Caldeira</i>	
A História da população de Luanda no período final do tráfico atlântico de escravos, 1781-1844	75
<i>José Curto</i>	
África na Senzala Latino-Americana, Utopias de escravos rebeldes: Brasil e Cuba, década de 1830	131
<i>Martin Lienhard</i>	
Tráfico e supressão no século XIX: o caso do brigue <i>Veloz</i>	155
<i>João Pedro Marques</i>	
A rentabilidade do cacau de S. Tomé e Príncipe – hipóteses de explicação	181
<i>Maciel Morais Santos</i>	
A Revisão da Escravatura e do Tráfico Negroiro em Moçambique (1733-1904) na obra de José Capela	213
<i>Isabel Castro Henriques</i>	

Notas e Recensões	227
José Carlos Venâncio – Martin Lienhard, <i>O Mar e o Mato. Histórias da escravidão (Congo-Angola, Brasil, Caribe), Salvador</i> .	229
João Pedro Marques – Luiz Felipe de Alencastro, <i>O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul</i>	233
José Capela – Alberto da Costa e Silva, <i>A Manilha e o Ilibambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700</i>	241
Résumés / Abstracts	245

EDITORIAL

Tendo a escravidão e o seu tráfico constituído parte substancial da colonização moderna em África, o seu estudo não pode deixar de exigir a todos quantos se debruçam sobre a história do continente uma atenção constantemente renovada. No caso dos sistemas escravocratas que tipificaram a colonização moderna desde o século XV, esta exigência é tanto mais urgente quanto foram por muito tempo marginalizados pela historiografia portuguesa. Convocá-los à praça pública, porventura ao debate, para além de contribuir para o resgate do silêncio acomodado, alimenta a veleidade de terapia para a má consciência que o impôs.

Por outro lado, discutir este problema mais não é do que retomar uma tradição da academia portuguesa, para a qual a escravatura nas colónias foi uma questão candente. Nos séculos XVI e XVII, nas universidades de Évora e de Coimbra, mestres da época dissecaram a sua razão de ser. Encararam o problema sem ambiguidades e fizeram-no de uma forma que não foi meramente especulativa já que recorreram à investigação da realidade coezinha do negócio respectivo e das situações concretas em que então funcionava o sistema. Esta curiosidade intelectual, que era também moral, nem por isso teve seguimento : nem o Iluminismo, nem outras correntes reformadoras do pensamento, da investigação e do ensino, nem os condicionalismos universitários de grande parte do século XX português permitiram a continuidade que a reflexão de Quinhentos e de Seiscentos auspiciava. Considerando que a actual fase da globalização impõe cada vez mais o estudo das raízes da história de África, esta ordem de razões seria suficiente para justificar o número presente mas não é a única.

Ao constituir um factor substancial na implantação mundial do capitalismo, a escravatura projectou representações mentais indeléveis para além da sua existência legal, provocando uma

certa confusão semântica e dificultando a clarificação conceptual. Por exemplo, a imprensa portuguesa de finais do século XIX designou frequentemente por escravatura a emigração de Portugal para o Brasil – emigração que sucedia imediatamente à que até então se fizera de África – visto as semelhanças de conteúdo parecerem mais importantes do que as diferenças formais. Tanto quanto os estudos recentes sobre o « indentured labour » permitem ver, as formas históricas do trabalho importado e comprado à distância não estão ainda definidas e as equívocidades têm-se arrastado praticamente até aos nossos dias. Pior do que isso, a própria realidade que estes conceitos em construção pretendem englobar está longe de se ter extinguido, o que também justifica que se mantenha aberta esta linha de investigação.

A heterogeneidade dos trabalhos aqui apresentados reflecte a complexidade e envergadura dos problemas mas mostra também a atenção recente que uma nova historiografia está a prestar à colonização portuguesa . Deste modo, as nossas lacunas em tornar esta compilação suficientemente representativa de todos os projectos de investigação actualmente em curso constitui uma nota optimista sobre a profundidade da actual revisão.

José Capela
Maciel Morais Santos

Artigos

O IMPÉRIO ESCRAVISTA

José Capela *

O Império Colonial Português tem sido perspectivado pela historiografia através de critérios e de modelos de análise os mais diversos mas jamais foi confrontado a partir do escravismo, este tomado como factor essencial no desenvolvimento de um percurso histórico, consequentemente categoria primeira a considerar de um ponto de vista ontológico.

É por demais evidente que o Império Colonial não foi somente escravismo e que o escravismo não prevaleceu durante todo o tempo imperial. Mas o escravismo e as suas sequelas terão constituído o factor social e económico que, de uma forma mais homogénea e mais pertinente, se manteve ao longo de todo esse tempo. O primeiro factor na cronologia e na importância de que se revestiu. Se a historiografia relativa ao Império Colonial Português desde sempre manteve prevalentemente assentada a sua atenção nos negócios da Índia, especialmente para o século XVI, não há dúvida que o fez à custa da penumbra ao abrigo da qual se tem ofuscado o escravismo.

Uma vez perdido o domínio do Oceano Índico, na segunda metade do século XVII, estabeleceu-se definitivamente o escravismo como factor essencial da subsistência do Império Colonial. À qualidade de mão-de-obra indispensável à produção, os escravos somaram a de mercadoria privilegiada nos negócios coloniais. Em períodos longos e em espaços largos foi a partir dos escravos que se alicerçou e se elevou a estrutura central da vida do Império.

O escravismo não é somente mão-de-obra e negócio de pessoas. É também condição essencial de poder e de senhorio, portanto de

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

escravocracia e de aristocracia, conseqüentemente indutor de sistemas de valores. A exposição histórica mais espectacular do escravismo reside no tráfico respectivo que atrai a preferência das curiosidades mas outros tipos de presença dos escravos nas sociedades coloniais, apesar de mais discretas, foram estruturantes na organização e no funcionamento dessas mesmas sociedades ao ponto de lhes terem imprimido o *ethos* que as caracterizou.

Os primeiros passos que levaram à formação do Império Colonial Português foram dados na captura de escravos na costa de África. Para a determinação de prosseguir no caminho que levou ao Império e para a adesão pública ao projecto, mais importante do que a captura foram as projecções que a mesma provocou tanto no seu principal impulsionador como nos seus críticos. O cronista figura na mente do Infante D. Henrique a visão que ele terá tido das perspectivas que se escancaravam com a chegada dos primeiros escravos africanos às praias de Portugal: [...] *e vendo agora o começo do retorno, cobravas ledice, não pela quantidade daqueles, mas pela esperança que tinhas dos outros que podias haver*¹. Tomado este como testemunho definitivo seríamos levados a concluir necessariamente que o grande móbil das «Descobertas» foi o tráfico de escravos!... E que foram as perspectivas criadas pelos escravos desembarcados a acabar com a oposição à aventura nos mares: *E daí a cobiça começava-lhes a crescer, vendo as casas dos outros cheias de servos e servas, e suas fazendas acrescentadas*. Sobre o escravismo de facto e a partir da sua prática quotidiana instalava-se a mentalidade escravista. Tal acontecia em Portugal de onde transitaria para África. Não foi depois de estarem nas colónias de África que os portugueses recorreram à escravização para solucionar problemas prementes de mão-de-obra nem, muito menos, foi por indução de sistemas escravistas instalados nas sociedades africanas que os portugueses foram atraídos para o escravismo.

Há dois pontos de apoio irrecusáveis para sermos levados a crer que a gestação do Império assentou primeiramente no escravismo. Primeiramente tanto de um ponto de vista lógico como de um ponto de vista cronológico. Esses pontos de apoio são a *Crónica de Guiné* de Gomes Eanes da Zurara e as Bulas Pontíficias emitidas no mesmo contexto que é o tema da *Crónica*.

¹ Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, Livraria Civilização-Editora, 1973

O texto de Zurara, de uma ponta à outra, limita-se a exaltar o êxito comercial das expedições marítimas ao longo da costa. As expedições que refere tiveram quase todas uma finalidade exclusiva que era comercial e a mercadoria pretendida também era, na quase totalidade dos casos, só uma: pessoas humanas. Tratava-se de corso: capturar africanos, habitantes das Canárias e da Ilha da Palma. É certo que o cronista começa por enumerar cinco razões pelas quais o Infante terá mandado buscar as Terras de Guiné, a primeira das quais seria conhecer as que estariam para além da Canária e do Cabo Bojador. Também acrescenta que o fez porque sendo nulo o conhecimento dessas terras *nenhuns mareantes nem mercadores nunca se disso intrometeriam, porque claro está que nunca nenhuns daquestes se trabalham de navegar senão para donde conhecidamente esperam proveito*. A segunda razão seria a de hipoteticamente haverem aquelas terras alguma povoação de Cristãos – e aqui parecia legítimo invocar a dilatação da Fé como normalmente se faz – não fora o caso de imediatamente a seguir se acrescentar aquilo que é determinante: *ou alguns tais portos em que sem perigo pudessem navegar, que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado [...]*.

É facto que as razões seguintes invocam a procura de reinos cristãos e o acrescentamento da Fé mas essas invocações revestir-se-ão de tanto valor como as que encerram o capítulo e que, por sua vez, integram o Infante nos desígnios da mitologia clássica. Sabendo nós como Zurara escrevia décadas após os acontecimentos e como tinha entre os seus objectivos enaltecer as figuras principais da corte, torna-se particularmente significativo o parco recurso às motivações que admitimos seriam as ideais para a glorificação dos heróis. Tirante as passageiras alusões introdutórias, aquilo de que a totalidade do texto trata é de mercancia. Quase exclusivamente do negócio de escravos. A circunstância de Zurara escrever tempo bastante após os acontecimentos aliada a essa outra de a causa da Fé ficar reduzida à insignificância se posta em confronto com a causa mercantil leva-nos a crer que aquela primeira não passou de um recurso de que se botou mão *a posteriori* para justificar um acto que nem todos aprovavam e que muitos condenavam, incluindo a própria corte. Mais do que as conjecturas importam os dados de facto. E a *Crónica de Guiné* constitui um, a nosso ver, deveras elucidativo no que diz respeito aos intuitos dos primeiros passos dados no sentido do Império.

Em 1433 Gil Eanes, seguindo a viagem de outros, foi à Canária *donde trouxe certos cativos com que se tornou para o Reino*. É este o balanço exclusivo da excursão. No ano seguinte o Infante mandou-o passar o Cabo Bojador e, depois, encarregou-o e a Afonso Gonçalves de nova excursão em que ultrapassaram o Cabo. Nos dois casos regressaram apenas com as notícias dos locais que atingiram entre as quais rastros de homens e de camelos no lugar que baptizaram de Angra dos Ruivos. Pelo que de novo foi lá mandado Afonso Gonçalves Baldaia expressamente para obter informação dessa gente e de suas actividades. Mataram muitos lobos marinhos cujas peles arrecadaram, avistaram mouros com os quais houve escaramuças mas *Afonso Gonçalves não era contente, porque não filhava algum daqueles Mouros*. Pode admitir-se que não se tratava de captura para venda mas para satisfazer a curiosidade expressa do senhor que o mandara. Isto passava-se em 1436. A ida do Infante para Tânger em 1437 e a morte de D. Duarte em 1438 assim como as contendas que acabaram em Alfarrobeira fizeram um hiato nas excursões à costa de África, retomadas em 1441. Foi então que Antão Gonçalves, mandado alegadamente a carregar peles e óleo de lobos marinhos, achou por bem não se limitar a «tão fraca mercadoria» e carregar a mais apetecida que eram os cativos. Quando Nuno Tristão chegou onde já estava Antão Gonçalves ia com ordens do Infante *que passasse além do Porto da Galé, o mais longe que pudesse e daí que trabalhasse a filhar gente por qualquer maneira que melhor pudesse*. Na impossibilidade de obterem informações sobre as terras e as gentes, os dois comandantes concertaram entre si levarem ao Infante além das duas presas que já tinham em mãos *outros muitos mais, porque, além da sabedoria que o senhor Infante por eles haverá, seguir-se-lhes-á proveito de suas serventia ou rendição*. Foi com luta e morte de alguns africanos que capturaram *dez entre homens e mulheres e moços*. Foi este carregamento que teve em Lagos o efeito que vimos.

O recurso à salvação das almas como justificação para o acto de escravizar assume aqui todo o seu grotesco. Sendo o caso de Antão Gonçalves ter capturado um africano com estatuto de nobreza entre os seus, convenceu-o este que *o menos que por si dariam seriam dez Mouros negros, e que melhor era salvar dez almas que três[...]*. Foi na sequência da operação do resgate desse pretense nobre africano que surgiu uma pequena quantidade de ouro em pó que parece não ter despertado especial interesse junto dos portu-

gueses ou, pelo menos um interesse idêntico àquele que os escravos estavam a provocar.

Que foram os escravos e nenhuma outra mercadoria ou objectivo que criaram a mentalidade favorável às conquistas e descobertas di-lo explícita e claramente Zurara: *E o que pior era, que além dos vulgares do povo, os outros maiores falavam em isso quase por maneira de escárnio, tendo que eram despesas e trabalhos de que não podia vir algum proveito.*

Mas quando viram os primeiros Mouros, e segundos, estiveram já quanto duvidosos de sua primeira tenção; a qual de todo tiveram por errada, quando viram a terceira presa que trouxe Nuno Tristão, cobrada em tão breve tempo e com tão pequeno trabalho. E constrangidos da necessidade, confessavam sua minguia, havendo-se por néscios pelo que antes não conheceram, pelo qual lhes era forçado de tomarem suas repreensões em públicos louvores, que manifestamente diziam que o Infante não podia ser senão que era outro Alexandre.

Logo ali em Lagos se formou a expedição comandada por Lançarote e formada por seis caravelas. Na primeira povoação que tiveram à mão deram sobre os Mouros *matando e prendendo quanto podiam*. O teor ético destas operações assim como a assaz invocada motivação religiosa, não menos o grotesco de tal exercício mental são flagrantes em Zurara: *E enfim, nosso senhor Deus, que a todo bem dá remuneração, quis que, pelo trabalho que tinham tomado por seu serviço, aquele dia cobrassem vitória de seus inimigos, o galardão e paga de seus trabalhos e despesas, cativando deles, entre homens e mulheres e moços, CLXV, a fora os que morreram e mataram. Acabada a peleja, louvaram todos Deus, pela muita mercê que lhes fizera, em lhes querer assim dar vitória, e tanto a seu salvo*. Nessa altura, a envergadura dos resultados era assinalável. A expedição de Lançarote saldou-se em 235 presas desembarcadas em Lagos. Como resultado não se refere nenhuma outra mercadoria ou objectivo.

Continuando com Zurara, ainda uma vez o capítulo LXXXVIII: «Como as nove caravelas partiram de Lagos, e dos mouros que filharam». *Com seu pouco trabalho tomaram deles Rviii* (48). O capítulo a seguir reincide: «Como Gomes Pires foi ao Rio do Ouro, e dos mouros que tomou». As capturas saldaram-se em 79 almas. Desistiram de aumentar o número de presas porque os navios não comportavam mais, uma vez que estavam carregados com o sal

levado do reino para salga das peles dos lobos marinhos *quando outra presa não pudessem cobrar ou por ventura entrar no resgate com os Mouros*. Desenha-se aqui a hierarquia das mercadorias procuradas pelos portugueses. As peles e outros artigos que pudessem ser resgatadas com os mercadores «mouros» constituíam negócio marginal. Por isso botaram o sal ao mar e zarparam para Lagos com a carga magnífica. Quando Diogo Gil foi mandado a Meça, porto onde as mercadorias de exportação eram o ouro, a cera e peles, o negócio que a caravela portuguesa fez foi o de trocar 18 Mouros que levava por 51 Guineus.

Finalmente, no capítulo XCVI Zurara apresenta-nos como que o balanço da epopeia que se nos propôs e esse é «quantas almas foram trazidas a este reino depois do começo desta conquista». *As quais por conto achei que foram novecentas e vinte e sete, das quais, como primeiro disse, a maior parte foram tornadas ao verdadeiro caminho da salvação*. A invocação do benefício da salvação do mesmo número de almas quantos os escravos fornecidos em nada altera a natureza escravista do projecto nem ilude o seu objectivo imediato.

De qualquer maneira a consciência temporã da importância de que se revestiam os escravos no projecto imperial – e, desde logo, projecto colonial – está patenteada nas bulas pontifícias que não só legitimaram as conquistas e concederam monopólios comerciais como privilegiaram a escravização nomeadamente com recurso à condição da redução do escravo à fé católica². Pela bula *Dum diversus*, de 18 de Junho de 1452, Nicolau V concedeu aos reis de Portugal o direito de conquista de reinos, principados, terras e infiéis podendo reduzir as suas pessoas à escravatura perpétua. O facto de a autoridade pontifícia prestar uma tal atenção ao fenómeno da escravização transformando-o em ponto central da acção descobridora e conquistadora é elucidativo. Encarada que fosse de um ponto de vista missionário – a conversão dos escravizados embora compulsiva – a escravização representava sempre um valor fundamental na estruturação de uma nova ordem. Para quanto aqui importa não está em causa a legitimidade ética da caução prestada ao escravismo. Somente o seu conteúdo representativo. Nesta pers-

² Para o que respeita às bulas pontifícias: B. Xavier Coutinho, *A Idéia da Cruzada em Portugal Sobretudo no Século XV*, Ensaios, 2º. Volume, Porto, 1953 e C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, Pelican Books, 1973, pp. 29 e segs.

pectiva a atitude pontifícia clara e repetidamente expressa é da maior importância.

Se o escravismo se privilegia aí da mais autorizada caução moral pode, em compensação, encontrar do melhor da sua afirmação histórica em outras tantas bulas condenatórias de certos tipos de escravismo. Um breve de Paulo III de 29 de Maio de 1537 e outro de 22 de Abril de 1639 de Urbano VIII proibiram a escravização dos índios da América central e do sul. No Brasil os jesuítas procuravam subtrair os índios à escravização pelos colonos e a corte através de diplomas legais tentava o mesmo, sem êxito. D. João IV, por alvará de 10 de Novembro de 1647, declarou livres os índios do Brasil, com algumas excepções. D. Pedro II, em 1680, reiterou a proibição, agora sem excepções, da escravização de índios. O que quer dizer que a escravização de índios jamais deixara de se fazer como continuaria depois. Nomeadamente os jesuítas possuíam escravos índios, além dos africanos, em todas as suas casas. A situação era de tal ordem que o breve pontifício de 10 de Dezembro de 1741, *Immensa Pastorum*, proibindo mais uma vez a redução de índios ao estado de escravidão, só seria publicado muito mais tarde, no consulado do Marquês de Pombal.

A disputa pelo controlo dos índios, a escravização por um lado, a cristianização compulsiva por outro, clarificam o sentido profundo daquilo que verdadeiramente estava em causa. Ora o Império não foi edificado a partir de mãos pregadas na cruz. Por alguma razão jamais alguém se debruçou sobre a linguagem tipicamente contabilística de Zurara: *Oh ! Santo Príncipe E porventura seria o teu prazer e a tua folgança, sob alguma semelhança de cobiça, do entender de tamanha soma de riqueza, como tinha despesas, por chegares a esta fim; e vendo agora o começo do retorno, cobravas ledice, não pela quantidade daqueles, mas pela espeerança que tinhas dos outros que podias haver!*

Leve-se em conta que já «nas cortes de 1472, os povos notaram com regozijo o grande número de escravos, que havia no reino porque serviam desbravar os matos, desangrar os pântanos, e outros duros trabalhos, de onde resultava a fundação de novos povoados.» Pediam ao rei que não os deixasse sair do reino.³

³ Costa Lobo, História da Sociedade em Portugal no Século XV. Lisboa, 1979, pp. 49, 50 e 588.

Também não foi para obtemperar à alegada incapacidade dos índios brasileiros para o trabalho servil que os portugueses começaram a procurar mão-de-obra em África como imediatamente se deduz do facto de a captura de africanos ter sido iniciada antes da chegada ao Brasil. Foi a facilidade com que se obtiveram escravos ao longo da costa de África, nas primeiras sortidas, ainda antes da colonização, que sugeriu a escravização sistemática. A escravização de africanos pelos portugueses é a génese indutora da colonização, da escravização e da escravatura modernas. E não o contrário. Isto é, não foi a colonização que levou à escravização, foi a escravização que levou à colonização. Quando, logo a seguir, se iniciou o tráfico sistemático da costa ocidental de África para as ilhas atlânticas, primeiro, e para o Brasil, depois, isso é realmente feito para suprir carências de mão-de-obra mas integra-se e dá continuidade a um comportamento consequente iniciado em período em que se desconheciam tanto os territórios como os povos que viriam a constituir as colónias atlânticas. Mais simplesmente: os portugueses e os europeus em geral não se fizeram escravistas em contacto com as realidades físicas e sociais tropicais. Já eram escravistas quando partiram para os trópicos e se o escravismo não foi a razão principal que os levou até aos trópicos foi certamente um dos incentivos principais a essa aventura. (A invocação frequente do recurso à mão-de-obra africana como mera substituição da mão-de-obra índia no Brasil, em nada atenua o carácter escravista da opção, bem pelo contrário).

Seria ocioso repetir o que passou a ser a exploração da costa ocidental de África pelos europeus após a captura dos primeiros escravos. Ninguém negará que a maior empresa colonial com carácter sistemático terá sido o tráfico de escravos a partir de África, primeiro para o Atlântico, depois para o Índico. Se assim foi em plano global, foi-o certamente no que respeita ao Império Colonial Português. Dado o espaço fulcral que a escravatura tomou na edificação do Império, não escasseiam as interpretações susceptíveis de balancear essa presença juntamente com outras que a absolveriam. Um prócere da fase terminal do colonialismo defendia que *começamos a nossa expansão colonial sob o signo da ideia de que a colonização era uma missão: - A missão de evangelizar, a missão de cristianizar [...]*⁴. Axioma com crédito até aos nossos dias. O chefe

⁴ Silva Cunha, *O Sistema Português de Política Indígena*, Lisboa, 1952. pp. 11 e 12

do governo português que encerrou o ciclo colonial, simultaneamente *maitre à penser* da jurisprudência respectiva, diluía o carácter escravista da colonização portuguesa no utilitarismo universal desse tipo de recurso à mão-de-obra e na sua integração em sistema de que era suporte o poder tradicional das sociedades africanas: *Até ao século XIX todas as nações coloniais praticaram a escravatura. As chamadas colónias de plantação careciam de mão-de-obra adaptada às condições do meio e que só podia ser obtida mediante a compra de escravos no continente africano. Os navios empregados no tráfico dirigiam-se aos portos de embarque, onde se encontravam estabelecidos os intermediários – os negreiros – que geralmente obtinham peças por meio de permuta feita com os régulos indígenas, visto estes disporem despoticamente da liberdade e da vida dos súbditos além de possuírem também escravos e de poderem sempre obter mais através da rapina e da guerra com outras tribos*⁵.

A própria historiografia portuguesa que, no século XIX, revelou uma clarividência insuspeitada relativamente à natureza do fenómeno colonial e ao prejuízo da prevalência do escravismo nesse mesmo fenómeno, nem por isso deixa de condescender com ele. É o caso de Oliveira Martins⁶. Se, por um lado, recorre à universalidade da escravidão para a justificar, por outro lado, equaciona de uma forma que se diria de concepção materialista a *exploração e o comércio do negro, como máquina de trabalho, eis aí o que é peculiar dos tempos modernos, e não o facto da existência de classes na condição de escravos dentro de uma sociedade*. O mesmo autor considerava que, malograda a exploração do ouro no vale do Zambeze, uma vez criada a convicção de que a África não seria um outro Peru nem outro México, as atenções se voltaram para a América. As colónias africanas *tornaram-se decididamente uma mina de ouro negro – de escravos robustos e resistentes à acção deletéria dos climas tropicais, instrumento inapreciável com que no Brasil se fazia o açúcar e se lavrariam as minas*. Oliveira Martins, reconhecendo embora a barbaridade que foi o tráfico moderno de escravos, não deixa de o absolver porque *sem os negros, o Brasil não teria existido; e sem escravos nação alguma começou*.

⁵ Marcello Caetano, *Portugal e o Direito Colonial Internacional*. Lisboa, 1948, p. 46

⁶ Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa, 1953

Muito poucos autores, como Oliveira Martins, puseram em evidência o factor essencial que a escravatura representou no Império Colonial Português. Aquele que o fez porventura com maior clarividência foi Jaime Cortesão. Centrando-se na política dos estadistas que imprimiram a grande estratégia da colonização portuguesa moderna chama a atenção para a transferência do eixo da expansão ultramarina do Índico para o Atlântico após o reinado filipino em Portugal. A prioridade dada ao Oriente durante quase todo o século XVI transfere-se então para o Atlântico e para os estados do Brasil e do Maranhão. Angola, mais e primeiro, Moçambique, menos e depois, foram colocados como dependências escravistas dos estados americanos. A partir de 1640 esta polarização colonial totaliza-se – ainda segundo Jaime Cortesão: *Restaurado o nosso domínio do Atlântico, pela reconquista desses territórios em 1648, e totalmente perdido o Oriente, pois ali a breve trecho não ficaram mais do que recordações dispersas do passado, a organização económica do Império português fez-se por forma congestionante em atenção exclusiva às necessidades do Brasil, chegando a incluir no mesmo círculo de interesses a própria província de Moçambique [...] Mais ou menos todas as províncias de África se tornam durante este período entrepostos do tráfico de escravos para toda a América, mas principalmente para o Brasil. Esse comércio passa a constituir a principal fonte de riqueza dos colonos e funcionários africanos. Por essa absorvente e degradante actividade abandonaram-se as demais. A agricultura, a indústria, o próprio comércio dos produtos indígenas definham*⁷.

Contemporâneo de Oliveira Martins foi João de Andrade Corvo que não só se dedicou ao estudo da história colonial portuguesa como foi o grande impulsionador da modernização dos estados coloniais em África⁸. Ministro da Marinha e Ultramar a partir de 1872 foi o grande promotor das missões de Obras Públicas que levaram até às colónias africanas uma nova dinâmica material e mental. Fê-lo na perfeita consciência da natureza da história colonial, não obstante o perfil epopeico que lhe concedia, dividindo-a em três períodos:

O período dos descobrimentos, das conquistas e do monopólio no comércio das especiarias, guardado e mantido pela força.

⁷ Armando Cortesão, *O Ultramar Português depois da Restauração*, pp. 23 e 24

⁸ João de Andrade Corvo, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, Academia Real das Ciências, 4 volumes, 1883, 1884, 1885, 1887

O período em que o monopólio comercial se perde, combatido pela concorrência de outras nações navegadoras, e em que toma largas proporções, nos portos de África, o horrível tráfico da escravatura.

O período do trabalho livre, da exploração das riquezas naturais; o período do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial.

Andrade Corvo não dispunha dos meios para sistematizar aquilo que deixa claramente anunciado: *e foi a raça negra a condenada, pelos povos cristãos, a ir povoar a América, não como colonos mas como escravos. O monstruoso tráfico de escravatura cresceu e atingiu enormes proporções nos séculos XVII e XVIII, pelo rápido aumento das colónias americanas. Ofuscado pela envergadura do acontecimento histórico nem por isso lhe escapa aquilo que é essencial na natureza desta emigração forçada: a condição escrava da pessoa. Os mesmos cristãos que quando pretendiam povoar novas terras com elementos das suas sociedades lhes garantiam liberdades e direitos, aos africanos reduziam-nos à escravidão: As colónias de todas as nações tornaram-se vastos mercados de seres humanos, que se iam prover na África.*

Outro autor que equacionou a história económica de Portugal em «épocas» foi J. Lúcio de Azevedo⁹. Durante muito tempo a única «história económica», as «épocas» ou «ciclos» são determinados pela pimenta, pelo ouro, pelo açúcar e pelos diamantes. O papel fulcral dos escravos na formação e no funcionamento do Império é devidamente estabelecido ao longo da obra mas não há um ciclo identificado pela prática da escravatura e ou pelo tráfico de escravos. De alguma maneira este é um critério objectivo pois os escravos jamais foram a causa final do projecto colonial ou imperial na sua globalidade. Por outro lado, o escravismo não constituiu um ciclo. Impregnou todo o desenvolvimento do Império. Não obstante, Lúcio de Azevedo apercebe-se claramente como *o emprego dos indígenas, como instrumento de produção, tinha sido um dos atractivos, e porventura o principal, da conquista. Apesar da desilusão imediata como produtores directos, como havia muitos vendiam-se para fora, a preço barato, assim se tornando a principal fazenda da terra*¹⁰. Não permanecendo ao longo do tempo os escravos de origem local como a mercadoria principal já os produtos que passa-

⁹ *Épocas de Portugal Económico*, 3ª. Edição, Lisboa

¹⁰ Gandavo, *Tratado da terra do Brasil*, cit. in J. Lúcio de Azevedo, op. cit., p. 247

ram a satisfazer a prioridade da exportação, como o açúcar, dependiam totalmente do trabalho do escravo: *Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho* ¹¹ Uma vez substituído o trabalhador local pelo africano, o Brasil passou a contribuir para *o aumento das receitas da coroa, em S. Tomé, Cabo Verde e Angola, lugares cuja maior renda era o imposto sobre escravos embarcados, 4 mil réis por cabeça, entregue a cobrança, na forma usual, a contratadores*. O que, por sua vez, fez com que a exportação de escravos acabasse por transformar-se, nas colónias africanas, no seu principal objectivo. De forma desigual entre elas mas durante longos períodos e com efeitos catastróficos para todas.

O que aconteceu com o açúcar, aconteceu igualmente com a mineração. Nos começos do século XVIII, o Estado do Brasil ameaçava ruína total por carência de escravos, todos absorvidos pelas minas, mal chegavam aos portos. *De facto toda a agricultura e indústria, toda a produção do país dependia do braço dos negros [...] estes eram, por assim dizer, o esqueleto do corpo social, que sem ele não poderia subsistir* ¹². Que as circunstâncias ao longo da edificação do império implicaram um desígnio escravista em todos os projectos políticos compreendeu-o e explicitou-o muito bem Lúcio de Azevedo: *Quando Pombal decretou, em 1761, a liberdade dos escravos que de futuro desembarcassem no reino, não o movia o impulso humanitário, nem o intuito de limpar a metrópole da mácula da escravatura; mas, consoante o texto da lei, o propósito de impedir que as colónias, principalmente o Brasil, fossem desfalcadas de braços necessários ao trabalho*.

Momentos históricos que nos proporcionam particular esclarecimento acerca do que representava o escravismo são aqueles em que os centros de decisão do Império se vêem confrontados com a inevitabilidade da abolição do tráfico da escravatura. Um primeiro momento é o dos tratados de 1810 e do Congresso de Viena (1815/1817). Quem de tal nos dá conta é Valentim Alexandre (V.A.) ¹³ que não desdenhou a presença do escravismo dentro da «Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português» e João Pedro Marques ao tratar da abolição do tráfico pelo governo português.

¹¹ Antonil, cit. in J. Lúcio de Azevedo, op. cit., p. 258

¹² J. Lúcio de Azevedo, op. cit., p. 323.

¹³ *Os Sentidos do Império*, Edições Afrontamento, 1993

Não deixa de ser interessante constatar como V. A. se dá conta da amputação historiográfica que representa a ausência da perspectiva colonial propriamente dita no todo imperial. A propósito das balanças comerciais entre Portugal e o Brasil chama perspicazmente a atenção para o facto de não constarem dessas balanças todas as transacções, mormente o tráfico de escravos, dado o seu peso no comércio externo brasileiro. Esse seria ainda um detalhe ínfimo naquilo que o escravismo em geral e o seu tráfico em particular representavam para o todo imperial. Muito mais representaria para algumas das suas partes, nomeadamente para o Brasil e para as colónias africanas. É o caso que explica o vulto tomado a partir de 1800 pelo fornecimento, no Rio de Janeiro, de patacas espanholas aos navios que iam ao comércio no Índico. Foi esta moeda que dinamizou o tráfico de escravos em Moçambique justamente a partir dessa data. Não sendo possível apurar a diversidade dos tráficos mercantis entre as colónias africanas e o Brasil, também não se pode circunscrever a envergadura do tráfico de escravos entre esses tráficos. Iguamente não é isso que aqui está em causa. No entanto, a quando dos tratados de 1810, são os tráficos mercantis que estão em causa, entre eles o tráfico de escravos. Dando de barato que este último pouco ou nada interessaria à Metrópole, ainda assim limitava-se a ser «um outro ponto muito sensível para os sectores dominantes do Brasil». Muito mais sensível para os mesmos sectores das colónias africanas. Os brasileiros, apenas com a perspectiva da abolição do tráfico, como se pode ler em V. A., consideravam-se «espoliados de um comércio a que estão acostumados e que reputam o mais essencial para a prosperidade do país». Se essencial para o Brasil, muito mais para Angola e Moçambique. Em Rios de Sena e em Angola viria a ser equacionada a união com o Brasil. A iniciativa teria tido origem em um «partido» formado por traficantes de escravos do Rio de Janeiro mas a sua correspondência em África prevaleceu durante décadas¹⁴. Na realidade, todos reconheciam aquilo que V. A. sintetiza como uma sociedade «dominada pelos interesses esclavagistas, na agricultura e

¹⁴ Arquivo Histórico de Moçambique, códice 11-2396, fls. 12 vs., do ministro de Portugal no Rio de Janeiro para a secretaria de estado dos negócios estrangeiros, 12 de Setembro de 1839. *Idem*, fls. 13. José Maria Marcelino da Rocha Cabral, ex-vice-cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 1839. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, sala 12, pasta 4, n.º 5, de Joaquim Pereira Marinho para o Barão de Ribeira de Sabrosa, Rio de Janeiro, a caminho de Moçambique, 24 de Novembro de 1839

no comércio externo». Já no âmbito temporal das negociações que precederam o Congresso de Viena, era o duque de Palmela que, referindo-se às pressões inglesas no sentido da abolição do tráfico, escrevia: «em política ninguém pode deixar de admirar que entre duas nações amigas e aliadas uma delas entretanto se determina a fazer hostilidades à outra, para arruinar a um tempo a sua navegação, comércio e agricultura (sublinhado nosso). Considerava que se a Inglaterra levasse a sua avante «a ruína deste vasto e precioso território do Brasil é infalível»¹⁵. Em suma, a posição portuguesa no Congresso de Viena patenteia a importância decisiva que o tráfico de escravos representava para a subsistência do Império.

Das conclusões de V.A. justamente parece-nos legítimo inferir a qualidade escravista do Império: «as primeiras manifestações claras dessa ruptura do sistema imperial» exprimem-se, uma através de Araújo de Azevedo e «têm como objectivo principal a defesa do tráfico de escravos, essencial para a economia escravocrata americana» e outra pela atitude de Palmela que privilegia a anulação dos tratados de 1810 à custa de concessões relativas ao mesmo tráfico de escravos. Isto é, na primeira estratégia privilegiava-se a manutenção do império escravista.

No que é o primeiro e único estudo académico digno desse nome sobre a abolição do tráfico de escravos em Portugal¹⁶, João Pedro Marques reabona aquilo que constatámos em V.A. e coloca-nos perante uma ideologia escravista arreigada evidenciada pelo alheamento face ao grande problema posto aos impérios coloniais na viragem para Oitocentos: «Em 1807, no momento em que começava a sofrer as primeiras pressões inglesas, Portugal estava profundamente alheado da problemática da abolição das instituições escravistas». É claro que o alheamento não significa e muito menos não significa necessariamente implicação activa, no caso em sistema imperial. Mas este alheamento refere-se às classes dominantes na metrópole e mesmo que elas não estivessem imediata e directamente interessadas no escravismo, nomeadamente no tráfico, tal alheamento representava uma conformação com o *status* prevalente. O Império, do ponto de vista metropolitano, estava bem e recomendava-se.

¹⁵ In Valentim Alexandre, op. cit.

¹⁶ *Os Sons do Silêncio O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa, 1998

Segundo momento é aquele em que Portugal se vê face à imposição sem retorno por parte da Inglaterra no sentido de abolir definitivamente o tráfico. Isto passou-se com o Setembrismo e atingiu pontos de quase ruptura diplomática muito particularmente com a publicação do decreto de 10 de Dezembro de 1836, da autoria de Sá da Bandeira, que abolia o tráfico de escravos em todos os territórios onde se exercia soberania portuguesa. Promulgado logo após a revolução setembrista quando as negociações sobre essa matéria estavam simplesmente interrompidas com a Inglaterra, o decreto não somente foi de eficácia nula como não satisfez as exigências dos ingleses. Tudo acabaria com os tratados de 1842 em que se satisfaziam literalmente essas mesmas exigências inglesas no que respeitava tanto ao comércio de escravos como às trocas comerciais entre os dois países. Da confrontação diplomática desenvolvida ao longo de três décadas ressalta claramente como a questão do escravismo é vital para a subsistência do império português. O espantoso é que, quase duas décadas após a independência do Brasil, o argumento principal utilizado pela parte portuguesa para obstar à promulgação da abolição do tráfico nos termos em que a Inglaterra pretendia, fosse a impossibilidade de conter «os homens do país os mais ricos e influentes, como também os mais eminentes da classe oposta à abolição daquele tráfico»¹⁷. Nessa altura, também para a Metrópole, mas sobretudo no que dizia respeito às grandes colónias africanas, o problema político definitivo residia na continuação ou não do tráfico da escravatura.

Um autor¹⁸ que já tinha demonstrado como as políticas iniciais dos portugueses em África de aliança e de comércio foram rapidamente dominadas nomeadamente pelas de conquista e de escravização, desenha o percurso de Angola como o de uma colónia em que a falência de outros desígnios acabou por determinar que, a partir de 1650, se passasse a dedicar totalmente ao negócio de escravos, o que viria a acontecer, um século depois, em Moçambique. A prevalência deste comércio até meados do século XIX acabaria por ter uma influência decisiva na evolução das colónias africanas após 1850¹⁹.

¹⁷ *Documentos Acerca do Tráfico da Escravatura Extraídos dos Papéis Relativos a Portugal Apresentados ao Parlamento Britannico*, Lisboa, 1840. José Capela. *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura, 1810-1842*, Porto, 1979

¹⁸ James Duffy, *Portugal in Africa*, Harvard University Press, 1962

¹⁹ James Duffy, *A Question of Slavery*, Harvard University Press, 1967

Contemplando o tempo da colonização das índias ocidentais, Henriqueta Vila Vilar²⁰ evidencia o papel central desempenhado pelo tráfico de escravos nas relações coloniais ibéricas. Segundo H.V.V., desde finais do século XVI o tráfico negreiro tinha-se concentrado nas mãos de portugueses. Estes, se não obtiveram vantagens com a união das coroas, em contrapartida valeram-se desse negócio para o qual estavam preparados e único sobre o qual podiam manter o monopólio. A conjuntura era-lhes extremamente favorável. Por um lado a procura aumentou enormemente com a dizimação das populações índias e, por outro, eram os portugueses que disputavam das fontes de abastecimento e dos meios técnicos e económicos indispensáveis. Foi a partir de 1580 que os *asientos* começaram a ser estabelecidos rompendo com o monopólio do comércio colonial de que beneficiava Sevilha. A libertação do domínio da coroa espanhola em 1640 fez com que todos os comerciantes interessados no tráfico de escravos abandonassem Sevilha para se instalarem em Lisboa.

Para explicar o interesse de pessoas de grande crédito no negócio complicado e arriscado como era o que se ajustava nos *asientos*, H.V.V. sugere que não era só a possibilidade de contrabando de que passavam a beneficiar os *asientistas* tanto mais que havia mercadoria mais rentável que os escravos. Segundo a autora era a oportunidade que o tráfico de escravos proporcionava de estabelecer redes comerciais nos principais portos americanos com a introdução clandestina de portugueses que, pouco a pouco, passaram a dominar toda a actividade mercantil nas Índias espanholas. Dispor do tráfico de escravos representava senhoriar os portos africanos fornecedores da mercadoria essencial e os portos americanos que a recebiam. H.V.V. apresenta-nos alguns desses comerciantes que monopolizavam não só o tráfico de escravos como as especiarias, o açúcar e outros géneros coloniais. Também como comerciantes idos de Angola haviam monopolizado o comércio nos portos negreiros de Veracruz, Cartagena e Buenos Aires. Tudo proporcionado pelo comércio de escravos. Não se conhece a evolução deste predomínio de portugueses no comércio latino-americano após 1641 mas a partir de finais do século XVIII os negreiros de Moçambique manteve-

²⁰ *Hispano-America y el Comercio de Esclavos Los Asientos Portugueses*. Sevilha, 1977, nomeadamente pp. 3, 85, 94 e segs.

ram fortes ligações com as praças de Havana e Buenos Aires. Alguns deles mandaram os filhos a estudar para esta última²¹. Estes negreiros não dispunham então de qualquer exclusivo como aquele que era disponibilizado pelo *asiento* no século anterior. Ainda assim, a única mercadoria que justificava o percurso longo e arriscado entre a costa oriental de África e as Índias ocidentais era a mão-de-obra.

Obra recente cuja leitura nos debita a clarividência do papel avassalador com que a acção escravista envolveu a edificação do Império é *A Manilha e o Libambo* de Alberto da Costa e Silva.²² Não equacionando a escravidão a partir de um ponto de vista do Império Colonial, debitando-a (à escravidão) preferentemente ao activo das sociedades africanas, nem por isso deixa de nos pôr em evidência o papel essencial que o comércio colonial de escravos desempenhou na formação do Império. Assim como o condicionamento material e mental que exerceu sobre os seus construtores. Desde logo a obra toma a escravidão como charneira da história da África subsaariana de 1500 a 1700. Não se trata de um ponto de vista entre muitos possíveis. Estamos perante um critério epistemológico segundo o qual o desenvolvimento da história dos povos considerados foi primeira e substancialmente condicionado pela escravidão. O Império colonial português ia-se edificando passo a passo, lançando as bases ao longo da costa africana e cada dos pontos de apoio estabelecidos ficava a dever-se ao comércio de escravos. Se assim não foi no que respeita à costa oriental, foi-o literalmente em quanto respeita a costa atlântica. A contra-costa, a esse propósito, ficaria para o século XVIII.

Costa e Silva deixa claro como a falácia da prata mirífica fixou os apetites gulosos nos escravos. E como este negócio subverteu as boas intenções matriciais de governadores. Como aconteceu relativamente a Angola e a Benguela e, mais tarde, a Moçambique. Às costas de África não faleceram os avatares do comércio colonizante. A toponímia fixou-os: Costa do Ouro, Costa do Marfim, Costa dos Escravos. Meados do século XVII, Luanda vivia dos escravos. O negócio dispensava os colonos de promoverem plantações de algodão e engenhos de açúcar. *Em Luanda e toda a enorme área a que ela servia de porto atlântico, repetia-se, em sua essência amarga,*

²¹ José Capela. *O tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*. Porto, 2002

²² Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2002

o enredo de Carnem e Bornu: o escravo era o artigo de exportação por excelência, e sua preia e mercadejo, a mola da economia. Isto, não só em Luanda e nos presídios lusitanos, mas também nos reinos negros. Finais do século XVII, comerciar em África, também para os portugueses, era sinónimo de comprar negros para revendê-los na América ²³».

Onde a evidência dos efeitos espirituais e mentais avassaladores da escravidão terá deixado uma marca profunda terá sido no Congo: a subversão da política inicial tal como fora proposta por D. Manuel, a impossibilidade de desenvolvimento provocada pelo tráfico que também prejudicou a cristianização. *A ânsia por escravos viciou todo o diálogo entre o Congo e os portugueses* ²⁴.

Em aparente despropósito relativamente à boa lógica do discurso proponho a transição brusca para a observação superficial da paisagem portuguesa onde podemos facilmente aferir como o património edificado reflecte os efeitos da colonização. Até ao século XVII a monumentalidade restringe-se às fortificações militares e às catedrais, pontuadas estas nas capitais do poder eclesiástico. Os exemplares do manuelino testemunham o impacto do domínio dos mares. Mas o maneirismo e o barroco que povoa o país de norte a sul na grande maioria das igrejas paroquiais e outras, assim como os solares e casas senhoriais, tudo dos séculos XVII e XVIII, mais tarde os palacetes de «brasileiros» constituem porventura a representação material mais categórica e mais abundante da presença em território metropolitano dos efeitos da colonização africana e atlântica mormente do escravismo cujos agentes houveram por bem utilizar a monumentalidade para perpetuar nas origens a epopeia que levaram a cabo.

²³ pp. 779, 786, 838

²⁴ pp. 368 e segs.

PORTUGAL.

To the Editor of the Bristol Mercury.

Portuguese Consulate General, May 7th, 1839.

SIR,—You will much oblige me by inserting the following document, showing the desire of my government for the abolition of the slave trade, in your widely-circulated paper. I am, &c.

CHEVALIER DE MASCARENHAS.

A circular from the minister of finance to the directors of the custom houses at Lisbon, Oporto, Angra, Horta, and Ponta Delgada:—

“It having come to the knowledge of her Majesty the Queen that some foreign vessels are shortly expected to arrive at the ports of this kingdom and its adjacent islands, for the purpose of assuming the Portuguese flag, in order to engage in the slave trade; and whereas it is provided by the 2nd article of the decree of January 16, 1837, that no vessel shall be deemed to be Portuguese except such as to the date of that decree were navigating under the Portuguese flag, and such as subsequently have been, or may in future be, built in the ports of Portugal, and those of her dominions in Asia and Africa; her Majesty orders you to enforce within your jurisdiction the strictest observance of the said second article of the decree of January 16, 1837, in order that no vessels, except those included in the letter of the said article, be recognised as Portuguese, nor any foreign-built vessels be in future nationalised as such.” (Signed) M. MANOEL ANTONIO DE CARVALHO.

“The other proofs of the good intention of the Portuguese government to put a stop to the slave trade, are the decrees published in the *Diarios do Governo*, Nos. 5, 13, 14, 32, 77, 88, and 99, by which several concessions of lands at *Cabo Verde Islands*, are given to seven or eight gentlemen for cultivation of *coffee, sugar-cane, tobacco, mandioca, grains, cotton, potatoes and tea*; and one of the strictest conditions is, not to employ any but free people, under the penalty of losing all; also by the royal order of 31st January last, directed to the governor of *Angola and Benguela*, ordering the most strict penalties against those who committed abuse, violence, &c. to the negroes at the above colonies; and by another royal order of 16th March last, the governor General Vidal, shall be tried at a court-martial on account of encouraging slavery, against the decree 10th December, 1836, and to be punished according to the existing laws.

Laws issued by the Queen, to sanction the Decrees of the Courts, 11th April, 1839.

“Art. 1. All foreign vessels entering the ports of this kingdom in ballast, and sailing again with full cargoes of salt, shall be exempt from payment of tonnage duties, which exemption shall also be enjoyed by such foreign vessels as, having entered in ballast, sail again in ballast for any other port in this kingdom, there to receive a full cargo of salt.

“Art. 2. Foreign vessels entering, and applying for the freedom of the port in order to complete their cargoes with salt, shall pay on going out a duty of 160 reis per ton.

“Art. 3. Foreign vessels entering with cargoes, and, after discharging them, sailing again fully laden with salt, shall pay a duty of 160 reis per ton.

“Art. 4. Foreign vessels having paid the respective duties of tonnage in one of the ports in this kingdom, and sailing in ballast for other ports of the same kingdom, and being there laden with a full cargo of salt, shall receive the duties that had been paid in the first port, with the simple deduction of 160 reis per ton.

“Art. 5. The dispositions of Art. 7, of the decree 14th Nov., 1836, respecting the payment of tonnage duties by the Portuguese vessels, are to be applied to the 2, 3 and 4 Articles of this law. I take this opportunity to make known that according to the circular, dated London, Sept. 25, 1838; Salt for curing purposes, the analyses are viz.:—Cadiz Salt, 97,142 parts of pure salt; Liverpool ditto, 96,235 ditto; other ditto, 94,092 ditto. And the following Salts which I have ordered to be analyzed were, viz.:—St. Ubes Salt, 95,4754, Lisbon ditto, 93,543 parts of pure salt.

From the Morning Chronicle, April 30th, 1839.

“The private accounts to-day from Lisbon are satisfactory. The re-organization of the ministry, retaining M. Carvalho at the head of the Finance department, had removed all apprehension and inspired confidence. He delivered a speech in the Chamber on the day the packet sailed, the substance of which is furnished in a private letter which was written just as the vessel was under weigh. He expressed his belief that the country would soon see the income in such a state as to be equal to the expenditure, and then went on to state that the revenues of the Board of Public Credit had rapidly and considerably increased, for while the excess last year amounted to only 160 contos of reis, it now averaged between 240 and 300 contos, upon which he stated important operations of a financial nature could be effected. With regard to the foreign creditors, he expects that the plans which are in contemplation will give them satisfaction; for, in addition to the commission, whose report was to be immediately presented to the Chambers, he had consulted persons both in and out of the country, who were well versed on the subject. From November forward he expects there will be the means of doing them ample justice by paying the dividends regularly, as the tobacco contract will then be entirely free, but his attention now, he declared, was more particularly occupied in making arrangements in reference to the arrears now due. The speech altogether was considered highly important, but the details will not be known until the arrival of the next packet. The above, however, will be found a correct statement of its substance as regards the foreign bondholders. The Stocks are quoted as annexed:—Four per Cent. Metallic, 49, which is an advance of 1 per cent. since last week; Five per Cent. paper and currency, 82; ditto Four per Cent., 69; Bank Shares, 639; and Confianca Company, 30 per cent. premium. The rate of exchange on London was 55½. Lisbon, April 22.

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA ESCRAVATURA NO BENIM: o livro de armação do navio São João (1526)

António Almeida Mendes *

Se bem que exista, na actualidade, uma importante corrente de pesquisa sobre a escravatura, onde avultam os escritos em língua inglesa ¹, a história da escravatura nos litorais de África Ocidental ao longo dos séculos XV a XVI continua em grande parte desconhecida, à semelhança de toda a história moderna da África Negra. Tirando um ou outro artigo recente, que (re)consideram os primeiros contactos entre Portugueses e Africanos ou propõem novas estimativas para o volume global do trato na primeira metade do século XVI ², os grandes avanços tiveram por quadro privilegiado o território da Península Ibérica; tendo A. F. C. Saunders e, mais recentemente, Didier Lahon, Alessandro Stella ou Jorge Fonseca contribuído pelas seus últimos trabalhos a uma total renovação dos nossos conhecimentos no que respeita à integração do escravo, negro ou não, nas sociedades ibéricas ³.

* Doutorando no Centro de Estudos Portugueses
(Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – Paris)

¹ Remete-se em particular para John Thornton *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1800*, Cambridge University Press, 1992 e Paul E. Lovejoy (ed.), *Identity in the shadow of Slavery*, Continuum London, Nova Iorque, 2000.

² Roger Botte. "Le Portugal, les marchés africains et les rapports Nord-Sud (1448-ca 1550)". Les Cahiers des Anneaux de la Mémoire, n° 3, Nantes, 2002; Maria Emília Madeira Santos, "Os Africanos e o mar: conhecimento e práticas à época da chegada dos Portugueses", Instituto de Investigação Científica Tropical, Série Separatas n° 241, Lisboa, 2001 e Ivana Elbl. "The volume of the Early atlantic slave trade", *Journal of African History*, 38, 1997, pp. 31-75.

³ A.C. de C. M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*, Cambridge, 1982 (trad. portuguesa: *História social dos Escravos e*

Dirigindo em seguida o nosso olhar para os litorais da África Ocidental, duas obras primas impõem-se por si mesmas: a *História Geral de Cabo Verde* – obra colectiva cujos dois volumes disponíveis constituem uma louvável tentativa para uma história global das ilhas de Cabo Verde e dos litorais guineenses – e o livro do historiador J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda que retrata, de forma pormenorizada, a organização económica, administrativa e política do entreposto comercial de São Jorge da Mina, a principal feitoria portuguesa do Golfo de Guiné⁴. No que respeita a duas áreas tidas (e erradamente no meu entender) por periféricas em relação a São Jorge da Mina, a saber as ilhas de São Tomé e Príncipe, Ano Bom e os litorais do Benim (mais precisamente os Rios de Benim), continua-se sem dispor de trabalhos de referência, exceptuando o livro de A. F. C. Ryder sobre a presença portuguesa no Reino de Benim, um artigo de Maria Emília Madeira Santos e, finalmente, a Tese de Mestrado de Cristina Maria Seuanes Serafim recentemente publicada, embora a autora considere apenas o século XVII⁵.

Essa ausência “relativa” de trabalhos sobre a África Ocidental para a época Moderna, lacuna tanto mais flagrante se a compararmos com a produção disponível para a América e a Ásia, resulta por um lado de um défice de historiadores «locais»⁶, imputável às dificuldades políticas e económicas que atravessam a maioria dos Estados africanos e, por outro, pelo que Vitorino Magalhães Godinho qualifica de “incúria nacional pelos documentos do pas-

Libertos Negros em Portugal (1441-1555), Imprensa Nacional, Lisboa, 1994); Didier Lahon, *Esclavage et Confréries Noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*, Tese de Doutoramento, EHESS, 2001, manuscrito; Alessandro Stella, *Histoires d'esclaves dans la Péninsule Ibérique*, ed. de l'EHESS, Paris, 2001 e Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, Câmara Municipal de Évora, 1997.

⁴ *História Geral de Cabo Verde* (dir. de Maria Emília Madeira Santos e Luís de Albuquerque), Instituto de Investigação Científica Tropical, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa-Praia, 2 vols. II, 1991 et 1995; J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina. 1482-1637*, 2 vol., Fundação Calouste Gulbenkian-Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa-Paris, 1993.

⁵ A. F. C. Ryder, *Benin and the Europeans (1485-1897)*, Longmans, Bristol, 1969; Maria Emília Madeira Santos, “Rotas atlânticas. o caso da carreira de S. Tomé”, Instituto de Investigação Científica Tropical, Série Separatas n° 226, 1990 e Cristina Maria Seuanes Serafim, *As ilhas de São Tomé no século XVII*, Centro de História de Além-mar, UNL, Lisboa, 2000.

⁶ A imagem de António Carreira, um dos mais distintos historiadores do Cabo Verde e originário de essas mesmas ilhas.

sado”⁷. Além disso, grande parte dos Africanistas e historiadores dos Descobrimentos foram induzidos a pensar que o terramoto de 1755 tinha definitivamente tragado a parte mais relevante das fontes manuscritas existentes daí que se tenha estimado que os inúmeros pontos e aspectos ainda hoje desconhecidos estavam condenados a permanecerem eternamente⁸.

Não se pode negar que a desapareção dos arquivos da Casa da Índia e da Mina, da Casa de Guiné, entre tantos outros, condenou doravante a não ter mais que uma visão parcial e mutilada dos factos. Contudo, uma minuciosa e demorada busca nos principais depósitos arquivísticos lisboetas e, de modo especial, o levantamento quase exaustivo do fundo denominado Corpo Cronológico (conservado nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo) permitiu desvendar uma soma considerável de documentos, que continuavam na sua maioria inéditos. Sem dúvida, tal acervo documental fora, em seu tempo, percorrido por um Avelino Teixeira da Mota ou um António Brásio – citando apenas aqui dois dos mais insígnis estudiosos e conhecedores dos fundos de arquivo portugueses –; contudo os interesses respectivos de cada um⁹ e a inexistência de um índice exaustivo levaram a que grande parte desta documentação tenha permanecido até hoje inexplorada.

Assim, o Corpo Cronológico integra perto de 83 000 documentos onde coabitam, sem outro critério de arrumação que a ordem cronológica, ordens de pagamento e de compra, recibos, quartas de quitação, mercês, ordens régias, livros de bordo, etc. Tal acervo, apesar da sua heterogeneidade e do carácter normativo decorrente de toda documentação administrativa, vem assim complementar, confirmar e nalguns casos contradizer uma série de problemáticas relacionadas com a escravatura e iluminar de um olhar novo os primeiros contactos entre Portugueses e Africanos. Como tal, constitui um complemento indispensável às relações dos comerciantes, aventureiros e religiosos de que dispomos e que foram, na sua maioria, já publicadas.

⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, Editorial Presença, Lisboa, 2a ed., 1981-83 [1a ed. em 2 vols. de 1963-1971], vol. IV, p. 229.

⁸ Remete-se para Luís Filipe R. Thomaz, “Le Portugal et l’Afrique au XV siècle: Les débuts de l’expansion”. Instituto de Investigação Científica Tropical. Série Separatas nº 221, 1989.

⁹ As *Monumenta Missionaria Africana* da autoria do padre António Brásio constituem uma contribuição de primeira importância para a história da África no seu conjunto.

Voltemos agora à história da presença portuguesa no Golfo de Guiné. Por volta de 1471-1475, João de Santarém e Pero de Escobar atingem as margens do Golfo do Benim¹⁰. Se as primeiras viagens de exploração tinham motivações de índole religiosa e económica – nomeadamente a vontade de entrar em contacto com o império cristão do Preste João e a busca de ouro e outros metais preciosos - o tráfico de escravos veio ao de cima e rapidamente tornou-se na principal “mercadoria” resgatada nos rios de Benim. Assim, em 1479-1480, aquando da sua permanência no Rio dos Escravos (actual delta do rio Níger), o comerciante de origem flamenga, Eustache de La Fosse, vislumbra duas caravelas portuguesas transportando cada uma 200 escravos para a Aldeia das Duas Partes¹¹. É precisamente nesse último local que D. João II mandará edificar em 1482 o forte de São Jorge da Mina para o qual, a partir dessa data, serão encaminhados os escravos provenientes dos denominados “rios dos escravos”: rio Primeiro, rio Famoso, rio dos Forcados, rio dos Ramos e rio dos Escravos¹².

Em 1487, a fim de favorecer as trocas comerciais e assentar o monopólio real sobre o trato, D. João II encarrega João de Aveiro de instalar uma feitoria em Gwato (ou Uगतó), porto fluvial do Reino de Benim. Poucas informações chegaram até nós sobre esta feitoria. Parece ter tido uma existência efémera, pois já não é referenciada nos textos após os anos 1506-07¹³. Para tal desaire contribuíram as condições climatéricas desfavoráveis à fixação dos Brancos como também o facto do Oba do Benim, após uma primeira fase de abertura, ter progressivamente reconsiderado a sua posição inicial em relação à presença portuguesa. Frente a intensificação das relações comerciais e ao aumento dos lucros, o Oba pretendia controlar de forma mais directa o tráfico local de escravos. Assim, em 1514 o

¹⁰ Avelino Teixeira da Mota, “Novos elementos sobre a acção dos Portugueses e dos Franceses em Benim na primeira metade do século XVI”, Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, n.º27, Bissau, 1952, pp. 525-531 e Luís de Albuquerque, *Dicionário de história dos Descobrimentos*, Lisboa, 1994, vol. I, pp. 129-131.

¹¹ Eustache de La Fosse, *Crónica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480*, ed. Vega, 1992.

¹² Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1988.

¹³ A. F. C. Ryder, *op. cit.*, p. 33.

piloto Brás Gil numa carta dirigida ao rei de Portugal queixa-se de que o rei de Benim lhe tinha “roubado pela força” uma bombarda ¹⁴. Do mesmo modo, os missionários enviados pela Coroa em 1516, e em 1536 numa segunda missão, não conseguiram, apesar dos seus esforços, converter o Oba e o seu povo ao Cristianismo ¹⁵.

Contratempos que não impediram contudo que as relações comerciais se desenvolvessem e prosperassem, e de forma exclusiva até aos anos 1533, data em que são mencionados os primeiros navios franceses e ingleses no Golfo de Guiné. A carreira de São Tomé, tal como é designada, funcionava então com regularidade, à imagem da carreira de Cabo Verde que, mais a norte, ligava a ilha de Santiago aos rios de Guiné ¹⁶; várias vezes por ano, os caravelões deixavam o porto da ilha de São Tomé carregadas com manilhas e cauris (*buzeos da Índia* ou *igous*) ¹⁷ com destino a Benim e dos seus «rios a escravos», onde ambos eram resgatados por escravos, coris, marfim, inhame, etc.

Para ilustrar o nosso propósito, e dado que nosso trabalho de pesquisa se encontra na fase de recolha da documentação, optámos por transcrever o livro de armação do navio São João que aportou ao Benim em Julho-Agosto de 1526, permanecendo aí até finais de Novembro. Regressa a São Tomé no dia 12 de Dezembro de 1526 com uma carga de 163 escravos, a que se juntam 6 “peças” que faleceram durante a travessia e duas de *partes* ¹⁸. O documento encontra-se integrado na Parte II do Corpo Cronológico e está catalogado sob a cota seguinte: maço 151, documento 69. Tem 30 fólios, em bom estado geral de conservação ¹⁹.

¹⁴ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, maço 46, dc. 165.

¹⁵ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, maço 20 dc. 118 e Parte I, maço 65, dc. 57. Estes dois documentos foram publicados por António Brásio in “Política do Espírito no Ultramar Português”, Revista da Cultura Missionária, segunda série, vol. VI, Lisboa, 1949.

¹⁶ Maria Emília Madeira Santos e Maria Manuel Ferraz Torrão, “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: A legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI (Cabo Verde Ponto de intercepção de dois circuitos comerciais)”, CEHCA/ ICT, série Separatas n.º 218, 1989.

¹⁷ Os coris ou igous eram utilizados como moeda de câmbio. A moeda utilizada nas transacções era a cabra e a galinha; a cabra valendo 910 igous.

¹⁸ As tripulações eram pagas em escravos: 2 escravos para o capitão e o escrivão e um a cada um dos tripulantes.

¹⁹ Dispõe-se da transcrição do livro de armação do navio Santa Maria da Conceição (1522) publicado, em inglês, por A. F. C. Ryder em 1959, com o título « An early portuguese trading voyage to the Forcados River », Journal of The Historical Society of

Numa primeira leitura, o leitor não deixará de ficar surpreendido pelo carácter metódico, arrumado do caderno e pela precisão dos cálculos do ponto de vista *stricto sensu* contabilístico. Assim, as 8 254 manilhas levadas para o resgate foram despendidas da seguinte maneira: 3 959 manilhas na compra de 80 escravos; 2 954 manilhas contra 9 620 coris; 10 manilhas que se entregaram aos embaixadores do rei de Benim; 411 manilhas em despesas extras e 1 600 na compra de mantimento, etc. Tal enumeração permite não só ser informado dos bens procurados como daí se pode deduzir o preço médio de uma «peça» de escravo ²⁰, 50 manilhas contra doze a quinze no início do século XVI ²¹.

Outro facto a ressaltar é a organização, digamos, quase «rotineira» da expedição. Os membros da tripulação (apenas são mencionadas as identidades do piloto-capitão do navio, Francisco Fernandes, do escrivão e autor do livro de armação, Manuel Vaz, e de três marinheiros, João Fernandes, “preto marinheiro”, Miguel Fernandes, Gregório e João Fialho; esse último tendo falecido durante a travessia São Tomé-Benim) efectuam suas compras e resgates o mais natural e pacificamente do mundo, com a participação cúmplice dos vários intermediários africanos. Essa colaboração tácita é obtida em troca de inúmeras dádivas e presentes: 20 *paos* de pano linho a Sody e a um *agoa*, ambos criados do rei de Benim; 10 *paos* a Gregório Lourenço, um intermediário; 10 a Refe chefe de uma aldeia, 10 ao dono das casas onde a tripulação se recolheu durante a sua estada; 15 aos embaixadores enviados pelo Rei de Benim aquando da chegada dos Portugueses; 2 manilhas a cada um dos 10 embaixadores encarregados do transporte dos escravos a bordo do navio; 10 manilhas ao que registava as “peças”, etc. e, em último lugar, para o Rei do Benim, uma peça de *olanda*, um *sombreiro* guarnecido de fio de ouro e ouro em grão.

Encontrámo-nos de certa forma mergulhados nos mecanismos profundos e complexos do que Luiz Felipe de Alencastro intitulou «o

Nigeria, vol. I, n.º4, 1959; em francês por Raymond Mauny « Le livre de bord du navire Samia Maria da Comção (1522) », Bulletin de l'IFAN, T. XXXIX, série B, n.º 3-4, 1967 e em português por António Brásio, «Um extraordinário documento quinhentista », Studia, n.º15, 1965.

²⁰ Uma peça equivalia nos anos 1520-1530 a um escravo entre 15 e 40 anos. Cf. ANTT, CC, Parte II, maço 190, dc. 50.

²¹ Duarte Pacheco Pereira. *op. cit.*

+

Título das peças compradas por manilhas

Começou o pilloto a compra a oito dias do mes de Agosto
e comprou huma peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} [50] manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por quorenta e nove manilhas j peça V^{ta} biiij manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

848 manilhas monta 17 peças

Manuel Vaz

+

Mais comprou outra peça por cincoenta oito manilhas..... j peça L^{ta} biiij manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas..... j peça L^{ta} manilhas

+

Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas
Mais comprou outra peça por cincoenta manilhas.....	j peça L ^{ta} manilhas

 14 peças / 700 manilhas

+

Titollo das peças compradas por igos //

Mais comprou o pilloto huma peça pour outo cabras	
e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou ho dito outra peça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra moça por outo cabras	
e huma galinha.....	j peça biij cabras j galinha
Mais comprou outra moça por 7 cabras e meia de igos.....	j peça bij cabras e meia
Mais comprou outra moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra moça por outo cabras	
e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça molher por outo cabras de igos....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça molher por outo cabras de igos....	j peça biij cabras

 69020 igos

= outo cabras são 7280 igos / 9 peças = huma galinha sento corenta

Manuel Vaz

+

Mais comprou o pilloto huma peça pour outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra moça por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra moça por outo cabras e huma galinha de igos.....	j peça biij cabras j galinhas
Mais comprou outra moça por sete cabras e cinco galinhas de igos.....	j peça bij cabras b galinhas
Mais comprou outra moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça molher por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e huma gamella de igos.....	j peça biij cabras j galinha
Mais comprou outra peça molher por sete cabras e quatro galinhas de igos.....	j peça bij cabras iiij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
	79500 igoos / 10 peças

+

Mais comprou ho pilloto huma peça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça molher por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras

Mais comprou outra peça mulher por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e huma galinha de igos.....	j peça biij cabras j galinha
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
	87780 = 10 peças Manuel Vaz

+

Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça mulher por sete cabras e quatro galinhas de igos.....	j peça bij cabras iiij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra peça mulher por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
	87640 // 10 peças

+

Mais comprou outra peça moça por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia

Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia

	87640 // 10 peças

+

Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras de igos.....	j peça biij cabras
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia
Mais comprou outra peça moça por sete cabras e sinco galinhas de igos.....	j peça biij cabras b galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e duas galinhas de igos.....	j peça biij cabras ij galinhas
Mais comprou outra peça moça por outo cabras e meia de igos.....	j peça biij cabras e meia

	87080// 9 peças
	Manuel Vaz

+

Mais comprou o pilloto huma peça moça por outo cabras e meia em igos.....	j peça biij cabras e meia
--	---------------------------

Mais comprou outra peça moça por sete cabras
e quatro galinhas de igos..... j peça bij cabras
e iij galinhas

2 peças 17920

Titollo das peças compradas digo de partes por igos
– S – de noso senhor e do Ospital as do meirinho por pano de linho

Mais huma peça de noso senhor se resgato por outo cabras e meia de igos
j peça bij cabras e meia
Mais outra para hospitall moça por outo cabras
e duas galinhas de igos..... j peça bij cabras
e ij galinhas

13 480 igos

Mais vão duas peças molheres moças compradas cada huma
por vinte varas de pano de linho de sua roupa compradas ij peças
Mais vay huma peça moça que nos Gregorio Mourinho
que trouxesemos desmolla que lhe dava a noso senhor..... j peça

5 peças
Manuel Vaz

+

Titollo das peças compradas por pano vermelho

Mais nos deu ell Rey pellos pao e meio de panno vermelho
quinze peças xb peças

Titollo das peças compradas por pano de linho

Mais comprou el Rey trezentas paos de pano . S . vinte
paos a peça que sam quinze peças..... xb peças

200 varas em 300 paos

+

Titollo das dadivas que se derão em pano de linho

Se deu a Sody criado vinte paos de pano de linho..... xx paos
Mais se deu a hum agoa outrosi criado vinte de pano xx paos

Mais se deu a gregorio Lourenço dez paos de pano de linho... x paos
 Mais se deu a dom Antonio dez varas de pano de lino x paos
 Mais se deu a Refe que he senhor de burgato dez paos
 de pano de linho..... x paos
 Mais se deu ao dono das casas em que pousavamos dez paos
 de pano de linho..... x paos
 Mais se deu a tres embaixadores que el Rey mandou ao navio
 quando achegamos quinze paos de pano de linho xb paos

63 varas em 95 paos

Manuel Vaz

+

Titollo das peças que morrerão a vista de toda companhia

Primeiramente estando dentro no rio – S – deitarão tres peças
 ao mar de dia estando a gente no navio e lhe acudirão logo a
 tomallas porem morerão as duas e outra tomarão
 porque sabia nadar ij peças
 Mais nos moreo outra peça moça de sua doença dentro
 no rio aos vinte de Setembro j peça
 Aos cinco dias de Novembro vindo pello mar nos morreo
 huma peça moça de sua doença a vista de toda a companhia.. j peça
 Aos oito dias do dito mes moreo outra peça moça de sua
 doença a vista da companhia j peça

Manuel Vaz

+

Mais morreo aos quatorze dias do dito mes outra peça moça
 de sua doença a vista da companhia..... j peça
 Mais nos morreo aos vinte hum dia do dito mes outra peça
 molher de sua doença a vista da companhia..... j peça
 - S - do mestre do dito navio e asy João Fernandez preto marinho e Myguell
 Fernandez outrosy marinho e perante mym Manuel Vaz voso escrivão e asinarão aqui
 as ditas pessoas

Miguell Fernandez

João Fernandez

Francisco Fernandez

+

Titollo dos coris comprados por manilhas – S – quatro [coris] a manilha

Primeiramente começou ho pilloto de resgatar aos dez dias do mes de Agosto e resgatou trezentas manilhas de coris . S . quatro a manilha em que se montarão myll e duzentasos coris.....	300 manilhas
Mais resgatou duzentos e cincoenta manilhas de coris. S . quatro a manilha em que se montou myll coris.....	250 manilhas
Mais resgatou duzentos manilhas de coris – S – quatro a manilha em que se montarão outozentos coris.....	200 manilhas
Mais resgatou trezentas manilhas de coris – S – quatro a manilha em que se montarão myll e duzentos coris.....	300 manilhas
Mais resgatou duzentas manilhas de coris – S – quatro a manilha em que se montarão outocentos coris.....	200 manilhas
	<hr/>
	5 000 coris
	1250 manilhas
	<i>Manuel Vaz</i>

+

Mais se resgatou duzentas e cincoenta manilhas de coris – S – quatro a manilha em que se montou myll coris.....	250 manilhas
Mais se resgatou sem manilhas de coris – S – quatro a manilha em que se montou quatrocentos coris.....	100 manilhas
	<hr/>
	1400 coris
	350 manilhas

Titollo dos coris comprados por manilhas – S – cinco [coris] a manilha

Mais se resgatou duzentas manilhas de coris – S – cinco coris a manilha em que se montou myll coris.....	200 manilhas
Mais se resgatou outras duzentas manilhas de coris – S – cinco a manilha em que se montaram myll coris.....	200 manilhas
	<hr/>
	2000 corys
	450 manilhas

+

Mais se resgatou duzentas manilhas de coris – S – cinco coris a manilha em que se montou myll coris.....	200 manilhas
Mais se resgatou corenta e quatro manilhas de coris – S – cinco a manilha em que se montou duzentos e vinte coris.....	V ^{ta} iij [44] manilhas

Mais deu ho pilloto dez manilhas aos embaixadores que
 levamos por trinta e hum corill que lhes vosas merces
 qua tomara..... x [10] manilhas

1220 coris 244 manilhas

Soma o todo que estes coris que resgatou este piloto 9620 coris

Manuel Vaz

+

Titollo do mantimento comprado por manilhas ho quall ho mestre comprou em baxo

Primeiramente comprou asi para comer como para encher os paiois

trezentas manilhas de inhame	300 manilhas
Mais comprou cem manilhas de inhame	100 manilhas
Mais comprou duzentas manilhas de inhame	200 manilhas
Mais comprou cem manilhas de inhame	100 manilhas
Mais comprou trezentas manilhas de inhame	300 manilhas
Mais comprou duzentas manilhas de inhame	200 manilhas
Mais comprou cem manilhas de inhame	100 manilhas
Mais comprou cem manilhas de inhame	100 manilhas
Mais comprou cem manilhas de inhame	100 manilhas
Mais comprou cem manilhas de inhame	100 manilhas

1 600 manilhas

Manuel Vaz

+

Titollo do mantimento comprado por igos para armação

Se comprarão vinte myll igos de inhame para armação	20 000 igos
Mais se comprarão doze mill igos de ihname para armação	12 000 igos
Mais se comprarão quinze mill igos de ihname para armação	15 000 igos
Mais se comprarão onze mill igos de ihname para armação	11 000 igos
Mais se compraram quatorze mill igos de ihname para armação	14 000 igos
Mais se compraram dez mill igos de ihname para armação	10 000 igos
Mais se compraram dezaseis mill igos de ihname para armação	16 000 igos

89 000 igos

+

Titollo da despesa que se fez em Beny com a armação

- S - de inhame e de agua e de vinho e de azeite e cousa para seu gasto (de igos)

Primeiramente se gastou sete myll igos de mantimento para armação.....	7 000 igos
Mais se gastou seis myll igos de mantimento para armação.....	6 000 igos
Mais se gastou outros sete myll igos de mantimento para armação.....	7 000 igos
Mais se gastou outros sete myll igos de mantimento para armação.....	7 000 igos
Mais se gastou outros sete myll igos de mantimento para armação.....	7 000 igos
Mais se gastou seis myll igos de mantimento para armação.....	6 000 igos
Mais se gastou sete myll igos de mantimento para armação.....	7 000 igos
Mais se gastou oito myll igos de mantimento para armação.....	8 000 igos

55 000 igos

Manuel Vaz

+

Titollo do azeite que se comprou para armação por manilhas

Se comprou quinze manilhas de azeite para comer a armação.....	xb manilhas
Mais se comprou doze manilhas de azeite	xij manilhas
Mais se comprou dezaseis manilhas de azeite	xbj manilhas
Mais se comprou dez manilhas de azeite	x manilhas
Mais se comprou nove manilhas de azeite	biiij manilhas

Titollo do carouço que se comprou para a armação

Se comprou para armação trinta e cinco manilhas de carouço.....	xxxv manilhas
---	---------------

97 manilhas

Manuel Vaz

+

Titollo das cargas - S - de manilhas e de igos e do pano que se deu em manilhas

Me deu de dez mill manilhas, cem manilhas	c ^{to} manilhas
Mais se deu de myll que tornamos a trazer em caregos, dez manilhas	x manilhas
Mais se deu de vinte quintaes de igos que foi de caregos,	

setenta manilhas.....	L ^{ta} xx manilhas
Mais se deu de pano vermelho e pano de linho de caregos,	
dez manilhas	x manilhas
Mais se deu de cargos de grilhoes que se tragia cada <i>visenda</i> (?),	
vinte manilhas	xx manilhas
Mais se dava a cada embaixador que ia com as peças duas manilhas	
que forão vinte manilhas	xx manilhas
E asi mesmo ao que as despachava lhe derão dez manilhas	x manilhas

240 manilhas

Manuel Vaz

+

Titollo da compra das esteras para ho toldo

Mais se gastarão para as esteras corenta duas manilhas desteras	
para ho toldo	V ^{ta} ij manilhas

Titollo das gamellas que se comprarão para armação – S – dezoutas gamellas

Comprou dezouto gamellas por nove manilhas	
para armação.....	biiij manilhas
Mais comprou hum couro para a bomba por outo manilhas...	biiij manilhas
Mais comprou doze cadeados para escotilhas	
por outo manilhas	biiij manilhas
Mais deu ao fereiro para se fazer vinte manilhas para as peças .	
S . para os braços seis manilhas.....	bj manilhas

74 manilhas

Manuel Vaz

+

Mais me requireo ho pilloto que lhe asentase hum sacco de igos que lhe furtarão levando hum grumete huns quatro sacos darmação e faltarão com elle no caminho e lhe tomarão o dito sacco em que fez loguo queixame a el Rey e nunqua se fez justiça nem mandar tomar ho sacco ho quall era darmação e eu asi o dixee a el Rey / ho quall sacco levava pasante de meio quintall de igos para que voças merces lho leve em conta

Manuel Vaz

+

Titollo do presente que se deu a el Rey de Benym

Primeiramente lhe demos huma peça dollanda
 Mais lhe demos hum sombreiro de damasquo com sua guarnição de fio de ouro
 Mais sete canadas de grão muito fino

+

Mostra se por este livro ter despendido Francisco Fernandez Sezeliano piloto do navio
são João em Benym onde fez sua armação

Sam biiij mill ij^c liiiij [8254] manilhas..... sam 8 254

iiij mill ix^c lxxxix [3989] manilhas em compra de lxxx [80] peças darmação
ij mill ij^c viiiij [2244] manilhas em compra de ix mill bj^c xx [9 620] coris
x [10] manilhas que derão aos embaixadores
iiiij^c xj [411] manilhas em despesas meudas e outras despesas
j mill bj^c [1600] manilhas em compra de mantimento para a dita armação

E asy se mostra ter despendido ho dito piloto xx quintaes de ygos netos da tara por esta
maneira

b^cxbj mill l^c lxxx^{ta} [516 580] igos em compra de x peças darmação
xbiiij mill iiiij^c lxxx [18 480] igos em compra de ij peças de partes
e viiiij mill [44 000] igos em compra de mantimento e outras despesas meudas

E mais se mostra ter despendido ho dito piloto ij paos e meio de pano vermelho que
tinherão lxxxj [81] cestos en compra de xb peças darmação

E asy se mostra ter mais despendido ho dito piloto iiij^c ivb [395] paos de linho por esta
maneira

+

iiij^{tos} [300] paos em compra de xb peças darmação
ivb [95] paos em dadivas

Asy se mostra dar de presente ho piloto de presente a el Rey de Benin –

j peça dolanda
j sombrero riço que aqui lhe compramos
bij cestos de grão muito fino

Resgatou nesta armaçam clxx [170] peças / das quais morerão bij peças se lhe ficão em
receita clxiiij [163]

Manuel Vaz

+

Este caderno tem xxx [30] folhas todas em baxo ao pe asynadas por mym

Manuel Vaz

Das quais são dezoyto escriptas em parte e em todo as mais brancas e risquadas e asy o que
sobeja das que não são escriptas em todo. Oje em Lixboa aos iiij dias de Setembro de 1528
Não contão aquy esta e a do comprimento

Manuel Vaz

A ESCRAVATURA AFRICANA VISTA DA AMÉRICA Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em Angola no início do século XVII

Arlindo Manuel Caldeira *

A confiar nas vezes que o vemos citado, não é ainda suficientemente conhecido em Portugal o texto do padre jesuíta Alonso de Sandoval sobre os escravos africanos, texto escrito na América Central mas publicado em Sevilha, pela primeira vez, quando corria o ano de 1627¹. Omissão perfeitamente injusta. Embora o volumoso tratado do homem da Companhia de Jesus possa, numa pri-

* Investigador do Centro de História de Além-Mar

¹ *Naturaleza, policia sagrada i profana, costumbres i ritos, disciplina i catechismo evangelico de todos etioptes por el p[adre] Alonso de Sandoval natural de Toledo, de la Compañia de Jesus, rector del Collegio de Cartagena de las Indias*, Sevilha, Francisco de Lira impressor. 1627. Nos preliminares (suma de privilégio, licença, aprovações, dedicatória e «argumento da obra») bem como na cabeça das páginas, o título aparece como *De instauranda Aethiopum salute*, título que vai figurar dessa forma na edição posterior da mesma obra.

De facto, a segunda edição, saída, em 1647, impressa, desta vez, em Madrid por Alonso de Paredes, traz como título *De instauranda Aethiopum salute. Historia de Aethiopia, naturaleza, policia sagrada y profana, costumbres, ritos y cathecismo evangélico de todos los Aethiopes có que se restaura la salud de sus almas... por el padre Alonso de Sandoval, de la Compañia de Jesus, natural de Toledo*.

Não temos notícia de outras edições, salvo de duas da segunda metade do século XX, ambas a partir da versão de 1627. Uma, da responsabilidade de Angel Valtierra, S.J., *De instauranda aethiopum salute: el mundo de la esclavitud negra en América*, Bogotá, Empresa Nacional de Publicaciones, 1956. A mais recente, com prólogo, transcrição e notas de Enriqueta Vila Vilar, *Un tratado sobre la esclavitud*, Madrid, Alianza Editorial, 1987. Infelizmente continua a faltar uma edição crítica em que se compare mais de um exemplar, dos poucos que sobreviveram, da edição de 1627 (têm diferenças, nomeadamente na paginação) confrontando o texto respectivo com o da edição de 1647 (essa com muitas alterações). Todas as citações, feitas no presente artigo, da obra-mestra de Sandoval reportam-se ao exemplar da edição de 1627 existente na Biblioteca Nacional (Lisboa). Mantivemos intactas a ortografia e a pontuação.

meira abordagem, fazer desanimar o leitor menos persistente pela carga apologética e por uma erudição por vezes acrítica, a verdade é que contém informações de inestimável préstimo sobre o tráfico negreiro em geral e, em particular, sobre a participação portuguesa no controverso *import-export* de mão-de-obra escrava.

Para mais, Sandoval conhece relativamente bem a língua portuguesa (embora, muitas vezes, tropece na ortografia) e foi mesmo o autor da tradução para castelhano (cuja qualidade não pudemos comprovar) de uma biografia do padre Francisco Xavier, escrita por um autor lusitano, João de Lucena, também ele sacerdote da Companhia².

E, continuando a carrear argumentos contra a injustiça de o vermos tão ignorado deste lado da fronteira, recordaremos que Sandoval cita correntemente, no tratado de 1627, escritores portugueses: entre outros, e além do seu traduzido padre Lucena, Fernão Mendes Pinto, Francisco Álvares, António Gouveia, Fernão Guerreiro e Frei João dos Santos; para não falarmos de vários jesuítas e armadores da mesma nacionalidade de que se não conhece obra impressa.

Sem exagero, aliás, o tratado de Sandoval é um livro que não é possível deixar de ter em conta em qualquer história do tráfico atlântico de escravos no século XVII, seja de carácter geral, seja centrada em Cabo Verde, nos rios da Guiné, em São Tomé ou em Angola. Neste breve ensaio, escolhemos o caso de Angola, a título

² A versão original da obra do padre João de Lucena (Trancoso, 1549-Lisboa, 1600) fora publicada no ano da morte do autor (Lisboa, tipografia de Pedro Crasbeck) com o título *Historia da vida do padre Francisco de Xavier e do que fizerão na Índia os mais religiosos da Companhia de Iesu. composta pelo padre Ioam de Lucena, da mesma Companhia, portuguez, natural da Villa de Trancoso*, constituindo um grosso volume de 910 páginas. Por sua vez, a tradução em castelhano saiu em Sevilha, em 1619, impressa por Francisco de Lira e intitulada *Historia de la vida del P. Francisco Xavier y de lo que en la India Oriental hizieron los demas religiosos de la Compañia de Iesus, compuesta en lengua portuguesa por el Padre Ioan de Lucena ... : y traducida ... por el P. Alonso de Sandoual ... ambos en la misma Compañia*, formando um tomo *in quarto* de 858 páginas.

Antes da tradução em castelhano, o livro do padre João de Lucena tinha já merecido, em 1613, uma tradução em italiano (Inocência Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, pp. 399-400). O interesse de Sandoval pelo texto de Lucena deveu-se, seguramente, ao facto de o mesmo conter muitas informações sobre os costumes e crenças dos povos do Oriente, tendo sido, com certeza, «descoberto» por Sandoval na fase de recolha de informações para a sua obra principal.

exemplificativo. Começaremos, porém, por situar o autor no espaço em que decorreu a maior parte da sua vida e procuraremos em seguida, ainda antes de entrarmos no tema principal, entender a sua obra no contexto da sua biografia.

1. Escrevendo ao rei, em 1570, um capitão dos terços espanhóis, na ocasião embarcado na frota da Terra Firme, afirmava peremptoriamente que «o porto de Cartagena era um dos melhores da América e talvez do mundo»³

Será, de facto, a qualidade do porto, com uma imensa e remansosa baía, mas com um ancoradouro relativamente bem protegido em relação aos ataques dos piratas (embora não invulnerável, como se sabe), que irá fazer a fortuna de Cartagena de Índias. Fundada em 1533, sobre um antigo povoado indígena, protegida, mais tarde, por fortes torres e bons panos de muralhas, conhecerá um crescimento permanente ao longo dos séculos XVI e XVII. Essa prosperidade deveu-se, em grande parte, além das qualidades naturais do porto e do facto de ser, por isso, escala obrigatória dos galeões das frotas das Índias, à acção dos «encomenderos». Não atingiram, na segunda metade do século XVI, a meia centena, mas não só recebiam o melhor dos tributos da população ameríndia, como exploravam extensas propriedades e, desde cedo, se tinham envolvido no comércio de importação e exportação. São também eles os principais compradores de escravos negros, tornados indispensáveis para as suas vastas explorações agrícolas.

O tráfico de escravos vai revelar-se uma actividade de grande futuro em Cartagena de Índias. Detectado já em 1537, limitado a umas 500 «peças» anuais até 1580, crescerá de forma significativa de 1580 a 1595, mercê dos «asientos» estabelecidos pela Coroa com espanhóis e portugueses⁴. E, a partir de 1595, continuará a aumentar, devido ao «asiento» assinado com o português Pedro Gomes Reinol que, no quinquénio final do século, fará desembarcar no porto caribenho, declarados legalmente, mais de 15 400 africanos, provenientes de Angola, Guiné, Cabo Verde e São Tomé⁵.

³ María del Carmen Borrego Plá, *Cartagena de Indias el el siglo XVI*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1983, pp. 5-6.

⁴ Entre 1585 e 1590 Cartagena terá já importado 6884 escravos (Philip D. Curtin, *The atlantic slave trade. A census*, Madison, University of Wisconsin Press, 1969, p. 108).

⁵ M. C. Borrego Plá, *Cartagena....* pp. 54-61, 328 e 379-80.

Além do comércio de escravos, o afluxo de metais preciosos, de pérolas e de esmeraldas, a par dos negócios de tabaco e de plantas tintureiras, tornavam Cartagena um pólo atractivo para muitas centenas de europeus desejosos de fortuna rápida, alguns deles, incluindo muitos portugueses, fugindo a eventuais suspeitas de cripto-judaísmo por parte das indiscretas inquisições peninsulares. Se toda a referida actividade económica faz de Cartagena, ao abrir do século XVII, uma cidade dinâmica e cosmopolita, é, e continuará a ser, o tráfico negreiro uma das traves do seu crescimento. Nesse tráfico, como ficou dito, são os grandes comerciantes portugueses que dominam, sobretudo a partir de 1580, quando os Habsburgos (afinal também reis de Portugal) estabelecem com eles chorudos contratos monopolistas, abrindo transitoriamente mão do regime da administração directa pela coroa. Os mercadores lusos instalam, então, os seus representantes oficiais em Cartagena, montando paralelamente toda uma rede comercial que assegura a reexportação de mão-de-obra cativa para extensas áreas da América espanhola ⁶.

Assim, por essa data, a cidade caribenha torna-se o principal entreposto esclavagista das Índias Ocidentais, abastecendo grande parte do Caribe e do interior do continente (vice-reinado do Peru e Nova Espanha). Em cálculos por alto, estima-se que, entre 1595 e 1640, os assentistas portugueses tenham importado, através de Cartagena, 150 000 *peças* «legais», além de um número indeterminado introduzido através do contrabando ⁷. Como uma parte desses escravos eram retidos na cidade e seus arredores (trabalhos domésticos e agrícolas, entre outros), e apesar da elevada mortalidade, não admira que a população negra depressa se tornasse maioritária, em percentagem significativa. Passam a ser os africanos o nervo de toda a actividade produtiva, o que faz com que os interesses instalados sejam demasiado fortes para que alguém ponha em causa a legitimidade da escravatura e do respectivo tráfico, se é que tal dúvida podia sequer ocorrer a algum dos colonizadores europeus.

⁶ Antonino Vidal Ortega, «Entre la necesidad y el temor: negros y mulatos en Cartagena de Indias a comienzos del siglo XVII», in Berta Arcs Queja y Alessandro Stella (coord.), *Negros, Mulatos y Zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p.90.

⁷ *Ibid.*, p. 90; Enriqueta Vila Vilar, «Introdução...», in Alonso de Sandoval, *Un tratado sobre la esclavitud*, Madrid, Alianza, 1987, p. 18.

Em 1621, o capitão Duarte de León Marquez, residente em Cartagena, tendo em conta a desproporção numérica entre brancos e negros, manifestou ao rei os seus receios sobre as consequências dramáticas de um eventual levantamento. Mas, consciente do meio em que vivia, não se esquece de suplicar ao rei que mantenha em segredo a sua advertência, «porque según toda la tierra tiene librado su provecho en sólo haber y tener muchos negros, no se va mucho me apedresen, sin considerar que mi intento es prevenir su próprio daño»⁸. O capitão, também ele, aliás, ligado ao trato de mercadoria humana, conhecia demasiado bem o peso do *lobby* esclavagista para querer correr o risco de algum equívoco.

2. A Companhia de Jesus instalara-se em 1603(?) em Cartagena de Índias e, no grande porto negreiro, dificilmente podia fingir ignorar a realidade dramática da escravatura. Dentro da Companhia, o grande impulsor da evangelização dos escravos africanos vai ser o padre jesuíta Alonso de Sandoval.

O pai, contador da Real Hacienda, em Lima, teve doze filhos, seis dos quais irão seguir a vida religiosa. Alonso, nascido em 1576, em Sevilha (ou em Toledo, como afirma na portada das suas obras), foi um deles. Ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos e em 1605 foi colocado em Cartagena, onde, como ficou dito, os jesuítas tinham acabado de fixar-se. Estava decidido o seu futuro. Com excepção de breves saídas e do interim em que permaneceu em Lima, entre 1617 e 1619, ficará na cidade caribenha até que a morte o chame, em 1652. O seu carácter, ao que parece pouco dócil, e o tipo de actividade em que se empenhou, que incomodava muita gente, fizeram com que não tivesse uma carreira muito brilhante, tendo-lhe sido sempre negada, surpreendentemente, a «profissão perpétua» (também chamada «profissão solene dos quatro votos), o que não o impediu de chegar, em 1623, a reitor do Colégio de Cartagena, mas não mais do que isso.

Ao desembarcar em Cartagena de Índias, deparara-se imediatamente com a realidade chocante da chegada mais ou menos contínua (doze a catorze navios por ano, diz ele) das «armações» abarrotando de negros escravos, transportados em condições mais do que deploráveis. O resto da sua vida do jovem jesuíta será passado, em boa parte, no porto da cidade e nas ruas que lhe davam acesso,

⁸ A. V. Ortega, «Entre la necesidad y el temor...», p. 95.

onde se situavam as lúgubres «negrerías», locais em que eram despejados os escravos acabados de desembarcar⁹. E as suas preocupações não mais deixarão de estar relacionadas com a questão da escravatura.

Embora, como veremos, não seja indiferente ao sofrimento físico dos escravos, o seu objectivo central é a «salvação espiritual» dos mesmos. Daí a importância que dá ao baptismo, visto como o sacramento regenerador que, através da água e das palavras do celebrante, liberta de toda a culpa, admite na comunidade do «povo de Deus» e abre o caminho da bem-aventurança eterna.

Em 1609, escreve ao seu superior: «Ha sido extraordinario el numero que he recebido de negros enfermos [...]. Yo he andado entre ellos y remediando sus almas con santo gusto mío y consuelo extraordinario que ni me acuerdo de comer ni beber. No reparo en sudor, ni en mal olor ni en otras incomodidades, que ay muchas, pero todo lo hace llevadero y gustoso ver verdaderamente que se van tantas almas al cielo»¹⁰.

Visto com mal disfarçada desconfiança pelas autoridades seculares e eclesiásticas e até, como se disse, por alguns dos seus próprios superiores, desempenhará, salvo situações pontuais, uma actividade quase solitária. Um dos raros continuadores e discípulos de Sandoval, será o padre jesuíta Pedro Claver (1581-1654), que, tendo chegado a Cartagena em 1610, virá a ser canonizado no século XIX (quando o abolicionismo é já uma bandeira quase consensual), sendo intitulado, na hagiografia católica, «apóstolo dos escravos negros».

A actividade evangelizadora do padre Alonso de Sandoval, embora fosse, em certos períodos, sobretudo na altura da chegada das «armações», perfeitamente frenética e, seguramente, esgotante, não deixou de despertar nele curiosidade intelectual. Essa curiosidade tinha, por um lado, motivações práticas: Sandoval apercebeu-se que, afinal, a massa dos escravos estava longe de ser homogénea, sendo constituída por uma grande variedade de etnias («nações» ou «castas»), falando línguas muito diversas (identificou mais de setenta). Ora a catequização exigia, da parte do sacerdote, o conhe-

⁹ Vidal Ortega contou 24 «negrerías», sobretudo nas ruas de Santa Clara e de Santo Domingo, todas elas construções rectangulares, de paredes nuas, com uma só porta e uma janela no alto (*Ibid.*, pp. 96-97).

¹⁰ Carta anua de 1609, in Enriqueta Vila, «Introdução...», p. 21.

cimento, ou pelo menos a identificação dessas línguas e dessas etnias (o que o levará a desenvolver uma espécie de antropologia física empírica) e beneficiava também com um mínimo de informação sobre, pelo menos, os seus ritos e crenças (o que o levará a ensaiar uma etnologia *avant-la-lettre*). Mas as preocupações intelectuais podiam decorrer também de dúvidas morais e situarem-se mais no campo teológico (aqui se inserem questões como a da validade ou nulidade de alguns baptismos e a da legitimidade ou ilegitimidade dos cativeiros) que o padre jesuíta sentiu necessidade de aprofundar. Iniciará, assim, pouco tempo após a sua chegada a Cartagena, uma recolha sistemática de informação, quer de obras impressas (dos textos greco-latinos e da patrística aos mais recentes autores peninsulares) quer de testemunhos escritos (sobretudo de jesuítas espalhados pela África e pelas Américas, com quem se corresponde directa ou indirectamente) quer mesmo de testemunhos orais («entrevista», por exemplo, armadores e capitães de navios), além, obviamente, das observações pessoais que procura sistematizar (tornou-se famoso o seu caderno de bolso em que registava, por ordem alfabética, as línguas que identificava, a «nação» respectiva e o nome e localização de possíveis intérpretes).

Desse trabalho laborioso sairá, por um lado, a sua tradução do grosso volume sobre S. Francisco Xavier (ainda participando, como ficou dito, do seu esforço heurístico) mas sobretudo *De instauranda Aethiopum Salute*. A obra que conheceu duas edições em vida do autor (1627 e 1646), tem um objecto essencial: como realizar de forma satisfatória o baptismo dos escravos africanos? O próprio autor adverte no «Argumento de la obra»¹¹ que a saúde a que se refere é a «saúde espiritual» e que entende por Etíopes aqueles «que por su color comunmente llamamos negros»¹². E, um pouco mais adiante, volta a parafrasear o título, explicando que o seu livro pretende ser um «tratado de como se à de restaurar la salvacion de los negros». Para um homem que vive no Caribe, os negros são, naturalmente, os negros escravos.

Esta obra de Sandoval é, antes de mais, um manual (uma espécie de *vade mecum* sobre problemas práticos e dúvidas teóricas

¹¹ Páginas não numeradas.

¹² Umás décadas depois, o padre Baltazar Teles dá uma definição quase idêntica: «Este nome de Etiópia é mui geral, e compreende todas aquelas regiões cujos habitantes têm cores pretas, porque a todos estes costumamos chamar *Etiopes*» (*História Geral de Etiópia-a-Alta* [1660], Ed. de A. Magalhães Basto, Porto, Progredior, 1936, p. 17).

dirigido a clérigos dedicados ao trabalho pastoral com escravos negros quer no seu embarque em África quer, sobretudo, nas Américas)¹³, mas é também uma resposta a duas acusações que eram recorrentes na colónia e mesmo fora dela: a primeira, a de que os jesuítas se imiscuíam nas competências de baptismo que deviam competir ao clero paroquial; a segunda, a de que incorriam em sacrilégio, aplicando o sacramento do baptismo a africanos que já o teriam recebido antes do embarque. Como essas verrinas eram muitas vezes dirigidas ao próprio Sandoval, pela visibilidade da sua actuação, a sua obra tem também uma faceta de justificação pessoal (às vezes, um tudo nada presunçosa), embora a defesa e a propagação da «Companhia» surja sempre na primeira linha, em prioridade e em veemência.

A *De instauranda...* está organizada em quatro livros¹⁴. O primeiro pretende ser uma espécie de *digest* dos conhecimentos disponíveis sobre os naturais da África e de grande parte da Ásia. Tem um fim duplamente prático, sobretudo no caso dos Africanos (os Asiáticos parecem surgir apenas para dar um toque de exotismo e não contam na restante economia da obra). Por um lado, esses conhecimentos permitiriam uma mais fácil identificação das diferentes etnias dos escravos que eram desembarcados na América, aspecto fundamental, já se disse para a sua evangelização. Por outro, através da inventariação do que era suposto serem os seus modos de vida e as suas crenças, era possível aduzir argumentos susceptíveis de, segundo os critérios da época, justificarem a própria escravatura. Talvez por isso, consciente ou inconscientemente, é neste livro que, com mais frequência, Sandoval deixa abater as barreiras do sentido crítico, fazendo emparelhar, com a mesma confiança, Marco Polo e os mais delirantes autores medievais e da

¹³ Nessa qualidade, o livro parece ter tido muito boa aceitação, particularmente entre os missionários do Novo Mundo (Vincent P. Franklin, «Bibliographic essay: Alonso de Sandoval and the jesuit conception of the negro», in *The Journal of Negro History*, 158 (1973), p. 352).

¹⁴ Livro I, *De las principales naciones de Etiopes que se conocen en el mundo y de sus condiciones, ritos y abusos, y de otras cosas notables que se hallan en ellas*; Livro II, *De los males que padecen estos negros, y de la necesidad deste ministerio, que los remedia, cuya alteza y excelencia resplandece por varios títulos*; Livro III, *Del modo de ayudar a la salvación destes negros en los puertos de adonde salen y adonde llegan sus armazones*; e Livro IV, *De la gran estima que nuestra sagrada Religion de la Compañia de Jesus siempre ha tenido, y caso que ha hecho del bien espiritual de los morenos y de sus gloriosos empleos en la conversion destas almas*.

Antiguidade com autores modernos, sobretudo portugueses, mais próximos das realidades (questões ideológicas à parte). Dá, assim, livre curso ao exotismo mais fantasioso e deixa colar à imagem de África as ideias de monstruosidade e até de satanismo ¹⁵.

O Livro II aborda as misérias físicas e espirituais a que estão sujeitos os escravos depois da sua chegada às Américas, o que acaba por ser utilizado, sobretudo, como forma de valorizar a grandeza da actuação espiritual daqueles a quem foi dada a missão de converter esses desgraçados «infiéis». O Livro III tem um carácter eminentemente prático e está organizado como guia de catequização dos escravos africanos, sendo considerado, pelo autor, o núcleo da sua obra. Aí desenvolve aspectos doutrinários do sacramento do baptismo e questões práticas a ele associadas, expondo nomeadamente, a partir da sua própria experiência, as formas de identificar os indivíduos baptizados e de evitar os rebaptismos. Apesar do carácter evidentemente confessional, contém, como fonte histórica, muitas informações sobre a origem dos escravos importados pela América espanhola e sobre o seu trânsito da África para o novo continente.

O quarto e último livro, juntado tardiamente à edição de 1627 (tem inclusive numeração de páginas própria), é um panegírico da acção missionária dos Jesuítas e do próprio ministério pastoral do autor em Cartagena (utilizando, para o último fim, um maço de cartas recebidas de individualidades diversas).

3. Não era possível tratar da questão do apostolado dos escravos sem que se levantasse um problema mais delicado, o da legitimidade da escravatura. Questão em que Sandoval está manifestamente pouco à-vontade. Ele próprio confessa ter hesitado em abordar o assunto: «Aunque es verdad, que la gran controversia que entre los Doctores ay cerca de la justificacion deste tan arduo y dificultoso negocio me tuvo mucho tiempo perplexo, si lo passaria en silencio; con todo me he determinado a tratarlo, dexando la determinacion de su justificacion a los Doctores, que tan doctamente han

¹⁵ Ver, a este propósito, Jean-Pierre Tardieu, «Du bon usage de la monstruosité : la vision de l'Afrique chez Alonso de Sandoval (1627)», *Bulletin Hispanique*, t. LXXXVI, 1984, nº 1-2, pp. 164-178. Segundo Tardieu, Sandoval pretenderia, acima de tudo, «provar a necessidade em que se encontravam os escravos negros transportados às Índias de serem convenientemente evangelizados» (p. 164). A verdade é que o acentuar das diferenças no sentido da «anormalidade» podia facilitar também a aceitação e justificação da escravatura.

escrito cerca deste punto» (fl. 65v). Dito de outra forma: obrigado, pela própria lógica da sua exposição, a não passar completamente ao lado da questão da justificação da escravatura, Sandoval evita entrar na discussão teórica (onde teria de assumir um juízo moral, que lhe é mais cómodo deixar para os «doutores») e limita-se a coleccionar factos e testemunhos (veremos mais adiante o exemplo paradigmático do padre Luís Brandão), deixando, quando muito, passar uma posição de crítica contida.

Os teo-juristas espanhóis que, nos séculos XVI e XVII, abordaram esse tema (algumas vezes a pedido dos próprios monarcas) assumiram posições muito diversas. A corrente dominante, respaldada na tradição escolástica, admitia a escravatura por «causas justas» e, de uma forma ou de outra, acabava por contemporizar com o tráfico negreiro. Absolutamente minoritária e radical, era a tese de condenação explícita da escravatura, defendida por Bartolomé de las Casas (em fase adiantada da vida) ou Bartolomé de Albornoz¹⁶, além de outros religiosos menos conhecidos¹⁷. Uma posição intermédia, mais prudente mas igualmente corajosa, teve como principais representantes Tomás de Mercado e Luís de Molina que, sem se pronunciarem categoricamente contra a instituição escravagista, denunciaram com vigor o respectivo tráfico.

O jesuíta espanhol Luís de Molina, que foi professor em Coimbra e Évora de 1566 a 1590, desenvolveu no seu livro *De iustitia et iure* (primeira edição publicada, em Cuenca, de 1593 a 1609), uma teoria geral do Direito, tendo em atenção os problemas jurídico-económicos do seu tempo. Nesse sentido, não lhe escapa a questão da escravatura, que admite ser justificável em certas circunstâncias (aprisionamento em guerra justa; condenação por delito grave; venda de si mesmo; nascimento). Em contrapartida, considera que o tráfico de escravos, uma vez que não respeitava os títulos de escravidão, era injusto e ilícito e que aqueles que se dedicavam ao dito negócio, vendedores e compradores, estavam em pecado mortal, sujeitos, por isso, à condenação eterna¹⁸.

¹⁶ Frade dominicano, Bartolomé Frías de Albornoz foi autor de um livrinho (*Arte de los contratos*, Valência, 1573), que não tardou a ser arrolado no *Index*.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, Tomás Lopez Garcia, *Dos defensores de los esclavos negros en el siglo XVII (Francisco José de Jaca y Epifania de Moirans)*, Caracas. Universidad Católica Andrés Bello, 1982.

¹⁸ Sobre Molina e outros teo-juristas espanhóis, ver Jesús M. García Añoveros, *El pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI*, Madrid,

Sandoval conhece e cita Molina, que surge um pouco como o seu mestre de teologia moral. Aliás, valeria a pena cotejar a parte do livro de Molina dedicada aos escravos e ver até que ponto ela serviu de inspiração, e até de modelo, a Sandoval. Seja como for, este é muito mais cauteloso e moderado do que o seu antecessor.

As razões da prudência de Sandoval em relação à condenação da escravatura e do próprio tráfico não são difíceis de determinar. A sua posição decorre tanto daquilo que entendia ser a sua missão apostólica, como dos constrangimentos do meio em que vivia (nesse campo é bem um homem do seu tempo, até na contradição das atitudes).

O primeiro aspecto é determinante. Ao considerar como missão primordial a salvação das almas, libertando-as da barbárie e das trevas demoníacas em que viviam, dificilmente pode condenar o tráfico que, por muito odioso que lhe pareça, é um instrumento dessa salvação. O sofrimento pessoal e a injustiça social inerentes à escravatura são considerados lamentáveis mas acabam por ser secundarizados face ao objectivo fundamental que é de carácter espiritual. Mesmo quando mostra, em toda a sua rudeza, o tenebroso espectáculo do transporte de escravos, não é outra a lição de Sandoval para o leitor: «para que siquiera viendo cuan estrecho y miserable cautiverio sea el corporal en que estos pobres entran: se lo aliviemos procurandoles con todas nuestras fuerzas la libertad espiritual y principal de sus almas» (fl. 72). Será dentro da mesma lógica, que pregará a submissão aos escravos com quem continuamente convivia, lhes pedirá que, para poderem ganhar a «herança eterna», sirvam fielmente e obedeçam aos seus amos, independentemente de estes serem bons e afáveis ou tiranos e injustos. Ao fim e ao cabo, embora nunca o explicita, ele vê os negros como seres imperfeitos, seres de uma categoria diferente da sua e dos outros brancos.

No que diz respeito aos constrangimentos objectivos e às condicionantes subjectivas do meio (que, obviamente, já estão a funcionar no que atrás é dito), não nos esqueçamos que Sandoval vive numa cidade onde não há um único europeu ou mestiço crioulo que não

Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995; Paulino Castañeda Delgado, «Un capítulo de ética indiana española: los trabajos forzados en las minas», *Anuário de Estudios Americanos*, Tomo XXVII, 1970, pp. 815-916; António Manuel Hespanha, «Luís de Molina e a escravização dos negros», *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 937-960.

tenha algum hífen com o problema da escravatura, quer como proprietário de escravos quer como negociante ou como ambas as coisas. Os escravos são a força de trabalho que nenhuma actividade dispensa e há muito que foram integrados na base da hierarquia da estratificada sociedade do Antigo Regime e vistos como fazendo, desde sempre, parte integrante dela. Se para alguns espíritos mais esclarecidos, a escravatura e os escravos eram, quando muito, «males necessários», para todos os outros eram (jogo de palavras à parte) «bens necessários».

A Companhia de Jesus em Cartagena de Índias, para dar apenas o exemplo da casa religiosa de Sandoval (mas acontecia o mesmo em qualquer outra das «casas» da América ou da África), possuía escravos ao seu serviço. Do próprio autor da *De Instauranda...* se sabe que adquirira dezoito escravos para lhe servirem de intérpretes nas suas tarefas de catequização.

Aliás, descobre-se, em Sandoval, uma inesperada vocação comercial, nomeadamente nas relações com Cabo Verde, onde tinha amigos da mesma ordem religiosa e se correspondia, por exemplo, com o respectivo superior, o padre Sebastião Gomes¹⁹, várias vezes referido na sua obra. As relações «comerciais» hão-de ter resultado dessa proximidade.

Assim, sabemos que, em data anterior a 1628 e quando era reitor do colégio de Cartagena, Sandoval enviou um irmão do mesmo colégio a Cabo Verde para, a pretexto de pedir esmola, vender «camisas, jubones, bálsamo, vinos y otros objetos». A notícia dessa iniciativa chegará a Roma, provocando a ira do geral da Companhia de Jesus, padre Mucio Vitelleschi²⁰.

No entanto, o interesse pela chatinaria, para usar a terminologia da época, vai mais longe do que seria de esperar e vamos encontrar Sandoval imiscuído... no próprio comércio de escravos (aspecto que nunca vimos referido), embora, tanto quanto podemos saber, de forma desinteressada. Também aqui a actividade está associada a

¹⁹ O padre Sebastião Gomes (1570-1642) nasceu em Ponta Delgada, vindo a entrar na Companhia de Jesus em 1592. Tendo chegado a Cabo Verde em Dezembro de 1608, teve uma breve passagem pela Serra Leoa, na costa africana. Foi superior dos jesuítas de Cabo Verde entre 1612 e 1630 (Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde: 1609-1642*, Lisboa, Brotéria, 1996, pp. 153-154).

²⁰ Aliás, antes e depois desse incidente, o geral da Companhia de Jesus terá sempre uma posição de desconfiança ou mesmo de hostilidade em relação a Sandoval (Enriqueta Vila, «Introdução ...», p. 49 e *passim*).

Cabo Verde, onde os jesuítas recorriam à venda de escravos como forma de obtenção de receitas.

Num único documento, datado de 1616, surgem três intervenções do padre Alonso de Sandoval como intermediário da venda de escravos enviados de Cabo Verde para Cartagena de Índias pelos seus irmãos da Companhia de Jesus. O produto da venda (441.600 réis num caso; 62.320 noutra; e 154.440 ou 180.000, num terceiro) era remetido para Sevilha e, daí, reenviado para o procurador geral dos jesuítas em Lisboa, o qual, por sua vez, comprava com esse dinheiro bens e serviços que lhe eram encomendados pela missão de Cabo Verde ²¹.

Este pormenor da biografia do autor da *De Instauranda...* mostra como o comércio de escravos atravessava, praticamente sem excepções, todo o tecido da sociedade colonial, condicionando inevitavelmente, como já sugerimos, as respectivas mentalidades.

Veremos, em seguida, com o apoio de citações que esperamos sejam tão úteis quanto têm de ser extensas, uma das facetas da obra de Sandoval: a sua riqueza informativa. Em relação a Angola, o único caso que o espaço disponível nos permite aqui tratar (e mesmo assim ignorando alguns desenvolvimentos), o confronto com documentação diversa aponta, de uma forma geral, para a fiabilidade dessa informação do ponto de vista factual, tornando-a uma fonte não negligenciável para a história dessas região africana.

4. Sandoval deve ter dado por terminado o manuscrito da obra cerca de 1623, data da primeira aprovação do texto ²². No entanto, a pesquisa de informação começara-a muito tempo antes. O exemplo de Angola é esclarecedor. Já em Março de 1610 escrevia ao reitor do colégio jesuíta de Luanda pedindo-lhe esclarecimentos não só sobre a legitimidade do tráfico de escravos no território mas também sobre os ritos e costumes das respectivas populações. Nos anos subseqüentes, continuou a coligir informações: ouvindo armadores portugueses que aportavam a Cartagena, correspondendo-se

²¹ «Carta de 13 de Março de 1616 do Padre Sebastião Gomes ao P. Diogo Veloso, procurador geral, sobre vários assuntos da Missão», in N. S. Gonçalves, *Os Jesuítas...*, pp. 338-340, doc. 27.

²² Obtém-se a mesma data utilizando a informação, fornecida pelo autor (fl. 255v), de que exercia o ministério pastoral há «mais de dezoito anos» (recordamos que fora colocado em Cartagena em 1605). Mais mês menos mês, devia ser no ano de 1623 que ultimava o texto.

directamente ou através de terceiros (mais influentes) com os membros da Companhia de Jesus em Angola ²³, aproveitando o resultado de inquéritos realizados por outros jesuítas ²⁴... Embora Sandoval nem sempre indique as suas fontes (a não ser nas questões especificamente relacionadas com o baptismo) é óbvio que provêm quase todas, no caso que aqui abordamos, do círculo da Companhia de Jesus. Enquanto as fontes identificadas são datadas, o mesmo não acontece com outros relatos, o que é agravado pelo facto de raramente incluírem acontecimentos localizáveis no tempo curto. Uma das excepções, na área geográfica que nos ocupa, refere-se ao Congo, onde, diz, reina «agora» D. Pedro II. Ora o «rei» (isto é, o *ntotila*) do Congo Pedro II (isto é, *Nkanga-a-Mvika*) esteve no poder entre 1622 e 1624 ²⁵, o que mostra que Sandoval procurou actualizar as suas informações antes de dar o manuscrito por concluído.

Como é sabido, o estabelecimento oficial dos portugueses em Angola era, nos princípios do século XVII, ainda relativamente recente (data de 1571 a doação a Paulo Dias de Novais, como primeiro capitão-donatário) e geograficamente limitado (estava centrado em Luanda e circunscrito a uma faixa litoral situada entre os rios Bengo e Cuanza e à navegação de uma parte deste último rio). Para o interior, mantinha o seu poder o *ngola* do Ndongo (reino criado, no princípio do século XVI, pela unificação de uma série de pequenas linhagens Mbundu e cujo território os europeus designavam como reino de Angola) e, a Norte, estendia-se o já referido reino do Congo, o primeiro Estado da África Central com o qual os Portugueses haviam mantido relações estáveis.

Na altura em que Sandoval ultima a sua obra, a ilha de Luanda, que fica mesmo defronte da cidade e era, como veremos, o ponto de concentração dos escravos antes do embarque para as Américas, começava a ser um dos focos de tensão entre o «rei» do Congo e as autoridades portuguesas. As razões são óbvias:

²³ Em 1621, por exemplo, é o Provincial do Paraguay, Tucuman e Chile que escreve ao reitor do Colégio jesuíta de Luanda pedindo-lhe informações sobre o baptismo dos escravos em Angola.

²⁴ Serve-se, nomeadamente, dos resultados de uma inquirição sobre o baptismo dos escravos promovida, a partir de 1613, pelo Arcebispo de Sevilha e na qual, aliás, o próprio Sandoval colaborara.

²⁵ A. Luís Ferronha, *As cartas do «rei» do Congo D. Afonso*, Lisboa, GTMECDP, 1992, p. 149.

«Posee esta isla [a ilha de Luanda], aunque tan cercana al Reino de Angola, el Rey de Congo, la cual estima como a una riquissima mina, y aun a thesoro inextimable, por razon de la pesca de caracolillos, que llaman Cimbo²⁶, que es la mejor moneda que corre en Loanda y Congo; sacanse de debaxo de la arena en el fondo del mar, a la manera que se pescan las perlas; y assi como a cosa tan estimada tiene el Rey para su guarda y defensa, un buen presidio, con un grande de su corte por Capitan» (fl. 54 e 54v).

A designação de Angola, para Sandoval como para outros autores da mesma época, não é unívoca, sendo aplicada tanto em relação ao Ndongo como à pequena colónia portuguesa. É, naturalmente, a esta última que se refere a propósito da reconhecida aridez da região onde Luanda estava implantada:

«Toda esta tierra de Angola, o Loanda, que todo es uno, es muy estéril de mantenimientos, y assi tiene necesidad para sustentarse de traerlos de fuera: en ella con todo ay principalmente la tierra adentro, algun maíz, y millo: a este llaman Mazafoli, y Mazamambala²⁷; y al maíz llaman Mazamamputo²⁸. Tambien se dan (aunque en poca cantidad) algunos frijoles: la razon es por la gran sequedad de la tierra, que suele passarse cinco y seis años sin llover, ni caer gota de agua en ella»²⁹ (fl.55) [59]³⁰.

Todavia, é já do Ndongo e das suas populações que fala a seguir, acrescentando também as informações de que dispunha sobre os povos em volta, num aro relativamente alargado:

²⁶ Trata-se do *nzimbu* ou *zimbo* (*cauri* ou *caurim* na zona do Golfo da Guiné), conchas univalves usadas, antes da chegada dos europeus, quer como forma de entesouramento quer para dádivas ou para trocas e, depois disso, com a explícita função de moeda.

²⁷ Do *kimbundu masa mbala*, que significa sorgo (Adriano Parreira, *Dicionário glosso-gráfico e toponímico da documentação sobre Angola: séculos XV-XVII*, Lisboa, Estampa, 1990, p. 70)

²⁸ De *masa mputo*, denominação, em *kimbundu*, do milho mais (*Ibid.*, p. 70)

²⁹ Ilídio do Amaral aponta, nessa região, «a escassez de chuvas e as temperaturas elevadas a par da pobreza da maioria dos solos» (*O Rio Cuanza, da Barra a Cambambe*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, p. 25) e um autor quinhentista queixa-se das dificuldades vividas pelos habitantes, «por ser esta fralda do mar muito estéril e chover nella raramente» («História da residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola», 1/5/1594, *Monumenta Missionaria Africana (MMA)*, IV, p. 579).

³⁰ Entre os fólhos 56 e 66 a numeração torna-se totalmente incongruente. Deixamos, entre parênteses curvos, a numeração que consta do exemplar que consultamos e entre parênteses rectos a que temos por correcta.

«Los vestidos de que al presente usan los Angolas son a nuestro modo, hechos de un genero de lienço que traen de la India Oriental. Las mugeres hazen también deste un modo de naguas, con tantos pliegues que cada una ha menester 50 varas, que no parecen sino vestidos Flamencos³¹. Pero antiguamente, y aun agora la tierra adentro, y los que para mas no tienen posible, solo se cubren con cortezas de unos arboles que llaman alicondos³². Sus comidas son las que ya referimos: la mesa el suelo, sin pulicia ni limpieza alguna. Duermen en alto en unas barbacoas de cañas, sin cubrirse. [...]

Es el Rey de Angola poderosissimo, y tanto que tiene innumerables suditos Reyes, señores de tierras³³, entre los cuales ay muchos que pueden poner en campo cincuenta mil negros de arco y flecha, que juegan con tan extremada velocidad, que dispararan veinte, una tras otra, antes que caiga la primera en tierra³⁴: destas saetas y flechas se defienden con adargas hechas de la piel del animal que llamamos dante. Toda esta gente es muy dócil y que parece se reducirá con mucha facilidad a nuestra santa Fè; para lo cual les ayudará mucho el no tener (como dizen que no tienen) Idolos, y el creer, como creen, en un Dios, que está en el Cielo a quien llaman Zambiapungo³⁵. Todos hablan una lengua³⁶, aunque con alguna variedad, principalmente los

³¹ O gosto por este vistoso tipo de vestuário chegou até aos nossos dias, em várias regiões de África.

³² *Aliconde* ou *Alicunde* = imbondeiro (Parreira, *Dicionário...*, p. 23). «Licondas (...) são seus vestidos, que tirão das árvores tam grandes como castanheiros e da casca pisada fazem uma tira de 10 e 12 varas de comprido, rala e macia e cõ isto andão vestidos» (Carta do Padre Baltasar Afonso, 3/10/1583, MMA, III, p. 248).

³³ O reino do Ndongo estava organizado em sobados, territórios com um soba à frente de cada um deles (B. Heintze, «Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, I, 1984, p. 11).

³⁴ Embora se trate, aqui, de manifesto exagero, vários autores referem a rapidez da cadência de disparo dos exércitos de frecheiros dos reis do Ndongo.

³⁵ Segundo os antropólogos actuais, a maioria dos povos da África central acreditavam numa divindade suprema, que tinha, conforme os povos, designações diversas, entre as quais Zambi e Kalunga. Segundo Kabengele Munanga, trata-se de «uma divindade longínqua, que criou o mundo e distanciou-se dele, deixando a administração a seus filhos divinizados que são ancestrais fundadores de linhagens. Por isso, essa divindade ou deus único é raramente objecto de culto colectivo, geralmente reservado às divindades secundárias (espíritos ancestrais). São estes que fazem o elo entre os homens e o deus único, criador de tudo que existe no mundo bantu. Por isso, costuma-se reduzir e simplificar as religiões bantu pelo culto dos ancestrais, embora exista um panteão religioso estruturado» (K. Munanga, «Origem histórico do quilombo em África», *Revista USP*, Universidade de São Paulo, nº 28, Dez.1995-Fev.1996, p. 61). Os informadores de Sandoval, eventualmente companheiros seus jesuítas, revelam-se, portanto, razoáveis conhecedores destas religiões, mas também influenciados por um preconceito europeu em relação a religiões de várias partes do mundo, entendendo-as como formas de cristianismo deformado, projectando assim no estranho o conhecido.

³⁶ Refere-se, provavelmente, ao *kimbundu*.

Angícos³⁷ y Mongíolos³⁸, que habitan unas espaciaosas y grandes tierras que llaman Ocanga³⁹, al Norte del Zaire, hasta los deziertos de la Nubia. Los Mongíolos son de todas estas naciones grandemente menospreciados, aunque a otra nacion desestiman y menosprecian mas, que son los Yagas⁴⁰. gente cruelissima y que come carne humana, por lo cual son muy temidos en las guerras, en las cuales son de mas importancia cincuenta, que quinientos de otra cualquiera gente. Solo consu-ela a los contrarios el ver que ya son pocos, y menos las mugeres, ni ellos tampoco quieren mas; antes en topando alguna de otra nación entre ellos, la matan, porque no sirven para la guerra. Sus armas son unas jarretaderas: y es inviolable en sus guerras matar luego a los que covardemente buelven atrás. No tienen Rey, ni ley; solo se sujetan a pelear en las guerras por interés, que estos Reyes tienen entre si, discurriendo con este fin toda la tierra, ya por unas partes, ya por otras, espacio de 300 leguas»(fl. 55 a 62)[59 a 60].

A instalação dos Portugueses em Luanda teve um objectivo claro: o tráfico de escravos, aproveitando o facto de se tratar de uma região cujo *hinterland* era densamente povoado. As consequências ir-se-ão fazer sentir num amplo círculo da África Central. A médio prazo, além dos efeitos demográficos decorrentes da exportação contínua de mão-de-obra, haverá também repercussões políticas que acabarão por levar ao desmoronamento dos reinos do Congo e do Ndongo. A curto prazo, colocaram na dependência económica do litoral extensas zonas do interior, fazendo crescer a importância dos comerciantes mas também a ganância dos chefes e as rivalidades internas.

³⁷ *Ansíku* ou *Yansi*, também chamados *Tio* ou *Teke*.

³⁸ Além da localização indicada por Sandoval, não dispomos de outros elementos para a identificação dos «Mongíolos».

³⁹ Okanga, região também conhecida por Pumbo ou Mpumbu. Importante nó de rotas comerciais, dispunha de uma concorrida feira de escravos (A. Parreira, *Dicionário...*, p. 171).

⁴⁰ Os «Jaga» são um dos mais misteriosos povos da história da África Central, surgindo pela primeira vez, nas fontes portuguesas, associados a uma invasão do reino do Congo, em 1568. Desconhece-se, no entanto, a origem de tais populações e discute-se o carácter dessa «invasão», havendo autores que chegam a pôr em causa a existência dos «Jaga». Para complicar, no século XVII as fontes confundem-nos com os Imbangala. Uma excelente síntese problematiza todos esses aspectos e fornece úteis indicações bibliográficas: Paulo J. de Sousa Pinto, «Em torno de um problema de identidade: os «Jaga» na história do Congo e Angola», *Mare Liberum*, nº 18-19, 1999-2000, pp. 193-243. As referências de Sandoval, embora com evidentes estereótipos de matriz eurocêntrica e difíceis de datar com precisão, são, apesar de tudo, um contributo curioso e nunca referido para uma questão em que as fontes não abundam.

O número de escravos exportados anualmente a partir de Luanda continua a ser controverso. Por duas vezes, Sandoval se refere a esse quantitativo. Numa delas, a fonte que cita avança, para o ano de 1611, com dez a doze mil indivíduos (fl. 66); noutra, que, segundo se deduz, diz respeito a anos posteriores, o autor fixa-se num total de quinze mil pessoas (fl 54 v.). Nenhum desses números está muito longe do que é sugerido por fontes portuguesas e holandesas contemporâneas. Porém, o historiador inglês David Birmingham considera «muito pouco provável que um tal nível tivesse sido permanentemente mantido» no início do século XVII e acha mais realista apontar para uma média de cinco mil escravos por ano ⁴¹. A verdade é que se trata de números sempre provisórios, não devendo, porém, deixar-se de ter em conta que o contrabando equivalia ou eventualmente suplantava o volume do tráfico legal ⁴².

O jesuíta caribenho relata com detalhe (e alguns pormenores de um realismo impressionante) a forma como, em condições «normais» (uma vez que também havia doações, tributos, situações de captura pela força, etc.), eram adquiridos os escravos trazidos até Luanda.

«El ordinario modo y trato desta tierra en orden a rescatar las piezas de que hazen sus armazones para sacarlas a otras partes, es bien que le advertimos, y es: que los vezinos y moradores de Loanda, tienen algunos Negros, que llaman Pumberos ⁴³, que vale cada uno mil pesos. Estos se parten en

⁴¹ David Birmingham, *A África Central até 1870*. Luanda, ENDIPU/UEE, 1992, p. 76.

⁴² Em 1977, Henriqueta Vila Vilar chegou a calcular que, por cada escravo entrado legalmente na América Espanhola, eram introduzidos três de contrabando (cit. por A. V. Ortega, «Entre la necesidad...», p. 90).

⁴³ São, obviamente, os chamados *pumbeiros* ou *pombeiros*, também conhecidos, noutros contextos, por *aviados* ou *funantes*, entre várias designações. Ao que parece, o nome de *pumbeiros* provém, inicialmente, dos representantes dos comerciantes portugueses que, a partir da capital do reino do Congo, iam agenciar escravos à região de Mpumbu ou Pombo (ver nota 39). A designação *pumbo* adquire depois (?) o sentido de feira de escravos e a de *pumbeiros* tornou-se progressivamente extensiva a todos os intermediários do comércio de escravos, independentemente da sua cor e do lugar de onde partiam e onde chegavam. Ao abrir do século XVII (quando Sandoval compilava estas informações) eram, na sua maioria, mestiços ou negros, alguns deles escravos de confiança (como se infere, aliás, do texto), e dirigiam as caravanas que, a partir de Luanda, transportavam as mercadorias com que iam negociar cativos nas múltiplas feiras do interior (como se refere no texto) e os traziam, tocados pior que gado, até aos portos de embarque para as Américas (D. Birmingham, *A África...*, pp. 37 e 62; Luís António de Oliveira Mendes, *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brazil* [1793], Lisboa, Escorpião, 1977, pp. 43-48; Parreira, *Dicionário...*, p. 176).

compañía de otros que llaman Cargadores⁴⁴, llevando a costas la hazienda para el rescate⁴⁵ la tierra adentro, trecho de ochenta leguas, donde hallan unas grandes ferias⁴⁶, y juntos para rescatar en ellas muchos negros, a quienes llaman Genses⁴⁷, que quiere dezir mercaderes, que han venido de mas de doscientas y trecientas leguas con muchos Negros de diferentes Reinos, para rescatarlos por varias mercaderías a los Pumberos; los cuales en aviendo comprado se buelven a dar cuenta a sus amos, trayendo para prueba y testimonio de los que se les han muerto en el camino, algunas manos, que causa velias y sentir su hedor, horror y assombro» (fl. 67v. e 68).

Em Sandoval, como já ficou dito mais acima, a preocupação central é a da evangelização e do baptismo, o que, com a necessidade de comunicação com os potenciais catecúmenos, leva ao desenvolvimento de métodos a que atrás chamamos de antropologia física, de que é seguramente um dos pioneiros. Procura identificar as diferentes etnias pelo aspecto exterior («*conocerles la nación*»), inventariando, para isso, formas de diferenciação, nomeadamente penteados, incisões e escarificações no rosto e alterações dentárias, para saber em que língua devia interpelar cada indivíduo, com vista à sua catequização. Também fez isso em relação às etnias de Angola forçadas a embarcar para a América central, acrescentando, neste caso, avaliações de capacidades e de qualidades morais que, se se aproximam, claramente, dos estereótipos do comprador de escravos, são igualmente, por esse lado, significativas.

«De Loanda vienen de ordinario estas castas: Angolas⁴⁸, Congos o Monicongos, que es lo mesmo: Angicos, Monxiolos y Malembas⁴⁹, todas las cuales castas, y otras que tambien aunquen en poco numero, vienen

⁴⁴ Trata-se de *carregadores* mbundu, súbditos do *ngola* do Ndongo e, em geral, cedidos por este. A maior ou menor facilidade do seu recrutamento tinha a ver com as conjunturas regionais e o instável relacionamento das autoridades do Ndongo com as autoridades e os comerciantes portugueses.

⁴⁵ Essas mercadorias de resgate consistiam essencialmente em tecidos (europeus, do Norte de África e indianos) aguardente, tabaco e variados produtos manufacturados, incluindo quinilharia diversa.

⁴⁶ «Alem das feiras particulares que cada Senhor faz em suas terras, há outras gerais em certos passos a que concorrem de todas as partes» («Informação acerca dos escravos de Angola», 1582-1583, MMA, III, p. 227).

⁴⁷ *Guenze* (do kimbundu *Ngenzi*) significava efectivamente viajante, mercador, e, no Ndongo, adquirira mesmo o sentido específico de «negociante africano de escravos» (Parreira, *Dicionário...*, p. 50).

⁴⁸ Trata-se, naturalmente, dos habitantes do reino *ngola* do Ndongo.

⁴⁹ Aparentemente confunde-se a etnia com a região de onde provinha. Embora o topónimo *Malemba* surja noutras fontes, a sua localização é incerta (Parreira, *Dicionário...*, p. 159), situando-se, talvez, para lá dos limites orientais do Ndongo.

aunque entre si son diversas, suelen de ordinario ser cada una general *ad invicem* entre si, principalmente la Angola, la cual casi todas essotras naciones entienden. Son los negros destas castas los de menor valor y menor suerte, los mas innutiles y para poco de todas essotras naciones: los mas expuestos a enfermedades, que menos las resisten, pusilanimos de coraçon y que mas facilmente mueren. Conocense lo comun ser destas naciones, porque estas a diferencia de las demás, traen todos los hombres crecido el cavello por la parte anterior de la cabeza a modo de guirnalda. Y las mugeres hechas unas crinexas de sus cavellos retorzizados; todos tienen las orejas por agujerear, a diferencia de casi todas las demás naciones que las traen agujereadas: aunque algunos agujerean la una sola, que suele ser de ordinario ser la izquierda. Los mas tienen las sienes con muestra de averse las saxado en su tierna edad, aunque no tanto como los Ardas. Los Angicos tienen entre ceja y ceja una señal algo levantada y pintada. Otros unos cuadros vistosos en las sienes y entrecejo de cinco rayas delineadas de pintas yguales que hazen muy apasible rostro; y todos tienen los dientes agudos, labrados y apartados, a diferencia de los Malembas que les faltan los dos del lado inferior; y los de arriba correspondientes a estos tienen cortados al sezgo, y en las mexillas dos ordenes de pintas que les hermosea el rostro» (fl. 64v. e 65).

Os escravos chegados a Luanda eram concentrados na ilha de Luanda, por razões de segurança e pela acessibilidade em relação ao porto. O facto de se tratar de uma ilha, tornava desnecessário, diz-se noutro passo do texto, a imposição de grilhões mas não o estrito controlo de movimentos, passando o dia encerrados em recintos *ad hoc*. Atendendo a que a terra não era abundante em farinha, e a acreditar em Sandoval, a alimentação era sobretudo de peixe, peixe do rio Bengo («que es lo que harta las muchas armazones de negros, que todos los años salen de Angola», fl. 54).

Dada a especificidade jurídica da ilha (que continuava na soberania do rei do Congo), as instalações aí erguidas pelos europeus deviam ter um carácter improvisado, sendo seguramente de madeira e colmo. Mesmo o edifício (a que adiante se chama igreja) em que se procedia ao baptismo dos escravos não devia ser de outro material. Provavelmente, a situação não se alterara muito desde os fins do século XVI, altura em que o governador João Furtado de Mendonça (1594-1601) cede terras na ilha à Igreja, justificando essa intromissão em jurisdição alheia com o facto de o local concedido se destinar a ser «apenas ocupado por cubatas de capim provisórias para baptizar escravos»⁵⁰.

⁵⁰ D. Birmingham, *A África ...* p. 61.

O retrato que Sandoval dá da cerimónia do baptismo na ilha de Luanda e das interpretações que dela fazem os seus intervenientes são bem a medida do enorme fosso entre duas culturas, com a Igreja e a sociedade europeias a tentarem impor, sem avaliarem as circunstâncias nem as possibilidades, o cristianismo e os valores ocidentais, negando explicita ou tacitamente o que eram (ou os europeus julgavam ser) as crenças e os costumes africanos, incluindo os costumes alimentares. No essencial, tenta-se, através da religião, que os africanos procedam a uma auto-negação da sua identidade cultural, meio caminho para a subordinação e a submissão. No caso que vamos ver, exige-se-lhes que façam a sua desafricanização de forma quase instantânea, através de um acto isolado que, para os que baptizam, pode ter um significado transcendente mas que, para os que são baptizados, é, pouco mais que irrelevante⁵¹.

As informações que Sandoval utiliza foram recolhidas por jesuítas espanhóis (aparentemente em Sevilha) junto de traficantes portugueses de escravos e comunicadas por carta de 21 de Dezembro de 1622:

«En el Puerto de Angola, llamado Loanda, dicen y testifican los mesmos mercaderes de negros, que se an hallado presentes a sus baptismos, que los ministros y Curas que administran este Sacramento, a estos morenos, no hazen mas que juntarlos en hileras en la Iglesia, y a las vezes en la plaza, un dia antes que los embarquen, aviendolos tenido, hasta entonces encerrados, y aprisionados, porque no se vayan, y sin aver precedido Catecismo ninguno, ni averles enseñado siquiera quien es Dios, lo primero que les hazen, es irles diziendo a todos sus nombres, dandoselos escritos, porque no se olviden, hecho esto buelven a dar la buelta, echandoles sal en la boca a todos; y a la tercera buelta les hechan agua muchas vezes con hisopo, por la priesa; y assi se acaba el baptismo: y luego por medio de un interprete les hazen la platica siguiente; mirad que ya vosotros sois hijos de Dios, vais a las tierras de los Españoles donde aprendereis las cosas de la santa Fè, no vos acordeis mas de vuestras tierras, ni comais perros, ratones, ni cavallos, id de buena gana, etc.

Y venido a averiguar el concepto que los baptizados an hecho de su baptismo, dicen unos que pensaron era cosa de hechicería para comer-

⁵¹ Aliás, Sandoval está consciente deste facto, que aborda, com notável sentido das realidades, em várias ocasiões (ver, sobretudo fls. 254-256). Acredita, porém, até pela sua própria convicção religiosa, que basta uma breve catequização na língua e na linguagem adequadas para que o baptismo seja aceite não só de forma voluntária como com adesão profunda.

selos los Españoles, y otros pensavan que assi los disponian para hazerlos polvora, y los que mejor entienden, y responden dizen, que su corazón no les dixo nada (que es frase suya) y añade, que ellos eran bozales, y que no supieron ni entendieron nada, de lo que se hizo con ellos» (fl. 233v. e 234).

Ainda a propósito da questão dos baptismos em Angola, Sandoval junta, em seguida, os testemunhos de dois portugueses, capitães de navios, recolhidos em Sevilha em Janeiro de 1614, que confirmam o relato anterior. Um dos capitães, Gaspar (ou Pascoal) Carvalho, que, nos últimos vinte anos, havia estado vinte vezes na cidade de Luanda, afirma que, numa manhã, se costumam baptizar setecentos negros e que, naquele ano, vira baptizar seiscentos ou setecentos em três ou quatro horas, acrescentando que «el Cura haze esto lo mas de priessa que puede, por ser la tierra muy calurosa, y quererse yr» e que, como a cidade fica a cerca de uma légua, se acontece haver vinte ou trinta escravos comprados depois de realizada aquela cerimónia, são embarcados sem serem baptizados, pois não há clérigo que lá queira ir (fl. 246v. e 247). Um outro capitão português, Álvaro Pereira, testemunhou no mesmo sentido (fl. 247). Sandoval agrega ainda mais uma opinião, a do Padre Geronimo Vogado⁵², em carta datada de 18 de Novembro de 1621:

«Acerca de lo que V. R. dessea saber, sobre los baptismos de los esclavos, digo que me parece no van bien baptizados, y que deven ser rebaptizados, *sub conditione*, porque la diligencia que con ellos se haze, es casi ninguna; porque les preguntan a todos juntos, o a muchos un día antes de la partida, si quieren ser Christianos, y con pocas mas palabras los baptizan, sin ellos saber la Fè que reciben. Desta negligencia tengo avisado muchas vezes al Obispo, que Dios tiene, y a los Vicarios generales y al Vicario de la Iglesia matriz, que es el que los baptiza, o manda baptizar, y lleguè a predicarlo en la Iglesia Matriz...» (fl. 247 v.).

Bem ou mal baptizados (o padre Sandoval não diria isto com tanta ligeireza), os escravos eram conduzidos para bordo, constitu-

⁵² O padre jesuíta Jerónimo Vogado foi reitor do colégio de Luanda, pelo menos desde 1617 a 1622 e, depois de uma saída forçada em 1623-1624, voltou a Angola, onde ainda se encontrava em 1639 (Francisco Rodrigues, S. J., *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal*, 6 vols., Porto, Apostolado da Imprensa, 1931-1944. Tomo 3º, vol. II, p. 291). Familiar de Fernão Vogado Sottomayor, que fora feitor régio, são ambos suspeitos, em 1622, de obterem lucros ilícitos através do comércio de escravos para o Brasil e Índias espanholas, para onde despachariam navios sem pagarem os respectivos direitos («Relação de António Dinis», 1622, *MMA*, VII, p. 69).

indo uma *armação* quando o navio carregava trezentos a seiscentas «peças». Se a carga era menor que isso, o conjunto tinha o nome de *lote* (fl. 72). Relata-se, no entanto, pelo menos o caso de um navio fazendo o percurso Luanda- Cartagena de Índias com novecentos escravos embarcados (fl. 67v.). Escusado será dizer que se, em situação normal, as condições de transporte já eram dantescas, assumiam o inominável à medida que crescia o total de passageiros forçados.

«Y como en la isla de Loanda pasan tanto trabajo (...) y el mal tratamiento de comida, bebida y pasadia, es tan malo, dales tanta tristeza y melancolía, juntándoseles la viva y cierta persuacion que traen de que en llegando han de sacar azeite dellos o comerselos, que vienen a morir desto el tercio en la navegacion⁵³, que dura mas de dos meses; tan apretados, tan asquerosos y tan maltratados, que me certifican los mesmos que los traen que vienen de seis en seis con argollas por los cuellos en las corrientes, y estos mesmos de dos en dos con grillos en los pies, de modo que de pies a cabeza vienen aprisionados; debaxo de cubierta, cerrados por de fuera, do no ven sol ni luna, que no ay Español que se atreva a poner la cabeça al escotillón sin almadiarse, ni a perseverar dentro una ora sin riesgo de grave enfermedad. Tanta es la hediondez, apretura y miseria de aquel lugar. Y el refugio y consuelo que en el tienen, es comer de veynte y cuatro a veinte y cuatro horas, no mas que una mediana escudilla de harina de maiz o de mijo, o millo crudo, que es como el arroz entre nosotros; y con el un pequeño jarro de agua, y no otra cosa; sino mucho palo, mucho azote y malas palabras. Esto es lo que comunmente passa con los varones; y bien pienso que algunos de los Armadores los tratan con mas benignidad y blandura, principalmente ya en estos tiempos. Con este regalo pues y buen tratamiento⁵⁴ llegan hechos unos esquiletos; sacanlos luego en tierra en carnes vivas, ponenlos en un gran patio o corral (...). Si en este lugar los sanos no enferman, todavía es de algún refrigerio la vida del tiempo que están en el, por ordenar-se a engordarlos para poderlos vender con mas ventajas; mas como los pobres han padecido tanto, nada basta para que no enfermen muchos en llegando; (...) con lo cual la casa y armazon a pocos dias està hecha un hospital de enfermos, de donde se puebla el sementerio de muertos, acabando unos de camaras que les dan crueles, de dolor de costado, de rezias calenturas, otros de virue-

⁵³ Este mais do que justificado estado depressivo era designado em Angola por *banzo* e, nos fins do século XVII, o padre Labat chamava-lhe «melancolia negra». Muitas vezes levava à morte por suicídio violento ou por inanição, na crença de que, pela morte, se voltaria à terra de origem. Em kimbundu *mbanza* é a aldeia natal. Terá sido daí que veio *banzo*, saudeade exacerbada do mundo que se perdeu (António Brásio, *História e Missiologia*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973, pp. 747-748).

⁵⁴ Vale a pena chamar a atenção para a ironia do autor, mesmo se a situação é macabra.

las, tavidillo y sarampion, y de un mal que llaman de loanda incurable, con que se les hincha todo el cuerpo, y pudren las encías, de que suelen morir de repente⁵⁵; el cual mal se les engendra parte en la isla (de que la enfermedad toma este nombre) parte con los malos mantenimientos» (fl. 72v e 73).

Como já foi dito acima e como se vê nos extractos transcritos, Sandoval está longe de ficar indiferente ao sofrimento dos escravos. E, naturalmente, embora sem chegar a dar à questão a resposta que, aos olhos do presente, seria o seu corolário lógico, a verdade é que o problema da legitimidade da escravatura também o preocupou e é uma dúvida que arremete à consciência de muitos dos seus interlocutores. Um deles foi o padre jesuíta Luís Brandão⁵⁶, na altura reitor do colégio de Luanda, que responde em carta datada desse colégio em 21 de Agosto de 1611. Pela crueza da sua sinceridade (reforçada provavelmente pela convicção de que se tratava de correspondência privada entre membros da mesma ordem religiosa), tornou-se num texto frequentemente utilizado para ilustrar a atitude da Igreja Católica face ao drama da escravatura. Citado algumas vezes autonomamente da *De instauranda Aetiopum salute*, acabou por tornar-se quase mais conhecido do que esta. Apesar da relativa extensão do texto, vale a pena fazer a transcrição completa da tradução para castelhano feita por Sandoval (a única versão que chegou até nós):

«Pax Christi &c. Recibi una de V[uestra] R[everencia] de 12 de Março de 1610 y tuve gran consolacion con la invencion que nuestro Señor dio a la Compañia para llevar essas almas al cielo, en la cual obra V[uestra] R[everencia] tiene tanta parte. V[uestra] R[everencia] se persuada que haze muy gran servicio a Dios, y que ha de ser bien remunerado el trabajo excesivo, y enfado extraordinario que ha de tener con essa gente negra. Y hablo como experimentado, porque los que estamos en este Collegio, tenemos mucho trabajo aun con los mes-

⁵⁵ No final do século XVIII, Oliveira Mendes ainda se refere a esta doença, que seria causa de uma elevada mortalidade, caracterizando-a pelas hemorragias e desinteria que provocava (L. A. de Oliveira Mendes, *Memória...*, pp. 56-57). Ao contrário de Oliveira Mendes, que distingue as duas doenças, a maioria dos autores identificam o «mal de Luanda» com o escorbuto, o que, aliás, parece ser consentâneo com os sintomas apontados por Sandoval.

⁵⁶ Luís Brandão, natural do Porto, onde nasceu cerca de 1575, entrou na Companhia na década de 1590; ensinou Teologia Moral, recebeu o grau de Mestre em Artes e foi nove anos (provavelmente entre 1608 e 1616), reitor do Colégio de Luanda (F. Rodrigues, *História da Companhia de Jesus...*, Tomo 3º, vol. II, pp. 254-255).

mos negros ladinos: mucho mas nos tiene Christo merecido. Escriveme V[uestra] R[everencia] se holgaria saber si son bien cautivos los negros que allá van. A lo que respondo que me parece no devia tener V[uestra] R[everencia] escrupulo en esto. Porque esto es cosa que la mesa de la conciencia en Lisboa⁵⁷ nunca reprehendio, siendo hombres doctos y de buenas conciencias. Demas que los Obispos que estuvieron en S. Thome. Cabo Verde y en esta Loanda siendo hombres doctos y virtuosos. nunca lo reprehendieron. Y nosotros [os padres jesuítas] estamos aqui ha cuarenta años, y estuvieron aqui Padres muy doctos, y en la Provincia del Brasil donde siempre hubo Padres de nuestra Religion eminentes en letras, nunca tuvieron este trato por illicito: y assi nosotros, y los Padres del Brasil compramos estos esclavos para nuestro servicio sin escrupulo ninguno. Y digo mas, que quanto alguien podia escusar de tener escrupulos, son los moradores de essas partes, porque como los mercaderes que llevan estos Negros, los llevan con buena fe, muy bien pueden comprar a tales mercaderes sin escrupulo ninguno, y ellos los pueden vender, porque es comun opinion, que el poseedor de la cosa con buena fê, la puede vender y se le puede comprar: y el Padre Sanchez⁵⁸ assi lo trae en su tomo de Matrimonio, resolviendo assi esta duda de V[uestra] R[everencia]. Por lo qual mas escrupulo podemos tener los que acá estamos, que compramos estos Negros a otros Negros, y a personas que por ventura los hurtaron. Mas los Mercaderes que los llevan fuera de aqui, no saben desto, y assi con buena conciencia los compran, y allá con buena conciencia los venden. Verdad es, que tengo hallado por cierto, que ningún Negro dize ser bien cautivo y assi V[uestra] R[everencia], no les pregunte, si son bien cautivos, o no, porque siempre han de dezir que fueron hurtados y cautivos con mal titulo. entendiendo que desta manera les darán libertad. Tambien digo que en las ferias donde se compran estos Negros, algunos vienen mal cautivos, porque fueron hurtados, o los mandan vender los señores de las tierras por cosas tan leves, que no merecen cautiverio: mas estos no son muchos, y buscar entre diez o doze mil Negros, que cada año salen deste puerto, algunos mal cautivos, es cosa imposible por mas diligencias que se hagan. Y perderse tantas almas que de aqui salen, de las cuales muchos se salvan, por no ir algunos mal cautivos, sin saber cuales son, parece no ser tanto servicio de Dios, por ser pocas, y las que se salvan ser muchas y bien cautivas. Cerca del cautiverio destes Negros ay acá muchos modos, conforme a sus leyes y costumbres, y la mayor parte son titulos bastantes para cautiverio. Mas

⁵⁷ A Mesa da Consciência e Ordens, o tribunal criado em 1532 por D. João III para, entre outras funções, julgar os casos que «tocavam à obrigação da sua consciência».

⁵⁸ Refere-se, provavelmente, ao padre jesuíta cordovês Tomás Sanchez (1551-1610), autor, entre outras obras, de umas *Disputationes de Sancto Matrimonii sacramento*, Antuérpia, 1607, que foram objecto de várias reedições.

desto no puedo dezir a V[uestra] R[everencia] mas que esto, por ser cosa muy larga, ni tampoco de sus ritos y costumbres, porque ni tengo tiempo, ni salud para lo hazer etc.» (fl. 66-67).

Esta resposta podia ter sossegado as dúvidas do padre Sandoval. Não aconteceu assim. Independentemente das suas diligências em relação a outras regiões de África, continuou, no caso de Angola, a ouvir mercadores participantes no tráfico de escravos e alguns deles revelavam-lhe mais escrúpulos do que os que o Padre Brandão queria dar a entender. Aliás, o reitor de Luanda pretendia cortar a direito num assunto que era incómodo para todos, mas principalmente para a Igreja. Todavia, é preciso dizer que, embora seja absolutamente certo que a maioria da Igreja católica, independentemente da hierarquia, teve uma posição temporizadora ou, no mínimo, ambígua em relação à questão da escravatura, é sabido que nem todas as vozes participaram no mesmo coro. Mesmo em Portugal (com particulares responsabilidades neste campo), além do exemplo mais conhecido e significativo – o do padre Fernando de Oliveira – outros houve, como o do bispo de Cabo Verde D. Frei Pedro Brandão e não só⁵⁹, que assumiram posições críticas, ainda que sejam apenas exceções que, também neste caso, servem para confirmar a regra.

Quanto à questão da compra e venda de escravos pelos próprios jesuítas, embora fosse aqui prática corrente (como, já vimos, noutros locais), não é verdade que não tivesse recebido qualquer reparo. Em 1569, em 1571 e em 1584 (com uma frequência que mostra efectivamente a sua ineficácia) o Superior Geral dos jesuítas manifestou-se contra esse costume e mandou que as casas da Companhia não tivessem escravos ao seu serviço. Em 1590, foi a vez de a Congregação Provincial de Portugal reafirmar, em vão, a proibição de os jesuítas angolanos negociarem com escravos. No entanto, quando, em 1593, o visitador Pedro Rodrigues passa por Luanda vindo do Brasil, acaba ele próprio por considerar que não havia escândalo em que os padres pagassem as suas dívidas com escravos, inclusivamente enviando-os para o Brasil, em cujas alfândegas, por privilégio real, não pagavam, aliás, direitos. E também aceita que os jesuítas tenham «os escravos indispensáveis ao serviço da casa», evitando, porém, a «multidão» que é «odiosa aos seculares

⁵⁹ Ver N. S. Gonçalves, *Os Jesuítas...*, pp. 99-102.

e para nós trabalhosa de sustentar». E, apesar de os Gerais terem voltado a proibir o comércio, os jesuítas de Angola continuaram a praticá-lo, mandando até comprar escravos nas feiras do interior (*pumbos*), pois, perguntava candidamente o superior Pedro de Sousa, em Maio de 1604, sem isso «donde nos à logo de vir a sustentação»? ⁶⁰

De qualquer forma, mesmo entre os jesuítas de Angola, nem todos parecem ter a mesma serena consciência do padre Brandão e do padre Sousa. Escrevendo, no despontar do século XVII, para o seu provincial, um dos religiosos do mesmo colégio de Luanda começava assim o seu informe:

«Mais de trinta annos ha que a Companhia entrou em Angola com Paulos [sic] Dias de Novaes primeiro Governador daquelle Reyno, donde pola misericordia de Deos tem levado muytos milhares de almas ao parayso, sorte melhor que a dos escravos, que outros dalli tiram, para os pesarem a ouro & prata nas Indias occidentaes & no Brasil...» ⁶¹

⁶⁰ Manuel Nunes Gabriel, *Os jesuítas na primeira evangelização de Angola*, Lisboa, Secretariado Nacional das Comemorações dos V Séculos, 1993, pp. 34-38; F. Rodrigues, *História da Companhia de Jesus...*, Tomo 2º, vol. II, pp. 557-564.

⁶¹ Fernão Guerreiro, *Relaçam annal [sic] das cousas que fezeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da India Oriental, & no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guíne, nos annos de seiscentos & dous & seiscentos & tres...*, Lisboa, 1605, fl. 125 [129] v.

A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO DE LUANDA NO PERÍODO FINAL DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS, 1781-1844

José C. Curto *

Raymond R. Gervais **

Os demógrafos e os historiadores sempre se queixaram da não-existência de fontes quantitativas, necessárias para a reconstrução do passado populacional de África, para o período anterior à viragem do século dezanove. Apesar de isto ser verdade para a maioria das regiões do interior do continente, está longe ser correcto para os centros urbanos costeiros sob o controle dos impérios europeus. Na realidade, existem muito mais dados sobre a população dessas cidades portuárias africanas, anteriores aos finais do século XIX, do que geralmente se julga. ¹ Um caso paradigmático é o de Luanda, a capital

* Department of History – York University

** Center for Developing Areas Studies – McGill University

¹ Veja-se, por exemplo, Raymond F. Betts, "Dakar: Ville Impériale (1857-1960)," in R. Ross e G. J. Telkamp, eds., *Colonial Cities: Essays on Urbanism in a Colonial Context* (Dordrecht, 1985), 193-206; António Carreira, "A Evolução Demográfica de Cabo Verde," *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* 24 (1969) 474-500; idem, "A Ilha de Maio, Alguns Aspectos Sociais e Demográficos," *Revista do Centro de Estudos de Demográficos* 18 (1970) 145-168; idem, "A Ilha de Maio, Demografia e Problemas Sociais e Económicos," *Revista do Centro de Estudos de Demográficos* 19 (1971) 31-73; idem, *Cabo Verde: Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* (2ª edição, Lisboa, 1983; originalmente publicada em 1972); idem, "O Primeiro 'Censo' de População da Capitania das Ilhas do Cabo Verde (1731)," *Revista de História e Economia Social* 13 (1984) 51-66; Henry J. Dubester, *Population Census and Other Official Demographic Statistics of Africa [Not Including British Africa]: An Annotated Bibliography* (Washington, 1950); Marie Hélène Knight-Baylac, "La vie à Gorée de 1677 à 1798," *Revue française d'Histoire d'Outre-Mer* 57 (1970) 377-420; Robert R. Kuczynski, *Demographic Survey of the British Colonial Empire* Vols. 1 e 2 (London, 1948-1949); John R. Pinfold, *African Population Census Reports: A Bibliography and Checklist* (Munich, 1985); Robert Ross, "The 'White' Population of

colonial de Angola, sobre a qual foi encontrado, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa², um grande número de censos dos finais do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

Abrangendo o período que vai dos inícios de 1770 até meados de 1840, estes documentos quantitativos constituem uma mina de informação, fornecendo pistas, que, de outro modo, não se poderiam obter, sobre a população de Luanda durante um período crucial da sua história. Em primeiro lugar, permitem-nos não só compreender como a administração central de Lisboa entendia a produção de dados demográficos sobre as colónias, como também visualizar os habitantes de um distante entreposto do império português no atlântico-sul. Em segundo lugar, estes censos fornecem uma oportunidade única para reconstruir a evolução geral dos habitantes de Luanda. Em terceiro lugar, uma vez que a capital colonial de Angola era, naquele tempo, uma das cidades portuárias que mais exportava escravos ao longo da costa oeste de África, estes dados permitem-nos determinar os efeitos que o comércio atlântico de escravos teve numa população específica durante um determinado período de tempo. Começaremos com uma análise do contexto em que se inseriram os censos de Luanda. Examinaremos, em seguida, a produção destas fontes quantitativas, realçando a informação aí contida, indicaremos as áreas mais problemáticas destes dados, e apontaremos os meios

South Africa in the Eighteenth Century," *Population Studies* 29 (1975) 217-230; idem, "Cape Town (1750-1850): Synthesis in the Dialectic of Continents," in Ross and Telkamp, *Colonial Cities*, 105-121; University of Texas, Population Research Center, *International Census Bibliography: Africa* (Austin, 1965); José C. Venâncio, "Espaço e Dinâmica Populacional em Luanda no Século XVIII," *Revista de História Económica e Social* 14 (1984) 67-97; e A. McDaniel, *Swing Low Sweet Chariot: The Mortality Cost of Colonizing Liberia in the Nineteenth Century* (Chicago, 1995).

² Estes documentos são parte de uma coleção de 350 censos populacionais abrangendo Luanda, Benguela, e as subdivisões militares-administrativas interiores de Angola, sob domínio efectivo ou nominal dos portugueses, de 1773 a meados de 1840. Os relatórios desta coleção aparecem em José C. Curto, "The Angolan Manuscript Collection of the Arquivo Histórico Ultramarino, Lisbon: Toward a Working Guide," *History in Africa* 15 (1988) 163-189; e idem, "Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África: uma análise dos principais estudos quantitativos," *Revista Internacional de Estudos Africanos* 14-15 (1991) 274. A descrição completa destes censos populacionais de Angola pode ser encontrada em idem, "Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa: The Case of Angola, 1773-1845," *Annales de démographie historique* (1994) 319-338. O Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA) não parece possuir quaisquer dados sobre os censos de Luanda que não existem no AHU.

para a sua utilização. Seguidamente, daremos uma visão geral das mudanças demográficas mais significativas que aconteceram. O nosso artigo terminará com uma explicação das transformações ocorridas na população entre 1781 e 1844.³ Este artigo aborda de forma directa três grandes problemáticas. Uma é o continuado estudo a-histórico da demografia de África, onde “a ausência de uma compreensão histórica dos factos e dinâmicas das populações africanas, baseada numa investigação centralizada e local, levou à criação e perpetuação de mitos notáveis sobre as populações africanas do passado.”⁴ Outra envolve as “lacunas significativas de investigações anteriores, com muito pouca substância disponível relativamente a alguns dos maiores portos de comércio escravo,”⁵ que limitam a historiografia da África ocidental. E por ultimo mas não menos importante, abordaremos a falta de “qualquer tentativa de observar as ligações entre os portos de comércio escravo à volta do Atlântico,”⁶ uma lacuna que limita grandemente a nossa compreensão do comércio escravo numa perspectiva verdadeiramente atlântica.

I. O contexto administrativo dos censos de Luanda

A produção de dados quantitativos sobre população, no que se refere a Luanda, tem uma longa história. Fundada em 1576 como o porto marítimo a partir do qual os portugueses iriam construir a colónia de Angola, a administração colonial embrionária aí estabelecida logo começou a produzir estatísticas sobre os seus habitantes. A partir dos finais de 1590, os eclesiásticos começaram a registar os

³ Os autores gostariam de agradecer a Dennis D. Cordell, Manolo G. Florentino, Danielle Gauvreau, Paul E. Lovejoy, Joseph C. Miller, Marc Stein, e aos revisores anónimos desta Revista pelas suas críticas construtivas e comentários sobre esboços anteriores deste artigo. Aplicam-se as regras usuais constantes da cláusula de desresponsabilização.

⁴ Dennis D. Cordell, “African Historical Demography in the Years since Edinburgh,” *History in Africa* 27 (2000) 61.

⁵ Robin Law e Silke Strickrodt, “Introduction,” in Robin Law e Silke Strickrodt, eds., *Ports of the Slave Trade (Bights of Benin and Biafra): Papers from a Conference of the Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, June 1998* (Stirling: Occasional Paper No. 6, Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999), 2.

⁶ David Eltis, Paul E. Lovejoy, e David Richardson, “Slave-Trading Ports: Towards an Atlantic-Wide Perspective,” in *ibid.*, 12.

baptizados, casamentos e funerais que celebravam nesta nova cidade portuária de África central ocidental, de forma a que os acontecimentos importantes pudessem ser devidamente registados.⁷ Sensivelmente nessa mesma altura, o pessoal administrativo começou a contagem dos soldados do governo estacionados em Luanda, onde a maioria das tropas coloniais tinham a sua base⁸, de modo a calcular a força ou debilidade militar da colónia emergente. Por último, a população crescente deste centro costeiro urbano tornou-se, igualmente, objecto de estatísticas agregadas,⁹ possivelmente com o intuito de determinar as suas responsabilidades fiscais. Contudo, estas estatísticas populacionais eram muito limitadas no seu âmbito. Desta forma, enquanto que os acontecimentos impor-

⁷ Em Portugal, a produção de registos paroquiais das estatísticas vitais, requerida pelo Concílio de Trento em 1563, foi institucionalizada pelas *Constituições de Coimbra* de 1591. Mais tarde, na mesma década, este requisito foi alargado às colónias portuguesas. Veja-se Maria L. Marcílio, "Dos Registos Paroquiais à Demografia Histórica no Brasil," *Anais de História* 2 (1971) 85-86 e M. Felix, "Les registres paroissiaux et l'état civil au Portugal," *Archivum* 8 (1958) 89-94. No caso de Luanda, contudo, os registos conhecidos mais antigos de baptismos, casamentos e funerais, datam apenas dos finais da década de 1730. Veja-se Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira: O Homem e a Sua Época* (Luanda, 1990), 273. No que diz respeito aos registos dos baptismos, especificamente, existe documentação para certas partes do vizinho Reino do Congo a partir dos inícios de 1600. Veja-se John K. Thornton, "Demography and History in the Kingdom of Kongo, 1550-1750," *Journal of African History* 18 (1977) 507-530.

⁸ A primeira contagem deste género foi na realidade feita pelos jesuítas em 1594. Veja-se "História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus, 1 de Maio de 1594," in António Brásio, ed., *Monumenta Missionaria Africana* 1ª série 4 (1954) 565. A partir do final do século XVI, esta informação passou a ser da responsabilidade de cada recém-nomeado Governador. Veja-se "Regimento do Governador de Angola (Manuel Pereira Forjaz) 26 de Março de 1607," in Brásio, *Monumenta Missionaria Africana* 1ª série 5 (1955) 266-267 e a "Relação da gente de guerra, artilharia e munições de Angola (Agosto e Setembro de 1625?)," in Beatrix Heintze, ed., *Fontes para a História de Angola do Século XVII: Memórias, Relações, e outros Manuscriptos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa, 1622-1635* (Estugarda, 1985), vol. 1, 165-169.

⁹ O anónimo "Estabelecimento e Resgates Portuguezes na Costa Occidental de Africa, 1607," in Luciano Cordeiro, ed., *Viagens, Explorações e Conqistas dos Portuguezes: Collecção de Documentos* (Lisboa, 1881), 22, menciona cerca de 300 europeus residentes em 1607; Garcia Mendes Castello Branco, "Da Mina ao Cabo Negro: 1574-1620," in *ibid.*, 31, enumera cerca de 400 em 1620; Diogini de Carli da Piancenza e Michel Angelo da Reggio, "A Voyage to Congo in the Years 1666 and 1667," in John Churchill, ed., *A Collection of Voyages and Travels* (London, 1732), vol.1, 485-519, regista 3000 em meados da década de 1660; Giuseppe Monari da Modena, in Evaristo Gatti, *Sulle Terre e sui Mari* (Parma, Italy 1931), 111, mostra 5000 em 1711; e Rosario del Parco in L. Jadin, "Aperçu de la Situation au Royaume du Congo," *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome* 35 (1963) 359, regista apenas 500 por volta de 1760.

tantes registados diziam respeito exclusivamente à população cristã, a maioria das contagens militares e estimativas agregadas de população preocupavam-se acima de tudo, e em primeiro lugar, com os europeus.¹⁰ Só no último terço do século XVIII começaram a ser produzidas estatísticas mais completas sobre os residentes de Luanda.

Muito influenciado pela preocupação do Iluminismo pelos dados estatísticos, o Marquês de Pombal desenvolveu, durante os últimos anos do seu reinado como governante *de facto* de Portugal (1750-1777), um enorme interesse em obter informação quantitativa precisa sobre a população que residia nas colónias do ultramar. Como acontecia com os contemporâneos impérios Britânico, Francês e Espanhol, as razões desta nova preocupação de Pombal eram ao mesmo tempo militares e fiscais. No caso de Angola, não só era a colónia objecto de um crescente invasão da França e Inglaterra, como também as receitas que gerava para a coroa portuguesa tinham vindo a diminuir lentamente devido à quebra na exportação de escravos. Como forma de se preparar para os perigos associados ao aumento da presença de impérios estrangeiros, e para determinar a quantidade de impostos que podia ser cobrada aos indivíduos sob o domínio, efectivo ou nominal, português, Pombal decidiu implementar a prática dos censos em Angola.¹¹

Em 1772, Pombal pediu ao Ministro responsável pelas colónias portuguesas ultramarinas, Martinho de Melo e Castro, para elaborar um conjunto de instruções para António de Lencastre, o recém-nomeado governador de Angola, muito diferentes daquelas dadas a anteriores nomeados. As novas directivas ordenavam, especificamente, que se fizessem censos nos centros costeiros urbanos, na África central ocidental, sob o domínio português.¹² O Governador

¹⁰ No caso específico das estimativas agregadas da população existem três excepções. O anónimo "Mapa das regiões circunvizinhas de Luanda com uma minuciosa descrição." in Heintze, *Fontes para a História de Angola do Século XVII*, vol. 1, 163-164, avança com um pouco plausível total de 40000 almas em 1622. Este mesmo número é igualmente mencionado por um missionário dos finais da década de 1670. Veja-se a Carta de Fra Paolo Francesco del Porto-Mauricio, 8 de Maio de 1679, in E. de Jonghe e Th. Simar, eds., *Archives Congolaises* (Brussels, 1919), 100. Por último, Antonio Zuchelli, *Relazione del Viaggio e Missione di Congo* (Venice, 1712), 102, indica 50000 residentes nos finais da década de 1690, dos quais 40000 estão registados como negros, 6000 como mulatos, e 4000 como brancos.

¹¹ Curto, "Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa," 322.

¹² Veja-se Carlos A. M. de Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da Sua Actuação* (Luanda, 1972), 110.

Lencastre chegou à capital colonial de Angola no final de 1772. Dentro de um ano, já tinha enumerado todos os habitantes de Luanda.¹³ Esta foi a primeira contagem real da população feita na colónia.

Nos anos imediatamente a seguir à contagem de 1773, não foram feitas mais contagens da população em Luanda. Pombal foi retirado do seu cargo em 1777 e, a partir daí, o interesse metropolitano na informação quantitativa sobre os habitantes da capital colonial de Angola diminuiu.¹⁴ Uma segunda contagem só voltou a ser organizada durante 1781.¹⁵ Para além disso, tiveram de se passar mais dezasseis anos para que fossem realizados outros censos nesta cidade.

Em 1796, Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Francisco Innocência de Sousa Coutinho, que tinha governado Angola (1764-1772) durante parte da era Pombal, sucedeu a Martinho de Melo e Castro como Ministro das Colónias Ultramarinas Portuguesas. Sousa Coutinho herdou dois problemas prementes do seu predecessor: primeiro, tanto a França como a Inglaterra intensificaram a sua invasão ao longo da costa angolana, durante a década de 1780 e a primeira metade da década de 1790; em segundo lugar, o problema do aumento das receitas da Coroa na colónia continuava sem solução. Para fazer face à ameaça gerada pela invasão de potências

¹³ "Mappa das pessoas que Rezidem nesta Cidade de São Paulo d'Assumpção. R.no de Angolla, nas quaes senão comprehendem Mellitares [1773]." Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, Cx. 57, Doc. 34. De acordo com a terminologia utilizada no AHU, Cx. significa *caixa*, enquanto que Doc. se refere a documento.

¹⁴ Note-se que, tanto em 1777 como em 1778, foram realizadas contagens por toda a colónia de Angola: "Mappa de todos os Moradores, e Habitantes deste Reyno de Angola, e suas conquistas 1777," AHU, Angola, Cx. 61, Doc. 87; e "Mappa de todos os Moradores, e Habitantes deste Reyno de Angola, e suas conquistas 1778," AHU, Angola, Cx. 62, Doc. 67. Estes censos estão publicados em *Arquivos das Colônias* 3 (1918) 176 e 178, respectivamente. Teoricamente, cada um deles abrangia Luanda e o seu interior. Veja-se Curto, "Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em Africa," 255. Contudo, a capital colonial de Angola não era, nessa altura, objecto de um censo específico. Uma análise das contagens populacionais de 1777-1778 pode ser encontrada em John K. Thornton, "The Slave Trade in Eighteenth Century Angola: Effects on Demographic Structures," *Canadian Journal of African Studies* 14 (1980) 417-427.

¹⁵ "Relação dos Habitantes desta Cidade de São Paulo d'Assumpção do Reyno de Angolla no anno de 1781," AHU, Angola, Cx. 64, Doc. 64. Todavia, as directivas ordenando a sua produção não foram localizadas entre a documentação angolana nem no AHU nem no AHNA.

imperiais estrangeiras, e para calcular a quantidade de impostos que podia ser cobrada da população sob o domínio, efectivo ou nominal, de Portugal, Sousa Coutinho decidiu não só retomar a prática dos censos em Angola, como também tornar a produção de dados demográficos numa operação anual.¹⁶

No dia 14 de Setembro de 1796, Sousa Coutinho enviou uma circular ao Governador de Angola ordenando que fossem realizados, anualmente, a partir daí, censos da população de todos os *presídios* ou unidades militar-administrativas do interior, distritos e cidades portuárias da colónia.¹⁷ Esta nova directiva levou, logo no início de 1797, a uma terceira contagem em Luanda.¹⁸ Seguiu-se-lhe, no final de 1797,¹⁹ uma quarta contagem populacional. Deste modo, a prática dos censos institucionalizou-se, tendo sido realizadas contagens em Luanda, quase sempre todos os anos.

Na realidade, de 1798 até ao final de 1832, realizaram-se, pelo menos, vinte e cinco censos dos habitantes de Luanda, de que se tenha conhecimento.²⁰ Contudo, uma série de factores impediam, periodicamente, a produção local de informação demográfica e

¹⁶ Curto, "Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa," 327.

¹⁷ Sousa Coutinho para o Governador Manuel de Almeida e Vasconcelos, 14 de Setembro de 1796, AHNA, Códice 253, fls. 102v-104v. Veja-se também do Governador Miguel António de Melo para Sousa Coutinho, 3 de Dezembro de 1797 e 21 de Novembro de 1797. *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 66-67 (1959) 151 e 2ª série, nos. 37-40 (1938) 19-23, respectivamente. Caio Prado, Jr., *The Colonial Background of Modern Brazil* (Berkeley, 1967), 26, mostra que por volta da mesma altura, instruções similares, se não iguais, foram também enviadas para os governadores do Brasil. A directiva de 1796 representa, assim, uma tentativa de retomar a prática dos censos na maior parte do império sul-atlântico português.

¹⁸ "Mappa das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade de São Paulo d'Assumpção em observencia das Reaes Ordems de Sua Magestade de que he Sargento Mor, & Commandante Joze de Abreu Castello Branco Pimentel, demonstrando-se igualmente todos of fogos a elle respectivos [1796]." AHU, Angola, Cx. 86, Doc. 6.

¹⁹ "Mappa do Estado actual das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade [São Paulo d'Assumpção, 1797] bem como dos Indviduos que Servem nas Tropas pagas desta mesma Cidade e a final a demonstracção que produzio a Revista passada em o 1o de Janeiro do Corrente anno por Ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Dom Miguel Antonio de Mello," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41.

²⁰ Veja-se a Tabela I. Um documento extraordinário encontrado no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Luanda (AHBML), Códice 45, contém os resultados dos censos anuais relativos ao sexto bairro da cidade, Nossa Senhora do Rosario, entre 1822 e 1832. Isto sugere que também se realizarem censos por toda a Luanda em 1822, 1824, 1827, e 1828. Veja-se igualmente a nota 21.

quantitativa.²¹ Durante 1800-1801, por exemplo, a incerteza causada pela guerra na Europa e a preocupação do governo colonial de Angola em ultrapassar a resistência a reformas fiscais, parece ter interrompido a produção da maior parte dos dados administrativos. Do mesmo modo, as perturbações provocadas pela fuga da corte portuguesa para o Brasil, arrastando atrás de si a maioria da nobreza, burocracia e classe mercantil, parecem ter coarctado, de forma efectiva, as tentativas de compilação da informação numérica, em 1808 e em 1809. As revoltas provocadas pela tentativa da metrópole em forçar a Coroa portuguesa a regressar a Lisboa, e a subsequente declaração de independência do Brasil, parecem, por

²¹ Estão disponíveis alguns números para alguns dos anos em falta. Raimundo José da Cunha Matos, *Compendio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal nos Mares e Continentes da Africa Oriental e Ocidental* (Rio de Janeiro, 1963, mas escrito durante os meados da década de 1830), 332, elaborado a partir de um Relatório da Comissão Ultramarina das Côrtes Portuguesas, fornece informação quantitativa sobre a população branca e mulata de Luanda em 1821. Contudo estes números são exactamente os mesmos que os encontrados no censo de 1819. Baseado em informação fornecida pelo Conde António de Saldanha da Gama, Governador de Angola durante 1807-1810, T. Edward Bowdich, *An Account of the Discoveries of the Portuguese in the Interior of Angola and Mozambique* (London, 1824), 8, enumera, por outro lado, a população de Luanda, em cerca de 8000, incluindo 1500 tropas governamentais. Cunha Matos, *Compendio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal*, 333, fornece igualmente informação sobre a população da capital colonial de Angola em 1828, enumerando 5128 habitantes. Outros números para 1828 são fornecidos por Jean Baptiste Douville, *Voyage au Congo et dans l'intérieur de l'Afrique équinoxiale 1828, 1829, 1830* (Paris, 1832), vol. 1. Na pág. 39 é feita uma listagem de um total de 5152 habitantes. Mas na pag. 258, Douville fornece números ligeiramente diferentes: total da população 5200, incluindo 2050 homens e 3150 mulheres, dos quais 1700 eram escravos. Os quase idênticos totais absolutos apresentados por Cunha Matos e Douville, para 1828, foram, provavelmente, retirados de um censo que já não existe nos arquivos de Portugal ou de Angola. Contudo outros números, desta vez dizendo respeito a 1833-1834, são fornecidos por Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, um mulato de Luanda exilado na metrópole, na sua *Memoria Geografica e Politica das Possessões Portuguezas n'Africa Occidental, que diz Respeito aos Reinos de Angola, Benguela e suas Dependencias* (Lisbon, 1834), 8. De acordo com esta fonte, a capital colonial de Angola tinha, então, uma população de entre 11000 a 12000 habitantes. Destes, 2000 eram brancos e 2000 a 3000 mulatos, enquanto que os restantes eram presumivelmente negros. Este cálculo é totalmente contrário aos números dos censos apresentados na Tabela III para 1830-1832. A razão poderá ser que Carvalho e Menezes incluiu no seu cálculo escravos transitórios, cativos que aguardavam ser embarcados para o outro lado do Atlântico. Uma outra fonte, Tito Omboni, *Viaggi nell'Africa Occidentale: Già Medico di Consiglio Nel Regno d'Angola e Sue Dipendenze Membro Della R. Accademia Peloritana di Messina* (Milan, 1855), 107, conta a população permanente de Luanda, em 1834, em cerca de 6000, um número relativamente próximo do encontrado nos censos do início da década.

sua vez, ter paralisado a administração colonial durante os inícios da década de 1820.²² Para além disso, a ansiedade criada entre os funcionários públicos locais devido à iminente proibição do comércio escravo no atlântico-sul e à incerteza da existência de Luanda sem o seu único capital económico (a exportação de escravos) explica, provavelmente, a produção esporádica de dados demográficos durante os finais da década de 20.²³

Se a prática dos censos em Luanda era periodicamente interrompida, entre os finais da década de 1790 até inícios de 1830, o processo parou por completo entre 1833 e 1844. Este último período foi particularmente complicado, caracterizado por um caos administrativo, resultando da sucessão de governos constitucionais em Lisboa e suas diferentes políticas coloniais, uma elevada, e pouca usual, mudança de governadores em Angola, e um cepticismo persistente em relação à própria existência da colónia, que se implantou a seguir à independência do Brasil e à proibição do comércio escravo no atlântico-sul.²⁴ Apesar de todos estes problemas, o governo central de Lisboa continuava a insistir junto dos governadores de Angola sobre a necessidade da produção de dados demográficos. Assim, nos finais de 1835, o governo central ordenou ao triunvirato, que governava naquela altura a colónia, para realizar e impulsionar os censos.²⁵ Contudo, esta directiva não obteve os resultados desejados. As instruções dadas a Lourenço Germack Possollo, que passou a governar Angola nos finais de 1843, solicita-

²² Sobre isto, veja-se especialmente, Joseph C. Miller, "Imports at Luanda, Angola, 1785-1823," in G. Liesegang, H. Pasch, e A. Jones, eds., *Figuring African Trade: Proceedings of the Symposium on the Quantification and Structure of the Import and Export and Long Distance Trade of Africa in the 19th Century (c. 1800-1913)* (Berlin, 1983), 180-183.

²³ Veja-se, por exemplo, Maria J. B. de Moraes Gomes, "Angola no Tempo do Governador Nicolau de Abreu Castelo Branco (1824-1830)," Tese de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, 1964; e Manuel dos A. da Silva Rebelo, *Relações Entre Angola e Brasil, 1808-1830* (Lisboa, 1970), 221-306. A proibição do tráfico escravo no Atlântico-sul tornou-se efectiva em Março de 1830.

²⁴ Os estudos mais importantes para este período são: Mário A. Fernandes de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-1851)* (Lisboa, 1981), especialmente 67-102; e Anne Stamm, "L'Angola à un Tournant de Son Histoire 1838-1848," Dissertação de Doutoramento não publicada, École Pratique des Hautes Études (Paris), 1972.

²⁵ Ver a sinopse desta directiva, datada de 30 de Outubro de 1835, in Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola*, 322.

vam, especificamente, que a prática dos censos fosse retomada.²⁶ No entanto, em meados de 1844, Lisboa continuava a recomendar veementemente a Possollo que este seguisse a directiva de 1835, indicando que as suas instruções sobre este assunto ainda não tinham sido aplicadas.²⁷ Muito provavelmente como resultado desta quantidade de directivas, realizou-se, finalmente, uma última contagem antes de 1850, nos inícios de 1845.²⁸

Depois de 1796, o governo central de Lisboa esperava sempre uma contagem anual da população de Luanda. Certamente que estaria consciente que os acontecimentos, tanto na capital colonial de Angola como noutros lugares do mundo atlântico, poderiam levar a uma interrupção periódica deste processo, como ocorreu durante a primeira e terceira décadas de 1800. Contudo, as directivas de 1835 e 1843-1844 mostraram que estas interrupções foram apenas aceitáveis durante alguns anos. Na mente dos administradores do governo central, os habitantes de Luanda haviam-se tornado bens quantificáveis de forma a serem melhor controlados para propósitos militares e fiscais.

II. A produção dos censos de Luanda, problemas e soluções

No total, entre 1773 e 1844, realizaram-se, que se saiba, pelo menos trinta censos da população de Luanda. Quem foi o responsável pela sua realização? No que se refere às primeiras contagens, existe muito pouca informação. O que se sabe é que as instruções de 1772, dadas ao Governador Lencastre, exigiam especificamente que ele pedisse aos magistrados locais e aos padres das paróquias, as

²⁶ "Instruções com que veiu o Senhor Governador Geral Lourenço Germack Possollo," 28 de Outubro de 1843. *Arquivos de Angola* 1^a série, no. 15 (1936) 708 e 712.

²⁷ Veja-se a sinopse desta carta datada de 19 de Agosto de 1844, in Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola* 329.

²⁸ Veja-se José C. Curto, "The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850," *International Journal of African Historical Studies* 32 (1999) 385. Esta última contagem populacional pré-1850 está apenas publicada nos resumos dos censos que foram realizados em cada cidade portuária, em cada *presídio*, e distrito da colónia, no início de 1845. O resumo apareceu primeiro publicado sob o título de "Mappa da População de Angola [1845]," in José J. Lopes de Lima, *Ensaio Sobre a Estatística das Possessões Portuguezas* (Lisbon, 1846), vol. 3, parte 1, 4-A. Foi subsequentemente reproduzido em Omboni, *Viaggi Nell'Africa Occidentale*, 409. Uma reprodução mais disponível e recente foi incluída em René Pélissier, *Les Guerres Grises: Résistance et Révoltes en Angola (1845-1941)* (Montamets, França, 1977), 32.

peçoas mais qualificadas aos olhos do governo central de Lisboa, para produzirem dados demográficos de forma fiável.²⁹ No caso das contagens pós-1796, por outro lado, a documentação existente permite uma resposta mais completa. Segundo Jean Baptiste Douville, que viajou pela colónia de Angola durante 1828-1830, a prática dos censos em Benguela era da responsabilidade directa do *ouvidor* local ou do Juiz da Coroa.³⁰ Já que as contagens em Benguela resultaram da mesma directiva de 1796 que ordenava a retoma e institucionalização dos censos em Luanda, há razões para acreditar que este processo estava, também ali, entregue aos seus *ouvidores*.

Os Juizes da Coroa da capital colonial de Angola parecem ter dividido as contagens em quatro muito distintas mas potencialmente simbióticas operações de final de ano. Em primeiro lugar, os funcionários públicos de baixa e média categoria eram encarregados de elaborar uma lista nominal dos ocupantes de cada *fogo* ou domicílio em cada um dos *bairros* ou quarteirões que compunham a cidade.³¹ Em segundo lugar, os funcionários responsáveis pelo pes-

²⁹ Veja-se as instruções do Governador António Lencastre, 10 de Julho de 1772, in Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 110 e a carta de Rodrigo de Sousa Coutinho para o Governador Miguel António de Mello, 21 de Outubro de 1797, AHNA, Códice 254, fls. 27v-31, publicada em *Arquivos de Angola* 1ª série, nos. 37-40 (1938) 19-23.

³⁰ Douville, *Voyage au Congo*, vol. 1, 13.

³¹ Estas listas nominativas não são geralmente encontradas nos censos de Luanda existentes. As excepções são a enumeração parcial de 1773 e "Alistamento do 6o Bairro (mappa de fogos, habitantes, etc) 1823-32," AHBML, Códice 45. Outras informações indicam claramente que as listas nominativas estiveram na base das contagens populacionais. Veja-se, por exemplo, os comentários apensos por António José de Faria ao "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1802," "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1803," "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1805," "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1806," e "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1807," in AHU, Angola: Cx. 105, Doc. 44; Cx. 109, Doc. 49; Cx. 117, Doc. 27; Cx. 118, Doc. 21; e Cx. 119, Doc. 6. As listas nominativas foram também a base das contagens populacionais contemporâneas no Brasil. Para o caso de São Paulo, veja-se Maria L. Marcillo, "Tendências e Estruturas dos Domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) Segundo as Listas Nominativas de Habitantes," *Estudos Económicos* (Universidade de São Paulo) 2 (1978) 132-133.

soal administrativo, militar e eclesiástico tinham de fornecer o número de indivíduos em cada um destes ramos do governo colonial.³² Em terceiro lugar, a outros funcionários públicos era destinada a tarefa de compilar as estatísticas da emigração e imigração, a partir das duas fontes apresentadas pela administração colonial: o registo de passaportes, que continha os passes concedidos aos indivíduos em Luanda para viajarem para o estrangeiro ou para o interior; e o registo de entradas, enumerando o número de pessoas que chegava do estrangeiro (do Brasil e de Portugal, principalmente) e do interior da capital colonial de Angola.³³ Em quarto lugar, os padres das paróquias tinham de fornecer resumos do número de nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos, a partir dos registos de acontecimentos importantes que mantinham.³⁴ Quando estes

³² Como se pode ver pela informação fornecida pelos administradores, eclesiásticos e pessoal militar. Veja-se Tabela V.

³³ Todos os indivíduos que viajavam no interior do Império sul-atlântico português, a partir de 1720, e no interior da colónia de Angola, depois de 1761, necessitavam de passaporte. Veja-se Dauril Alden, "Manuel Luís Vieira: An Entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's Eighteenth Century Agricultural Renaissance," *Hispanic American Historical Review* 39 (1959) 528-529; e Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, 72-74, 257-258, e 277. Contudo, o registo de passaportes em Luanda só se tornou uma operação administrativa separada após os meados da década de 1840. Antes disso, os passaportes eram registados em duas séries de registos: *Portarias* (documentos contendo as ordens ou instruções governamentais) e *Bandos* (proclamações públicas emitidas pelo governo). Veja-se Joseph C. Miller, "The Archives of Luanda, Angola," *International Journal of African Historical Studies* 7 (1974) 579-580. No que diz respeito ao registo das pessoas que desembarcavam em Luanda, o sistema poderá ter sido semelhante ao operado no Rio de Janeiro onde, segundo Corcino Medeiros dos Santos, "Passageiros em Trânsito Pelo Porto do Rio de Janeiro," *Estudos Históricos* (Marília) 11 (1972) 83, os comandantes dos navios que chegavam eram obrigados a declarar o número de passageiros a bordo, bem como a sua nacionalidade, local de residência e idade ao comandante do Cutter, o navio cruzeiro que supervisionava o movimento de entrada e saída do porto. Ainda não foi encontrada nenhuma informação acerca de como os indivíduos que entravam em Luanda vindos do interior eram de facto registados.

³⁴ Todos os comentários apensos ao "Mappa do Estado da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção, Capital do Reyno de Angola, [1798] o qual tirou por Ordem do Illmo. e Exmo. Snr. Governador e Cappam. General do dito Reyno, Dom Miguel Antonio de Mello," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; ao "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção, Capital do Reino de Angola, e de suas diferentes Corporações, Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1799," AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e ao "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1802," AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44, mencionam os padres das paróquias como os compiladores dos dados sobre nasci-

vários conjuntos de dados demográficos chegavam às mãos dos *ouvidores*, eram passados a um oficial do exército de alta patente que era responsável por supervisionar a sua compilação num relatório de censo, no início de cada ano.³⁵

No entanto, a informação quantitativa produzida pelos indivíduos responsáveis pelos censos em Luanda estava longe de ser uniforme. O tipo de dados produzidos para os censos, nos finais do século XVIII, era predeterminado pelo governo central de Lisboa. A maioria das directivas governamentais, que informavam os *ouvidores* das classificações demográficas que deviam ser utilizadas, não foi localizada. Contudo, pressupondo que a informação contida em cada censo foi na realidade produzida para ir de encontro às regras específicas da metrópole, podem-se identificar cinco etapas sucessivas na produção de dados demográficos como se poder ver na Tabela II. O relatório de 1773 forneceu informação numérica sobre homens brancos, mulatos livres e escravos, e negros livres e escravos, capazes de servirem no exército (isto é aqueles entre os quinze e os cinquenta anos); mulheres brancas, mulatas livres e negras livres; e tropas governamentais por cor.³⁶ Dois grupos de indivíduos eram, contudo, excluídos das contagens: mulheres mulatas e negras escravas, que deviam constituir uma porção muito significativa da população total; e homens civis abaixo dos quinze e acima dos cinquenta anos³⁷. A contagem de 1781 foi ao mesmo tempo mais com-

mentos, casamentos e óbitos. Veja-se igualmente a seguinte correspondência do Governador Melo para Sousa Coutinho, 14 de Abril 1800; a *idem*, 17 de Agosto 1801; para a Coroa, 28 de Agosto 1801; e para o Visconde de Anadia, 16 de Julho 1802 in, respectivamente, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 66-67 (1959) 175 e nos. 103-106 (1969) 47, 56-58, e 147. Para registos disponíveis em Luanda de baptismos, casamentos e funerais, veja-se Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, 273.

³⁵ Veja-se a Tabela I.

³⁶ "Mappa das pessoas que Rezidem nesta Cidade nas quaes senão comprehendem Mellitares [27 March 1773]," e a lista de tropas governamentais com a mesma data in AHU, Angola, Cx. 57, Doc. 34. Com a excepção dos dados sobre as mulheres, a informação produzida sobre o pessoal militar e sobre os civis masculinos capazes de servirem no exército, foi especificamente citada nas instruções de 1772 dadas ao Governador Lencastre. Veja-se Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 110.

³⁷ Estas omissões não foram detectadas em nenhuma das discussões publicadas sobre este censo: Couto, *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII*, 109; Herbert S. Klein, "The Portuguese Slave Trade from Angola in the 18th Century," *Journal of Economic History* 32 (1972) 909; Venâncio, "Espaço e Dinâmica Populacional," 71, and 85-86; e Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830* (Madison, 1988), 271 e 292-293. Note-se, para além disto,

pleta e mais abrangente: não só foram rectificadas as exclusões dos censos parciais de 1773, como também foram feitas inovações importantes. Este segundo censo incluiu números da população total por género, grupos etários alargados (0-7, 7-15, 15-60, e >60 para os homens; e 0-7, 7-15, 15-40, e >40 para as mulheres), cor e condição social, bem como dados sobre óbitos e nascimentos por cor e género.³⁸ Por outro lado, o censo realizado no início de 1797, tinha poucas semelhanças com o anterior. Não foram obtidos nem dados sobre grupos etários alargados nem dados sobre nascimentos e óbitos, as duas inovações mais importantes do censo de 1781. Porém, a população civil e o pessoal administrativo foram, pela primeira vez, contados separadamente.³⁹ O pessoal administrativo, indivíduos que pertenciam ao governo colonial, foram divididos em burocratas, tropas e eclesiásticos;⁴⁰ a população civil, habitantes livres e escravos, que não pertenciam ao governo colonial, foi enumerada segundo o seu género, cor e condição social.⁴¹ As contagens dos finais de 1797 e de 1798 provaram, uma vez mais, serem muito diferentes. As duas enumeravam o número de civis por género, cor e condição social, e dividiam o pessoal administrativo em burocratas, tropas governamentais e eclesiásticos. Mas, mais importante de

que os dados fornecidos para um dos grupos enumerados, mulheres livres, são muito suspeitos. Foram apenas encontradas 73 mulheres livres a residir em Luanda, o que representa 3,4% das 612 tropas governamentais e foram contados 1519 civis livres e escravos. Destas, 37 foram registadas como brancas, 32 como mulatas, e apenas 4 como negras. Uma vez que as mulheres mulatas e negras livres, por si só, perfaziam 8,8% e 8,4% respectivamente das 9755 pessoas enumeradas em 1781, podemos concluir seguramente que a contagem de 1773 das mulheres livres foi extremamente incompleta. Daí que este censo tenha sido omitido da nossa análise.

³⁸ Veja-se "Relação dos Habitantes desta Cidade no anno de 1781," AHU, Angola, Cx. 64, Doc. 64. Estas categorias demográficas são exactamente as mesmas que as encontradas nos censos gerais de 1777-1778. Veja-se "População de Angola, 1778," *Arquivos das Colonias* 3 (1918) 175-177 e "População de Angola, 1779," *ibid.*, 177-178. Consequentemente, os enumeradores de 1781 podem muito bem ter seguido as directivas organizacionais escritas cinco anos antes.

³⁹ "Mappa das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança desta Cidade demonstrando-se igualmente todos os fogos a elle respectivos [1796]," AHU, Angola, Cx. 86, Doc. 6.

⁴⁰ Apesar de abranger tanto as realidades sócio-políticas como profissionais, este agrupamento ilustra as ambiguidades do tipo de classificação dos censos designada para a população colonial de Luanda.

⁴¹ Estas categorias excluíam, obviamente, os escravos exportados de Luanda, já que o seu número, à excepção de 1781, excedia de longe o total da população durante todo este período.

tudo, não só foi incluído o total agregado de nascimentos e óbitos, como também informação quantitativa sobre duas categorias totalmente novas: migrantes e domicílios.⁴² A partir daquela data, os dados demográficos contidos em cada censo foram finalmente uniformizados. Todos os censos pos-1798 foram divididos em dois gráficos diferentes: um para civis e outro para o pessoal administrativo. Os números dos civis diziam respeito a pessoas solteiras, casadas e viúvas, nascimentos, casamentos e óbitos, emigrantes e imigrantes, ordenados por cor, género e condição social, enquanto que os dados sobre pessoal administrativo diziam respeito a burocratas, tropas governamentais e eclesiásticos, com referência, normalmente, ao seu estatuto marital. Por último mas não menos importante, todos estes censos continham caixas separadas com informação quantitativa sobre os domicílios e a distribuição ocupacional de parte da população civil.⁴³ As categorias demográficas em mudança, nos finais da década de 1700, mostraram claramente que, à medida que o processo dos censos se ia solidificando, o governo de Lisboa procurava obter dados cada vez mais completos e específicos não só sobre civis livres e escravos mas também sobre o pessoal administrativo colonial.⁴⁴

Nos finais da década de 1790, a administração metropolitana tinha conseguido estabelecer uma organização bem estruturada para realizar as contagens populacionais em Luanda e tinha uniformizado a informação demográfica de que precisava. Apesar disto, o processo da realização de censos não estava isento de problemas. Nem sempre se podia contar principalmente com os párocos para fornecerem a informação requerida para os censos anuais. Por exemplo, no que

⁴² Veja-se "Mappa do Estado actual das 10 Companhias de que se compoem o Terço da Ordenança bem como dos Indevidos que Servem nas Tropas pagas desta mesma Cidade e a final a demonstracção que produzio a Revista passada [1797]," e "Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]," ambos em AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41. As directivas organizacionais para estes censos acompanharam o aviso de Rodrigo de Sousa Coutinho de 21 de Outubro de 1797 para o Governador Melo, *Arquivos de Angola* 1ª série, nos. 37-40 (1938) 19-23, mas ainda não foram encontradas.

⁴³ Note-se que no caso dos censos de 1826 e 1844 os dados estão apenas disponíveis em forma de resumo. Consequentemente, as categorias demográficas contidas nesses resumos não são tão detalhadas como as dos outros censos pós-1796. Veja-se Tabela II.

⁴⁴ Uma vontade semelhante de uma maior exactidão e periodicidade foi também imposta na elaboração dos censos no Brasil, durante os finais da década de 1790. Veja-se Maria L. Marcílio, "Les Origines des Recensements du Brésil," in Stefan Pascu, ed., *Populatie si Societate IV* (Cluj-Napoca, Romania, 1980) 26-32.

diz respeito aos acontecimentos importantes de 1797, eles apenas forneceram dados relativos aos últimos cinco meses desse ano.⁴⁵ Durante 1798-1801, por outro lado, as mortes de crianças, escravos ou pessoas cujos parentes fossem tão pobres que não pudessem pagar as despesas do funeral, cobradas pelos padres das paróquias, não foram registadas.⁴⁶ Estas irregularidades levaram, por fim, o Governador Melo a queixar-se aos seus superiores sobre o grande número de nascimentos, casamentos e óbitos não registados e a solicitar que as medidas, aplicadas noutras colónias portuguesas do Ultramar para corrigir esta situação, m ratificadas em Maio de 1802 através de duas cartas pastorais enviadas pelo Bispo de Angola, Luis de Brito Homem, a todos os padres da colónia.⁴⁸ Estas continham instruções precisas sobre o registo de acontecimentos importantes e parecem ter obtido os efeitos desejados. Como se vê na Tabela III, as estatísticas vitais apresentadas nos censos de 1802 a 1812 parecem ser as mais completas de toda a série. Contudo, as aparências nem sempre reflectem a realidade. Entre 1806 e 1807, por exemplo, a população de Luanda diminuiu em cerca de 2607 almas. Destas, e de acordo com o responsável pela compilação dos dados do censo, António Jozé de Faria, pelo menos 1967 individuos haviam morrido devido à epidemia de varíola, que, em 1807, atingiu a cidade de Luanda.⁴⁹ No entanto, para todo esse ano, os padres das paróquias apenas registaram 128 mortes.

⁴⁵ Observações que acompanharam o censo citado na nota 34. Veja-se também o resumo da carta do Governador Melo para Sousa Coutinho, 14 de Abril de 1800, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 66-67 (1959) 175.

⁴⁶ Veja-se a Tabela III.

⁴⁷ Governador Melo para Sousa Coutinho, 17 de Agosto de 1801. *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 103106 (1969) 47 e idem para a Coroa, 25 de Agosto de 1801, in *ibid*, 56-58. Estes problemas não eram específicos de Luanda nem do Império. Existiam também por toda a metrópole. Veja-se Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime: XVIIIe – début du XIXe Siècle* (Paris, 1966) vol. 1, 106-113.

⁴⁸ Arquivo da Arquidiocese de Luanda. Bispado de Angola, Provisões e Ofícios, Mandados, Pastorais, Livro 10. Veja-se também do Governador Melo para o Visconde de Anadia, 16 de Julho de 1802, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 103-106 (1969) 147 e Manuel Nunes Gabriel, *Angola Cinco Séculos de Cristianismo* (Queluz, Portugal, 1978) 180.

⁴⁹ "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1807," in AHU, Angola, Cx. 119, Doc. 6.

Seja qual for o mérito das estatísticas vitais de 1802-1812 não demorou muito tempo até que os padres das paróquias deixassem, novamente, de colaborar no processo dos censos. Tanto em 1813 como em 1814, não incluíram o número de nascimentos que ocorreram nesse período. Para sermos mais precisos, registaram 7 nascimentos em 1817, 53 em 1823, e 93 em 1832. Contudo, estes números referiam-se a populações cujo total de indivíduos era de 4490, 6256, e 5058, respectivamente. E no caso dos óbitos o registo não era melhor. Em 1814, os padres registaram apenas 31 óbitos numa população com 4947 indivíduos. Três anos depois, registaram apenas 81 óbitos ocorridos num total de 4490 residentes. Em 1830, os padres das paróquias registaram apenas um óbito numa população com um total de 5345 almas!⁵⁰ É óbvio que se as estatísticas mais precisas de 1802-1812 não são de confiança, as dos anos subsequentes o são menos ainda.

Para além disso, a falta de colaboração destes padres não era o único obstáculo que afectava o registo dos acontecimentos importantes. À semelhança de outras instituições que cuidavam dos doentes, na altura, o único hospital de Luanda era um lugar onde uma grande percentagem dos pacientes acabava por morrer.⁵¹ Isto aplicava-se especialmente às tropas do governo que constituíam o grosso da sua clientela, apesar do hospital ser, teoricamente, também responsável pela prestação de cuidados médicos a outro pessoal administrativo e cívico.⁵² Mas as mortes que ocorriam no hospital não eram registadas pelos padres das paróquias. Em vez disso,

⁵⁰ Veja-se a Tabela III.

⁵¹ Sobre a elevada mortalidade que ocorria neste Hospital veja-se: Francisco Damião Cosme, "Tractado das Queixas Endemicas e Mais Fataes Nesta Conquista (Loanda 14 Agosto 1770)," *Studia* 20-22 (1967) 218; e José Pinto de Azeredo, *Ensaio sobre Algumas Enfermidades d'Angola* (Luanda, 1967, originalmente publicado em Lisboa, 1799) viii-ix. Cosme era o médico-chefe da colónia de Angola na década de 1760, enquanto que Azeredo ocupou o mesmo posto durante a década de 90. Segundo números encontrados no Stamm, "L'Angola à un Tournant de Son Histoire," 48, a taxa de mortalidade do Hospital de Luanda durante 1836-1838 era de 34 por cada 1000 pacientes.

⁵² António Brasio, "As Misericórdias de Angola," *Studia* 4 (1959) 121. No início de 1805, por exemplo, dos mais de 200 soldados doentes que eram tratados nesta instituição, poucos se esperava que recuperassem. Veja-se a carta do Governador Fernando António de Noronha para o Visconde de Anadia, 7 de Fevereiro de 1805, in *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 75-78 (1962) 113-114. Como termo de comparação veja-se P. Curtin, *Death by Migration: Europe's Encounter with the Tropical World in the Nineteenth Century* (Cambridge, 1989).

eram registadas num registo separado que o hospital tinha de enviar para Lisboa no final de cada ano.⁵³ Estes números, todavia, nunca eram acrescentados àqueles fornecidos pelos padres aos *ouvidores* para os censos. Como resultado, os dados dos censos sobre mortalidade estavam muito abaixo dos números reais.

Os enumeradores também não conseguiam incluir a totalidade da população urbana nas suas contagens. Os comentários apensos aos censos, realizados durante os últimos anos da década de 1790 e início da década de 1800, afirmavam, especificamente, que enquanto que poucos *moradores* (chefes de família brancos) forneciam dados verdadeiros sobre as suas famílias, outros como os mulatos não sabiam a composição exacta das mesmas.⁵⁴ Não está esclarecido o porquê dos chefes de família sonegarem informação aos recenseadores. A verdade é que no Brasil, na altura a colónia ultramarina portuguesa mais importante, os habitantes também resistiam passivamente ao processo de recenseamento. No seu ponto de vista, estas contagens levariam a futuras cobranças fiscais e a um aumento no recrutamento dos seus filhos na impopular milícia.⁵⁵ Uma vez que a prática dos censos foi implementada no Brasil pelo governo central português por motivos fiscais e militares semelhantes, é mais do que provável que os chefes de família em Luanda resistissem pelas mesmas razões. Assim, estas tentativas de engano afectaram, provavelmente, a contagem dos homens mais do que a das mulheres. O que é certo é que a informação sonegada pela população recenseada produziu efeitos negativos sobre os censos.

Outros três problemas afectaram o processo dos censos. Como foi notado anteriormente, os indivíduos responsáveis pela compilação dos dados dos registos dos passaportes classificavam os

⁵³ Veja-se o resumo da carta do Governador Melo para Sousa Coutinho, 15 de Abril de 1799, in Coimbra, *Ofícios para o Reino (1726-1801)*, 162 e as observações apensas ao: "Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção em 1799." AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1802." AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44.

⁵⁴ Veja-se o "Mappa da Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção [1798]," AHU, Angola, Cx. 91, Doc. 41; "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo da Assumpção em 1799." AHU, Angola, Cx. 94, Doc. 1; e "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1802." AHU, Angola, Cx. 105, Doc. 44.

⁵⁵ Dauril Alden. "The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study," *Hispanic American Historical Review* 43 (1963) 181; Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade do Salvador* (2ª edição, São Paulo, 1969), 185; e Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850* (Princeton, 1987), 63-64.

migrantes apenas em duas categorias: os que chegavam e os que partiam, sem especificarem se a origem do seu destino era o estrangeiro ou o interior. Consequentemente, as movimentações da população internacional e interna não eram diferenciadas, tornando impossível medir cada tipo específico de migração. Mais importante ainda, em termos quantitativos, os números dos registos dos passaportes omitiam os milhares de escravos que todos os anos passavam por Luanda vindos do interior para serem exportados para o outro lado do Atlântico.⁵⁶ Em segundo lugar, apesar da máquina administrativa em Luanda ser suficientemente grande, os funcionários públicos careciam de formação na maioria dos empregos, incluindo o da realização dos censos. Não deverá, por isso, constituir uma surpresa que muitas das operações aritméticas de cada censo sejam defeituosas. Na realidade, existem poucos censos nos quais os sub-totais fornecidos estejam de acordo com os totais absolutos.⁵⁷ E por último, mas não menos importante, apesar das categorias de cor encontradas nos censos terem sido designadas pelo governo central de Lisboa, de forma a fornecer informação quantitativa específica sobre cada um dos três grupos raciais que constituíam a população, estes dados não diziam respeito exclusivamente à raça ou grupo étnico. Neste aspecto, até meados do século XIX, o factor biológico esteve sempre associado ao económico no que dizia respeito à determinação do estatuto da cor. Como Joseph Miller correctamente sublinhou, “as mulheres designadas como brancas no censo [1773] eram provavelmente as filhas de famílias luso-africanas, evidentes noutras fontes, cuja riqueza embranquecia social e legalmente a sua pele, tal como no Brasil, onde, como bem se sabia, o dinheiro embranquecia.”⁵⁸ Lopes de Lima, numa prosa similar, constatou, candidamente, que os “Os pretos logo que lhes é permitido calçar çapatos são tidos em conta de brancos e muito mais sendo *aviados* [commissarios volantes sertanejos, a quem os

⁵⁶ Os seus números só podem ser inferidos através da soma de uma taxa de mortalidade hipotética, abrangendo a mortalidade dos cativos que aguardavam embarque, com as exportações anuais de escravos, para as quais existe uma documentação extensa. A avaliação mais recente de dados sobre a exportação anual de escravos foi encontrada em José C. Curto, “A Quantitative Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda, Angola, 1710-1830,” *African Economic History* 20 (1992) 1-25.

⁵⁷ Para que os dados de cada relatório tenham uma coerência interna todos os números têm de ser conferidos novamente.

⁵⁸ Miller, *Way of Death*, 292.

moradores de Loanda costumam confiar grosso cabedal em fazendas].”⁵⁹ Durante todo o período que estamos a analisar, Luanda era uma sociedade fluida onde o dinheiro, e não a biologia, determinava o grupo de cor em que se era colocado.⁶⁰ Consequentemente, em vez de conseguir dados sobre grupos raciais biologicamente distintos, o que o governo central de Lisboa realmente obteve foi informação quantitativa sobre classes socio-económicas.

As dificuldades à volta da produção de dados demográficos levaram os oficiais militares, responsáveis pela supervisão da sua compilação em relatórios, a avisar constantemente o governo central português sobre a qualidade destes números. No seu ponto de vista, os números eram mais aproximados do que reais. António Jozé de Faria, por exemplo, informou com toda a franqueza os seus superiores que “Este Mappa [de 1807] posto seja extrahido pellos respectivos Alistamentos segundo o que cada hum a seu Arbitrio denunciou...hé mais o resultado de hum calculo prodente e de aproximação que a infalivel consequencia de hum provelema infalivel e exacto.”⁶¹ Será que isto significa que os censos de 1781-1844 de Luanda não podem ser utilizados para reconstruir a história da sua população? Seria anacrónico esperar que as administrações coloniais dos séculos XVIII e XIX assegurassem a coesão dos dados demográficos que eles próprios criavam e disseminavam. A harmonização entre a migração e o registo vital das estatísticas com os dados dos censos relativos aos domicílios, em particular, é um produto do século XX que não deve ser esperado de uma área periférica de um império. E, como o Governador Fernando António de Noronha sublinhou, de forma perspicaz, em 1805, os dados sobre Luanda tinham o mesmo valor dos censos produzidos na mesma altura em Portugal, que também eram baseados em contagens aproximadas.⁶²

⁵⁹ Lima, *Ensaio Sobre a Statistica das Possessões Portuguezas*, vol. 3, 63.

⁶⁰ Sobre esta nota crucial veja-se também: Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*, 174; Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola*, 36; e Manuel Carlos F. de Almeida, “Migrações Forçadas e Dinâmica Demográfica (O Caso Particular de Angola),” dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade Nova de Lisboa, 1993, 415.

⁶¹ “Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda e de suas diferentes Corporações, de Empregos, Estados, e Condições das Pessoas em todo o Anno de 1807,” AHU, Angola: Cx. 119, Doc. 6.

⁶² Do Governador Noronha para o Conselho Ultramarino, 28 de Março de 1805, *Arquivos de Angola* 2ª série, nos. 75-78, (1962) 118. Sobre a natureza aproximativa dos censos portugueses dos finais de 1700 e inícios de 1800 veja-se José J. Soares de Barros, “Memórias sobre as Causas da Differente População de Portugal em Diversos Tempos da Monarchia,”

Na realidade, as sub-contagens detectadas nos censos de Luanda não invalidam, necessariamente, uma análise da dinâmica da sua população. Os resumos dos dados da Tabela III clarificam alguns dos problemas relacionados com o registo de acontecimentos demográficos. De facto, a relação entre os censos dos domicílios, realizados pelos funcionários públicos coloniais, e o registo das estatísticas vitais, feitos pelos padres nas suas paróquias, é muito contraditória.⁶³ Como já vimos anteriormente, existe uma clara falta de registos de nascimentos e, especialmente, de óbitos, com a exclusão de grandes segmentos da população.⁶⁴ Este problema parece não ter afectado na mesma proporção as estatísticas dos censos dos domicílios. A vontade administrativa de exaustão, conduzida por razões fiscais e militares, contrapôs-se, de certa forma, às tentativas de logro dos domicílios. Durante todo o período em consideração, Luanda permaneceu um centro urbano comparativamente pequeno, onde praticamente toda a gente se conhecia. Em termos de análise demográfica, as falhas encontradas na média dos censos sobre os domicílios é menos significativa que as encontradas na migração e nos registos vitais. Além disso, os materiais dos censos sobre os domicílios forneciam mais informação devido ao grande número de categorias de classificação utilizadas. Por ultimo, no caso de uma série de censos tão cronologicamente completa como esta, o total pode compensar os erros das partes se usarmos a análise de tendência.⁶⁵ Desta forma, a nossa investigação é baseada mais nos cen-

in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* (Lisboa, 1789), vol. 1, 43-47; Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve* (Paris, 1822), vol. 1, 187; Silbert, *Le Portugal Méditerranéen*, vol. 1, 106-113. e Joel Serrão, *Fontes de demografia Portuguesa, 1800-1862* (Lisboa, 1973), 9-161.

⁶³ Isto aparece quando se analisa a coluna de «erro de conclusão» na Tabela e os seus índices relacionados (percentagem dos resultados dos censos anteriores, média, desvio standard, e coeficiente de variação). Esta medida utilizada para avaliar a abrangência dos censos modernos relaciona os resultados dos censos (neste caso a «população do final do ano») com a população esperada (números anteriores de população + crescimento bruto durante o período inter-censos).

⁶⁴ Os padres das paróquias responsáveis pela manutenção dos registos de nascimentos e óbitos cobravam emolumentos para os baptismos e funerais que os pobres de Luanda não podiam pagar. Veja-se "Angola no Fim do Século XVIII: Documentos." *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 6 (1886) 298; e Douville, *Voyage au Congo*, vol. 1, 15-16. Os emolumentos do registo civil estavam, na altura como hoje, na raiz dos preconceitos.

⁶⁵ Na história económica e demográfica, e na presença de um conjunto de dados (série), os analistas têm muitas vezes de compensar a debilidade inerente dos dados indivi-

dos domicílios, tendo sempre em conta o facto de que as tendências são mais importantes que os números individuais, e menos nos resumos dos acontecimentos vitais e migração, apesar de, por vezes, estes serem úteis para apontar o possível impacto de epidemias, secas e/ou fome.

III. Principais Mudanças Demográficas: uma perspectiva geral

Os dados da série de censos entre 1781-1844 mostram que estavam a ocorrer três grandes mudanças demográficas na sociedade de Luanda. A primeira é um declínio significativo no total da população e na maioria dos grupos sócio-económicos que a constituíam, uma tendência particularmente acentuada até aos finais da década de 1810, mostrando depois uma pequena recuperação. A segunda, que esta importante descida era selectiva e afectava sobretudo os civis, sendo que as modificações mais intensas envolviam sobretudo os habitantes negros e, em particular, as mulheres. E por último, que a população civil escrava, esmagadoramente negra, e em especial, as mulheres escravas, estava no centro destas transformações demográficas.

Durante todo o período em consideração, como pode ser visto no Gráfico I, a tendência geral da evolução da população de Luanda foi de declínio absoluto.⁶⁶ Apesar de significativas oscilações periódicas

duais confiando na análise de tendência. Esta atitude pressupõe, em primeiro lugar, que a debilidade dos cálculos individuais será compensada pela coerência de toda a série; ao aceitar isto, assume-se que a probabilidade de um único factor (por exemplo uma systematicamente baixa sub-representação dos cálculos do total da população durante este período) afectar todos os dados da série é baixa; por último, infere-se que a acumulação de relações entre os números (dados) numa série temporal oferece uma nova dimensão à análise. No caso de Luanda, por isso, apesar de algumas secções (particularmente os dados sobre registos vitais e migração) serem passíveis de discussão, é claro que a série para a população total (os dados sobre os domicílios) oferece as pré-condições necessárias para uma tal análise de tendência.

⁶⁶ Uma recente avaliação da população da África central ocidental sugere que não houve qualquer declínio durante este período. Veja-se Miller. *Way of Death*, 140-169. Outros demógrafos e historiadores, concluíram, por outro lado, que a população da região diminuiu rapidamente: John Fage, "The Effect of the Export Slave Trade on African Populations," in R.J.A.R. Rathbone e R.P. Moss, eds., *The Population Factor in African Studies* (London, 1975), 15-23; John K. Thornton, "The Demographic Effect of the Slave Trade on Western Africa, 1500-1850," in C. Fyfe e D. McMaster, eds., *African Historical Demography, II: Proceedings of a Seminar Held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh, 24th and 25th April, 1981* (Edinburgh, 1981), 691-

dicas, como indicam os dados da Tabela IV e do Gráfico I, o número total de residentes caiu de 9755 para 5605, entre 1781 e 1844. Traduzindo isto para uma taxa média anual de crescimento (neste caso de decréscimo) de $-0,88\%$, esta foi uma redução demográfica importante. A descida mais importante ocorreu durante 1799-1817, com diminuições muito acentuadas em 1799 ($-19,96\%$), 1807 ($-24,98\%$), e 1812 ($-10,92\%$). O número de habitantes desceu de 8013 para 6414, entre 1798 e 1799, e de 8243 para 6184, durante 1806-1807, e de 6051, em 1811, para 5390 no ano seguinte. A partir daí, um declínio constante veio substituir estas flutuações, tendo a população da capital colonial de Angola atingido o seu nível mais baixo em 1817, quando apenas 4490 indivíduos foram contados pelos organizadores dos censos. Neste período de trinta e seis anos assistiu-se à perda impressionante de 5265 habitantes (54% do total do primeiro censo da nossa série), com uma taxa de crescimento anual de $-2,13\%$. A seguir a 1817, deu-se uma ligeira recuperação devido a um aumento da população em 1819 (26,05%), 1823 (2,44%), 1825 (7,35%), e 1831 (6,79%). Contudo, este crescimento demográfico foi até um certo ponto negado por uma outra descida durante os finais da década de 1820 ($-5,49\%$, em 1826, e $-6,66\%$, em 1829) e no início da década de 30 ($-3,54\%$, em 1830, e $-11,39\%$, em 1832). Em consequência, entre 1817 e 1844, a população de Luanda aumentou de apenas 4490 para 5605 indivíduos, ou a uma taxa de crescimento anual de $0,82\%$. Sejam quais forem as opiniões que se possa ter da qualidade geral dos dados,⁶⁷ o declí-

720; John C. Caldwell. "The Social Repercussions of Colonial Rule: Demographic Aspects," in *UNESCO General History of Africa* (Berkeley, 1985), vol. 7, 458-486; e Patrick Manning, "The Impact of Slave Trade Exports on the Population of the Western Coast of Africa, 1700-1850," in S. Daget, ed., *De la Traite à l'Esclavage: Actes du Colloque International sur la Traite des Noirs, Nantes 1985* (Nantes, 1988), vol. 2, 111-134. Todavia, em cada caso, os cálculos efectuados por estes estudiosos são baseados em hipotéticas taxas anuais de crescimento positivas: Fage adoptou 1,6, Thornton 2, Miller 2,5, Caldwell 3,5, e Manning 5 por 1000. Veja-se Curto, "Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África." Consequentemente, quando vistos por oposição às conclusões variáveis, baseadas nestas taxas a-históricas, os dados dos censos existentes não só documentam uma perda populacional em Luanda durante um longo período de tempo, como também estabelecem que essas perdas foram de grandes proporções.

⁶⁷ A análise interna dos censos individuais sublinhou e identificou, de facto, muitos problemas, mas o material de arquivo qualitativo não apontou para qualquer factor que possa ter "contaminado" sistematicamente a série e nos ter levado a rejeitar as conclusões da análise de tendência.

nio geral foi real, mostrando uma sociedade que tinha permanentes dificuldades em manter taxas de crescimento compatíveis com o desenvolvimento social.

Um exame rápido dos critérios de classificação mais importantes permite-nos isolar os grupos que estiveram mais sujeitos aos efeitos da flutuação por todo este período (Tabela IV). Se excluirmos os primeiros números disponíveis, os de 1796, que são muito baixos, indicando provavelmente uma contagem defeituosa, a população administrativa sofreu, comparativamente, menores transformações. De facto, apesar da tendência geral ser, também aqui, negativa, este grupo teve sempre, com algumas excepções (1798, 1805, 1823, 1829 e 1832), uma estabilidade relativa. Todavia, são visíveis também duas tendências de médio-prazo. A primeira, abrangendo o período de 1797 a 1819, é de subida, com o número do pessoal administrativo a aumentar de 1033 para 1385, isto é, a uma taxa anual de 1,34%. A segunda tendência, que vai de 1819 a 1844, é claramente de descida, com um declínio no pessoal administrativo a uma taxa de -2,12% por ano, de 1385 a 811. Cada uma destas tendências demográficas é radicalmente diferente, tanto do total como da população civil, como se verá a seguir. A causa disto acontecer no período de 1797-1819 permanece incerta. Mas na era pós-1822 a instabilidade que reinava tanto em Lisboa como em Luanda, resultante da independência do Brasil, deverá, certamente, ter afectado o recrutamento de burocratas, soldados e eclesiásticos (Tabela V). Seja como for, o facto é que, entre 1797 e 1844, esta parte da população diminuiu apenas 0,51% por ano.

Diferentemente, a população civil sofreu transformações quantitativas mais significativas do que a população administrativa. A tendência de longo-prazo aqui, à semelhança do total da população, foi de um declínio acentuado. Mas esta tendência também aparece aqui dividida em duas distintas tendências a médio-prazo. A primeira vai de 1797 a 1818, com o número de civis a descer consideravelmente de 6890 para um mínimo histórico de 3192. Isto foi um declínio enorme, de cerca de 54%, representando uma taxa anual de -3,44%, que contrasta grandemente com a situação vivida entre a população administrativa durante o mesmo período de tempo. A segunda tendência de médio-prazo, de 1818 a 1844, mostra um aumento da população civil, de 3192 para 4794, ou a uma taxa de 1,58% por ano. Mais uma vez esta tendência vai na direcção oposta daquela encontrada entre o pessoal administrativo. Contudo, esta

pequena recuperação não foi suficiente para compensar as perdas dramáticas ocorridas antes dos finais da década de 1810. Na generalidade, a população civil diminuiu de um total de 6890, em 1796, para 4794, em 1844. Isto traduz-se numa taxa de $-0,75\%$ por ano, uma percentagem muito superior à da população administrativa. Uma vez que os civis, que constituíam o grosso da população de Luanda, sofreram mudanças quantitativas mais importantes que os administrativos, é nas várias categorias do grupo dos civis que temos de nos concentrar, de forma a compreendermos as transformações demográficas gerais que foram ocorrendo.

As perdas não afectaram, obviamente, de maneira uniforme, todos os sectores da população civil. A mais notável teve lugar entre a população feminina (Tabela VI e Gráfico II), um grupo que, naquela altura, se encontrava exclusivamente na categoria civil dos censos. Aqui também a tendência geral era de declínio absoluto. Mas, como no caso de outros grupos já aqui analisados, são imediatamente visíveis duas tendências de médio-prazo diferentes. A primeira é caracterizada por uma queda abrupta, com a população feminina a descer vertiginosamente de 4225, em 1796, para apenas 1749, vinte anos mais tarde, isto é, a uma taxa anual de $-4,31\%$. Este foi um declínio muito acentuado, e particularmente intenso, entre 1806 e 1816, com interrupções a ocorrerem apenas durante as subidas temporárias, em 1803-1806 e 1811. Depois de 1816, por outro lado, iniciou-se um período de ligeira recuperação. Este aumento demográfico tornou-se relativamente significativo depois de 1819, atingindo o seu ponto mais alto em 1825, e desaparecendo depois totalmente. Entre 1816 e 1844, o número de mulheres subiu apenas de 1749 para 2501. O que se traduziu num aumento de $1,28\%$ por ano, uma percentagem demasiadamente modesta para abalar o declínio extremamente acentuado de 1796-1816. Em resultado, o número geral de mulheres caiu a uma taxa anual de $-1,09\%$, entre 1796 e 1844, de 4225 para 2501.⁶⁸ No caso da população masculina civil, as transformações demográficas não foram, nem de perto nem de longe, tão quantitativamente significativas. Entre 1796 e 1818, este grupo desceu de 2665 para 1391 indivíduos, o que se traduz em $-2,91\%$ por ano, uma percentagem mais baixa do que a

⁶⁸ Esta perda populacional feminina é ainda mais apreciável se tomarmos como base os números de 1781. Ao fazê-lo, a taxa anual de crescimento é inflacionada para $-1,28\%$ por ano, durante todo o período.

das mulheres. O número de homens civis aumentou então, significativamente, durante 1819-1825, e, em 1844, após as transformações violentas dos finais da década de 20 e início da década de 30, totalizava 2293. Representando um crescimento na ordem dos 1,94% por ano, esta tendência de médio-prazo foi radicalmente diferente daquela observada nas mulheres, o que permitiu uma recuperação no número dos homens civis. Consequentemente, entre 1796-1844, as perdas quantitativas (de 2665 para 2293 indivíduos) sofridas pela população masculina civil foram apenas de -0,31% por ano, uma percentagem dois terços inferior à das mulheres.

Como nem a população masculina civil nem a população administrativa tiveram perdas tão significativas como as da população feminina, a relação entre os dois géneros foi grandemente alterada. Os dados anuais dos censos disponíveis, anteriores a 1800 (Tabela VI), apesar de escassos, mostravam que, naquela altura, as mulheres constituíam mais de 50% do total da população. Entre 1802 e 1818, por outro lado, elas tendiam a constituir menos de metade da população, e, em alguns anos, significativamente, muito menos de metade (1807, 1810, e 1816). Dois factores se conjugaram para produzir esta situação: o primeiro foi o declínio real do número absoluto das mulheres até 1816, uma diminuição especialmente acentuada depois de 1806; e o segundo foi, simultaneamente, a tendência de subida da população administrativa, particularmente a população militar, em conjugação com uma taxa de diminuição mais baixa entre os homens civis. Como vimos anteriormente, após o final da década de 1810, a população feminina aumentou realmente. Contudo, isto não foi suficiente para compensar ou ultrapassar a diferença entre a diminuição, pós-1818, no pessoal administrativo, e o aumento da população civil masculina. Consequentemente, a seguir à década de 1810, a razão de masculinidade da população total apenas retomou uma espécie de equilíbrio (isto é, índice 100), mas não o seu padrão anterior.⁶⁹ No geral, a subida dos militares,⁷⁰ um abrandamento da taxa de diminuição da população civil masculina, e o decréscimo no número de mulheres transformaram, a partir daí, Luanda de uma sociedade dos finais do

⁶⁹ A razão de masculinidade é o índice da relação numérica entre homens e mulheres em qualquer sociedade. Dá-nos o número de homens por cada 100 mulheres.

⁷⁰ Em 1815, por exemplo, os militares constituíam 90% do pessoal administrativo ou 25% do total da população.

século XVIII, onde a presença das mulheres era muito significativa, numa sociedade pós-1800, onde o número de homens ultrapassava o número de mulheres. Isto provocou um impacto naquilo a que os demógrafos chamam o mercado matrimonial, a razão de masculinidade para a formação de casais.

De igual modo, no interior da população civil, nem todas as classes sócio-económicas definidas nos censos por cor sofreram o mesmo tipo de transformações demográficas.⁷¹ Como nos demonstram os dados apresentados na Tabela VII para 1799-1832, a tendência geral dos grupos de civis negros, mulatos e brancos foi também de declínio. A taxa anual foi de -0,55% para os civis negros, -1,08% para os brancos, e -1,23% para os mulatos. Porém, este esgotamento demográfico não se deu da mesma forma durante todos estes anos, nem em todos estes grupos. De um total de 443 civis brancos e 797 mulatos em 1799, os números destes grupos subiram consideravelmente, durante o início da década de 1800, mas foram diminuindo a uma taxa anual de -2,05% e -2,97%, respectivamente, para mínimos de 238 e 332, em 1829. Os dois grupos tiveram, então, uma pequena recuperação demográfica, tendo o número de brancos atingido os 309 e os mulatos chegado aos 530, em 1832, o que se traduz em taxas anuais de crescimento elevadas, na ordem dos 9,09% e 18,07%, respectivamente. No caso dos civis negros, foram contados 3902 indivíduos, em 1799, mas estes diminuíram a uma taxa de -2,60% por ano, até 1818, altura em que os organizadores dos censos contaram um mínimo histórico de 2365. A partir daí, este grupo teve quase uma década de total recuperação, com aumentos particularmente significativos em 1819, 1823, e 1825, antes de iniciar uma curta queda até 1832, quando foram enumerados 3254 civis negros. Entre 1818 e 1832, o seu número aumentou a uma taxa de 2,30% por ano. Abrangendo um período de catorze anos, isto permitiu aos civis negros recuperar parte das perdas obtidas de 1799 a 1818. Por contraste, as muito mais elevadas taxas de crescimento de 1829-1832, nos grupos branco e mulato não-administrativos, ocorreram dentro de um período demasiado curto para serem quantitativamente significativas. Estas mudanças demográficas divergentes, por seu lado, tiveram um impacto directo na composição da população civil, e, dada a pre-

⁷¹ Note-se que, ao contrário da população civil, o pessoal administrativo não está dividido nos censos segundo classes sócio-económicas definidas pela cor.

ponderância geral deste grupo, no total da população. Do total da população não-administrativa entre 1799-1818, os civis brancos eram aproximadamente 10%, os mulatos 16%, e os negros 74%. Mas de 1819 a 1832, a proporção de civis brancos e mulatos caiu para 8% e 11%, respectivamente, enquanto que a de civis negros subiu para 81%. O ano de 1819 representa, desta forma, um ponto de viragem na composição socio-económica da sociedade de Luanda, com a população a tornar-se cada vez mais pobre e, provavelmente, mais negra que antes.

De todas as alterações demográficas ocorridas em Luanda a mais dramática de todas teve lugar dentro do grupo de habitantes escravos, cuja maioria era esmagadoramente negra, e que se encontrava exclusivamente no interior da população civil.⁷² Como mostram os dados da Tabela VIII, o número de escravos diminuiu de um total de 5583, em 1781, o mais elevado da nossa série, para apenas 2749, em 1844, o que representa uma taxa anual na ordem dos -1,12%. Mas, uma vez mais, esta tendência geral pode ser dividida em duas sub-tendências com características distintas. Na primeira tendência a médio-prazo, a população escrava de 1781 diminuiu vertiginosamente, a uma taxa de -3,31%, até atingir os 1604 indivíduos em 1818. Deste mínimo histórico, a população escrava subiu, substancialmente, durante 1819-1826, antes de começar a diminuir para um total de 2749 escravos contados pelos censos em 1844, o que se traduz numa taxa anual de crescimento de 2,09%. Como forma de comparação, a população livre, de 1781-1844 diminuiu a uma taxa anual de apenas -0,60%, com a taxa de 1781-1818 a ser de -0,98% (um decréscimo de 4172 para 2902 indivíduos) e a de 1818-1844 de -0,06% por ano (um decréscimo de 2902 para 2856 pessoas). Na generalidade, o decréscimo entre os escravos

⁷² Os negros, que durante a primeira década de 1800 já constituíam 90% da população escrava viram a sua representação dentro deste grupo subir para quase 100%, no início da década de 30, devido ao desaparecimento virtual da capital colonial de Angola dos mulatos escravos, que passaram de 10% para apenas 0,2%. Para além disso, segundo uma lista detalhada dos funcionários públicos e eclesiásticos, elaborada em 1799, os escravos não estavam representados em nenhum destes dois grupos dos residentes de Luanda. Veja-se, "Angola no Fim do Século XVIII," pp. 281-294. Do mesmo modo, apesar dos cativos serem usados como pessoal militar pela administração colonial portuguesa nas guerras contra as autoridades políticas africanas por todo o interior, os escravos parecem não terem feito parte dos soldados estacionados neste centro costeiro urbano da África central ocidental. Veja-se Douglas L. Wheeler, "The Portuguese Army in Angola," *Journal of Modern African Studies* 7 (1969) 426-427.

(-2834 indivíduos) foi ligeiramente mais do dobro do que entre os homens livres (-1316 pessoas). Mas uma vez que a taxa de crescimento, pós-1818, dos primeiros ultrapassava em muito a dos últimos, os indivíduos escravos viram a sua representação dentro do sector civil crescer de cerca de 57% para 66,5%, e a sua representação dentro do total da população subir de pouco menos de 46% para 55,5%. Em resumo, não só foi entre os escravos que ocorreram as flutuações quantitativas mais significativas, como a sua recuperação demográfica pós-1818 tornou a escravatura numa instituição ainda mais importante em Luanda.

No interior da população escrava, as mulheres, que se encontravam apenas no grupo de mulatos civis, e em especial as negras, sofreram mais transformações demográficas do que os homens. O número total de mulheres escravas caiu para mais de metade, de 3419, em 1781, para 1667, em 1844, isto é, a uma taxa anual de -1,13%. Só até 1818, quando o seu número atingiu um mínimo histórico de apenas 768, o decréscimo entre as mulheres escravas tinha sido extremamente acentuado, com uma taxa de -3,96% por ano. Pouco mais de três quartos da população escrava feminina desapareceu durante este período de trinta e sete anos, com quedas particularmente significativas a ocorrerem durante 1781-1802, e, novamente, entre 1806 e 1818. É verdade que o número de mulheres escravas subiu consideravelmente durante 1819-1826, mas a isto seguiu-se um outro período de declínio até atingir, por fim, as 1667, em 1844. A taxa de crescimento em 1818-1844 foi, contudo, muito positiva com 3,03% por ano. Diferentemente, o número de escravos masculinos diminuiu de 2164, em 1781, para 1082, em 1844, o que representa uma taxa de crescimento de -1,09% por ano. Divididas em períodos de médio-prazo, as taxas anuais de crescimento dos escravos masculinos traduziram-se em -2,54%, para 1781-1818, e 1,00% para 1818-1844. Em cada um dos casos, estas percentagens eram muito mais baixas do que as das mulheres escravas durante os mesmos períodos de médio-prazo. Consequentemente, o número de mulheres escravas perdeu inicialmente terreno *vis-à-vis* o total da população civil, recuperando depois desta perda. Entre 1799 e 1806, as mulheres escravas constituíam cerca de um terço da população civil. Esta proporção baixou para um quarto durante o período de 1807-1818. Deste ponto baixo, a percentagem de mulheres escravas no interior da população civil flutuou, daí em diante, entre o um terço original e picos de 42%, em 1825, e 44%, em 1829.

As perdas sofridas pela população de mulheres escravas foram acentuadas. Contudo, a importância desta descoberta vai para além de uma questão de diminuição numérica. Como já vimos anteriormente, os escravos masculinos nem sempre eram enumerados nos censos. No caso das mulheres escravas, contudo, não há nenhuma indicação nas fontes quantitativas e qualitativas, pós-década de 1770, de que a sua contagem fosse defeituosa. Poucas mulheres mulatas eram encontradas dentro deste grupo populacional. As negras constituíam em média 95,5 % das mulheres escravas entre 1781 e 1844.⁷³ Consequentemente, a tendência demográfica relativa às mulheres escravas não só abrange o grupo mais “racialmente” coeso enumerado pelos censos, como também o grupo mais fiável. Por isso, uma análise do declínio demográfico de Luanda tem de se concentrar nesta população feminina escrava e esmagadoramente negra.

IV. Para uma explicação das perdas populacionais de Luanda

Entre 1781 e 1844, a população de Luanda sofreu perdas significativas, sendo os civis negros e as mulheres, e em especial, as mulheres escravas, os grupos mais afectados. Que factores justificam este declínio demográfico?

Muitos estudiosos do passado de Angola afirmaram que a África central ocidental era uma região dada a secas periódicas, com as consequentes fomes, doenças e, em última estância, mortes.⁷⁴ Durante a maior parte do período em consideração, Luanda não foi excepção. Entre os inícios da década de 1780 e meados da década de 1840, como é ilustrado na Tabela IX, este centro costeiro urbano passou por significativos períodos de seca, fome, e/ou doenças. A frequência destas condições era especialmente intensa até aos finais

⁷³ Percentagem obtida a partir dos dados encontrados na Tabela VIII e do número anual de mulatas escravas de acordo com as listagens dos censos de Luanda.

⁷⁴ Veja-se Douglas L. Wheeler, “A Note on Smallpox in Angola, 1670-1875,” *Studia* 13-14 (1964) 351-362; Jill R. Dias, “Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930,” *Journal of African History* 22 (1982) 349-378; Joseph C. Miller, “The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa,” *Journal of African History* 23 (1982) 17-61; e Dauril Alden e Joseph C. Miller, “Unwanted Cargoes: The Origins and Dissemination of Smallpox via the Slave Trade from Africa to Brazil, c. 1560-1830,” in Kenneth F. Kiple, ed., *The African Exchange: Toward a Biological History of Black People* (Durham, North Carolina, 1988), 35-109.

da década de 1810, ocorrendo problemas graves quase incessantemente durante 1782-1794, 1799-1803, 1805, 1807-1808, 1811, e 1814-1817. A partir daí, a capital de Angola entrou num período relativamente longo de alívio, com casos intermitentes de seca, fome e/ou doenças a serem registados apenas em 1822, 1825-1826, 1835, 1838 e 1841. Quando estas condições prevaleciam, como os governadores de Angola e outros administradores coloniais repetidamente lembravam aos seus superiores em Lisboa, a mortalidade subia consideravelmente.⁷⁵ A partir das estatísticas vitais registadas pelos censos é impossível estabelecer uma correlação estrita entre a informação qualitativa e os dados quantitativos dos óbitos.⁷⁶ Os censos, tal como nos mostra a Tabela III, só registam taxas elevadas de mortalidade para 1812, sugerindo que a epidemia de varíola de 1811, com os seus efeitos mortais se reflectiu no ano seguinte, e para 1825, um outro ano de seca e fome em Luanda. Ainda assim, tudo nos leva a crer que existia uma forte ligação entre os desastres naturais que afectaram a capital da colónia e as flutuações da sua população. Basta lembrarmos que a maior parte dos 2607 óbitos registados por António Jozé de Faria em Luanda, durante 1806-1807, foram atribuídos à epidemia de varíola que na altura atingiu a cidade. O frágil ambiente epidemiológico da capital angolana teve seguramente um impacto no número da sua população, apesar de ser difícil *medir* a relação causal.

Um segundo factor pode ser encontrado numa das características mais importantes desta população. Luanda era uma sociedade escravocrata. Como tal, era sempre assolada com fugas de escravos, com os cativos a tentarem, continuamente, obter a sua liberdade através da fuga para regiões vizinhas (sob o controlo ou de sociedades de escravos fugidos, ou de chefes africanos), ou para o seu lugar de origem bem no interior da África central ocidental. Durante o século XVII, e de acordo com uma recente avaliação, o número de escravos

⁷⁵ Miller, "The Significance of Drought, Disease and Famine," pp. 33-59.

⁷⁶ Compare-se, por exemplo, a informação qualitativa em Miller, "The Significance of Drought, Disease and Famine," 51-59 com o número anual de óbitos encontrado na Tabela III. Os censos registam elevadas taxas de mortalidade pouco usuais apenas durante 1812 e 1825. Do mesmo modo, numa carta à Coroa Portuguesa, de 3 de Outubro de 1818, *Arquivos de Angola*, 2^a série, nos. 71-74 (1961) 218-219, o Governador Luiz da Motta Fêo e Torres menciona que o número de mortes tinha diminuído significativamente em Luanda depois da chegada de José de Mello como médico-chefe. Mais uma vez, isto não é comprovado pelos dados dos registos vitais dos censos.

em fuga de Luanda e do seu interior mais próximo (isto é, áreas no interior sob o controlo efectivo ou nominal dos portugueses) atingia as centenas todos os anos.⁷⁷ Número idêntico de escravos fugiu desta região entre 1830 e 1872.⁷⁸ É impossível determinar quantos na realidade fugiram de Luanda durante o período em análise. Todavia, fontes dos finais da década de 1760 até aos inícios da década de 1820 indicavam que o número de fugitivos era significativo.⁷⁹ Consequentemente, a fuga de escravos deve ter desempenhado um papel muito importante na redução da população cativa da cidade.

Uma causa terceira, e quantitativamente mais significativa foi, muito provavelmente, o tráfico escravo atlântico. De 1780 a 1830, Luanda permaneceu o exportador de escravos mais importante da África central ocidental para as Américas e especialmente para o Brasil.⁸⁰ Apesar desta função comercial ter diminuído a seguir à abolição do tráfico a sul do Equador, em 1830, um grande número de escravos continuou a ser exportado ilegalmente de Luanda para o

⁷⁷ Beatrix Heintze. "Asiles toujours menacés: fuites d'esclaves en Angola au XVIIe siècle," in Katia de Queiros Mattoso, ed., *Escravidões: História d'une diversité de l'océan Indien à l'Atlantique sud* (Paris, 1997), 101-122.

⁷⁸ Aida Freudenthal, "Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão," *Estudos afro-asiáticos* (Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro) 32 (1997) 109-34.

⁷⁹ Entre as inúmeras referências sobre fugas de escravos de Luanda, veja-se do Governador Francisco Innocencio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 5 de Dezembro de 1769, Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 8553, fls. 27-33; do Governador Barão de Mossamedes para Jaga Cassange, 26 de Julho de 1789, *Arquivos de Angola* 1ª série, no. 14 (1936) 568; do Governador Fernando António de Noronha para Visconde de Anadia, 8 de Novembro 1803, AHU, Angola, Cx. 108, Doc. 33; uma requisição sem data dos inícios de 1800 de escravagistas de Luanda pedindo que o Governador de Angola tomasse as medidas necessárias para eliminar um grupo de escravos fugidos que vivia entre os rios Bengo e Dande, AHU, Angola, Cx. 180, Doc. 49; e a atestação do Concelho Municipal de Luanda, 15 de Setembro de 1817, in João C. Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, *Memórias Contendo a Biographia do Vice Almirante Luis da Motta Feo e Torres, a História dos Governadores e Capitaes Generaes de Angola desde 1575 até 1825, e a Descrição Geographica e Politica dos Reinos de Angola e Benguella* (Paris, 1825), 56. Deve-se notar, contudo, que a fuga de escravos não era específica de Luanda mas endêmica na maior parte da Angola colonial; veja-se Freudenthal, "Os quilombos de Angola no século XIX," e W.G. Clarence-Smith, "Runaway Slaves and Social Bandits in Southern Angola, 1875-1913," in G. Heuman, ed., *Out of the House of Bondage, Runaways: Resistance and Marronage in Africa and the New World* (London, 1986), 23-33.

⁸⁰ Joseph C. Miller, "The Slave Trade in Congo and Angola," in M. L. Kilson e R. I. Rotberg, eds., *The African Diaspora: Interpretive Essays* (Cambridge, Mass., 1976), 75-113; idem, *Way of Death*; e Curto, "Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda," 3-25.

Brasil.⁸¹ Assim, não só esta cidade portuária possuía uma população escrava permanente, como também via chegar, todos os anos, milhares de cativos vindos das regiões interiores para serem embarcados para o outro lado do Atlântico (Gráfico VI). Se por um lado a procura atlântica de cativos era baixa, por outro, os escravos que chegavam a Luanda não encontravam no Brasil um mercado de escoamento imediato. Isto deixava os exportadores com pouca escolha a não ser a retenção dos cativos, que chegavam do interior, como parte da sua própria população escrava permanente. De modo contrário, quando a procura por novos escravos, do outro lado do Atlântico, era particularmente elevada, ocorriam atrasos de um ou dois anos antes que os **corsários**, no interior da capital colonial de Angola, pudessem apresentar as quantidades necessárias de escravos. De modo a fazer face à procura crescente, a única maneira dos exportadores de escravos fornecerem rapidamente o número requerido de escravos era retirá-los da própria população escrava permanente.⁸²

Assim, depois da bonança gerada pela descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais (1695-1750), a procura brasileira de escravos na capital colonial de Angola caiu, vertiginosamente, durante a década de 1760, para uma média anual de 8304 e, em seguida, para uma média de 7574 por ano, durante a década de 70.⁸³ À muito reduzida procura de novo trabalho escravo pelo Brasil, os exportadores de escravos de Luanda responderam retendo o excesso de cativos “produzidos” no interior, e incorporando-os na sua própria população escrava permanente. Não é de surpreender que o primeiro censo de Luanda registre a população escrava anual mais elevada (5583) de todo o período em consideração.

⁸¹ Mary C. Karasch, “The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851,” Tese de M.A. não publicada, University of Wisconsin, 1967; e, Roquinaldo Amaral Ferreira, “Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860,” Tese de M. A. não publicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. Veja-se também Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), 231-264; e, para dados mais recentes, David Eltis, “The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment,” *The William and Mary Quarterly* 3rd series, 58 (2001) 17-46.

⁸² Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro*, 5, 9, 19 e 200; Henry Koster, *Travels in Brazil* (London, 1816), 418; F. Friedrich von Weech, *Rieser über England und Portugal nach Brasilien und den vereinigten Staaten des La Plata Stromes während den Jahren 1823 bis 1827* (Munich, 1831), vol. 2, 92; e “Angola no Fim do Século XVIII,” 298.

⁸³ Curto, “Re-assessment of the Legal Portuguese Slave Trade from Luanda.” Todos os dados sobre exportação de escravos listados aqui em diante foram retirados desta fonte.

Depois do início da década de 1780, o sector brasileiro da plantação, que havia estado em depressão, começou a recuperar lentamente, fazendo subir a procura de trabalho escravo.⁸⁴ As exportações de escravos de Luanda aumentaram para uma média de 9463, na década de 1780, e, novamente na década de 90, para uma média anual de 10260. Diferentemente, durante 1797-1799, apenas uma média de 3988 escravos permanecia em Luanda. Durante a primeira década do século XIX, as exportações de escravos aumentaram novamente para uma média 12300 por ano, indo ao encontro da crescente necessidade do Brasil de trabalho escravo. A população escrava de Luanda, por outro lado, diminuiu para uma média de 3374 indivíduos, durante 1802-1807. Se ainda houvesse dúvidas sobre a relação entre uma procura intensiva do Brasil de novos escravos e o facto dos exportadores de escravos de Luanda os retirarem da sua própria população escrava permanente, bastaria apenas observar o facto de que a década de 1810, especialmente a seguir à abolição do tráfico escravo a norte do Equador em 1815, viu a procura de trabalhadores escravos pelo Brasil atingir níveis ainda mais elevados, com uma média anual de 13292 cativos a serem embarcados de Luanda. O número médio de escravos que vivia em Luanda, em contraste, atingiu o seu valor mais baixo (uns escassos 2145) precisamente durante este período.

Apesar das exportações de escravos terem permanecido muito elevadas durante os inícios da década de 1820, com uma média pouco usual de 18387 embarcados, a procura de cativos na capital colonial de Angola desceu repentinamente a partir dessa altura. A seguir à declaração de independência do Brasil, em 1822, os comerciantes de escravos brasileiros, agora estrangeiros, perderam os privilégios aduaneiros de importação-exportação gozados pelos portugueses, o que os forçou a irem para portos livres de impostos, a norte de Luanda. De 1823 a 1825, apenas uma média de 11765 escravos eram anualmente exportados a partir de Luanda. Daí resultou que os exportadores de escravos retiraram os cativos não-marcados, produzidos no interior, como seus escravos permanen-

⁸⁴ Sobre o renascer da economia de plantação no Brasil, veja-se Dauril Alden, "Late Colonial Brazil, 1750-1808," in L. Bethell, ed., *Colonial Brazil* (New York, 1987), 310-336; James Lang, *Portuguese Brazil: The King's Plantation* (New York, 1979), 185-187; Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil* (São Paulo, 1970), 79-87; e Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)* (São Paulo, 1978), 363-364.

tes. Consequentemente, o segundo total mais elevado de população escrava (4178) foi registado pelo censo de 1825.

O declínio no número de escravos exportados de Luanda continuou até finais da década de 1820. De 1826 a 1830, as exportações anuais de escravos atingiram uma média de 11647. Contudo, uma vez que a procura brasileira se tinha mudado para os portos a norte, isentos de impostos, muitos cativos produzidos no interior eram agora reencaminhados para fora da capital colonial de Angola. Sem um fluxo anual de escravos tão grande, a população escrava de Luanda sofreu assim um outro declínio significativo, com uma média de 2842 por ano, durante 1829-1832.

O tráfico escravo atlântico a sul do Equador foi proibido em 1830. Todavia, rapidamente surgiu um tráfico ilegal. Apesar de muitos dos cativos produzidos anualmente no interior ainda chegarem a Luanda para sustentar este comércio de contrabando, a maior parte continuava a ser embarcada a partir de portos nortenhos a bordo de navios brasileiros. Em resultado disto, as condições existentes na década de 20, continuaram pela década de 30, entrando pela de 40. No ano de 1844, a população escrava permanente de Luanda tinha diminuído para 2749.

Nessa altura, as necessidades do Brasil de novos cativos tiveram, claramente, um impacto profundo na subida e descida da população escrava de Luanda. Neste caso, por oposição ao caso dos desastres naturais ou epidemias, é possível visualizar o emaranhado de relações causais; isto pode ser observado no Gráfico VI. Pode-se identificar claramente os anos nos quais as mudanças no volume de escravos exportados tiveram um impacto, primeiro sobre o total estimado da população, e, em segundo, sobre os números da população escrava de Luanda.

Será que a especificidade de género sexual desta procura mudou entre 1781 e 1844, justificando, desta forma, as perdas particularmente significativas entre os habitantes cativos do género feminino? Estudos recentes sobre o comércio escravo transatlântico da África central ocidental mostraram que, em 1811, este comércio levava um número de mulheres muito mais elevado do que anteriormente, especialmente para o Rio de Janeiro.⁸⁵ Os dados apresentados ante-

⁸⁵ Veja-se especialmente David Eltis, "Fluctuations in the Age and Sex Ratios of Slaves in the Nineteenth-Century Transatlantic Slave Traffic," *Slavery and Abolition* 7 (1986) 257-272; David Eltis e Stanley L. Engerman, "Was the Slave Trade Dominated by

riormente sobre o comércio escravo de Luanda não podem corroborar um tal desenvolvimento, já que não discriminam as exportações por género. Contudo, existem provas indirectas que atestam esta relação.

Os censos existentes indicam que a razão de masculinidade da população escrava sofreu uma alteração significativa durante o período em consideração. De uma percentagem média de 80,1, durante 1781-1807, o número de homens escravos *versus* o número de mulheres aumentou, significativamente, para 118,8, na década de 1810, antes de descer para 91,1, entre 1823 e 1844. Vale a pena lembrar aqui que foi na segunda década do século XIX que a procura brasileira de novos escravos atingiu um dos seus níveis mais elevados. Esta procura crescente foi o resultado de dois desenvolvimentos importantes.

O primeiro ocorreu em 1808, quando a corte portuguesa, como muitos membros da nobreza, da burocracia, e prósperos comerciantes, fugiu dos exércitos de Napoleão e foi-se estabelecer no Rio de Janeiro, o destino mais importante no Brasil das exportações de escravos de Luanda. De 1808 a 1820, segundo dois membros da Academia de Ciências de Munique, que viajaram por todo o Brasil durante os finais da década de 1810, “vinte mil e quatro portugueses chegaram aqui [Rio de Janeiro] gradualmente da Europa.”⁸⁶ Durante aproximadamente o mesmo período, mais de 4200 estrangeiros foram-se também estabelecendo no empório sul do Brasil: cientistas, músicos, engenheiros, viajantes curiosos, comerciantes e artesãos.⁸⁷ Consequentemente, a cidade sofreu um verdadeiro *boom* demográfico. De pouco menos de 43400 habitantes, no final de 1799, a sua população aumentou, aproximadamente, para 60000, nos meados de 1808, e novamente para mais de 79300, no início de 1821.⁸⁸ Este grande influxo de pessoas mudou radicalmente a

Men?” *Journal of Interdisciplinary History* 23 (1992) 237-257; e idem. “Fluctuations in Sex and Age Ratios in the Transatlantic Slave Trade, 1663-1864,” *Economic History Review* 46 (1993) 308-323.

⁸⁶ Johann B. von Spix e Carl Friedrich P. von Martius. *Travels in Brazil in the Years 1817-1820* (London, 1824), vol. 1, 144.

⁸⁷ Alan K. Manchester, “The Transfer of the Portuguese Court to Brazil,” in H. H. Keith e S. F. Edwards, eds., *Conflict and Continuity in Brazilian Society* (Columbia, South Carolina, 1969), 171.

⁸⁸ Veja-se “Resumo Total da População no anno de 1799. Cidade do Rio de Janeiro,” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 21 (1858) 176; John Luccock, *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil: Taken during a Residence*

cidade: foram iniciados projectos arquitectónicos grandiosos para alojar a família real portuguesa e os nobres, foram construídos novos edifícios administrativos para servirem as funções do Império, o número de casas comerciais aumentou, significativamente, a seguir à abertura do porto ao comércio livre em 1810, e foram construídos novos hospitais, igrejas, e praças públicas.⁸⁹ Os novos habitantes, vindos predominantemente dos altos escalões da sociedade portuguesa, não eram uns emigrantes quaisquer. Nas palavras de uma testemunha da altura, “[a sua] multiplicação de necessidades, depressa fez subir o valor do trabalho, e fê-lo num grau extravagante. Isto originou uma nova classe social, composta de pessoas que compravam escravos apenas com o propósito de os instruir numa qualquer arte ou profissão de utilidade, para depois os vender a um preço mais elevado ou alugar os seus talentos e trabalho.”⁹⁰ Foi assim, prontamente, atribuído um valor à aquisição de escravos para trabalhar em projectos de construção e no interior das residências.⁹¹ No entanto, o número de escravos locais disponíveis para trabalhar nas residências era limitado. Entre 1795 e 1807, por exemplo, dados legítimos, para o Rio de Janeiro e região interior, mostram uma razão masculinidade com 166 para os escravos urbanos e 145 para os rurais.⁹² Isto por sua vez levou os comerciantes do Rio de Janeiro a retirar mais escravos de Luanda, que tinha o seu próprio reservatório de escravos, com experiência em vários ofícios e acostumadas à vida numa colónia urbana portuguesa.⁹³ O segundo desenvolvimento aconteceu em 1815, quando foi

of Ten Years in that Country, from 1808 to 1818 (London, 1820), 41-42; e “Mappa da População da Côte e Provincia do Rio de Janeiro em 1821,” in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 33 (1870) 137.

⁸⁹ Mary Karasch, “Rio de Janeiro: From Colonial Town to Imperial Capital (1808-1850).” in Ross e Telkamp, *Colonial Cities*, 123-151.

⁹⁰ Luccock, *Notes on Rio de Janeiro*, 106.

⁹¹ Veja-se Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro*, 5, 9, 19, e 200; Corcino Medeiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica* (Rio de Janeiro, 1993), 33 e 155-164; Koster, *Travels in Brazil*, 418; Spix e Martius, *Travels in Brazil*, vol. 1, 143-144, e von Weech, *Riesen über England und Portugal nach Brasilien*, vol. 2, 92.

⁹² Manolo G. Florentino, *Entre Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVII e XIX)* (Rio de Janeiro, 1995), 64 e 295.

⁹³ A existência, em Luanda, de tais escravos conhecidos como *ladinos*, é muitas vezes esquecida. Veja-se Miller, *Way of Death*, 270-273. Sobre a importância deste tipo de escravo na composição da sociedade Afro-Americana, veja-se Ira Berlin, “From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America,” *The William and Mary Quarterly* 3rd series, vol. 53 (1996) 251-288.

abolido o comércio escravo a norte do Equador. Os comerciantes do Rio de Janeiro depararam-se então com a incerteza no fornecimento de escravos da África ocidental. Mais uma vez se voltaram para Luanda mantendo uma procura elevada de mulheres,⁹⁴ sentindo talvez que o comércio escravo a sul do Equador estava também em perigo.

V. Conclusão

O desejo de estabelecer uma forma de controlo fiscal e militar sobre as suas colónias trouxe Portugal para a era das estatísticas. As decisões tomadas pelas autoridades coloniais portuguesas, desde o final do século XVIII até meados do século XIX, produziram um importante conjunto de dados demográficos como raramente é encontrado na história de África. A parcialidade encontrada nos dados dos censos não conseguiu reduzir a significativa importância total das estatísticas dos domicílios produzidas pela administração colonial. O conjunto de censos de Luanda, entre 1781 e 1844, quando examinados como uma série através de uma minuciosa análise interna completada pelo recurso à análise de tendência, permanece uma fonte preciosa de dados relativos a transformações demográficas ocorridas nesta cidade portuária. Os dados valiosos sobre as categorias sociais acrescentados aos dados do comércio escravo, permitem-nos compreender melhor esta sociedade escravocrata.

Estes dados permitem-nos entender melhor o emaranhado de relações causais entre a principal actividade económica de Luanda e as transformações do seu tecido social. Existe uma ligação clara entre a população escrava (masculina e feminina) e as flutuações no número das exportações de escravos. Isto poderá também ter tido um impacto noutros grupos, como o dos mulatos. O significado sócio-demográfico de tudo isto é muito abrangente. Em primeiro

⁹⁴ Florentino, *Entre Costas Negras*, 72. Em 1826, antes da assinatura, a 13 de Março de 1827, do Tratado que poria fim ao tráfico escravo no Oceano Atlântico, três anos mais tarde, os comerciantes do Rio de Janeiro aumentaram, de forma significativa, a sua procura de escravas vindas da África central ocidental. Veja-se *ibid.*, 54; Eltis, "Fluctuations in the Age and Sex of Slaves," 268-269; e Eltis e Engerman, "Was the Slave Trade Dominated by Men?" 253-254. Contudo, contrariamente a 1808 e 1815, este último aumento pre-1830 não teve o mesmo impacto sobre Luanda, donde os comerciantes de escravos brasileiros se haviam retirado, após 1822.

lugar, levanta muitas questões relativas aos meios de controlo social de uma sociedade capaz de exportar, por ano, um número de escravos superior ao da sua população. Podemos colocar a hipótese de que o poder da estrutura social de Luanda está intimamente relacionado com a continuação do comércio escravo mas que podem ter ocorrido modificações importantes quando as condições económicas se alteraram. Em segundo lugar, tudo aponta para uma relação próxima entre a sociedade exportadora (Luanda) e o seu mercado principal (Rio de Janeiro) no Brasil. Podemos compreender melhor agora que esta proximidade estruturou as duas sociedades e redesenhou a configuração social das mesmas, à medida que as flutuações no comércio modificaram as suas composições sexuais e raciais.

De 1781 a 1844, a população de Luanda não esteve apenas em declínio absoluto, como também sofreu perdas catastróficas. A maior parte destas perdas deram-se entre os civis, em especial entre os escravos negros, e mais precisamente ainda, entre as mulheres escravas. Esta situação pode ser explicada pelo facto de o número de óbitos registados representar uma sub-contagem, e que um número relativamente grande de cativos fugiu da sua vida de escravatura em Luanda. Porém, estes factores não justificam, por si só, o declínio. A principal razão pela qual um grande número de pessoas, especialmente de escravas negras, simplesmente desapareceu dos censos de Luanda deve ser procurada noutra sítio. Como explicamos anteriormente, a causa principal foi uma crescente procura brasileira por novos trabalhadores escravos, em especial mulheres escravas com experiência, necessárias para o trabalho doméstico no Rio de Janeiro. Resumindo, os censos de Luanda mostram uma história demográfica que estava dependente do que se passava no Rio de Janeiro: isto é, o impacto do comércio escravo atlântico não foi unidireccional (os escravos a serem exportados à força para o Brasil) mas atingiu simultaneamente a sociedade exportadora e a sociedade importadora de escravos. Os dois lados deste coeso ambiente económico sul-atlântico estavam organicamente interligados.

**Gráfico I – População Civil e Não-Civil
Luanda, 1781-1844**

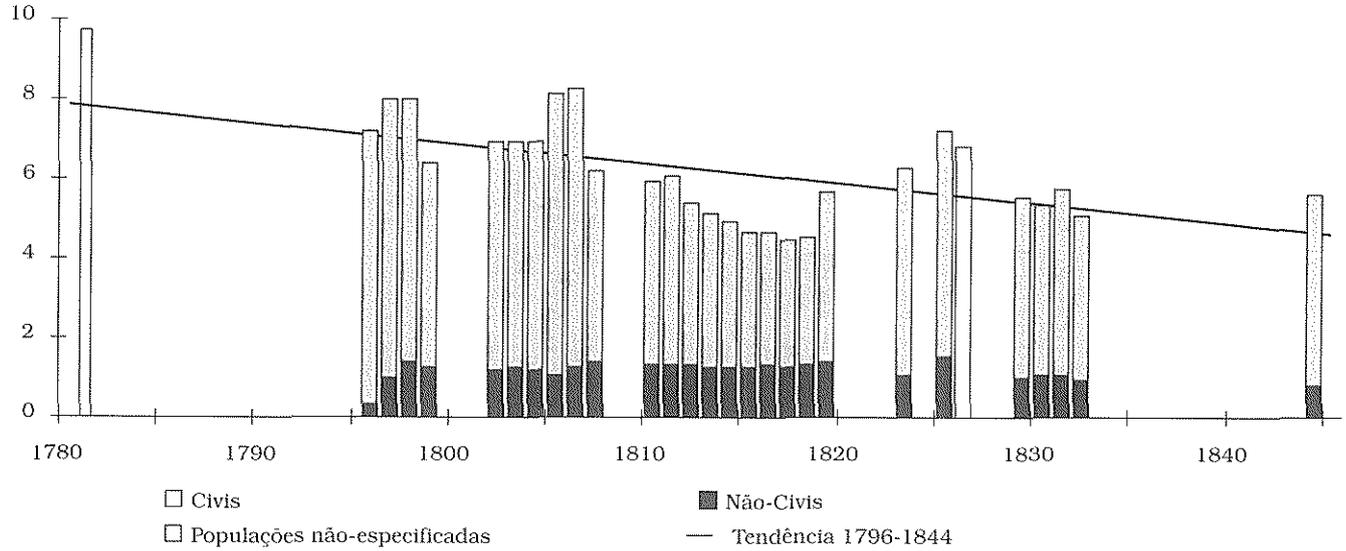


Gráfico II – Razão de Masculinidade da População de Luanda, 1781-1844

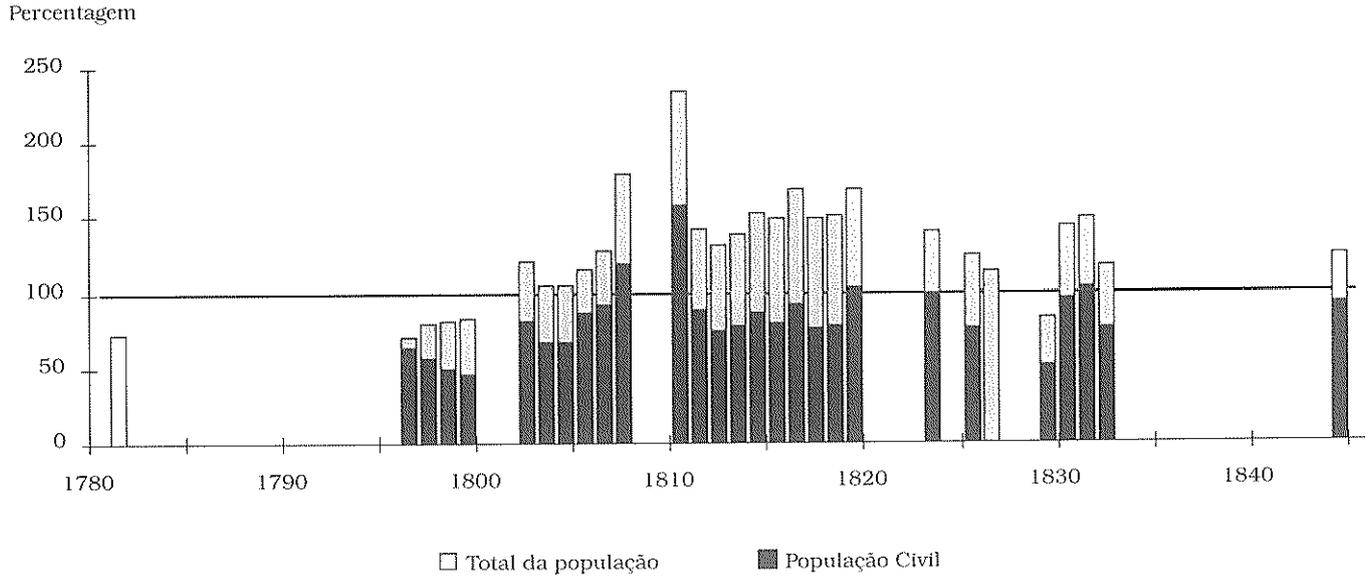


Gráfico III – Distribuição da População Civil por Côr:
Luanda, 1799-1832

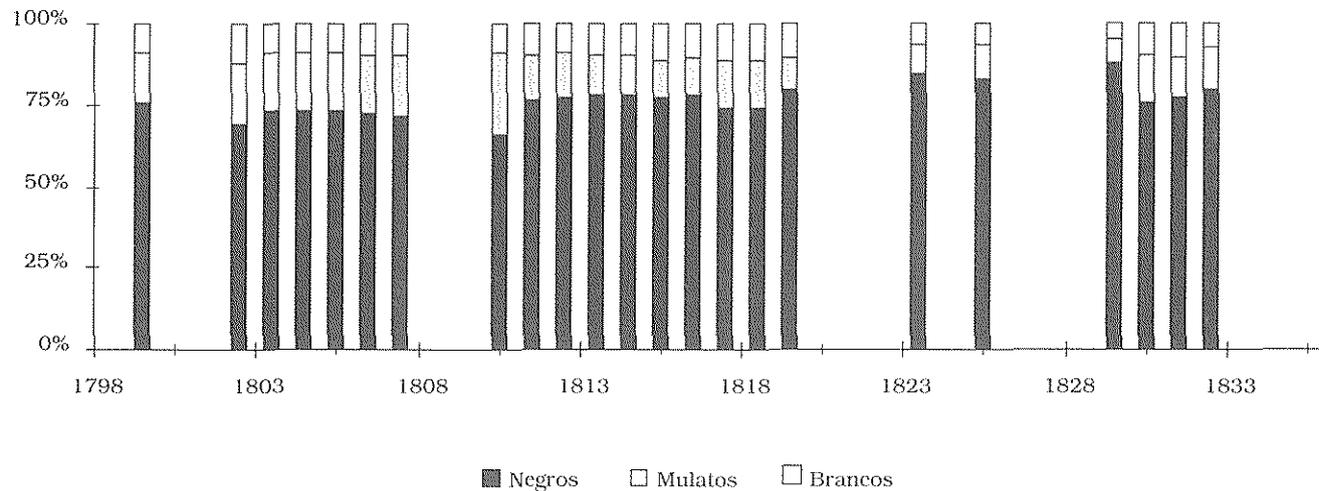
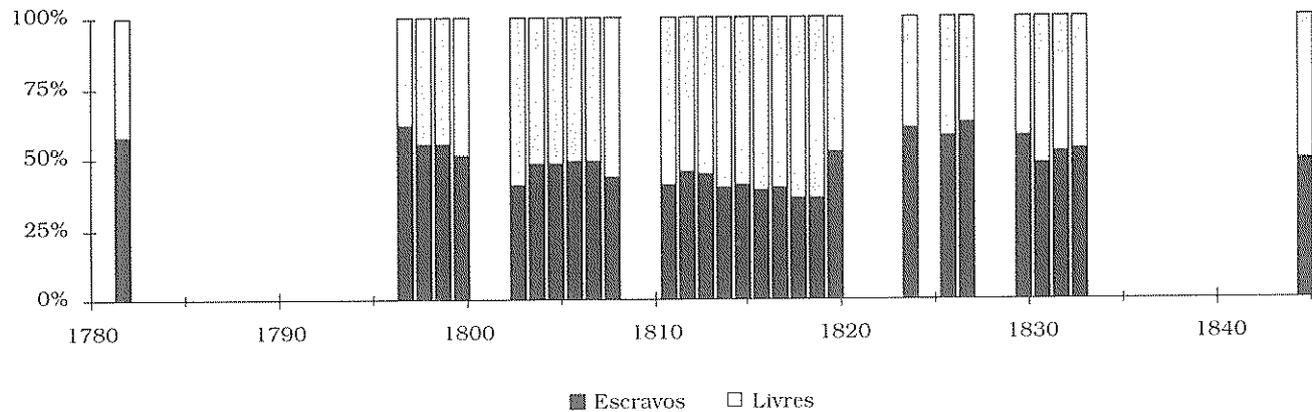
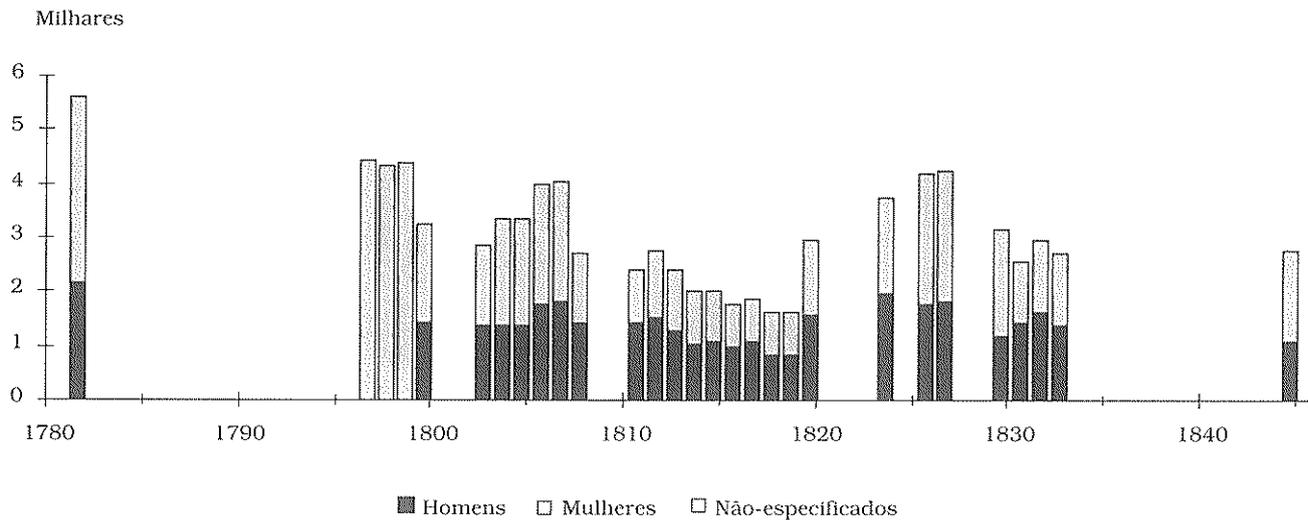


Gráfico IV – Distribuição do Total da População por Condição Social:
Luanda, 1781-1844



**Gráfico V – População Escrava por Género:
Luanda, 1781-1844**



**Gráfico VI – Exportações Legais de Escravos, Total da População e População Escrava:
Luanda, 1781-1844**

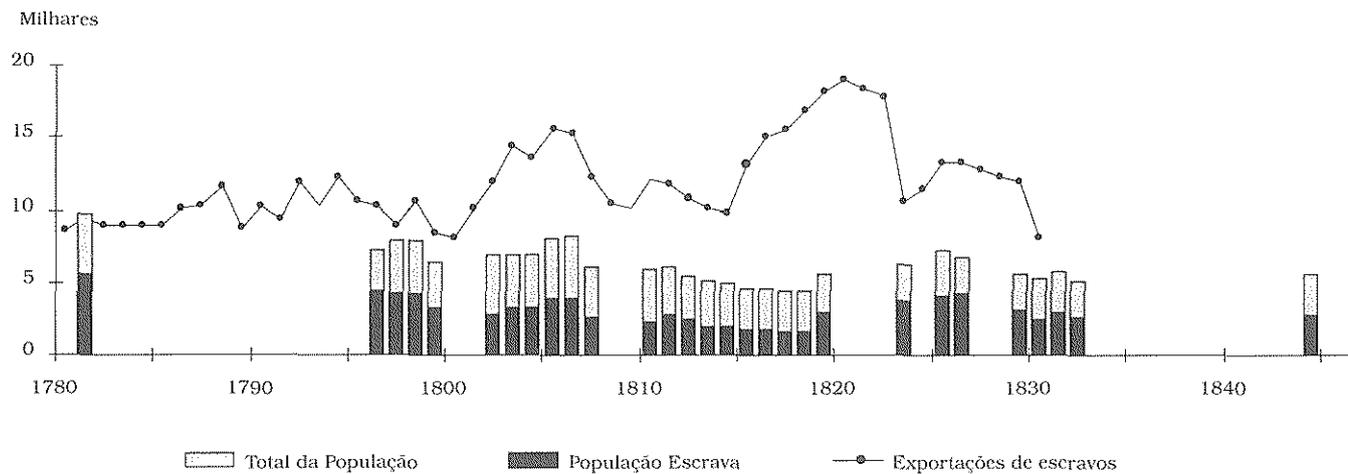


Tabela I – Censos disponíveis no AHN em Luanda, 1773-1844.

Ano	Data de Compilação	Compilador	Localização
1773 [a]	03 Março 1773	n.d.	Cx. 57 - Doc. 34
1781	1781	Jozé de Silva Rego	Cx. 64 - Doc. 63
1796	31 Janeiro 1797	Jozé de A. Castelo Branco	Cx. 86 - Doc. 6
1797	06 Janeiro 1798	Ibid	Cx. 91 - Doc. 41
1798	04 Janeiro 1799	Ibid	Cx. 91 - Doc. 41
1799	01 Janeiro 1800	Ibid	Cx. 94 - Doc. 1
1802	01 Janeiro 1803	António Jozé de Faria	Cx. 105 - Doc. 44
1803	15 Janeiro 1804	Ibid	Cx. 105 - Doc. 44
1804	15 Janeiro 1805	Ibid	Cx. 112 - Doc. 47
1805	01 Março 1806	Ibid	Cx. 117 - Doc. 27
1806	15 Março 1807	Ibid	Cx. 118 - Doc. 21
1807	15 Janeiro 1808	Ibid	Cx. 119 - Doc. 6
1810	15 Janeiro 1811	Ricardo da Silva Rego	Cx. 122 - Doc. 1
1811	15 Janeiro 1812	Ibid	Cx. 124 - Doc. 9
1812	15 Janeiro 1813	Ibid	Cx. 127 - Doc. 1
1813	15 Janeiro 1814	Ibid	Cx. 128 - Doc. 26
1814	15 Janeiro 1815	Ibid	Cx. 130 - Doc. 30
1815	15 Janeiro 1816	Ibid	Cx. 131 - Doc. 14
1816	15 Janeiro 1817	Joaquim A. de Oliveira	Cx. 132 - Doc. 32
1817	10 Janeiro 1818	Ibid	Cx. 134 - Doc. 37
1818	01 Janeiro 1819	Ibid	Cx. 136 - Doc. 19
1819	Janeiro 1820	Ibid	Cx. 138 - Doc. 3
1823	Janeiro 1824	Manuel do N. Pereira	Cx. 144 - Doc. 9
1825	Janeiro 1826	Joaquim A. de Oliveira	Cx. 151 - Doc. 84
1826 [b]	20 Julho 1827	n.d.	Cx. 156 - Doc. 16
1828 [c]		n.d.	
1829	Janeiro 1830	António D. da Silva	Cx. 167 - Doc. 33
1830	Janeiro 1831	Ibid	Cx. 170 - Doc. 1
1831	27 Fevereiro 1832	Ibid	Cx. 174 - Doc. 21
1832	Janeiro 1833	João A. de Moraes Faião	Cx. 176 - Doc. 17
1844 [d]		n.d.	

[a] Censos parciais.

[b] Apenas disponíveis os resumos.

[c] Número total de habitantes por género e condição social em Jean Baptiste Douville, *Voyage au Congo et dans l'intérieur de l'Afrique équinoxiale...1828, 1829, 1830* (Paris, 1832) vol. 1, 9 e 258.

[d] Apenas disponível o resumo em José Lopes de Lima, *Ensaio Sobre a Estatística das Possessões Portuguezas* (Lisboa, 1846) vol. 3, parte 1, 4-A.

Tabela II – Tabela Tópico dos Censos de Luanda, 1781-1844.

Ano(s)	1781	1796	1797	1799	1826
			-	-	&
			1798	1832	1844
Sexo	X	X	X	X	X
Grupos etários alargados	X				
Cor	X	X	X	X	X
Civis	X	X	X	X	
Não-Civis		X	X	X	
Nascimentos	X			X	X
Casamentos				X	
Óbitos	X		X	X	
Condição Social	X	X	X	X	X
Estado Marital				X	
Domicílios		X	X	X	X
Profissões				X	
Imigrantes			X	X	
Emigrantes			X	X	

1825	7209	53	498	-445	865	757	108	-337	-	-	-
1826	6813	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1829	5541	223	195	28	317	776	-459	-431	-	-	-
1830	5345	15	1	14	1597	939	658	672	6213	-868	-16.2
1831	5708	213	177	36	704	181	523	559	5904	-196	-3.4
1832	5058	93	119	-26	562	818	-256	-282	5426	-368	-7.3
1833-1843	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1844	5605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Média: -8.4
 Desvio standard: 13.2
 Coeficiente de variação: -157

NOTAS: - = Não disponível.

* = Os dados para 1797 estão incompletos. As estatísticas de nascimentos e óbitos são para o período de 27 Julho de 1797 a 1 Janeiro de 1798.

Tabela IV – População Civil e Pessoal Administrativo: Luanda, 1781-1844.

Ano	População de Final de Ano	Taxas Anuais de Crescimento	Pessoal Administrativo	Taxas Anuais de Crescimento	Civis	Taxas Anuais de crescimento
		% *		% *		% *
1781	9755	-	-	-	-	-
1782-1795	-	-	-	-	-	-
1796	7204	-2.00	314	-	6890	-
1797	7976	10.72	1033	228.98	6943	0.77
1798	8013	0.46	1406	36.11	6607	-4.84
1799	6414	-19.96	1272	-9.53	5142	-22.17
1800-1801	-	-	-	-	-	-
1802	6925	2.59	1223	-1.30	5702	3.51
1803	6907	-0.26	1237	1.14	5670	-0.56
1804	6939	0.46	1227	-0.81	5712	0.74
1805	8112	16.90	1052	-14.26	7060	23.60
1806	8243	1.61	1265	20.25	6978	-1.16
1807	6184	-24.98	1367	8.06	4817	-30.97
1808-1809	-	-	-	-	-	-
1810	5908	-1.51	1363	-0.10	4545	-1.92
1811	6051	2.42	1325	-2.79	4726	3.98
1812	5390	-10.92	1312	-0.98	4078	-13.71
1813	5140	-4.64	1293	-1.45	3847	-5.66
1814	4947	-3.75	1281	-0.93	3666	-4.70
1815	4648	-6.04	1278	-0.23	3370	-8.07
1816	4689	0.88	1338	4.69	3351	-0.56
1817	4490	-4.24	1291	-3.51	3199	-4.54
1818	4506	0.36	1314	1.78	3192	-0.22
1819	5680	26.05	1385	5.40	4295	34.56
1820-1822	-	-	-	-	-	-
1823	6256	2.44	1075	-6.14	5181	4.80
1824	-	-	-	-	-	-

1825	7209	7.35	1542	19.77	5667	4.59
1826	6813	-5.49	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-	-
1829	5541	-6.66	980	-10.71	4561	-5.28
1830	5345	-3.54	1038	5.92	4307	-5.57
1831	5708	6.79	1066	2.70	4642	7.78
1832	5058	-11.39	965	-9.47	4093	-11.83
1833-1843	-	-	-	-	-	-
1844 **	5605	0.86	811	-1.44	4794	1.33

Taxas 1781-1844: -0.88

Taxas 1796-1844: -0.52 2.00 -0.75

NOTAS: - = Não disponível.

* = Calculados usando a equação: $r = \left(\sqrt[n]{\frac{P_n}{P_0}} - 1 \right) \times 100$

** = Censos incompletos: em 1844 o pessoal administrativo inclui apenas os militares.

Tabela V – Pessoal Administrativo dividido pelas Categorias dos Censos: Luanda, 1796-1844

Ano	Militares	% do total	Eclesiásticos	Funcionários Públicos	Total
1796	240	76.4	44	30	314
1797	931	90.1	52	50	1033
1798	1302	92.6	48	56	1406
1799	1154	90.7	37	81	1272
1800-1801	-	-	-	-	-
1802	1099	89.9	38	86	1223
1803	1111	89.8	32	94	1237
1804	1118	91.1	27	82	1227
1805	927	88.1	44	81	1052
1806	1155	91.3	45	65	1265
1807	1238	90.6	50	79	1367
1808-1809	-	-	-	-	-
1810	1251	91.8	36	76	1363
1811	1206	91.0	43	76	1325
1812	1185	90.3	47	80	1312
1813	1167	90.3	45	81	1293
1814	1157	90.3	46	78	1281
1815	1153	90.2	40	85	1278
1816	1210	90.4	43	85	1338
1817	1168	90.5	40	83	1291
1818	1182	90.0	47	85	1314
1819	1268	91.6	33	84	1385
1820-1822	-	-	-	-	-
1823	948	88.2	42	85	1075
1824	-	-	-	-	-
1825	1419	92.0	46	77	1542
1826	-	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-
1829	894	91.2	23	63	980
1830	948	91.3	24	66	1038
1831	973	91.3	27	66	1066
1832	875	90.7	20	70	965
1833-1843	-	-	-	-	-
1844	811	-	-	-	-

NOTA: - = Não disponível.

Tabela VI – População de Luanda por Género, 1781-1844.

Ano	Total da População			Civis			Pessoal Administrativo
	Homens	Mulheres	Razão de Masculinidade*	Homens	Mulheres	Razão de Masculinidade*	Homens**
1781	4108	5647	72.7	-	-	-	-
1782-1795	-	-	-	-	-	-	-
1796	2979	4225	70.5	2665	4225	63.1	314
1797	3558	4418	80.5	2525	4418	57.2	1033
1798	3620	4393	82.4	2214	4393	50.4	1406
1799	2912	3502	83.2	1640	3502	46.8	1272
1800-1801	-	-	-	-	-	-	-
1802	3785	3140	120.5	2562	3140	81.6	1223
1803	3530	3377	104.5	2293	3377	67.9	1237
1804	3539	3400	104.1	2312	3400	68.0	1227
1805	4334	3778	114.7	3282	3778	86.9	1052
1806	4612	3631	127.0	3347	3631	92.2	1265
1807	3975	2209	179.9	2608	2209	118.1	1367
1808-1809	-	-	-	-	-	-	-
1810	4140	1768	234.2	2777	1768	157.1	1363
1811	3544	2507	141.4	2219	2507	88.5	1325
1812	3064	2326	131.7	1752	2326	75.3	1312
1813	2981	2159	138.1	1688	2159	78.2	1293
1814	2983	1964	151.9	1702	1964	86.7	1281
1815	2780	1868	148.8	1502	1868	80.4	1278
1816	2940	1749	168.1	1602	1749	91.6	1338
1817	2682	1808	148.3	1391	1808	76.9	1291
1818	2705	1801	150.2	1391	1801	77.2	1314
1819	3560	2120	167.9	2175	2120	102.6	1385
1820-1821	-	-	-	-	-	-	-
1823	3650	2606	140.1	2575	2606	98.8	1075
1824	-	-	-	-	-	-	-
1825	3985	3224	123.6	2443	3224	75.8	1542
1826	3631	3182	114.1	-	-	-	-
1827-1828	-	-	-	-	-	-	-
1829	2525	3016	83.7	1545	3016	51.2	980
1830	3153	2192	143.8	2115	2192	96.5	1038
1831	3419	2289	149.4	2353	2289	102.8	1066
1832	2732	2326	117.5	1767	2326	76.0	965
1833-1843	-	-	-	-	-	-	-
1844	3104	2501	124.1	2293	2501	91.7	811

NOTAS: - = Não disponível.

* = Número de homens por 100 mulheres.

** = Não há indicação nos censos da presença de mulheres na categoria de pessoal administrativo dos censos.

Tabela VII – População Civil por Cor: Luanda, 1799-1832.

Ano	População Civil	Branços	%	Mulatos	%	Negros	%	Mulatos e Negros %
1799	5142	443	8.6	797	15.5	3902	75.9	91.4
1800-1801	-							
1802	5702	710	12.5	1060	18.6	3932	69.0	87.5
1803	5670	512	9.0	1009	17.8	4149	73.2	91.0
1804	5712	521	9.1	1022	17.9	4169	73.0	90.9
1805	7060	660	9.3	1244	17.6	5156	73.0	90.7
1806	6978	661	9.5	1285	18.4	5032	72.1	90.5
1807	4817	487	10.1	869	18.0	3461	71.8	89.9
1808-1809	-							
1810	4545	406	8.9	1150	25.3	2989	65.8	91.1
1811	4726	444	9.4	656	13.9	3626	76.7	90.6
1812	4078	363	8.9	575	14.1	3140	77.0	91.1
1813	3847	382	9.9	474	12.3	2991	77.7	90.1
1814	3666	347	9.5	469	12.8	2850	77.7	90.5
1815	3370	376	11.2	379	11.2	2615	77.6	88.8
1816	3351	361	10.8	388	11.6	2602	77.6	89.2
1817	3199	355	11.1	472	14.8	2372	74.1	88.9
1818	3192	355	11.1	472	14.8	2365	74.1	88.9
1819	4295	443	10.3	438	10.2	3414	79.5	89.7
1820-1822	-							
1823	5181	348	6.7	473	9.1	4360	84.2	93.3
1824	-							
1825	5667	372	6.6	604	10.7	4691	82.8	93.4
1826-1828	-							
1829	4561	238	5.2	332	7.3	3991	87.5	94.8
1830	4307	403	9.4	658	15.3	3246	75.4	90.6
1831	4642	504	10.9	564	12.1	3574	77.0	89.1
1832	4093	309	7.5	530	12.9	3254	79.5	92.5

NOTA: '-' = Não disponível.

**Tabela VIII – População Civil e População Escrava:
Luanda, 1781-1844.**

Ano	Livres	População Livre como % do		Escravos		População Escrava como % do Total da População	População Escrava como % dos Cíveis
		Total da População	Homens	Mulheres	Total		
1781	4172	42.8	2164	3419	5583	57.2	--
1782-1795	--	--	--	--	--	--	--
1796	2783	38.6	--	--	4421	61.4	64.2
1797	3637	45.6	--	--	4339	54.4	62.8
1798	3651	45.6	--	--	4362	54.4	66.0
1799	3150	49.1	1410	1854	3264	50.9	63.5
1800-1801	--	--	--	--	--	--	--
1802	4093	59.1	1361	1471	2832	40.9	49.7
1803	3560	51.5	1371	1976	3347	48.5	59.0
1804	3587	51.7	1366	1986	3352	48.3	58.7
1805	4133	50.9	1754	2225	3979	49.1	56.4
1806	4206	51.0	1818	2219	4037	49.0	57.9
1807	3487	56.4	1411	1286	2697	43.6	56.0
1808-1809	--	--	--	--	--	--	--
1810	3520	59.6	1444	944	2388	40.4	52.5
1811	3295	54.5	1532	1224	2756	45.5	58.3
1812	2981	55.3	1285	1124	2409	44.7	59.1
1813	3120	60.7	1044	976	2020	39.3	52.5
1814	2929	59.2	1059	959	2018	40.8	55.0
1815	2853	61.4	972	823	1795	38.6	53.3
1816	2814	60.0	1062	813	1875	40.0	56.0
1817	2879	64.1	836	775	1611	35.9	50.4
1818	2902	64.4	836	768	1604	35.6	50.3
1819	2708	47.7	1573	1399	2972	52.3	69.2
1820-1822	--	--	--	--	--	--	--
1823	2502	40.0	1951	1803	3754	60.0	72.5
1824	--	--	--	--	--	--	--
1825	3031	42.0	1779	2399	4178	58.0	73.7
1826	2587	38.0	1802	2424	4226	62.0	--
1827-1828	--	--	--	--	--	--	--
1829	2378	42.9	1161	2002	3163	57.1	69.3
1830	2791	52.2	1407	1147	2554	47.8	59.3
1831	2748	47.8	1607	1353	2960	52.2	63.8
1832	2368	46.8	1395	1295	2690	53.2	65.7
1833-1843	--	--	--	--	--	--	--
1844	2856	51.0	1082	1667	2749	49.0	57.3

NOTA: -- = Não disponível.

**Tabela IX – Anos de Fome, Epidemias ou Secas,
Luanda, 1782-1841.**

Anos	Tipo de desastre
1782-1783	colheita fraca
1785	falta de chuva
1786	falta de chuva/falta de alimento/varíola
1787	falta de chuva/falta de alimento
1788	falta de chuva/falta de alimento/doenças
1789	fome
1790-1792	seca/fome
1793-1794	seca/falta de alimento/varíola/vaga de refugiados vindos do interior
1797	falta de alimento/ vaga de refugiados vindos do interior
1799	seca/falta de alimento/varíola/mortalidade elevada
1800	seca/falta de alimento/varíola
1801-1802	seca/falta de alimento
1803	doenças
1805	varíola
1807-1808	varíola
1811	varíola
1814	varíola
1815	falta de chuva
1816-1817	seca/fome
1822	varíola
1825	seca/falta de alimento/doenças/mortalidade elevada
1826	seca/falta de alimento/mortalidade elevada
1835	praga de gafanhotos
1838	varíola
1841	praga de gafanhotos

Fontes: A maioria destes desastres naturais estão documentados em Joseph C. Miller, "The Significance of Drought, Disease, and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa," *Journal of African History* 22 (1982) 17-61 e Jill R. Dias, "Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930," *Journal of African History* 21 (1981) 349-378. As exceções, 1803, 1807-1808, e 1838, estão documentadas em, respectivamente: Governador Fernando António de Noronha para Visconde de Anadia, 17 Junho 1803, in Carlos D. Coimbra, ed., *Ofícios para o Reino (1801-1819): Códices* (Lisboa, 1965) 38; as observações incluídas no "Mappa de toda a Povoação da Cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda em 1807," AHU, Angola, Cx. 119, Doc. 6; e Anónimo, *Exame dos Actos do Ex-Governador de Angola Manuel Bernardo Vidal em Resposta a Exposição Assignada por José António de Miranda Vieira* (Lisboa, 1839) 15.

ÁFRICA NA SENZALA LATINO-AMERICANA

Utopias de escravos rebeldes: Brasil e Cuba, década de 1830

Martin Lienhard *

Introdução

Há abundantes testemunhos para afirmar que ao longo da história da escravidão africana na América, os cativos sempre se esforçaram por melhorar suas condições de vida e de trabalho; sempre, também, procuraram conquistar um espaço mínimo para o exercício de sua liberdade (religiosa, cultural, sexual, económica, etc.¹). Nem sempre, mas amiúde, eles tentavam – principalmente através da fuga ou da insurreição – romper definitivamente com a servidão. Algumas fugas ou levantes de escravos se produziram já na África, quer nas feitorias onde os cativos «esperavam» o momento de sua deportação, quer no próprio momento de serem embarcados para a travessia do Atlântico². Na América escravista, em particular depois

* Faculdade de Letras da Universidade de Zurique

¹ Para a vida quotidiana dos escravos, veja-se a excelente compilação de trabalhos sobre a *História da vida privada no Brasil* (NOVAIS 1997).

² Em 1687, se referindo à deportação dos escravos angolanos para a América, o capuchinho CAVAZZI (1956, vol. 1: p. 160) escreveu: «Há [...] grande diferença entre os escravos dos Portugueses e os dos pretos. Os primeiros obedecem não só às palavras, mas até aos sinais, receando sobretudo ser levados para o Brasil ou para a Nova Espanha, pois estão persuadidos de que, chegando àquelas terras, seriam mortos pelos compradores, os quais, conforme pensam, tirariam dos seus ossos a pólvora e dos miolos e das carnes o azeite que chega à Etiópia [...]. Portanto, só pelo terror de serem mandados para a América, agitam-se freneticamente e, se possível, fogem para as matas. Outros, no momento de embarcar, desafiam as pauladas e matam-se por si mesmos, atirando-se à água». Se aqui ainda se trata de pequenos actos de resistência individual, também há notícias de verdadeiros levantes de massa. Assim, em 1798, um navegante português, Joseph Antonio Pereira, pretende cobrar de uma companhia

da revolução haitiana, as manifestações de inconformidade escrava foram quase constantes. As formas mais comuns de insubordinação colectiva eram a greve, a fuga, a insurreição e, também amiúde, a constituição de reductos autónomos mais ou menos permanentes: *quilombos*, *mocambos* (Brasil), *palenques* (Cuba, Colombia), *cumbes* (Venezuela), etc. Através desses movimentos, que às vezes se assemelhavam a tentativas de «retorno à África» na própria América, os escravos procuravam reconquistar sua liberdade.

É nos momentos de ruptura aberta que se manifestam com maior transparência as utopias ou os projectos que se iam construindo no seio dos colectivos escravos. Já no século XVII, mas sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, depois do grande terramoto causado pela revolução dos negros da parte francesa de São Domingos, as fugas ou os levantes de escravos costumavam gerar grandes processos, nos quais os juizes ao serviço dos grupos escravistas pretendiam descobrir as motivações, as formas de organização e os objectivos dos cativos rebeldes. Destinados a identificar e a condenar – aos açoites, à deportação, à pena capital – os líderes de tais movimentos, e talvez mais ainda, a reunir o conhecimento necessário para afastar a ameaça de outros actos semelhantes de insubordinação negra, esses processos abriam-se forçosamente às vozes dos cativos. Neste sentido, as devassas instruídas com base nos levantes e fugas de escravos oferecem, bem mais do que a literatura artística ou didáctica sobre a vida dos negros nas senzalas ou nas cidades, a imagem de homens e mulheres conscientes de sua situação e, amiúde, decididos a trocá-la por uma outra melhor.

Se não se pode negar a existência, nos séculos XVI-XVIII, de debates teológicos, jurídicos e económicos sobre a servidão dos africanos na América³, é no começo do século XIX, que corresponde às últimas décadas da época colonial (Caribe espanhol) ou do regime escravista (Brasil)⁴, que os escravos começam realmente a atrair a

de seguros de Cádiz «las pérdidas. y averías que experimentó dicho buque [*Nuestra Señora de la Concepción y Jesús de los navegantes*] en el expresado puerto de Cabinda ocasionados con motivo del levantamiento de doscientos setenta y ocho esclavos que tenía a su bordo» [grifo nosso]. (AHN, Consejos, 20257, exp. 2, 1806, 1-5 r. e 5 v.).

³ Veja-se o excelente e bem documentado livro *Viagem ao fundo das consciências* de Maria do Rosário PIMENTEL (1995).

⁴ A escravatura foi um dos fundamentos do sistema colonial; sua permanência em um país «emancipado» traduz, portanto, a existência de uma situação semi-colonial. Nos países hispano-americanos, a abolição da escravidão dos negros costumava fazer

atenção de viajantes, cronistas de costumes, romancistas e pintores, estrangeiros na sua maioria. Na fase final do regime colonial e/ou escravista, os negros – especialmente no Brasil e nas Caraíbas – constituem um conglomerado enorme e muito diversificado, no interior do qual podemos distinguir, primeiro, entre os negros libertos e os escravos, e quanto aos últimos, entre os que trabalham nas plantações e aqueles que desempenham algum ofício na cidade. Cada uma destas duas macro-categorias de escravos abrange uma miríada de grupos diversos que se distinguem quanto a sua procedência (africana ou local), sua «cor», sua inserção no trabalho produtivo, sua relação com os donos, seu habitat, suas práticas culturais e religiosas, seu sexo, sua idade, etc. Nas obras dos observadores de «costumes», os cativos negros constituem antes de tudo um elemento pitoresco na evocação de um mundo «opulente», indolente e tropical, por vezes «orientalizante». É o caso, particularmente, dos quadros românticos – anos 1830 – de pintores como J. M. RUGENDAS (1979) ou Jean-Baptiste DEBRET⁵ (1993). Uma visão mais crítica da escravidão se encontra nos relatos de viagens de muitos visitantes estrangeiros⁶, nas crônicas do abolicionista cubano Anselmo SUÁREZ Y ROMERO (s/d) e, mais ainda, no romance *Francisco* (1970 [1838-1839]) do mesmo autor⁷. Convém enfatizar que no caso dos escritores locais, as possíveis atitudes críticas deviam menos ao «humanitarismo» de seus autores do que a considerações de tipo económico e político. As novas perspectivas

parte dos programas políticos dos movimentos de emancipação; aliás, porém, a abolição definitiva da escravatura demorou várias décadas para se verificar (Colômbia: 1851; Ecuador: 1852; Venezuela: 1854). Em Cuba e Porto Rico, tanto a emancipação da Espanha quanto a abolição da escravidão foi mais tardia do que nos outros países hispano-americanos. Porto Rico proclama a abolição em 1873. Em Cuba, ela se completa só em 1886, escassos dois anos antes do Brasil (1888), país que tinha proclamado sua independência em 1822. Em todos estes casos se constata, pois, uma evidente assimetria entre emancipação política e liberalização do sistema económico-social.

⁵ Deve-se reconhecer que Debret, ao contrário de Rugendas, observa também alguns dos aspectos repugnantes do sistema escravista, em particular os castigos infligidos aos cativos.

⁶ Entre os observadores estrangeiros mais atentos desse período, mencione-se, para o Brasil, a escritora Maria GRAHAM (1990). Para Cuba, consulte-se a interessante antologia de narrativas de viagens publicada por Louis A. PÉREZ, JR. (1992).

⁷ Em *Los esclavos negros*, obra clássica sobre a escravatura em Cuba, o antropólogo Fernando ORTIZ (1987) se apoia aliás nas descrições de Suárez y Romero para evocar a vida dos escravos.

que abria, naqueles anos, a revolução industrial, o temor da repetição dos sucessos revolucionários do Haiti e a campanha abolicionista internacional liderada pelos ingleses, obrigava os sectores hegemónicos latino-americanos a procurar soluções alternativas e racionais ao sistema da escravatura. No Brasil, Maciel da Costa, Andrada e Silva, Alves Branco e Burlamaqui (COSTA 1988) demonstraram, entre 1820 e 1840, a inviabilidade económica do sistema escravista e afirmaram a necessidade de importar trabalhadores livres da Europa. Em Cuba, José Antonio SACO (1837), futuro autor de uma obra monumental sobre a escravatura na história mundial (SACO 1938), chegou a conclusões semelhantes. Nesses tratados político-económicos, como também na literatura e na pintura românticas, os escravos aparecem, quer como uma massa martirizada, quer como um conjunto de figuras pintorescas ou, ainda, como um simples dado económico; jamais eles são evocados enquanto sujeitos activos de sua própria história – ou da história em geral.

Neste trabalho encararemos dois movimentos de escravos rurais praticamente isócronos: a insurreição «iorubá» de 1832 na área cafeeira de Banes (Mariel, Cuba) e a tentativa de levante (1832-1833) dos escravos nos engenhos do rio Atabaia (província de São Paulo, Brasil). Como assinala João REIS (1988) em um trabalho sobre a insurreição urbana dos *malês* – escravos islâmicos – em Salvador da Bahia, a pesquisa sobre os movimentos insurreccionais de escravos costuma seguir, esquematicamente, uma de duas orientações bem diferentes. A primeira, qualificada por Reis de «culturalista», procura explicar tais movimentos a partir das tensões «étnicas» entre africanos e brancos, enquanto que a segunda, mais ou menos tributária do marxismo, prefere analisá-los a partir das condições económicas. Sem pretender intervir no debate entre estas duas tendências, o presente trabalho, baseado na convicção de uma fundamental diversidade dos movimentos de escravos, procurará encarar menos as causas dos levantes do que as atitudes e os objectivos concretos dos escravos insurgentes. Se a motivação geral de qualquer insubordinação deve ser procurada, em primeiro lugar, na situação de cativeiro que experimentam os escravos africanos na América, os projectos concretos que sustentam os diferentes movimentos são, na verdade, bem variados: obtenção da liberdade individual, *cimarronaje*, constituição de um *quilombo* ou *palenque*, abolição da escravatura, etc. Amiúde, vários projectos coexistem em

um só movimento. A própria dinâmica de uma empresa colectiva de fuga ou de levante, ademais, pode levar os escravos a privilegiar, segundo as circunstâncias – e às vezes sucessivamente –, uma ou outra dessas opções. Muito diversas, ainda, são as tradições ou os repertórios culturais e políticos nos quais se aprovisionam os colectivos de escravos insubordinados.

O que têm em comum os dois movimentos que pretendemos estudar aqui é, por um lado, a relativa homogeneidade étnica dos grupos dirigentes (*iorubá* em Banes, *congo-monjolo-cabinda* no rio Atibaia), e por outro, corolariamente, a importância que desempenham, nos projectos respectivos, certas tradições político-religiosas africanas. Não pretendo nem sugiro – o panorama da insurgência escrava é, para essa época, complexo demais – que se trate de casos representativos. A documentação consultada consiste, basicamente, nas devassas dos juízos que se realizaram contra os escravos presos. Cada vez mais aproveitadas pelos estudiosos, sobretudo no Brasil, tais devassas, com seu jogo de perguntas e respostas, constituem um enorme *corpus* de textos propriamente «dramáticos». É verdade que o «cenário», a «encenação», a repartição dos «papéis» (juízes/réus), como também a maneira de organizar o «diálogo», variam relativamente pouco de um processo para outro; a ausência de um «roteiro» fixo, porém, autoriza os personagens a intervir, de vez em quando, com dados ou fragmentos de discurso imprevistos e surpreendentes. Além disso, uma atenção suficiente às circunstâncias práticas dos processos e a sua dinâmica interna permite também levar em conta os silêncios e o «não dito» que se manifesta, de várias maneiras, na transcrição dos interrogatórios. Lidos com a técnica do *close reading*, estes papéis, como esperamos demonstrar, podem oferecer uma visão bem mais precisa e menos estereotipada das práticas político-culturais e do imaginário utópico dos escravos do que os textos ou as pinturas elaboradas com intenções políticas, didácticas ou artísticas.

Projecto de levante dos escravos do rio Atibaia (província de São Paulo, Brasil, 1832)

O primeiro dos dois processos que desejo submeter aqui à atenção dos leitores foi instruído na vila de São Carlos (comarca de Itu, província de São Paulo) em 1832, depois de frustrada a segunda

tentativa de levante ou «revolução» dos escravos de quinze fazendas açucareiras nessa área (QUEIROZ 1974). A verdadeira ou suposta conjura dos escravos é denunciada a 3 de fevereiro de 1832 pelo sargento-mor António Francisco de Andrade, proprietário de um engenho na beira do rio Ativaia (ou Atibaia). Nesse mesmo dia ainda, o juiz de paz José da Cunha Paes Leme, também proprietário de escravos (ibid.: p. 199), recebe os testemunhos de acusação do próprio António Francisco de Andrade e de seus irmãos José Franco e Teodoro Francisco; nesta ocasião depõe, também, o carpinteiro Manoel José do Amaral, homem pardo. A partir de 11 de Fevereiro e até 23 do mesmo mês são interrogados – em alguns casos mais de uma vez – aproximadamente 34 homens escravos e 16 homens livres. Impõe-se a evidência de que a denúncia de António Francisco de Andrade, versão aparentemente «definitiva» dos sucessos, constitui a base de toda a devassa; nos depoimentos posteriores dos negros e dos brancos aparecem muitos pormenores inéditos, mas nenhuma novidade absoluta, a não ser o descobrimento bastante espectacular, entre os dias 16 (ibid.: p. 226) e 23 (ibid.: p. 220), de uma pintura alegórica, obra de um escravo, que representa um negro coroado por dois brancos. A transcrição dos interrogatórios deixa bem claro – particularmente no caso do escravo Diogo *rebolo* (ibid.: p. 208) – que o juiz, em alguns casos, empregou a tortura para obter a informação que estava procurando. Chama a atenção, também, que vários testemunhos de brancos, quase idênticos, só serviram para confirmar a realidade de uma «conferência» entre o *mestre* Joaquim *ferreiro* e Francisco *crioulo*, os escravos aparentemente melhor informados sobre a situação geral da escravatura no Brasil (testemunhos de António Januário Pinto Ferraz, Salvador Nunes de Brito, Daniel da Silveira Cintra, Vicente José de Arruda e António Sutério, ibid.: 228-230). Embora não se possa, perante factos como estes, falar de um processo «limpo», a abundância de pormenores mais ou menos surpreendentes em vários depoimentos permite, como haveremos de ver, fazer uma ideia relativamente precisa do projecto e do imaginário «político» dos escravos.

Na sua denúncia, Andrade assinala que, tendo ouvido falar de um «ajuntamento nocturno» que os escravos celebraram, no sábado 28 de janeiro de 1832, no engenho de D. Anna Franca, vizinha dele, realizou – «por via de promessas a hums, e de castigos a outros» (ibid.: p. 197) – um inquérito informal entre os escravos

seus e os de seu irmão Teodoro Francisco. As conclusões mais notáveis dessa devassa «irregular» são as seguintes (ibid.: 196-198). Os escravos insurgentes, *congos* e *monjolos*⁸ na sua maioria, tinham como «cabeça» João Barbeiro, negro forro *de nasção* (= membro de um grupo étnico africano ou afro-brasileiro) residente na cidade de São Paulo. Esse João Barbeiro [*monjolo*?⁹], acrescenta Andrade, «foi prezo e remettido para a cidade de São Paulo por ser cabeça do Levante que não se fez pela Pascoa¹⁰» (ibid.: p. 197); na altura do processo – mas não se sabe desde quando – ele andava fugido (ibid.: p. 220). Sempre segundo António Francisco de Andrade, os escravos tinham criado um «clube» (uma espécie de associação político-militar), designado «capitães» em cada engenho e nomeado um «caixa», Diogo [*rebolo*], para cobrar as cotizações – em dinheiro, lenços, etc. – dos membros. Um escravo tropeiro, Marcelino [*cabinda*], devia garantir a comunicação entre João Barbeiro e o «o comandante dos escravos da beira de Atibaia» (ibid.), Miguel (*monjolo*). Os insurgentes, parece, dispunham de algum armamento, nomeadamente de «zagalhas» (azagaias) e poucas espingardas, e costumavam celebrar reuniões nocturnas em alguma fazenda, deslocando-se nos animais de seus senhores ou dos carpinteiros dos engenhos.

A palavra empregada pelo sargento-mor – e também, logo, pela testemunha branca José Leonardo Pereira (ibid.: 223) – para nomear a estrutura associativa dos escravos, «clube», bem conhecida da história da revolução francesa, sugere que Andrade localizou esse movimento na tradição jacobina. Em que medida a inspiração deste projecto de levante rural era realmente «jacobina» ou, pelo menos, «liberal»? Nenhum dos escravos interrogados alude à existência de um «clube». Chama a atenção, porém, que alguns dos escravos interrogados demonstrem um conhecimento bastante exacto da conjuntura política brasileira, o que sugere sua «politização» e seu «acrioulamento». Francisco *crioulo* admite ter dito para um de seus parceiros, o *tio* Joaquim *ferreiro*, que seria justo dar a liberdade aos escravos, agora que «os negros [quer dizer os africa-

⁸ Veja-se a nota n° 12.

⁹ Segundo o testemunho de José *cabinda* (206), escravo do denunciante, João Barbeiro era parente de Francisco *monjolo*; é provável, portanto, que fosse também *monjolo*.

¹⁰ Aparentemente, os escravos tinham planeado sublevar-se em uma das grandes festas de seus amos. A primeira tentativa, segundo a denúncia, deu-se na Páscoa [Natal] de 1831.

nos] já não vem para o Brasil» (ibid.: p. 215); alusão evidente à recente proibição – imposta pelos ingleses em 1830 – do tráfico atlântico. Outro escravo, o tropeiro Marcelino, ouviu dizer (ibid.: p. 220) que no Rio de Janeiro, os escravos já tinham sido liberados. Embora só se trate, neste caso, de um rumor falso, é verdade que a abolição do sistema escravista já figurava na agenda do debate político brasileiro (COSTA et al., 1988). Uma testemunha branca, Manoel da Rocha Ribeiro (QUEIROZ 1974: p. 227) declara que o escravo Joaquim *ferreiro* lhe disse «que os brancos todos se achão libertos, e elles pretos por que não havião [de] ficar [livres também]? isso era bello!». O escravo, sem dúvida, estava se referindo à emancipação do Brasil (1822): um processo que liberou os crioulos brancos da tutela portuguesa, mas sem mudar nada essencial na situação dos escravos. Interrogado directamente pelo juiz, Joaquim declarou que «foi convidado por hum mosso branco de nome Jose Valentim de Mello, o qual lhe dizia que esta intenção [o levante local] tão bem se achava tramada em São Paulo de comum acordo com os escravos desta» (ibid.: p. 210). Segundo ele, pois, um branco – filho de capitão – teria sido o verdadeiro ideólogo do movimento¹¹. Seja como for, parece que alguns dos escravos mais «acrioulados», politizados e capazes de dialogar com seus donos e os brancos em geral, se achavam bastante bem informados acerca dos debates que agitavam, naqueles anos, a sociedade crioula do Brasil.

O processo demonstra, porém, que as motivações dos escravos não se reduzem a considerações políticas de tipo nacional ou internacional, e que os meios empregados por eles para obter sua liberdade não foram, exclusivamente, de inspiração «liberal». A devassa revela, com efeito, a existência paralela, entre os próprios escravos insurgentes, de uma lógica ao mesmo tempo mais «africana» e mais «escrava». Note-se neste contexto que pelo menos 75% dos escravos interrogados são africanos, predominando entre eles as origens

¹¹ Francisco *crioulo*, escravo de António Sutério, repete, no seu segundo interrogatório (217), a mesma história. O juiz não parece ter levado a sério esta «pista branca», quer porque não a considerava verosímil, quer porque Mello, filho de um capitão, teria sido um adversário difícil. Note-se que uma testemunha branca, Salvador Nunes de Brito, «disse que ouvira dizer que José Bento [da Silva: um branco] tinha grande courelação, e amizade com os negros em que tratavão do presente objecto da insurreição, dizendo que fizessem o levante a bem de sua liberdade, visto que agora não devia haver escravidão, e que isto sabe por ouvir a José de Campos Soiza» (226). A «pista branca», portanto, não deixa de ser – paralelamente a outras – uma hipótese plausível.

congo, *cabinda* e *monjolo*¹². Uma testemunha branca, Manoel Rodrigues da Silva, natural de Santo Amaro, relata – não sem alguma graça literária – duas conversas entre escravos que ele, aparentemente, teve a ocasião de ouvir (ibid.: pp. 222-223). Na primeira, «achando se elle Testemunha dentro em sua casa com a porta cerrada», o *mestre* Joaquim *ferreiro* e Francisco [*crioulo*], «Negro de Sutério», sentados «em dois páos» fora da casa dele, diziam que «tudo se achava prompto para domingo sem falta», se referindo a dinheiro, armas e o descuido domingueiro de seus donos. Pronto para o que, exactamente? É a segunda conversa ouvida por Manoel Rodrigues que parece oferecer uma resposta a essa pergunta: «No dia quinta feira da semana passada, serão sete oras da noite [ele] percebeo na rua perto da sua casa o tropel de hum cavallo ferrado e procurando saber quem seria conheceo que era hum negro»; ouviu logo que o cavaleiro dizia que «havia de ir no Quilombo ou Colomba e que não sabia elle testemunha se era isto alguma Fazenda, ou Quilombo de negros no mato». A criação de *quilombos* era, pelo menos desde o século XVII, uma prática corriqueira entre os escravos brasileiros¹³; nem só o nome – kimbundu ou ovimbundu – atribuído a esses redutos, mas também sua realidade de comunidades autónomas em termos militares, políticos e económicos, é de inspiração nitidamente bantu (cf. LIENHARD 1998 e 2001: cap. II). Se as declarações de Manoel Rodrigues poderiam ainda ser interpretadas como fruto de um imaginário branco, isso não acontece com aquelas de um dos cativos: Marcelino *tropeiro*, aquele escravo que, aparentemente, ficava encarregado de transmitir aos seus parceiros as ordens do «cabeça» João Barbeiro

¹² Por várias razões, os «apelidos» atribuídos aos escravos não remetem sempre para o grupo étnico ao qual eles pertenciam na África; sabe-se que na escolha desses nomes se impunha, amiúde, o nome do porto africano – por exemplo Benguela - onde os cativos foram embarcados. Seja como for, (o porto de) Cabinda e o (reino do) Congo pertencem à mesma macro-área cultural, localizada, em termos da geografia actual, ao norte da República de Angola. Os *monjolos* são, segundo CADORNEGA (1972 [1680], vol. III, p. 193), uma «nação do gentio do Reino do Congo». Quanto a *reboló*, «apelido» de dois escravos implicados no levante, trata-se sem dúvida de uma variante de Libolo, antiga província angolana ao sul da Quissama. Relativamente modesta, a distância entre Cabinda (ao norte) e Libolo (ao sul) é de uns 600 quilómetros.

¹³ Na linguagem coloquial do Brasil colonial, *quilombo* chegou aparentemente a nomear os terreiros de culto afro-brasileiro. No famoso «Preceito 1» do poema «Já que me põem a tormento» de Gregório de MATTOS (s/d: 249-250), o poeta – que nunca foi defensor dos negros nem dos escravos - enfatiza a permissividade que reinava, segundo ele, nesse espaço negro.

de São Paulo. Diante do juiz, Marcelino alude a um «capão de mato onde pretendia fazer sua existência», e na qual reuniria «as escravaturas dos Engenhos [...] para guerrearem com os brancos» (QUEIROZ 1974: p. 220). Parece evidente, portanto, que a criação de um quilombo fazia parte do projecto dos escravos.

Outras testemunhas escravas confirmam a orientação basicamente «africana» do levante programado. Várias delas admitem que seu objectivo consistia em matar todos os brancos e, nas palavras de José *de nasção* (ibid.: p. 212), em «fazerem a guerra contra os brancos como na sua terra [quer dizer na África] fazem huns com os outros». Agora, como é que se fazia a guerra na África centro-meridional? Em todas as sociedades pré-modernas, a guerra costumava ser acompanhada de diversas práticas religiosas e mágicas. Na época de sua grande expansão atlântica (e mundial), os próprios portugueses – e os espanhóis – acudiam, ainda, a práticas análogas: lembre-se, por exemplo, a constante invocação a Santiago, «deus» ibérico da guerra. A importância da «feitiçaria» no movimento dos escravos do rio Atibaia aparece nas declarações de muitos negros – e alguns brancos – interrogados pelo juiz. Vários escravos, em particular, vendiam o que na devassa aparece com o nome de *meizinhas* («remédios») – produzidas a partir de certas raízes – para se proteger¹⁴; essas substâncias serviam, nas palavras de Joaquim *congo*, para «amançar aos brancos, e livrar a elles pretos do chumbo, e armas dos brancos – digo do chumbo, faca, e rondas da villa e a seu salvo matarem os brancos, e ficarem libertos» (ibid.: pp. 213-214). Hoje ainda, com as mesmas palavras, os descendentes espirituais dos escravos cubanos de origem *kongo* costumam realizar uma prática mágica que consiste em «amarrar os brancos» (*nkanga mundele*) para impedir que estes perturbem o desenvolvimento de seus rituais¹⁵:

Va nkangando lo mundele
 Vai [vou] amarrando os brancos
Yanguilé (yandilé)
 Con licencia Sambianpungo

¹⁴ Esse tema é introduzido na devassa por um dos irmãos de António Francisco de Andrade, José Franco, que alude a «enchames, como bunec <r> as e raízes» (QUEIROZ 1974: p. 202).

¹⁵ Reza da religião afro-cubana de *palo monte*, gravada e transcrita pelo autor deste trabalho em uma «casa» – *munanzo* – da linhagem *kalunga munanzambe*, na cidade de Havana (Agosto de 1993). O léxico africano deste texto remete, claramente, para a língua *kitongo*.

Com a licença de Nzámbi-a-mpúngu
Yanguilé (yandilé)
Va nkangando to lo que estorba
Vai [vou] amarrando tudo o que possa estorvar
Va quitando vista mala
Vai [vou] tirando o olhar ruim
Embele sucio não me corta
Faca suja não me corta
Espina larga não me hinca
Espinha comprida não me penetra
Cabo ronda não me ronda
Sargento da ronda não me ronda
Va si me ronda não me wiri
E se me rondar, não me sente

Yo nkanga yo nkanga mundele: «eu amarro, eu amarro o branco». Esta fórmula parece tradicional na cultura *kongo*. Por volta de 1660, em guerra contra os portugueses, o rei do Kongo anunciou que ia «amarrar esses brancos» (CADORNEGA 1972 [1680], vol. II: p. 209).

Quanto aos «ajuntamentos secretos» que costumavam realizar os escravos insurgentes, Marcelino *tropeiro*, escravo de origem *cabinda* (QUEIROZ 1974: p. 209) ou *monjolo* (ibid.: p. 199), assinala que os «cabeças» lhes davam «hum título de Feitiços, ocultando o trama que premeditavão» (ibid.: p. 209). O que ele parece querer dizer é que as reuniões «políticas» se disfarçavam de encontros de «feitiçaria». Observação duplamente interessante, porque sugere, por um lado, que a prática da «feitiçaria», embora perseguida pelas autoridades, continuava vigorando nas senzalas, e por outro, que na altura dos sucessos que estamos comentando, era melhor, para um escravo, admitir sua participação nas práticas religiosas proibidas do que confessar a vontade de se liberar. Agora, o que sugerem realmente essas declarações de Marcelino, é que a prática «política» não excluía – para não dizer que implicava – determinadas acções rituais de inspiração africana. Neste contexto é também interessante saber que Marcelino, mensageiro de João Barbeiro, não só transportava cartas do «cabeça do levante», mas também «huma boceta de chifre» (testemunho de vários escravos anónimos, ibid.: p. 208). Ainda hoje, os chifres desempenham funções importantes nas religiões afro-americanas; no *palo monte* cubano, os chamados *vititi*

menso são um dos instrumentos empregados nas práticas de adivinhação. Marcelino, no caso, alegou que «não sabia o que vinha na boceta» (ibid.: p. 209); mais um indício da existência, no movimento aparentemente «jacobino» dos escravos do rio Atibaia, de uma componente religiosa «africana» mais ou menos secreta.

As evidentes conotações religiosas da guerra anunciada pelos escravos de São Carlos se acham confirmados pelos títulos com que eles investiram alguns de seus dirigentes. O «caixa» Diogo, com efeito, é qualificado de *pai* por Marcelino *cabinda*, o famoso escravo tropeiro (ibid.: 209), e de *mestre* por Bento *cassuada* (ibid.: p. 218); Joaquim *ferreiro*, líder de orientação supostamente «jacobina», é chamado de *tio* por Francisco *crioulo* (ibid.: p. 215). Note-se que nos movimentos de escravos latino-americanos, os líderes político-religiosos recebiam amiúde esse tipo de títulos (cf. LIENHARD 1998 e 2001: cap. 3). Quanto à maneira de captar a vontade dos escravos, se alude mais de uma vez a uma prática de «sedução»; Diogo *rebolo*, em particular, parece ter sido um grande «sedutor» de escravos (testemunho de Miguel *monjolo*, escravo; QUEIROZ 1974: p. 207). Esse termo lembra a *milonga* – discurso de sedução – que praticavam, segundo os cronistas portugueses de Angola do século XVII, os dirigentes político-religiosos que lutavam contra os escravistas lusitanos (LIENHARD 1998 e 2001: cap. II).

Se considerarmos o conjunto dos aspectos que acabamos de assinalar – formação de um quilombo, realização de reuniões de «feitiçaria», prática mágica de «amarrar os brancos», uso de instrumentos mágicos, hierarquia político-religiosa na senzala -, podemos formular a hipótese de que o movimento dos escravos do rio Atibaia, apesar de alguns aspectos de possível inspiração «jacobina», se baseava em grande parte em práticas político-religiosas de ascendência africana.

Falta ainda comentar, brevemente, a pintura alegórica que se descobre nos últimos dias do processo. Trata-se de uma «pintura em papel, que continha estar hum negro sentado em huma cadeira, e dous brancos, hum de cada lado coroando o negro» (testemunho de Manoel da Rocha, proprietário de escravos; QUEIROZ 1974: p. 226). Essa pintura encontrava-se na posse de Joaquim *congo* (ibid.: 220-221), escravo em uma fazenda – a de Francisco Borges da Costa – aparentemente não implicada no projecto de levante; ele afirmou tê-la comprado a Manoel *rebolo*, escravo do capitão Silvério Gurgel do Amaral Coitinho. Segundo Manoel da Rocha, «hum negro

de Francisco Borges» (sem dúvida o próprio Joaquim *congo*), «dera [essa imagem] a huma criança delle» (ibid.: p. 226). O capitão Silvério Gurgel, consultado a esse respeito, disse que ele, com efeito, «tinha hum escravo meio pintor», e que ia verificar se era obra dele. O conjunto destas observações permite não só afirmar a existência de uma «pintura escrava», como também a de uma espécie de «mercado» para ela. Não há elementos para sabermos se a imagem do negro coroado por dois brancos tinha alguma relação com o projecto de levante escravo; se foi, por exemplo, um meio de propaganda iconográfica. O que esta pintura alegórica não deixa de confirmar, em compensação, é a existência, entre os escravos da área, de uma «utopia negra». A pintura em questão pode ser relacionada com o imaginário dos ritos «católicos» de coroação de reis africanos (*congados*, *congadas*, etc.) que se celebravam – e continuam a se celebrar – em numerosas comunidades afro-brasileiras (cf. GOMES / PEREIRA 1987) e afro-americanas em geral. No caso da pintura em questão, porém, a representação da coroação de um rei negro por dois brancos, longe de constituir uma simples lembrança do passado africano, é a imagem de um utópico «mundo às avessas»; um mundo onde os negros dominam sobre os brancos.

Insurreição escrava de Banes (Mariel, Cuba, 1833)

O movimento dos escravos do rio Atibaia denuncia a presença simultânea de pelo menos duas tradições ou matrizes discursivas: a «liberal» (de origem europeia) e a «africana». Talvez, no período encarado, estas fossem, na verdade, os principais repertórios discursivos ao alcance dos escravos de plantação no Brasil e em Cuba. Quase contemporânea, a tentativa de fuga de um grupo de escravos de Bayamón (Porto Rico, 1826) para a parte francesa de São Domingos, que estudei em outro trabalho (LIENHARD 1998 / 2001: cap. III), permite formular conclusões semelhantes: se o projecto de fuga para o Haiti, «república» negra, manifestava sem dúvida a existência de um discurso «liberal» entre os escravos implicados, alguns dos meios empregados pelos cativos na preparação de sua sua empresa – nomeadamente a eleição do dia de Santiago-Ogum¹⁶ e a

¹⁶ Nas religiões afro-americanas de ascendência iorubá (Nigéria), Ogum – como Santiago para os espanhóis e os portugueses – é a divindade guerreira por excelência.

realização de um batuque na hora prevista para a partida – remetem para uma tradição africana.

Os colectivos insurgentes, como já se disse, não devem ser considerados homogêneos em termos ideológicos. Segundo a procedência dos escravos, seu sexo, sua idade e sua inserção concreta na unidade produtiva e habitacional da plantação, os escravos costumam – ainda quando se trata da mesma época e, talvez, da mesma área ou fazenda – adoptar uma grande diversidade de atitudes práticas e ideológicas. É o que demonstra o processo de uma insurreição de escravos cubanos que discutiremos a seguir. No dia 13 de Agosto de 1833, os cativos da fazenda cafeeira «El Salvador» em Banes (Mariel, Cuba), se insurgiram contra seu dono e também, segundo várias testemunhas, contra os brancos residentes na zona (GARCÍA RODRÍGUEZ 1996¹⁷). No processo, o escravo Ayusó ou Guillermo afirmou que a tropa dispersou o motim na madrugada (ibid.: p. 206). Morreram 57 cativos, entre eles os dirigentes Luis, Joaquín e Fierabrás (ibid.: p. 205).

Segundo a devassa que se realizou contra alguns supostos líderes desta insurreição abafada a sangue e fogo, vários deles, que só falavam uma língua africana, precisavam da ajuda de um intérprete para depor; pode-se supor que ainda não tinham passado muito tempo em Cuba. Note-se também que quase todos os cativos, apesar de os donos lhes terem dado nomes cristãos, se conheciam entre eles por seus nomes africanos. Por isso mesmo, sistematicamente, a devassa introduz as testemunhas com a fórmula «X em sua terra, Y aqui» – ou vice-versa.

Ayusó-Guillermo, uma das testemunhas que precisa de um intérprete para fazer seu depoimento, afirma que quatro escravos, Fierabrás (=Edu), Joaquín, Agó e Bale se tinham confabulado para matar os brancos. Parece que os conjurados desconfiavam de Ayusó por considerá-lo amigo do «senhor Baqueiro», enfermeiro da plantação. Eguyoye (= Matías), moço de 13-15 anos, pretende que os insurrectos dividiram os escravos entre varões grandes, varões pequenos e fêmeas, e assinala que duas negras do serviço doméstico e um homem – Nicolás – se opuseram à entrada dos rebeldes na casa-grande. Ele admite que participou, com os adultos, na marcha dos insurrectos a Banes. Sempre segundo o jovem, todos os

¹⁷ Minha documentação consiste nos testemunhos – infelizmente trancos - que Gloria GARCÍA RODRÍGUEZ (1996: 205-209) teve o grande mérito de publicar.

escravos – também as crianças, as «fêmeas» e os doentes – foram obrigados pelos líderes a se dirigir, logo, à fazenda cafeeira «La Catalina». O testemunho deste rapaz é particularmente interessante, nem só porque contém uma série de detalhes únicos («bebieron leche que estaba ordeñada»; *ibid.*: p. 207), como também porque Eguyoye é um indivíduo em formação, ainda não totalmente identificado com nenhum dos diferentes grupos de escravos em presença.

Algumas das escravas se opuseram, como já se disse, à entrada dos insurrectos na casa-grande. Uma delas, Margarita *lucumí*¹⁸, narra a disputa que teve por isso com seu marido, Joaquín *lucumí*, aparentemente um dos dirigentes principais do levante (já morto na altura do processo). Segundo o testemunho de Margarita, essa disputa se realizou em *lucumí*, língua-mãe de ambos os esposos. Ela pretende que nessa ocasião, Joaquín não só lhe disse que «iban a matar a los blancos» (*ibid.*: p. 207) e a «ser libres en la Vuelta de Abajo» (*ibid.*), mas que acrescentou, com sarcasmo, «que él no era hijo de blanco» (*ibid.*). Sempre segundo Margarita, seu esposo a repreendeu «porque defendía a los blancos» y lhe profetizou que «en viniendo el amo [le] daría la carta de libertad» (*ibid.*: p. 207). A frase de Joaquín – «eu não sou filho de branco» – poderia fazer pensar, à primeira vista, que sua esposa, ao contrário dele, era filha de branco. Isso, porém, não é muito provável, porque a devassa atribui a Margarita sistematicamente o «apelido» de *lucumí* – e não de *crioula*. É mais verosímil, portanto, que Joaquín aludisse à atitude de Margarita em relação aos brancos. É possível, com efeito, que ela, tal como aconteceu com outras escravas domésticas em outros levantes de escravos¹⁹, tenha demonstrado um certo «carinho» a seus donos – embora talvez só fosse para obter, individualmente, sua carta de alforria... Uma das conclusões – muito limitadas e provisórias – que sugerem as declarações de Margarita é que em uma situação de conflito agudo, os objectivos estratégicos dos escravos no seu conjunto podem entrar em conflito com as relações entre homens e mulheres, e que o facto de pertencer ao mesmo grupo étnico – *lucumí* no caso – também não se traduz, forçosamente, em um comportamento de solidariedade.

¹⁸ Em Cuba, *lucumí* remete aos iorubá, seus descendentes e a língua falada por eles. Na devassa não aparecem os nomes africanos de Margarita e Joaquín.

¹⁹ Por exemplo na insurreição liderada, em 1838, por Manoel Congo no Médio Paraíba (Rio de Janeiro, Brasil, 1838). Veja-se LIENHARD 1998 e 2001: cap. III).

Confrontado pelo juiz com a gravidade dos delitos cometidos pelos escravos, outro réu (ou testemunha), Ayai (= Pasqual), admite que também na «Guiné» (quer dizer na África), semelhantes actos se castigariam com a pena de morte; ele acrescenta imediatamente, porém, que no caso deste levante, a culpa dos excessos não foi dos africanos, mas dos *ladinos* (africanos assimilados que falam a língua local oficial). Ayai está insinuando que os escravos *ladinos*, ao não participarem no movimento iniciado pelos escravos *boçais* (escravos recém-chegados da África e que ainda não falam a língua de seus donos), provocaram os actos de violência mencionados pelo juiz. O depoimento de Ayai permite constatar a existência de um conflito de interesses entre escravos *boçais* e *ladinos*. Esta não era, sem dúvida, a única tensão «étnica» que se desenvolvia na senzala. O *mayoral* (feitor) Diego Barreiro declara que ao começo da insurreição, vendo-se ameaçado pelos escravos insurrectos, foi salvo graças à oportuna intervenção de três cativos do grupo *gangá*. Havia também, pelos vistos, divergências importantes entre os *lucumies*, maioritários e politicamente dominantes, e os representantes de outros grupos étnicos africanos ou afro-cubanos.

São os testemunhos de Fanguá (= Prudencio) e de Gonzalo *mandinga* que permitem imaginar melhor os objectivos estratégicos dos insurrectos. Fierabrás, segundo o depoimento do primero, dizia aos escravos «que los iba a llevar a tierra de negros» (ibid.: p. 208). O que se propunham os escravos, diz mais o *mandinga*, era «irse al monte para ser libres» (ibid.). Churipe (= Romualdo), a testemunha seguinte, confirma estas declarações; objectivo dos líderes, segundo as lembranças dele, era «llevar a todos a tierra de negros para ser libres» (ibid.: p. 209), «ponerlos en un paraje donde [los blancos] no pudieran hacerles daño» (ibid.). Para outro escravo, Chobo (= Agustín), o projecto de Joaquín consistia em sublevar-se com todos os negros da fazenda, reunir os escravos das plantações vizinhas, matar os brancos, conquistar a liberdade e estabelecer-se em Banes (ibid.).

A que lugar aludiam os insurrectos quando falavam de «terra de negros»? Na América, para os escravos, a «terra de negros» ou «terra de pretos» (cf. REIS 2000) por excelência costumava ser a África. No caso presente, porém, não há indício nenhum que permita supor que o alvo dos dirigentes líderes de «El Salvador» fosse o retorno a África. A «terra prometida», ao que parece, se achava na própria ilha. Neste contexto, a referência que Joaquín, segundo o

depoimento de sua viúva, fez à «Vuelta de Abajo», é bem significativa. Esse topónimo corresponde à parte ocidental da ilha de Cuba; contemplada no mapa, a grande ilha, no seu extremo ocidental, dá uma espécie de «volta para baixo». Graças à sua topografia intrincada, a Vuelta Abajo – como se lê no *Diario de um rancheador*²⁰ [1837-1842] de Francisco Estévez, editado pelo romancista Cirilo VILLAVERDE (1982) por volta de 1880 – era nessa altura uma típica terra de *palenques* (quilombos). Neste tipo de reducos, os *cimarrones* ou quilombolas não só reconquistavam sua liberdade, como também recriavam, em uma certa medida, um padrão de vida «africano». Os *palenques* costumavam estabelecer-se em lugares pouco acessíveis, no *monte* (mato), termo que emprega uma das testemunhas escravas de Banes e que remete amiúde para um espaço central na cosmologia dos cativos de origem africana²¹. Tudo contribui para sugerir, pois, que os dirigentes escravos de Banes, ainda pouco desfrancizados, procurassem sua salvação na recriação de uma sociedade «africana» em um lugar inacessível da ilha. A realização de um projecto semelhante era, naturalmente, impossível no âmbito da opressão branca; por isso, a eliminação física dos adversários mais directos – os fazendeiros locais – vinha a ser, na óptica dos escravos, praticamente inevitável.

Isso é, a grandes traços, o que sugerem os depoimentos dos dirigentes escravos quanto ao projecto político-social que eles perseguiram. Os testemunhos de outros escravos, e mais ainda os de alguns empregados da plantação, permitem enriquecer a «imagem» dos insurgentes com uma série de dados que iluminam os repertórios culturais actualizados por eles. Segundo Diego Barreiro, *mayordomo* da fazenda cafeeira, a insurreição foi convocada com «las palabras hó=bé, que en lengua lucumí significa reunión» (GARCÍA RODRÍGUEZ 1996: p. 205). Observação que tende a confirmar o preponderância cultural e política, entre os escravos da plantação, dos africanos de origem iorubá. Se várias testemunhas – entre elas Margarita – aludem ao uso da língua *lucumí*, a reprodução ou recriação de práticas de origem africana não se limita ao nível linguístico; já se mencionou a conservação, aparentemente geral, dos nomes africanos: um costume que revela – como na

²⁰ *Ranch(e)ador* é o equivalente cubano de um «capitão-do-mato» - caçador de escravos fugidos - brasileiro.

²¹ Veja-se LIENHARD 1998 e 2001: pass.

insurreição dos *malês* de Salvador da Bahia (cf. Reis 2000) – a persistência de categorias simbólicas de origem africana.

Nos depoimentos dos empregados e de vários escravos «ordinários» da plantação, as referências ao vestuário de alguns dirigentes parecem particularmente esclarecedoras. Segundo o feitor Barreiro, um deles, o *contramayoral* Luis *lucumí*²², levava «por divisa un quitasol de seda colorada y abierto» (GARCÍA RODRÍGUEZ: p. 205). Ayusó (= Guillermo), um escravo aparentemente ligado aos donos da fazenda, também menciona os «quitasoles encarnados abiertos» (ibid.: p. 206) que levavam Joaquín e Fierabrás (=Edu). Note-se que na Nigéria, os reis iorubá andam protegidos contra o sol e a chuva por um guarda-sol real vermelho²³, que se costuma interpretar enquanto «reza» a *Íyá Nlà*, a «Grande Mãe» (DREWAL / PEMBERTON 1989: p. 39; PEMBERTON III 1996: pass.). Outro dado da mesma ordem aparece no depoimento do rapaz Eguiyove (= Matías); ele assinala que «Luis <que> se había puesto um vestido y uma gorra de mujer» (GARCÍA RODRÍGUEZ 1966: P. 207). Na Nigéria, homens mascarados e vestidos de mulheres formam um dos grupos centrais do ritual iorubá do *gèlèdè*, no qual se celebra o poder da «Grande Mãe» (LAWAL 1996). Este ritual costuma se realizar em um determinado momento do ano (primeiras chuvas), mas também em situações de crise da comunidade. Podemos conjecturar, pois, que a insurreição de Banes se apoiasse em certos padrões do *gèlèdè* (ou de um outro ritual semelhante). Ricas em referências à coreografia, ao vestuário e aos «papéis» dos diferentes actores do movimento de Banes são também as declarações de Francisco Gutiérrez, feitor da fazenda cafeeira vizinha de «Santa Catalina»:

[Había] un negro que fue calesero de Aguirre... [dono da fazenda «El Salvador»] con un plumaje de pavo real quien representaba al rey; y una negra con una faja colorada con un negro a las ancas del animal y en las manos un muñeco con un sayón negro y según quiere hacer memoria tenía cara de blanco; trayendo el mismo rey un machete de cinta (GARCÍA RODRÍGUEZ 1996: p. 208).

Segundo DREWAL / PEMBERTON (1989: p. 38), representações de aves costumam coroar a «coroa» do rei nos ritos iorubá. A obser-

²² No processo, Barreiro afirma ter sido quem matou Luis *lucumí* no assalto aos amotinados (GARCÍA RODRÍGUEZ 1966: P. 205).

²³ Seu nome, em iorubá, é *agboòrùn* (LAWAL 1996: p. 226).

vação de Gutiérrez parece, portanto, perfeitamente verosímil. Quanto à boneca vestida de negro e com um rosto talvez branco, só quero lembrar que em diversas áreas da África, as bonecas, em um contexto ritual, se associam ao princípio da fertilidade. Completando este quadro, a mesma testemunha acrescenta ainda que os insurrectos

(...) en el batey se pusieron a cantar y a bailar con tres tambores y varios fotutos, que en seguida se introdujeron al gallinero y empezaron a matar aves e comerlas crudas, haciendo una cerca y paseándose dentro de él, el rey y la reina... (GARCÍA RODRÍGEUZ 1996: p. 208)

A alusão aos «tres tambores» lembra, imediatamente, os três atabaques rituais *batá* que se empregam nos terreiros da *santería*, religião cubana de ascendência iorubá. Eguiyove (= Matías) confirma a presença dos atabaques na procissão dos escravos, assinando também a de uma concha musical chamada, em Cuba e outros países hispano-americanos, de *fotuto*²⁴ (ibid.: 207). A enenação da devoração das aves cruas – nomeadamente o «passeio» no interior de uma cerca – sugere a função ritual deste acto aparentemente «selvagem». Se juntarmos todos os «dados» ou indícios que se desprendem das declarações que acabamos de citar, o quadro que se oferece aos nossos olhos e ouvidos é o de uma insurreição dirigida pelos *lucumies* e «ritualizada» segundo padrões de origem basicamente iorubá. Uma das «inovações» que os dirigentes introduzem neste contexto ritual «africano» é o uso de cavalos; alguns dos chefes, com efeito, aparecem montados em cavalos: maneira, sem dúvida, de se substituírem, simbolicamente, a seus donos.

É legítimo perguntar-se ainda, nesta altura, por que razão tais precisões «etnográficas» – particularmente aquelas que sugerem a existência de uma hierarquia interna, «africana», do colectivo dos escravos – só aparecem nos depoimentos dos empregados da plantação e do rapaz Eguiyove, e não nos testemunhos dos escravos «comuns». Seriam simples invenções²⁵ dos empregados, repetidas por um escravo adolescente que talvez desejasse se congratular com

²⁴ O nome dado a esse instrumento musical se baseia em uma língua ameríndia; sendo muito comum o uso de conchas musicais em diferentes áreas do mundo, o *fotuto* mencionado na devassa de Banes bem poderia ser de origem iorubá.

²⁵ A denúncia da existência de «reis» entre os insurrectos é um lugar comum do discurso da acusação nos processos coloniais contra índios ou negros insurrectos. É sem dúvida uma maneira de enfatizar a «heterodoxia» dos réus.

eles? É pouco provável. Na verdade, o testemunho de Eguiyove parece ingénuo e espontâneo: digno, portanto, de crédito. Quanto aos empregados, a exactidão «etnográfica» de seus depoimentos também não favorece a hipótese de um discurso pré-fabricado. Se os escravos adultos não mencionaram esses «detalhes», terá sido, suponho, porque não desejavam revelar a existência nem as estruturas de sua organização político-religiosa interna.

Conclusões

Um problema fundamental que colocam umas devassas como as que procurei ler com atenção nas páginas precedentes está em que só oferecem a «fachada» do discurso das testemunhas. Se deixarmos de lado a questão complexa da transcrição e da tradução das perguntas (do juiz) e das respostas (dos cativos e dos empregados), sempre subsiste a pergunta da «sinceridade» dos réus e das testemunhas interrogados. É provável, com efeito, que perante o juiz, cada um deles não contasse simplesmente «o que se passou», mas que adoptasse a tática mais adequada para defender seus interesses individuais ou de grupo. Nas duas devassas estudadas, porém, abundam os «detalhes» demasiado insólitos para serem atribuídos exclusivamente à inteligência tática ou à «imaginação» dos réus, das testemunhas ou, ainda, dos escrivãos. Seja como for, o que é evidente, nesses dois movimentos, é o desenvolvimento de atitudes e de discursos divergentes no seio dos colectivos escravos. A polifonia discursiva e ideológica do «coro» dos cativos remete, pelos vistos, a diferenças de origem étnica, de assimilação à cultura local (*bozales / ladinos*), de inserção na economia da plantação, de sexo (homens / mulheres) e de idade. Se as devassas consideradas não permitem conclusões definitivas acerca da natureza – contraditória, sem dúvida – dos respectivos movimentos, o que não deixa lugar a dúvidas é que elas oferecem uma visão relativamente diferenciada dos colectivos insurgentes, bem afastada da imagem estereotipada dos escravos que aparece nos textos – literários ou políticos – mais elaborados. Nesses dramas *sui generis* que são processos judiciais, os personagens escravos não constituem simples marionetas de um autor, mas o «reflexo» textual – talvez distorcido – de pessoas reais, de sujeitos conscientes e dotados de uma certa autonomia discursiva e política.

Quanto à realidade «política» e cultural dos dois movimentos estudados, a lição mais importante que as devassas parecem oferecer-nos diz respeito à autonomia ideológica dos colectivos escravos implicados. No processo dos insurrectos de Banes não se descobre elemento nenhum para suspeitar da intervenção de pessoas «liberais» alheias à comunidade escrava ou para relacionar o movimento com a política – ainda muito tímida nessa altura – dos crioulos abolicionistas. A marca «africana» fica bem patente nos aspectos rituais do levante. No caso dos cativos do rio Atabaia, o quadro é algo diferente. Embora não se possa garantir que certos brancos abolicionistas estivessem realmente dirigindo ou apoiando o movimento, parece evidente que nem só a «cabeça» dele, como também alguns escravos «acrioulados», actuavam no âmbito de um projecto amplo que comunica as plantações com as cidades e os escravos com certos grupos «liberais». Apesar disso, os padrões culturais vigorantes no seio do colectivo escravo, basicamente centro-africanos, nada ou pouco têm a ver com o hipotético «jacobinismo» de alguns dirigentes; para os cativos «comuns», o projecto de libertação partia, sem dúvida, de uma «utopia» própria.

Bibliografia

AHN Archivo Histórico Nacional, Madrid

CADORNEGA, António de Oliveira

1972 *História geral das guerras angolanas / História geral angolana* [1680], ed. José Matias Delgado, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 3 vols.

CAVAZZI, Giovanni Antonio (João António)

1965 *Descrição e história dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar

COSTA, Maciel da, et al.

1988 *Memórias sobre a escravidão*, introd. Graça Salgado, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional Petrónio Portella; Brasília, Ministério da Justiça

DEBRET, Jean Baptiste

1993 *O Brasil de Debret*, Belo Horizonte, Villa Rica

DREWAL, Henry John, and John PEMBERTON III, with Rowland Abiodun

1989 *Yoruba – Nine centuries of African art and thought*, New York, The Center for African Art

GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria

1996 *La esclavitud desde la esclavitud. La visión de los siervos*, México, Centro de Investigación Científica «Ing. Jorge L. Tamayo, A. C.»

GRAHAM, Maria

1990 *Diário de uma viagem ao Brasil* [‘Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823’, London 1824], Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP

LAWAL, Babtunde

1996 *The gèlèdè spectacle – Art, gender, and social harmony in an African Culture*, Washington, University of Washington Press

LIENHARD, Martin

1998 *O mar e o mato. Histórias da escravidão (Congo-Angola, Brasil, Caribe)*, Salvador da Bahia, UFBA-CEAO

2001 *Le discours des esclaves – De l’Afrique à l’Amérique latine*, Paris, LHarmattan

MATTOS, Gregório de

s/d *Se souberas falar também falaras. Antologia poética*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda

NOVAIS, Fernando de (dir.)

1997 *História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 3 vols.

ORTIZ, Fernando

1987 *Los negros esclavos*, La Habana, Ed. de Ciencias Sociales [1ra. ed.: «Hampa afro-cubana: los negros esclavos. Estudio sociológico y de derecho público», *Revista Bimestre Cubana*, La Habana, 1916

PEMBERTON III, John, and Funso S. AFOLAYAN

1996 *Yoruba sacred kingship – «A power like that of the gods»*, Washington and London, Smithsonian Institution Press

PÉREZ JR., Louis A. (ed.)

1992 *Slaves, sugar & colonial society. Travel accounts of Cuba, 1801-1899*, Washington, SR Books

PIMENTEL, Maria do Rosário

1995 *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*, Lisboa, Edições Colibri

QUEIROZ, Suely Robles Reis de

1974 «Uma insurreição de escravos em Campinas», *Revista de História* (São Paulo), ano XXV, volume XLIX, 193-233.

REIS, João José

1988 «Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia», em João José Reis (org.), *Escravidão & invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense/CNPq

2000 «Lembrando a África em 1835», em Martín Lienhard (ed.), *La memoria popular y sus transformaciones – América Latina y países luso-africanos*, Madrid-Frankfurt, Iberoamericana-Vervuert, 67-78

RUGENDAS, João Maurício

1979 *Viagem pitoresca através do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP

SACO [López], José Antonio

1837 *Mi primera pregunta. ¿La abolición del comercio de esclavos africanos arruinará o atrasará la agricultura cubana?*, Madrid, Calero; reproducido en *Obras de José Antonio Saco compiladas por primera vez por un paisano del autor*, New York, Librería americana y estrangera de Roe Lockwood e hijo, 1853, 75-97

1938 *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los países américo-hispanos*, prólogo Fernando Ortíz, La Habana, Cultural, Col. de libros cubanos, 4 vols.

SUÁREZ Y ROMERO, Anselmo

1970 *Francisco*, ed. Ed. Castañeda, La Habana, I.C.L.

s/s «La casa del trapiche» (1853), *Costumbristas cubanos del siglo XIX*, ed. S. Bueno, Caracas, Biblioteca Ayacucho, no. 115, 325-329

VILLAVARDE, Cirilo

1982 *Diario del rancheador* [anos 1880], La Habana, Letras Cubanas

1981 *Excursión a Vuelta Abajo* [1838 / 1842], La Habana, Letras Cubanas

TRÁFICO E SUPRESSÃO NO SÉCULO XIX: O CASO DO BRIGUE VELOZ

João Pedro Marques*

Em Setembro de 1837 um cruzador da Royal Navy apresou dois brigues negreiros portugueses ancorados no rio Benim. Ainda que, no apresamento, tivesse havido várias peripécias e, até, a morte de um marinheiro inglês, tratar-se-ia de uma operação naval banal, igual a muitas outras que ocorreram na época, tanto nas costas de África como nas imediações das zonas importadoras, não fora dar-se o caso de os apresadores terem encontrado, num dos navios apresados, um amplo conjunto de instruções, relatórios, contratos e cartas particulares referentes ao empreendimento negreiro. O caso adquire, assim, alguma relevância histórica, pois permite desbravar o *modus operandi* de organizações clandestinas a partir de dentro, revelando diversas facetas de uma actividade proscrita e das próprias perspectivas e condições de vida dos homens que a praticavam. Paralelamente, e num plano mais amplo, permite igualmente ilustrar algumas das características assumidas pelo tráfico de escravos tanto num contexto português como, até, atlântico.

Em conformidade, este artigo oscilará entre dois registos diferentes, alternando entre a simples descrição dos acontecimentos relacionados com o apresamento e as incursões de carácter mais geral que permitem articular o caso estudado com o que eram, então, as características do tráfico de escravos e do envolvimento português nesse negócio.

* Instituto de Investigação Científica Tropical

1. A “Companhia de Pernambuco”

O *Veloz* e o *Camões* – os dois navios apresados – eram propriedade de uma companhia criada por 20 accionistas, cada qual subscritor de 4 milhões de réis (o que perfazia um total de 80 milhões de réis em moeda brasileira). A companhia fora fundada em Pernambuco no final de 1836 e, de acordo com os seus estatutos e contrato inicial, cada subscritor obrigava-se a avançar desde logo com metade do capital para que a sociedade começasse a operar de imediato. O apuramento e distribuição de lucros far-se-ia a uma cadência bi-anual devendo a sociedade durar pelo menos três anos, a não ser que circunstâncias extraordinárias, como tratados internacionais de natureza abolicionista, por exemplo, obrigassem à sua dissolução. De toda a forma, e sabendo que se tratava de um empreendimento de “especulação e risco marítimo”, como se dizia no próprio contrato, previa-se a continuidade do investimento, obrigando-se cada accionista, caso a primeira especulação fosse um fracasso, a avançar a soma necessária para colmatar perdas e perfazer o capital inicial. Aqueles que não cumprissem tais condições deixariam de ser membros da sociedade, perdendo os fundos investidos, excepto em caso de morte, situação em que a parte do falecido caberia aos herdeiros (que teriam liberdade para continuar ou não na companhia). Existia, contudo, como em qualquer outra sociedade de responsabilidade limitada, um máximo exigível, não podendo nenhum dos membros ser obrigado a investir mais do que os 4 milhões de réis inicialmente estabelecidos¹.

Como era natural, ficava estipulado que os accionistas teriam de manter o “necessário segredo” a respeito da companhia. O que significa que, ao contrário do que tinha sido usual até à década de 1820, o empreendimento deixara de estar aberto a quem nele quisesse apostar. Agora, numa época em que o tráfico passara a ser totalmente ilícito, as acções da companhia reservavam-se para um círculo estreito de gente de confiança. Mas o carácter ilegal e secreto que marcava toda a operação negreira ia bem mais fundo, manifestando-se igualmente num pacto de entre-ajuda, devidamente consignado nos estatutos, e segundo o qual, caso surgissem situações que

¹ Documento nº 1, anexo ao ofício de Macaulay a Palmerston, 30 de Maio de 1838. Public Record Office, Foreign Office, 84/236 (doravante referir-se-á apenas a numeração dos documentos ficando subentendido que se encontram anexos ao ofício citado).

pussem em causa a pessoa ou bens de qualquer dos membros, todos os outros se obrigavam a garantir-lhe assistência de modo a livrá-lo das dificuldades.

Importa assinalar que, com a interdição do tráfico a norte do Equador, e, mais acentuadamente, após 1830 quando o Brasil foi forçado pela Grã-Bretanha a ilegalizar a importação de africanos equiparando-a à pirataria, os riscos inerentes à actividade negreira tinham aumentado exponencialmente. Para os enfrentar com maior possibilidade de sucesso exigiam-se organizações mais sofisticadas que permitissem contornar as dificuldades criadas pela acção anti-tráfico britânica e, em meados da década de 1830, começaram a surgir associações negreiras de tipo capitalista, com investimentos a prazo alargado e distribuição regular dos lucros. Essa tendência para a associação e captação de capitais viria a firmar-se nos anos seguintes, não apenas no Brasil mas também em Cuba, convertendo o empreendimento escravista numa actividade na vanguarda da modernidade².

A “Companhia de Pernambuco” era, portanto, uma das primeiras manifestações dessa nova tendência para a concentração do investimento e para a organização de empreendimentos negreiros de grande dimensão e complexidade. Uma manifestação em escala relativamente modesta até porque Pernambuco não era, em termos comparativos, um dos grandes importadores de escravos. Mesmo quando tomada no seu conjunto a área a norte da Baía não importaria mais do que 5 mil escravos/ano, importação muito inferior à do Rio de Janeiro e outros portos do Sul³. Ao que tudo indica, a companhia seria uma empresa de franco-atiradores, de gente sem experiência no ramo e que vira no tráfico ilícito a oportunidade de ganhar bom dinheiro. O que é, aliás, típico da época. Os homens que dominaram o *odioso comércio* a partir de 1820 eram, na sua maioria, recém-chegados que não tinham desempenhado qualquer papel relevante nos anos do tráfico legal. Para além de ter lançado um anátema moral sobre todos os que se envolvessem em práticas negreiras, a era abolicionista trouxera consigo novas condições de

² Sobre a modernização das actividades escravistas ver David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Oxford University Press, New York, 1987, pp. 149 segs.

³ David Eltis, “The Nineteenth Century Transatlantic Slave Trade: An Annual Time Series of Imports into the Americas Broken Down by Region”, in *The Hispanic American Historical Review*, 67, 1987, pp. 114-5.

risco que levaram ao afastamento dos investidores tradicionais, abrindo a porta a aventureiros atraídos pela promessa de ganhos desmesurados. O investidor tradicional contentava-se aparentemente com lucros diminutos. Na segunda metade do século XVIII o lucro médio do tráfico inglês não chegaria aos 10%, e o dos tráficos francês e holandês seria ainda menor⁴. No século XIX, pelo contrário, era frequente ouvir falar em lucros mirabolantes. Seriam, muitas vezes, exageros dos abolicionistas, interessados em ampliar a dimensão do mal que combatiam. De toda a forma, os dados disponíveis e os estudos já realizados permitem afirmar que os lucros do comércio negreiro durante a era abolicionista poderão ter sido duas a sete vezes maiores do que haviam sido em Setecentos, chegando ocasionalmente a ultrapassar os 300%⁵.

Para dirigir toda a actividade da “Companhia de Pernambuco”, desde a escrita à definição dos seus rumos e ritmos, foi nomeado um tal José Francisco de Azevedo Lisboa, cidadão português residente na cidade de Pernambuco (actual Recife). Azevedo Lisboa seria coadjuvado por dois dos accionistas, que de certa forma funcionariam como cogestores, nada podendo decidir-se sem o seu parecer. Na Costa de África a companhia contaria com um agente principal e dois auxiliares, todos membros da comunidade portuguesa residente em Pernambuco, que não poderiam abandonar o rio Benim, a não ser que as condições de saúde fizessem perigar as suas vidas. Tanto Azevedo Lisboa – a quem cabia o grosso da responsabilidade e do trabalho de organização e gestão – como os agentes entravam na sociedade com trabalho em vez de capital, e receberiam a sua parte dos lucros (se bem que nada lhes fosse exigível por eventuais perdas). Os ganhos obtidos seriam, portanto, divididos em 24 partes, 20 das quais caberiam aos accionistas e as restantes ao gerente e aos agentes.

As regalias concedidas aos agentes justificavam-se pelo importantíssimo papel que, na época da supressão, lhes começava a caber na fluidificação do negócio. Com a ilegalização do tráfico e o incremento das acções de polícia naval tornou-se quase imprescindível que as firmas importadoras tivessem os seus próprios homens em África, de molde a gerirem os *stocks* e o tempo. Uma boa gestão

⁴ Roger Anstey, *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*. The MacMillan Press, London, 1975, pp. 46-57.

⁵ Eltis, *Economic Growth...., ob. cit.*, pp. 139 e 269 segs.

dessas duas variáveis garantiria não só embarques rápidos – para que a exposição aos cruzadores fosse mínima – mas também uma estadia curta dos escravos em terra, baixando o custo da sua alimentação. Cabia ainda ao agente a escolha de um bom local para fundar a feitoria; a organização de pequenas marcenarias ou estaleiros que permitissem reparação ou equipamento de navios; a construção de armazéns e barracões que permitissem guardar os bens de troca, os produtos alimentares e os escravos; a obtenção de autorizações comerciais ou concessões de terras por parte das chefias locais; cabia-lhe, ainda, ter iniciativa suficiente para prover a casos extraordinários, como, por exemplo, a inesperada falta de um navio de transporte. Não surpreende, por isso, que durante a fase final do tráfico o agente fosse muitas vezes um sócio da empresa escravista.

Aliás, para muitos desses homens, a estadia na Costa de África podia constituir um degrau no caminho ascendente, no *cursus honorum* do negreiro e no seu sucesso financeiro. Alguns dos que foram feitores em África, como Pedro Blanco, Manuel Basílio da Cunha Reis ou Francisco António Flores, tornaram-se exportadores independentes e figuras proeminentes no tráfico Oitocentista⁶. No seu conjunto, esses homens constituíam o lado mais visível e próspero do tráfico, aquele em torno do qual se forjou a imagem literária e popular do comércio negreiro como receita infalível de enriquecimento rápido. Mas existia, claro está, um reverso da medalha que prometia perdas em vez de lucros e muitos negreiros do século XIX acabaram os seus dias na miséria e no remorso, consequências auto-destruidoras do verdadeiro jogo de sorte e azar em que o tráfico se convertera⁷. Em bom rigor, nem a actividade do agente nem a lotaria daí resultante eram novos. Ambas continuavam a saga iniciada no século XV com os *lançados*, essa gente que se arriscava – se “lançava”, e daí o nome – a viver com os negros e que se estabeleceu nos então chamados Rios de Guiné, do Senegal à Serra Leoa, aí vivendo e actuando como intermediária no negócio da escravatura. Alguns desses *lançados* consorciaram-se com mulheres afri-

⁶ Id., *Ibid.*, pp. 148 segs.

⁷ Para a trajectória de alguns desses homens ver João Pedro Marques, “Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX”, in *Análise Social*, 160, 2001, pp. 609-638; Roquinaldo Amaral Ferreira, *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro (não publicada).

canas de certo (ou muito) peso político, abrindo, por intermédio dos laços matrimoniais, uma via para o negócio e para o estatuto social local. Mas outros não tiveram igual sucesso, vivendo numa miséria extrema ou em perigosa ruptura com os locais, condições que por vezes lhes foram fatais ⁸.

Para além dos quadros dirigentes, a “Companhia de Pernambuco” contrataria um carpinteiro, um sangrador, um cozinheiro, dois tanoeiros, um barbeiro, bem como pessoal não diferenciado. Todos eles seriam obrigados a residir em África, cabendo-lhes auxiliar em tudo o que dissesse respeito ao estabelecimento das feitorias. Aufeririam um ordenado mensal de 25.000 réis, pago em géneros no Benim, com o qual poderiam, querendo, adquirir e exportar gratuitamente, por conta própria, um escravo em cada navio. Os contratos teriam a duração de um ano e, em caso de doença, a companhia obrigava-se a cuidar do enfermo, repatriando-o no primeiro navio, se tal se revelasse imprescindível. Para actuar no ponto de recepção contratar-se-ia gente capaz de organizar e vigiar o desembarque num lugar discreto da costa brasileira. E, como é óbvio, contratar-se-iam igualmente capitães de navio e marinheiros que assegurassem o transporte de mercadorias e de escravos. Colocar-se-ia, também, uma espécie de sub-agente no arquipélago de S. Tomé e Príncipe, onde a conivência previamente assegurada do governador permitiria a obtenção de passaportes e outras facilidades ⁹.

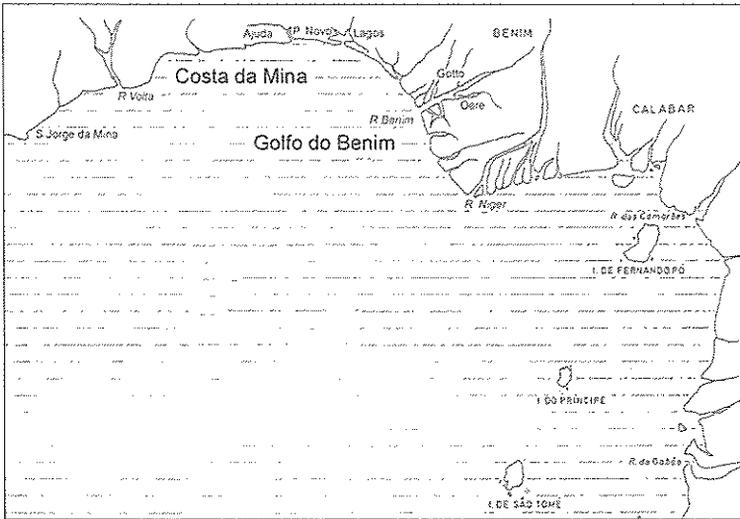
Pretendendo estabelecer um empreendimento negreiro em grande escala, a sociedade seleccionou o rio Benim para aí desenvolver a sua actividade. A companhia pretendia obter dos chefes africanos locais uma espécie de monopólio que implicasse a exclusão dos negreiros concorrentes e esperava poder adquirir cerca de 200 a 250 escravos para expedir mensalmente para o Brasil nos navios ao seu dispor (o que, se tudo corresse como esperado, somaria um total de 2.400 a 3.000 escravos por ano). A escolha do local suscita alguma perplexidade. O envolvimento do reino do Benim no tráfico transatlântico nunca fora muito grande, sobretudo quando comparado com outras regiões da África Ocidental. Em certas zonas, como, por exemplo, Angola, a opção pela escravatura foi

⁸ Para a história dos *lançados* ver Maria João Soares, “Para uma compreensão dos lançados nos rios de Guiné. Século XVI-meados do século XVII”. in *Studia*, 56/57, 2000, pp. 147-222.

⁹ Documento n.º 14.

quase imediata; mas, no Benim, as autoridades políticas africanas foram mantendo um autocontrole que lhes permitiu restringir o tráfico. E, ao que tudo indica, essa tendência persistia na época em que a “Companhia de Pernambuco” foi fundada. Entre 1816 e 1839 há registo de apenas 15 expedições escravistas que tenham tido por objecto o rio Benim¹⁰. Efectivamente, os grandes centros exportadores da região ficavam mais para oeste, naquilo que em terminologia portuguesa se designava por Costa da Mina: Ajudá e Onim (Lagos) – que, em conjunto, e durante o século XIX, terão assegurado 60% da exportação de todo o golfo do Benim –, Porto Novo, Badagre e alguns pontos mais.

Mapa



O Golfo da Guiné (adaptado de A. T. Mota, Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de África, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 14, Bissau, 1990)

O facto de a companhia ter escolhido o rio como zona de actuação pode explicar-se ou por ignorância – aparentemente teria sido com base nas informações fornecidas pelo capitão do *Camões* que o local foi escolhido¹¹ – ou, inversamente, por um perfeito conheci-

¹⁰ Eltis, *Economic Growth...*, *ob. cit.*, pp. 73 e 168.

¹¹ Documentos nº 9 e nº 14.

mento da realidade comercial envolvente. A procura de zonas mais perigosas ou menos prometedoras foi sempre uma estratégia seguida pelos negreiros que, por debilidade financeira, comercial ou outra, não conseguiam competir com concorrentes mais apetrechados nos portos mais rentáveis e de mais fácil acesso. É isso que justifica, em parte, a difusão do tráfico ao longo de quase toda a orla costeira, com certos pontos a sofrerem uma maior incidência em determinadas épocas e é isso que explica, igualmente, a dificuldade em estrangular o comércio negreiro. De toda a forma, e fosse qual fosse a razão da escolha, a companhia estipulou desde logo que o Benim poderia ser abandonado e trocado por qualquer outro ponto da Costa de África que, a cada momento, fosse considerado mais vantajoso, algo só possível porque a logística relativamente leve dos negreiros lhes permitia saltar facilmente de um lado para o outro, ao sabor das circunstâncias.

2. Organização do empreendimento

Formada a companhia, a primeira preocupação do seu gestor, Azevedo Lisboa, foi a obtenção de navios adequados à função. E, para além do *Veloz* e do *Camões*, adquiridos de imediato, encomendou a construção de duas escunas nos estaleiros do Porto. Várias casas comerciais brasileiras recorriam aos estaleiros da cidade portuguesa – e, mais tarde, também aos de Porto Brandão, na margem sul do Tejo – para construir navios destinados ao tráfico negreiro. Essa prática prosseguiu, aliás, e no final da década de 1840 foi objecto de várias queixas do governo britânico¹². Todavia a construção naval era uma actividade perfeitamente lícita que o governo português não podia cercear, do mesmo modo que o seu homónimo de Londres também não podia cercear a exportação de têxteis para o Brasil, não obstante saber que uma parte deles se destinava à aquisição de escravos na Costa de África. Os quatro navios da companhia seriam utilizados em permanente rotação de um lado para o outro do Atlântico. Complementarmente, adquirir-se-ia um iate que deveria ficar à disposição dos agentes no Benim, utilizando-se para as deslocações locais ou para fazer transbordo de

¹² Cfr. João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1999, p. 329.

mercadorias e de escravos, caso as condições do mar impedissem a entrada na barra. O iate seria adquirido na Baía, na casa Duarte e Warren, já contactada para o efeito, e que também se encarregaria de fornecer os bens a utilizar no comércio com os africanos e todo o material de que a “Companhia de Pernambuco” necessitasse para a construção das feitorias¹³.

A segunda prioridade de Azevedo Lisboa foi a obtenção de registos e documentos indispensáveis à navegação. Na qualidade de cidadão português, era ele próprio que figurava nos papéis e passaportes dos navios como seu único proprietário. Mas tratava-se de uma propriedade fictícia – como se estipulava no próprio contrato constitutivo da companhia – que se justificava pela necessidade de colocar os membros do empreendimento ao abrigo de qualquer dissabor. Recorde-se que, em 23 de Novembro de 1826, se concluíra um tratado abolicionista entre os governos de Londres e do Rio que, equiparando o tráfico de escravos brasileiro à pirataria, impunha o seu fim 3 anos após a ratificação do acordo (ou seja, a 13 de Maio de 1830)¹⁴. Como é sabido esse tratado não obstou à importação de negros no Brasil. Após uma queda circunstancial em 1831-32, essa importação retomou em cheio atingindo, em meados da década, valores superiores aos 40 mil escravos/ano¹⁵. Todavia, a incerteza quanto ao eventual rigor das autoridades brasileiras na aplicação da nova legislação, levou à generalização do *embandeiramento*, isto é, à venda do navio a um sócio, real ou simulado, de um país onde o tráfico ainda fosse legítimo ou tolerado por autoridades complacentes. Assim, o pavilhão português, que caíra em desuso no comércio negreiro realizado a norte do Equador, voltou a ter grande procura. Claro que, no caso português, esse estratagema só era possível com o conluio das autoridades consulares uma vez que a lei portuguesa não permitia que se nacionalizassem navios a não ser em Lisboa¹⁶. Contudo, o cônsul geral de Portugal no Brasil, João Baptista

¹³ Documento nº 3.

¹⁴ Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question (1807-1869)*, Cambridge University Press, Cambridge, 1970, pp. 28-61; Marques, *Os Sons do Silêncio...*, *ob. cit.*, pp. 152-54.

¹⁵ Eltis, “The Nineteenth-Century...”, *op. cit.*, p. 115.

¹⁶ Parecer do Presidente do Tribunal Superior do Comércio datado de 15 de Janeiro de 1838, anexo em ofº de Bonfim a Sá da Bandeira, 27 de Janeiro de 1838. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MNE, cx. 382. Sobre a cada vez maior utilização da bandeira portuguesa no comércio negreiro ver Marques, *Os Sons do Silêncio...*, *ob. cit.*, pp. 215 segs.

Moreira, um activo negreiro antes da ilegalização do tráfico brasileiro, arranjava uma série de pretextos para, a troco de dinheiro, continuar a disponibilizar bandeira e papéis portugueses aos traficantes que operavam no Brasil. Foi da sua mão que a “Companhia de Pernambuco” obteve os passaportes de que carecia, passaportes posteriormente visados pelo cônsul em Pernambuco, o seu parente Joaquim Baptista Moreira.

Essa actuação das autoridades consulares era bem conhecida dos governantes portugueses que, todavia, se revelavam incapazes ou pouco interessados em cerceá-la. João Baptista Moreira fora um dos revolucionários de 1820 a quem os liberais deviam vários e grandes favores e não foi demitido. Em finais de 1838 Sá da Bandeira continuava a ter “muito boa opinião” de Moreira e a garantir que as acusações que lhe faziam eram “meras asserções”¹⁷.

É verdade que, no momento em que a “Companhia de Pernambuco” se formou, Portugal acabava de proibir completamente todo o tráfico feito em navios portugueses em qualquer parte do globo, e Azevedo Lisboa foi oficialmente notificado desse facto¹⁸. Mas nenhum negreiro português actuando no Brasil ou em África levava esse decreto a sério. E muito justificadamente, visto que o tráfico de escravos português já era ilegal no hemisfério norte desde 1815 sem que Portugal tivesse alguma vez exercido qualquer tipo de vigilância anti-tráfico ou aplicado qualquer sanção aos prevaricadores¹⁹. O que é significativo nos documentos apresados no *Veloz* – e que incluíam desde cartas privadas a instruções de funcionamento da companhia – é que em nenhum deles existe qualquer alusão ao abolicionismo português. Referem-se frequentemente os cuidados a ter para evitar ou iludir os navios de cruzeiro britânicos mas não há manifestações de receio de uma intervenção portuguesa. A situação só se alteraria a partir de 1839 quando, para salvaguardar a honra nacional, seriamente abalada com o *bill* de Palmerston, os governos

¹⁷ Cfr. Marques, *Os Sons do Silêncio...* ob. cit., pp. 215 e 240-1. O cônsul-geral tinha o apoio expresso de vários ministros brasileiros e da comunidade mercantil luso-brasileira no Rio. Entre as 96 personalidades que assinaram uma atestação da sua idoneidade estavam, obviamente, grandes negreiros portugueses como Manuel Pinto da Fonseca ou José Bernardino de Sá (atestação de 14 de Março de 1839, in *Diário de Lisboa*, 12 de Outubro de 1861).

¹⁸ Documento nº 1.

¹⁹ Para a atitude portuguesa face ao tráfico ilícito no período anterior a 1836 ver Marques, *Os Sons do Silêncio...* ob. cit., capítulos 2 e 3.

portugueses se preocuparam em enfileirar de forma inequívoca na política abolicionista britânica²⁰.

Uma vez que grande parte do sucesso da “Companhia de Pernambuco” dependeria do que se passasse em África, a terceira preocupação de Azevedo Lisboa foi a elaboração de um conjunto de normas de funcionamento que pudessem orientar os agentes que aí actuariam. E havia, desde logo, normas quanto à coordenação do movimento dos navios. Os agentes deveriam erigir um mastro num ponto elevado e visível a partir do mar, de molde a permitir a comunicação de e para o navio, através de bandeiras coloridas e de acordo com um código de sinais específico da companhia²¹. Aproximando-se do porto o navio assinalaria, com as bandeiras, o tipo de carga que trazia, dando tempo a que, na feitoria, se preparassem para a receber e que tivessem os escravos prontos para um rápido embarque. Por razões de segurança e dada a vigilância dos cruzadores ingleses, a rapidez de actuação era considerada verdadeiramente crucial, pelo que se estipulava que os navios abandonassem o porto assim que tivessem escravaria suficiente, não ficando a aguardar que a carga se completasse: “fica desde já estabelecido que em navios que levem 300 (escravos), a falta de 50 não deverá demorá-los um só momento”²². De toda a forma os princípios organizativos e funcionais que se definiam seriam para aplicação futura. No caso, e dado que se tratava de uma primeira viagem, haveria que começar por vender as mercadorias antes de se obter um primeiro carregamento de escravos e, assim sendo, sabia-se que a demora era inevitável. Consequentemente, por razões de segurança, ficou determinado que nessa primeira viagem os navios se equipariam na Costa de África, onde se construiriam os apetrechos necessários ao transporte de escravos; de futuro, quando o movimento comercial estivesse devidamente sincronizado, as embarcações partiriam já equipadas e recorrer-se-ia, então, ao sistema de bandeiras para coordenar e apressar a operação²³. Esta opção pelo equipamento dos navios em África constituía uma das primeiras manifestações de uma prática que viria a vulgarizar-se depois, da década de 1840 em diante. Como Eltis refere, há mesmo 17 casos

²⁰ Id., *Ibid.*, pp. 311 segs.

²¹ Documento n.º 2.

²² Id.

²³ Documento, n.º 8.

conhecidos de navios inteiramente construídos em África quer a partir de elementos pré-fabricados, remetidos do Brasil, quer a partir de materiais locais²⁴. Num certo sentido algumas feitorias escravistas do século XIX tornaram-se fábricas e estaleiros.

Naturalmente havia também recomendações de âmbito puramente comercial sobre a forma de acomodar os vários artigos em regiões tão húmidas e sobre a atenção que devia ser prestada à aquisição dos escravos²⁵. Atenção que era, de certa forma, uma tradição nacional. Os portugueses tinham fama de minuciosos e exigentes, costumando passar horas a observar um escravo, a inspeccionar-lhe a boca, a palpar-lhe o corpo; obrigavam-no a fazer habilidades, a rir e a cantar, e tinham desenvolvido técnicas apuradas para detectar a idade do produto como a de lamber o queixo do potencial adquirido para verificar se tinha (ou não) barba²⁶. Os agentes eram instruídos para, nas transacções comerciais iniciais com pessoas de relevo na comunidade africana, conduzirem as negociações de forma a impedir qualquer atrito ou ruptura, mesmo que, para tal, fosse necessário aceitar um certo prejuízo. Antecipava-se aqui uma conhecida dificuldade mercantil que decorria das exigências das autoridades negras. Os reis africanos tinham a primazia na relação comercial e frequentemente ofereciam escravos de baixa qualidade, que os europeus eram forçados a adquirir de modo a poderem prosseguir o comércio com o resto dos fornecedores.

Dado que havia outros estabelecimentos comerciais no porto, recomendava-se que fosse mantida a boa harmonia com os seus agentes e que se estimulasse sentimentos de reciprocidade e de cooperação entre brancos²⁷. O iate que a companhia destinara ao serviço na Costa de África poderia mesmo ser alugado a um negreiro concorrente, mediante o pagamento de 30 escravos. Mas todos os estranhos, fossem eles nacionais ou estrangeiros, deveriam ser cuidadosamente mantidos na ignorância de tudo o que dissesse respeito à companhia.

Se bem que o empreendimento fosse negreiro, não se fechavam portas a outras formas de comércio e os agentes eram instruídos

²⁴ Eltis, *Economic Growth...*, *ob. cit.*, p. 182.

²⁵ Documento nº 9.

²⁶ L. F. Römer, *Tilforladelig Efterretning om Kysten Guinea*, 1760 (trad. de Mette Dige-Hess, *Le Golfe de Guinée, 1700-1750*, LHarmattan, Paris, 1989, p. 212).

²⁷ Documento nº 2.

para mostrarem disponibilidade para a aquisição de ouro, marfim, goma copal e urzela. Recomendava-se-lhes, mesmo, que fizessem ensaios agrícolas na plantação de feijão, experiências que, se bem sucedidas, permitiriam reduzir os custos de manutenção da feitoria e dos escravos²⁸.

Para além do estabelecimento de normas quanto à conduta comercial, as instruções revelam cuidados de ordem disciplinar. E, acima de tudo, uma preocupação muito evidente com a manutenção de “união e harmonia”, recomendação recorrente nas instruções a agentes e capitães, e nas cartas posteriores, o que revela a grande inquietação com a natureza conflituosa dos homens empregados em tais tarefas. Para que a harmonia fosse mantida exigia-se que todo o estabelecimento ou feitoria, por mais insignificante que fosse, tivesse um administrador que regulasse e dirigisse as operações. Longe do Brasil e sem qualquer protecção de um “governo civilizado”, o estabelecimento só poderia tornar-se respeitado pela boa conduta dos agentes e funcionários. Em conformidade, exigia-se a estes últimos que mantivessem toda a compostura e aos funcionários que obedecessem a todas as ordens, de modo a que, no terreno, a companhia funcionasse como uma organização fortemente hierarquizada e quase militarizada: “os inferiores estão em todos os respeitos sujeitos às ordens dos agentes, ou melhor, do agente principal; (...) é necessário que as ordens emanem do principal, como centro de comando”²⁹. Quem não se conformasse com as regras de conduta prescritas deveria ser imediatamente demitido e remetido no primeiro navio que regressasse a Pernambuco, sendo, se necessário, substituído por alguém que viesse a bordo.

A “união” era importante não só por razões práticas mas também por motivos simbólicos, como imagem a transmitir para o exterior. No mesmo sentido ia o conselho para que fossem exibidas manifestações de cariz religioso, algo que “daria uma muito desejável tendência moral ao estabelecimento”. Apesar de saber que os nativos não possuíam os sentimentos refinados das “nações mais iluminadas”, Azevedo Lisboa não duvidava das suas capacidades de raciocínio, nem das suas possibilidades de melhoramento material e espiritual, conquanto os que residissem entre eles fossem homens de conduta adequada, capazes de lhes transmitir bons exemplos.

²⁸ Documento nº 9.

²⁹ Documento nº 2.

Todavia, para que o tráfico fosse benéfico para as populações africanas, permitindo-lhes adoçar os seus costumes, seria imprescindível observar regras de bom comportamento, evitar o deboche, a embriaguês e a imodéstia, ser respeitador das usanças do país. Esta passagem das instruções é extremamente reveladora acerca do universo mental dos negreiros. E é-o tanto mais quanto o documento em questão exclui qualquer intuito propagandístico. Na verdade, do que se trata aqui é de uma concepção que fazia do tráfico um bem positivo, um instrumento pedagógico e civilizador. Como dizia o bispo Azeredo Coutinho, num texto publicado em 1808, o comércio de escravos era indubitavelmente uma lei ditada pelas circunstâncias para o maior bem, ou o menor mal, das nações bárbaras e do mundo colonial. Constituía o maior bem, ou o menor mal, para todas as partes envolvidas: para o escravo, que preferiria ser vendido a ser morto; para as sociedades africanas que, por essa via, garantiam um contacto comercial regular com os europeus, adquirindo bens de que careciam (ao mesmo tempo que iam adoçando os seus costumes); para os europeus que desse modo conseguiam braços para o cultivo das plantações e o labor das minas; e, finalmente, para o bem das almas visto que a escravidão era o meio que se tinha descoberto para introduzir a verdadeira religião entre aqueles bárbaros³⁰. Na formulação de Azeredo Coutinho ou noutras, equivalentes, estas eram velhas máximas de uma ideologia escravista que, na cultura portuguesa, remetia para Zurara e que se verbalizara livremente até inícios do século XIX. Depois, com a pressão da campanha abolicionista britânica, a ideologia escravista dissimulou-se sem, contudo, ter desaparecido, como se verifica pelas instruções de Azevedo Lisboa.

3. Na Costa de África: os ossos do ofício

Com tudo organizado, a companhia começou a operar a 3 de Fevereiro de 1837 enviando o brigue *Camões* à Costa de África, com a incumbência de erigir a feitoria e organizar os primeiros contactos

³⁰ Ver, por exemplo, Azeredo Coutinho, *Analyse sobre a justiça do Commercio do Resgate de Escravos da Costa de Africa, novamente revista e acrescentada por seu author*, Lisboa, 1808, pp. 33 segs. Para a ideologia escravista em Portugal ver Marques, *Os Sons do Silêncio...*, *ob. cit.*, pp. 65 segs.

e aquisições. Algumas semanas depois, a 29 de Abril, partiram o brigue *Veloz* e o iate adquirido na casa Duarte e Warren. Grande parte dos marítimos utilizados eram portugueses, o que era, aliás, uma exigência para que os navios pudessem navegar legalmente ao abrigo do pavilhão dos Braganças. O *Veloz*, por exemplo, tinha uma tripulação de 21 homens, todos portugueses.

A viagem ocorreu sem sobressaltos de maior tirando o facto de, já perto do Benim, o *Veloz* ter sido interceptado e visitado pelos homens da Royal Navy. Como o agente levava instruções falsas para exibir em caso de intercepção, e como o capitão tivera o cuidado de deitar borda-fora todos os artigos comprometedores – nomeadamente os ferros e algemas usados para acorrentar os escravos –, nada de ilegal foi encontrado e o brigue pôde seguir a sua rota³¹. Todavia, os ingleses aproveitaram o ensejo para transferir para o *Veloz* a tripulação de uma embarcação negreira com bandeira portuguesa, que tinham acabado de deter, e que fora, como habitualmente, enviada para o tribunal da Comissão Mista da Serra Leoa³². As autoridades inglesas não tinham jurisdição sobre tripulações estrangeiras apresadas nem mesmo nos casos em que essas tripulações tivessem sido responsáveis por mortes de marinheiros ingleses³³. Em alternativa, a Royal Navy experimentara entregá-las às autoridades nacionais respectivas mas cedo percebera a inutilidade do acto. Assim, passara a abandoná-las na Costa de África, ignorando as reclamações algo hipócritas dos governos envolvidos³⁴.

³¹ Documentos nº 3 e nº 8. Para os truques usados pelos negreiros a fim de iludir a vigilância dos cruzadores ingleses ver Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècles*. Mouton, Paris e La Haye, 1968, pp. 403 segs.

³² Documento nº 10. As Comissões Mistas eram tribunais especiais destinados a julgar rapidamente, e sem apelação, as infracções às legislações anti-tráfico. As Comissões Mistas anglo-portuguesas foram criadas pela convenção de 28 de Julho de 1817 e estabeleceram-se no Rio de Janeiro e em Freetown, na Serra Leoa.

³³ Eltis, *Economic Growth...* ob. cit., p. 90.

³⁴ Durante anos os governos portugueses reclamaram junto do seu homónimo britânico contra o hábito dos comandantes da Royal Navy abandonarem as tripulações dos negreiros apresados nas ilhas de S. Tomé ou do Príncipe. Todavia, quando a marinha britânica trouxe a Lisboa os tripulantes do bergantim *Diligente* o governo português recusou-se a recebê-los (ver Howard de Walden a Sá da Bandeira, 11 de Fevereiro e 6 de Março de 1839, e Palmerston a Howard de Walden, 20 de Abril de 1839, in *Documentos acerca do Tráfico da Escravatura extrahidos dos Papéis relativos a Portugal apresentados ao Parlamento Britannico*, Lisboa. 1840, pp. 63-4, 69-70 e 72, respectivamente).

³⁵ Documentos nº 15 e 24.

Já em África o principal agente da companhia deparou com uma situação que se afastava muito do que estava previsto. Em primeiro lugar porque o capitão do *Camões* – justificando as longas linhas gastas pelo gestor a precaver problemas disciplinares – não cumprira as instruções, não montara a feitoria e, pretextando ir buscar água, rumara a S. Tomé e Príncipe levando consigo o carpinteiro, o que impedira qualquer avanço na construção dos abrigos, barracões e armazéns. Para além disso usara parte da carga em proveito próprio, vendendo-a na ilha do Príncipe, onde, aliás, acabaria por ser preso³⁵. Abusos de confiança deste género eram frequentíssimos. Uma vez que nenhum dos participantes num negócio ilícito podia respaldar-se na lei, as vigarices e traições entre sócios constituíam um dos grandes riscos (e custos) do tráfico³⁶.

Assim, quando a tripulação do *Veloz* chegou, encontrou o negócio em marcha mas nenhuma construção para acomodar os escravos, nem sequer um simples recipiente para depositar a sua comida³⁷. Só posteriormente se construiu um barracão para esse efeito, o que era verdadeiramente imprescindível atendendo às novas circunstâncias em que os negreiros operavam. A antiga forma de comerciar, na qual o navio esperava, geralmente durante meses, que a carga se completasse, já não era possível devido à vigilância da Royal Navy. Em alternativa exigia-se o estabelecimento de infra-estruturas mínimas que permitissem a acumulação de *stocks* e garantissem um embarque rápido. Os barracões, que já existiam noutras zonas, nomeadamente em Angola, tornaram-se, assim, um traço típico desses estabelecimentos permanentes criados pelos agentes das casas brasileiras e cubanas, espalhando-se pelos portos e rios africanos.

Ao contrário do previsto a companhia falhou a obtenção do exclusivo, ficando desde logo aquém das suas metas comerciais imediatas. Uma vez que já existiam no local negociantes brasileiros e uma feitoria inglesa que negociava em óleo de palma, o mais que a “Companhia de Pernambuco” conseguiu foi que lhes fosse permitido estabelecer as suas instalações, armazéns e barracões em três pontos distintos: Bobim, Oere e Gotto.

Outros contratemplos resultaram da inadequação de algumas mercadorias levadas para o Benim. Alguns produtos não estavam

³⁵ Eltis, *Economic Growth...*, ob. cit., p. 203.

³⁷ Documentos nº 12 e nº 14.

em boas condições de conservação, havendo inúmeros rolos de tabaco de qualidade inferior ou até estragados, o que prejudicou um pouco a imagem da nova empresa junto das chefias pretas, habituadas aos produtos de melhor qualidade disponíveis na feitoria britânica³⁸. Importa dizer que a qualidade face à concorrência estava longe de garantir fosse o que fosse, já que os padrões de gosto e de exigência variavam muito e o próprio destino dado às aquisições podia estar longe das funcionalidades ocidentais. O carácter volátil e algo aleatório da procura constituía mesmo uma das maiores dificuldades de natureza comercial do tráfico. Como dizia Römer, um negreiro dinamarquês com longa experiência na Costa do Ouro, “há poucas coisas no mundo a que possamos impor regras; mas, no que respeita ao comércio da Guiné, não podemos impor nenhuma”³⁹. De toda a forma, e para além da qualidade discutível dos produtos, a própria quantidade transportada pelos navios da companhia revelava-se insuficiente. Os cálculos comerciais não tinham levado em devida conta a obrigatoriedade de dar presentes e pagar as taxas locais para poder iniciar o comércio. Como o principal agente informava, por cada navio era necessário pagar o equivalente a 15.000 réis às autoridades africanas – isto é, ao “rei”, à “rainha, ou principal consorte”, ao “príncipe”, aos “governadores”, aos “magistrados”, aos “intérpretes”, ao “encarregado do fetiche”, e por aí fora⁴⁰. Acresce que a companhia estabelecera feitorias em três pontos diferentes, e que a circulação de e para o principal deles se fazia em canoas; ora, numa fase inicial, e enquanto não dispunham de canoas próprias, os agentes tinham de as alugar para transportar bens e escravos ao longo do rio. Presentes, taxas e alugueres abriram um rombo no *stock* de mercadorias e prejudicaram desde logo a amplitude do comércio e o crédito da “Companhia de Pernambuco”. Os pretos exerciam grande pressão sobre as feitorias, que, limitadas como estavam, se viam impossibilitadas de corresponder. Como dizia o agente em Gotto, “estou ansioso para que cheguem as mercadorias, que agora me faltam. Os negros ficaram muito desiludidos quando souberam que a canoa não trazia nenhuma. Estão constantemente a perguntar-me por elas, de tal forma que já não sei o que responda (...). Querem-me comprar tudo o eu

³⁸ Documento nº 14.

³⁹ Römer, *ob. cit.*, p. 176.

⁴⁰ Documento nº 14.

tenho, até o meu papel de carta, que não posso vender pois já não tenho que chegue para mim. Até porque não quero encorajá-los ou nunca mais me largam a porta”⁴¹. E alguns dias depois repetia: “aquilo que mais me preocupa é não ter o bastante para atender aos pedidos dos negros”; “se tivesse mais mercadoria, hoje teria comprado 200 escravos pois há aqui muitos à espera que ela chegue”⁴².

Apesar de tudo a maior dificuldade enfrentada pelo estabelecimento era de ordem sanitária porque, não obstante todas as precauções, grande parte dos recém-chegados caiu logo nas malhas da “febre”, o que, em linguagem moderna, correspondia geralmente à febre amarela e, sobretudo, à malária. Ambas eram transmitidas pelos mosquitos, o que, na época, se ignorava inteiramente. Conheciam-se, claro está, as condições de infecciosidade da costa africana e esse conhecimento explica as instruções para que, aquando da passagem pela Baía, nada fosse esquecido a fim de que o pessoal pudesse usufruir todo o conforto possível e gozar da melhor saúde⁴³. Mas com uma medicina quase desarmada para fazer face às doenças tropicais — erradamente atribuídas ao clima, aos miasmas ou aos excessos alimentares e sexuais —, a residência na costa africana era uma espécie de roleta russa à qual muitos não escapavam. Na medida em que a probabilidade de viver um ano em África inteiramente ao abrigo da picada do mosquito era baixíssima, e na medida em que muitos ocidentais chegavam à costa africana sem qualquer imunidade contra os agentes patológicos específicos, a mortalidade nos primeiros tempos de residência atingia níveis extremamente elevados. Muito adequadamente, Figanière, que esteve em Freetown em 1820 como membro da Comissão Mista anglo-portuguesa, referiu-se à Serra Leoa como “sepulcro de europeu”⁴⁴. Com variações, com maior ou menor propriedade, esse “sepulcro do europeu” prolongava-se por toda a costa africana,

⁴¹ Documento nº 27.

⁴² Documentos nº 29 e nº 31.

⁴³ Documentos nº 3 e nº 4.

⁴⁴ J. César de Figanière e Morão, *Descrição de Serra Leoa e seus contornos. Escripção em doze cartas à qual se ajuntão os trabalhos da Comissão-Mista portuguesa e inglesa estabelecida naquela colônia*, Lisboa, 1822, pp. 12-4, 16, 22, 32, 36 e 38. A expressão “sepulcro do europeu” viria a ter um grande futuro em versão inglesa, graças ao livro de F. Harrison Rankin, *The White Man's Grave: a Visit to Sierra Leone in 1834* (cfr. Christopher Fyfe, *A History of Sierra Leone*, Oxford University Press, Londres, 1962, p. 151; e Philip D. Curtin, *The Image of Africa. British Ideas and Action, 1780-1850*, The University of Wisconsin Press, Madison, 1964, p. 179, nota 4).

dando aso a diversas imagens fúnebres e reputações sombrias. Para o golfo do Benim, um local particularmente doentio, os ingleses tinham mesmo forjado um aforismo: “beware and take care of the Bight of Benim, for the one that comes out are twenty stay in”⁴⁵. A experiência da “Companhia de Pernambuco” revela que o aforismo era perfeitamente adequado já que havia sempre gente acamada e o capitão do *Veloz* viria mesmo a morrer. O carácter recidivante e incapacitante da “febre” reflectia-se, naturalmente, na eficácia comercial. O agente em Gotto queixava-se amargamente de não ter mãos a medir “porque o sr. Delgado está quase sempre doente”⁴⁶. Como dizia o principal agente, o Benim era um “clima doentio, onde temos a morte sempre à nossa frente”, um clima “que poucos suportariam”, e a situação era tão má que confessava ter mudado de ideias quanto à sua permanência em África, preparando-se para abandonar a feitoria⁴⁷.

Ainda assim, e apesar do extenso rol de dificuldades, algum negócio foi feito. Se bem que os escravos adquiridos não fossem suficientes para carregar os dois brigues – as escunas mandadas construir no Porto ainda não tinham chegado – davam para uma primeira remessa no *Veloz*⁴⁸. Criara-se, além disso, uma relação de confiança recíproca que permitiu aos próprios reis pretos enviarem, nessa primeira viagem, 5 escravos por conta própria para que, com o produto da sua venda no Brasil, se adquirissem artigos que a companhia não trouxera como chá, enchidos, biscoitos, manteiga e açúcar⁴⁹.

4. O apresamento e a sentença

A 18 de setembro de 1837, ao sair do rio Benim rumo a Pernambuco com 228 escravos a bordo, o brigue *Veloz* foi avistado e perseguido pela escuna de guerra *Fair Rosamond*, comandada pelo tenente William Brown Oliver. Visitado à chegada, o *Veloz* era importunado de novo à saída. Ainda que limitada em meios navais a ação anti-tráfico da Royal Navy caracterizava-se pela persistência

⁴⁵ Citado in Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 55 (nota 72).

⁴⁶ Documento nº 25.

⁴⁷ Documentos nº 14 e nº 15.

⁴⁸ Documento nº 14.

⁴⁹ Documento nº 15.

e os seus navios cruzavam constantemente ao longo da costa. Os comandantes britânicos sabiam que para apanhar um navio em flagrante delito era forçoso insistir, com visitas sucessivas. Em cerca de seis meses o *Juliana*, por exemplo, foi visitado por sete cruzadores diferentes e só à oitava visita seria apresado, com os 112 escravos que embarcara no dia anterior⁵⁰.

Procurando escapar à perseguição, o brigue português reentrou no rio e a sua tripulação recebeu a tiro o escaler enviado pelo navio de guerra para proceder à habitual inspecção, matando um marinheiro britânico. O que não era raro. Se bem que a maior parte dos apresamentos ou destruições de embarcações negreiras efectuadas pelas várias marinhas de guerra se fizessem sem confronto, podia suceder que, quando surpreendida pelo cruzador, a tripulação negreira se dispusesse ao combate. Essa situação foi particularmente sentida entre as forças da Royal Navy que várias vezes se confrontaram — e com pesadas baixas — com facínoras dispostos a tudo. Em 1845, um agudizar dessas resistências piráticas levaria mesmo o comodoro Jones, responsável pela esquadra inglesa na costa ocidental de África, a autorizar os seus homens a que, em caso de resistência, tratassem o assunto de acordo com as leis da guerra⁵¹.

Após a retirada do escaler, o *Veloz* desembarcou os escravos que transportava, o que de pouco lhe valia pois em 1823 o governo português tinha anuído, através de um artigo adicional às convenções e tratados já existentes, ao vago princípio de que os navios poderiam ser apresados sem escravos a bordo desde que revelassem sinais inequívocos de os haverem desembarcado recentemente⁵². Impossibilitado, na altura, de actuar, devido a dificuldades de navegação, o *Fair Rosamond* bloqueou a barra durante dias, aguardando que as marés lhe permitissem subir o rio. Quando, por fim, o conseguiu, abriu fogo contra o *Veloz* e apresou-o. Como a tripulação negreira se refugiara no *Camões*, os ingleses apresaram-no

⁵⁰ Verger. *ob. cit.*, p. 410.

⁵¹ Jones ao Almirantado, 8 de Agosto de 1845. Public Record Office, Foreign Office, 84/612. As instruções de Jones não foram subscritas por Londres. Para as situações de confronto entre a Royal Navy e os negreiros ver Christopher Lloyd, *The Navy and the Slave Trade. The Suppression of African Slave Trade in the Nineteenth Century*, Londres, Frank Cass, 1968 (1ª ed. de 1949).

⁵² Marques, *Os Sons do Silêncio...*, *ob. cit.*, p. 149. Para o texto da convenção adicional anglo-portuguesa de 1823 ver José F. Borges de Castro, *Colecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, tomo IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1857-58.

igualmente, a pretexto de ter acolhido piratas, e detiveram o principal agente da “Companhia de Pernambuco”. Mas sabendo que um apresamento nessas circunstâncias não tinha fundamento bastante, o comandante britânico coagiu o agente a que carregasse o *Camões* com alguns dos africanos desembarcados, posto o que apresou de novo o navio, desta vez formalmente e com a justificação de ter escravos a bordo, remetendo-o para a Serra Leoa a fim de ser julgado pela Comissão Mista anglo-portuguesa⁵³.

Nas suas missões de combate ao tráfico a Royal Navy andava frequentemente para lá dos estreitos limites legais. O que se ficaria a dever a uma mistura de sentimentos e atitudes difícil de definir com precisão. Havia, por um lado, o zelo excessivo de uma nação que se via a si própria como vanguarda do humanitarismo e da civilização ocidental. Havia, por outro lado, o interesse material uma vez que para além da recompensa por cada captura, o produto da venda dos navios negreiros condenados cabia aos captores⁵⁴. E havia, sobretudo, a grande frustração acumulada pela natureza da missão. Excepção feita a algumas regalias materiais, o serviço naval em África era algo que só prometia agruras. Estacionar por largo tempo em navios imundos, sob um sol abrasador, para levar a cabo uma tarefa pouco gratificante e não reconhecida, que implicava risco de morte ou, pelo menos, de depauperamento físico, era, efectivamente, desesperante. E mais ainda quando se tinha de lidar constantemente com manifestos infractores que, por uma ou outra razão não podiam ser tocados. Em 1831 o comodoro Hayes garantira que, se tivesse pulso livre, isto é, se pudesse apresar todo e qualquer navio equipado para o transporte negreiro, e se lhe fosse permitido tratar os traficantes como piratas, não necessitaria de mais do que três anos para pôr cobro ao *odioso comércio*. E essa era uma opinião corrente entre as chefias navais de todas as nações, geralmente apologistas do recurso aos grandes meios e pouco propensas a contemporizar com os irritantes entraves políticos e diplomáticos⁵⁵.

⁵³ Abstract in the Proceedings in the British and Portuguese Court of Mixed Commission, established at Sierra Leone, 31 de Dezembro de 1838. Public Record Office, Foreign Office, 84/237.

⁵⁴ Eltis, *Economic Growth...*, *ob. cit.*, p. 96.

⁵⁵ Cfr. Eltis, *Economic Growth...*, *op. cit.*, p. 84. Para uma opinião análoga da parte de um comandante português, ver relatório do capitão de fragata João Máximo Rodovalho, in *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, 20 de Junho de 1857, p. 7.

O *Camões* chegou a Freetown 10 de Novembro de 1837 e foi absolvido porque, como dizia o tribunal, os escravos não tinham sido embarcados “for the express purpose of the traffic” mas por instigação do tenente Oliver. O navio foi, conseqüentemente, restituído e o seu proprietário indemnizado numa quantia superior a 1.700 libras esterelinas, a suportar pelo apresador. Os escravos sobreviventes foram entregues às autoridades locais porque o representante da “Companhia de Pernambuco” negou que fossem sua propriedade⁵⁶.

Ao contrário do *Camões*, o *Veloz* não seguiu imediatamente para a Serra Leoa. Visando contornar a Comissão Mista e as estipulações muito restritivas do tratado anglo-português, o apresador levou-o, bem como à sua tripulação, para a ilha de Ascensão no intuito de os entregar aos tribunais do vice-almirantado britânico, para aí serem julgados e condenados como piratas. Só quando esse propósito se gorou, por assumida falta de competência dos juizes para apreciar a matéria, se decidiu a remeter o navio para a Serra Leoa, onde chegaria apenas a 23 de Abril de 1838. O caso foi julgado, os representantes da tripulação confessaram os factos de que eram acusados e a sentença de 5 de Maio desse ano condenou o navio, libertando os tripulantes por não haver qualquer jurisdição sobre eles⁵⁷.

Como sintoma de elevação dos patamares de organização e investimento, a constituição da “Companhia de Pernambuco” alarmou os ingleses da Comissão Mista da Serra Leoa que manifestaram desde logo a esperança de que a perda do *Veloz*, bem como os impedimentos e a demora sofrida pelo *Camões*, desarranjassem a tal ponto a companhia que esgotassem as suas reservas e a levassem a abandonar os seus empreendimentos no Benim. Não é possível garantir que tal tenha sucedido. O facto de não ter havido mais apresamentos relacionados com a sociedade não constitui garantia absoluta de que a mesma tenha sido dissolvida – não esqueçamos que a verdadeira propriedade dos navios se escondia sob falsos nomes. Todavia é certo que, pelo menos a curto prazo, a sua actividade terá cessado uma vez que a importação de escravos na região de Pernambuco declinou acentuadamente a partir de 1841, permanecendo mais uns anos mas a um nível apenas residual⁵⁸.

⁵⁶ Documento cit. na nota 53.

⁵⁷ Macaulay a Palmerston, 30 de Maio de 1838, Public Record Office, Foreign Office, 84/236.

⁵⁸ Eltis, “The Nineteenth...”, *ob. cit.*, p. 114-5 e 119-20.

5. Conclusões

O caso do brigue *Veloz* não resume – longe disso – o comércio negreiro no século XIX. É apenas um episódio de uma actividade ilícita que conheceu muitos ajustamentos e modalidades, que se processou ao longo de quase toda a Costa de África e que influenciou profundamente a política, a sociedade e a economia de três continentes. Ainda assim, e porque se trata de um episódio bastante rico, o caso permite observar e interrogar várias facetas da orgânica do tráfico negreiro e da sua repressão.

Permite, nomeadamente, observar os aspectos que se prendem com a organização e prática negreiras numa época em que os traficantes desenvolviam estratagemas e logros que lhes permitiam continuar uma actividade proscrita, não obstante as sucessivas interdições e barreiras anti-escravistas. No caso do *Veloz* encontramos vários desses estratagemas, alguns usuais – como o recurso a documentos falsos – outros ainda relativamente inéditos – como o equipamento parcial dos navios em África. O aspecto mais importante, porém, é a formação de uma companhia capitalista, tendência que então começava a afirmar-se e que visava a concentração do investimento e a subida a patamares mais elevados de organização. Essa tendência iria contribuir para fazer do tráfico uma actividade de ponta, com recurso a sofisticados meios de comunicação e de financiamento.

Outros aspectos que ressaltam do caso do *Veloz* são os que dizem respeito ao envolvimento português. Apesar de ter perdido o controle político sobre o maior importador de escravos – o Brasil – Portugal estava manifestamente envolvido nessa importação, e de várias formas: em primeiro lugar porque os principais negreiros do Rio, da Baía e de outras cidades brasileiras, eram portugueses, tal como o eram muitos dos marinheiros e agentes que actuavam na Costa de África; depois, porque os cônsules portugueses no Brasil eram escandalosamente coniventes com os negreiros (um problema com que a administração de Lisboa teve pejo e dificuldade em lidar); em terceiro lugar porque as autoridades coloniais portuguesas cooperavam no tráfico ilícito, um aspecto que, no caso do *Veloz*, apenas surge de uma forma tangencial, a propósito do arquipélago de S. Tomé e Príncipe, mas que constituía um problema central no que respeitava ao tráfico realizado a partir de Angola ou de Moçambique; e, por fim, porque se verificava uma completa ineficá-

cia do decreto abolicionista de 10 de Dezembro de 1836 e uma total ausência das autoridades portuguesas, da sua marinha, dos seus tribunais, em suma, uma completa incapacidade do governo de Lisboa para punir os seus cidadãos envolvidos na escravatura.

O caso do *Veloz* permite igualmente observar e questionar a actuação dos ingleses, participantes omnipresentes na saga do tráfico ilícito. A acção supressora da Royal Navy processava-se num cenário de abnegação e de tenacidade mas, igualmente, de abusos. Numa época em que o grosso do tráfico se realizava ao abrigo do pavilhão português e em que os governos britânicos não tinham ainda conseguido obter concessões diplomáticas de Lisboa que lhes possibilitassem uma intervenção eficaz contra o tráfico português, criava-se facilmente, entre os ingleses, uma mistura explosiva feita de frustração e de arrogância política e militar que, em 1839, iria desembocar no famoso *bill* de Palmerston, acto unilateral do governo de Londres que concedia aos vasos de guerra da Royal Navy poderes para interceptar e, eventualmente, apresiar quaisquer navios com bandeira portuguesa (ou sem bandeira) que transportassem escravos, ou que estivessem equipados para fazer esse transporte.

No episódio do *Veloz* encontra-se, também, a África e a atitude africana face ao tráfico. E aquilo que mais ressalta – como ressalta em muitos estudos sobre o passado das sociedades africanas – é uma apetência para a venda de homens. Como Kopytoff e Miers acentuam, a receptividade à ideia de negociar em seres humanos não era meramente a resposta a um estímulo vindo do exterior mas algo que radicava na própria organização social de muitas sociedades africanas⁵⁹. O tráfico é muitas vezes apresentado como uma actividade de rapina, através da qual os europeus sugaram a África e os africanos. Mas importa sublinhar que os ocidentais não tinham o monopólio da ideia escravista. Tal como também não tinham o do logro e da violência. Na verdade, as práticas comerciais de muitas chefias negras eram de pura e simples extorsão. Quer através das instruções elaboradas por Azevedo Lisboa quer através da narrativa das ocorrências no Benim, o episódio do *Veloz* deixa-nos perceber de relance essa outra face da moeda negreira.

⁵⁹ Igor Kopytoff e Suzanne Miers. "African Slavery as an institution of marginality", in Suzanne Miers & Igor Kopytoff (eds.), *Slavery in Africa. Historical and Anthropological Perspectives*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1977, p. 14.

Curiosamente, o caso estudado diz-nos pouco acerca dos escravos. Sabemos que nem todos os que foram embarcados no *Camões* sobreviveram à curta viagem para a Serra Leoa, o que parece confirmar que a mortalidade entre os escravos transportados por mar não resultava exclusivamente dos maus tratos sofridos a bordo dos navios. Aliás, a documentação permite ver que, no cômputo geral, havia, da parte dos agentes da “Companhia de Pernambuco”, algum cuidado com o tratamento dado aos escravos. Esse cuidado não deve surpreender. É certo que ele contraria a tradicional imagem do tráfico como cúmulo da desumanidade, imagem que, aliás, assenta em centenas de descrições factuais. Todavia, as condições de desumanidade em que o tráfico se processava não eram uniformes e, no terreno, os homens da Royal Navy tanto apanhavam navios apinhados onde os escravos sufocavam, acorrentados em cobertas infectas, como outros onde a carga humana era transportada em condições relativamente suportáveis, e alguns onde nem sequer era acorrentada. Isto não quer dizer que o transporte transatlântico de escravos fosse uma actividade tolerável ou, até, prazenteira, como pretendiam Snelgrave e outros apologistas de Setecentos. Significa, tão só, que a visão do tráfico como crime por excelência é uma classificação de combate que corresponde a uma perspectiva abolicionista. A realidade é sempre mais variada e mais rica do que as verdades propagandísticas.

A RENTABILIDADE DO CACAU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE – HIPÓTESES DE EXPLICAÇÃO

Maciel Morais Santos *

Em África, a plantação de café e cacau em grande escala começou na colónia portuguesa de S. Tomé e Príncipe. Durante alguns anos das décadas 1900-1910, as duas ilhas tornaram-se no maior produtor mundial de cacau, o que significa que os seus cerca de mil quilómetros quadrados chegaram a exportar mais do que estados como o Brasil, o Equador ou a Venezuela.¹ S. Tomé foi também a região produtora mais directamente associada à persistência do trabalho não livre. O estatuto da sua força de trabalho foi internacionalmente questionado desde 1878, período em que todas as figuras jurídicas da servidão foram oficialmente extintas nas colónias portuguesas, até praticamente 1974.

A combinação entre a importância que adquiriu no mercado mundial do cacau e a persistência de plantações escravagistas aparece frequentemente como uma limitação de S. Tomé. Considerando que as formas do trabalho não livre foram desaparecendo em todas as regiões tropicais, é facilmente estabelecido umnexo causal entre a perda da sua importância no mercado e a incapacidade de as administrações das roças solucionarem a *"questão dos braços"*.

Os pontos que se seguem pretendem focar apenas o ciclo do cacau e avaliar a validade de alguns factores envolvidos nesta associação causal. A avaliação parte do pressuposto de que este ciclo produtivo, tal como o do café, se desenvolveu exclusivamente na qualidade de investimento num mercado concorrencial. Como tal, é

* Centro de Estudos Africanos U.P.

¹ Para as exportações mundiais por países entre 1765 e 1914, CLARENCE-SMITH, 2000: 234-239.

em função da taxa de lucro e das condições de acumulação de capital que as suas características deverão ser consideradas.

1. O ciclo do cacau e a sua explicação pelos custos de produção

As explicações que associam o declínio de S. Tomé no mercado mundial do cacau ao trabalho “escravo” centram-se sobre duas variáveis dos custos de produção: os encargos de exploração e a produtividade agrícola.

Para os “roceiros” que publicaram monografias, a principal dificuldade da agricultura das ilhas era o custo da chamada “*mão de obra directa*”, especialmente devido aos encargos de recrutamento. Enquanto puderam admitir que na origem do recrutamento estava o resgate de escravos, queixavam-se de receber trabalhadores caros, doentes e incapazes². Depois, consideraram-se afectados pelo que custava a refutação das acusações de escravatura: em salários nominais, repatriações, embargos repetidos ao recrutamento³, etc. Com poucos e maus “serviçais”, a produtividade teria sido quase sempre baixa embora não fossem só os custos salariais a agravar os encargos de exploração. Os cultivos organizados no regime de plantações exigiam um investimento intensivo de capital, tanto em instalações como na preparação dos solos, e todos os fornecedores de bens de capital fixo estavam a longas distâncias. Assim, só através de grandes imobilizações de capital se tornava possível explorar as riquezas das ilhas, numa paisagem “*très pauvre quant aux moyens matériels d’en tirer parti*”⁴. Em resumo, a combinação entre custos laborais crescentes e investimentos de longa rotação nunca teria permitido a prosperidade de que falavam os seus detractores.

A historiografia mais recente retomou parte destas explicações. As afirmações sobre o custo dos trabalhadores foram reforçadas: a sua importação teria constituído a principal desvantagem concorrencial de S. Tomé face à pequena exploração, tanto a sul-americana como a dos países do Golfo da Guiné. Neste ponto, a diferença entre estas

² “Eles são geralmente o refugio das populações africanas, o que mais inferior ou humilde havia na sua tribo...Posto isto, não será de estranhar que os individuos d’esta classe apresentem o aspecto mesquinho ou degradado, que já se lhes tem notado.” NOGUEIRA, 1885: 418-419.

³ MANTERO, 1911: 16-17.

⁴ MANTERO, 1911: 17

explicações e as dos lobbies “roceiros” reside apenas no estatuto *de facto* dos “serviçais”: por se tratar de uma escravatura disfarçada, estes teriam, para além de maiores custos, uma produtividade inferior à do trabalho assalariado.⁵ Plantações de capital intensivo também não teriam sido o modelo de exploração mais eficiente visto que a pequena agricultura camponesa, mais respeitadora da ecologia tropical, conseguia melhores resultados. Em resumo, as explorações de S. Tomé teriam sido, por um lado, não suficientemente “capitalistas”, por dependerem de uma escravatura residual e, por outro, demasiado “capitalistas”, pela sua intensidade excessiva de capital fixo.

Estas explicações implicam que a taxa de lucro do cacau de S. Tomé fosse maioritariamente determinada por variações de “inputs”: dos preços dos “factores” – especialmente da força de trabalho importada – e/ou do rácio entre os volumes físicos dos “factores de produção” e do produto. Com uma exploração assente nas plantações “escravocratas”, os dois tipos de variações tenderiam a agravar os custos de produção.

A observação das estatísticas da produção de cacau – tanto quanto estas se podem estimar através dos registos alfandegários – parece ser, por si só, pertinente na discussão sobre a rentabilidade.

Segundo os registos da exportação, não pode haver dúvidas sobre a intensidade da variação cíclica do produto que se seguiu aos anos 1910-14. Entre a média decenal de 1905-14, que inclui os máximos de exportação, e a de 1945-54, existe uma diminuição de cerca de 73%.

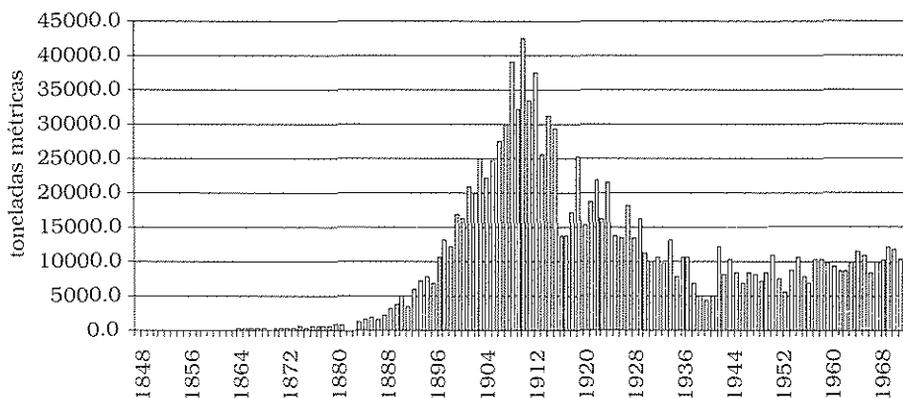
Quadro 1 – S. Tomé e Príncipe – exportação de cacau

Década	Média em toneladas	Varição percentual sobre a década anterior
1905-14	31 409,4	
1915-24	21 206,7	-32,5
1925-34	14 501,8	-31,6
1935-44	8 543,7	-41,1
1945-54	8 381,5	-1,9
1955-64	8 849,3	5,6
1965-74	10 481,4	18,4

Fontes: até 1939. MINISTERIO DAS FINANÇAS, 1907-30; DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1931-38; entre 1939-73. COLÓNIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 1950-73; para o ano de 1974, FAO, <http://apps.1.fao.org>

⁵ “Os erros no equipamento e na tecnologia e os elevados custos da terra e do crédito desempenharam um papel importante, mas o que se pretende aqui argumentar é que o cerne do problema da ineficácia das plantações portuguesas (de S. Tomé)

Gráfico 1 – S. Tomé e Príncipe – exportação de cacau. 1848-1974



Contudo, verifica-se que a produção de cacau não desapareceu nas décadas seguintes: a tendência negativa diminuiu de intensidade durante a década 1945-54 e houve uma inversão de tendência nas seguintes. Os números da exportação mostram que o movimento ascendente do produto se reiniciou a partir de 1942 e que até 1974 tendeu a crescer a uma taxa anual da ordem dos 2%⁶. O fim da fase ascendente do ciclo não levou portanto ao fim da economia de plantações e durante a última década de administração colonial (1965-74), a média anual do produto foi 3,5 vezes superior à da década 1885-94.

Esta configuração do ciclo torne insuficientes as explicações anteriores. Mesmo considerando que o cacau de S. Tomé era uma mercadoria produzida quase exclusivamente por sociedades anônimas (que dispõem da capacidade para investir durante mais tempo com retornos inferiores à taxa média de lucro), vê-se que custos de produção em alta e produtividades por hectare em baixa durante as cinco décadas entre 1920-70 seriam, por si só, contrários à estabilização do capital investido. Contudo, a própria explicação do ciclo baseada na diminuição da produtividade agrícola das plantações obriga a admitir que qualquer recuperação da fertilidade dos terre-

reside no seu sistema de trabalho coercivo. Adam Smith estaria, afinal, certo quando afirmava que o trabalho livre é sempre mais barato que o trabalho escravo". CLARENCE-SMITH, 1990: 152.

⁶ A taxa de crescimento anual, estimado por uma regressão polinomial de grau 3 é 1,60%. R2 = 0,3256. A taxa estimado entre valores extremos é 2,81%.

nos (como a que aconteceu nas décadas 1950-60), só fosse possível através de – no mínimo – uma reposição do capital por hectare. Como parece improvável que tal acontecesse com benefícios sistematicamente decrescentes, torna-se então evidente que os factores que impediram que a produção se mantivesse nos níveis anteriores à I Guerra têm que ser dissociados dos que determinaram a rentabilidade do investimento.

Na medida em que a taxa de lucro dos capitais agrícolas e, especialmente dos capitais agrícolas coloniais, apresenta especificidades que tornam insuficiente a explicação do ciclo pelos custos de produção, o ponto seguinte enquadra a rentabilidade do cacau no contexto das rendas diferenciais.

2. Lucro e renda diferencial

2.1. A formação da renda diferencial

Nos capitais agrícolas, é mais fácil manterem-se rentabilidades acima da taxa geral de lucro que nos restantes ramos de investimento. Além disso, as fracções do lucro acima da média podem ter de ser divididas com terceiros (deduções fiscais exceptuadas) e não tendem a ser niveladas através de transferências de capital.

Estas especificidades derivam de os ramos da produção agrícola – tal como da produção mineira – serem actividades exercidas sobre terrenos, cuja superfície é sempre limitada por direitos de propriedade. Uma vez que os terrenos têm localizações e fertilidades desiguais, fracções idênticas de tempo de trabalho agrícola podem obter produtos desiguais. As diferenças de produtividade agrícola resultam exclusivamente do modo como os elementos naturais (situação geográfica, constituições químicas e físicas dos solos, clima, etc.) se combinam com o trabalho social mas não podem ser generalizadas devido à sua incorporação material nas propriedades.

Em função destes diferenciais de produtividade, os capitais que exploram os terrenos mais favorecidos obtêm excedentes de produto relativamente aos restantes. Contudo, dada a impossibilidade de a procura ser satisfeita sem se recorrer a propriedades agrícolas menos favorecidas, os preços reguladores em qualquer mercado são estabelecidos pelos piores terrenos cujo cultivo se torna socialmente necessário. Se a produção se fizer exclusivamente no modo capita-

lista, no qual todos os preços de produção tendem a incluir o lucro médio, o nível dos preços permite então que os rendimentos dos capitais que exploram os melhores terrenos contenham super-lucros, apropriáveis pelos investidores consoante sejam ou não proprietários fundiários. A barreira da propriedade impede que o preço de produção resulte da produtividade média e, uma vez que as diferenças entre lucros não podem ser perequadas, transformam-se em rendas⁷. Assim, este tipo de renda tem por base as diferenças entre os preços de produção individuais e o(s) preços de produção do(s) terreno(s) que estabelecem o preço de mercado⁸. Sendo dada essa diferença para iguais fracções de capital por hectare, a massa das rendas depende apenas das quantidades produzidas, o que se pode expressar pela equação (1):

$$Rd = (Pr - Pi) Q$$

na qual **Rd** representa a renda diferencial; **Pr**, o preço regulador do mercado; **Pi**, o preço de produção individual; **Q**, as quantidades produzidas.

Em qualquer mercado, a grandeza das rendas diferenciais é uma função dos capitais e terrenos em concorrência. No caso do cacau, todas as regiões produtoras eram exportadoras para apenas dois grandes de consumo (os E.U.A. e a Europa ocidental) de modo que qualquer variação de produtividade regional tenderia a afectar a massa do super-lucro apropriado pelo ramo.

⁷ A existência de rendas diferenciais assenta, por definição, na diferença entre produtos obtidos por iguais fracções de capital. Para que estas diferenças se estabeleçam, não é necessário que o preço regulador permita obter a taxa de lucro médio. Se historicamente acontecer que aos capitais agrícolas correspondam taxas de lucro médio inferiores à média geral – como parece ter sido o caso de parte das décadas de 1960 e 1970 – a existência das rendas diferenciais continuará a ser possível. Quando existem condições para que os diferenciais se mantenham acima do lucro médio, é igualmente indiferente para a existência dessas rendas que os super-lucros apropriados sejam depois redistribuídos pelo capital global de um dado mercado. A perequação pode fazer-se através dos benefícios de fundador associados à emissão de acções, à política de dividendos, etc.

⁸ O estado da procura pode fazer com que, mesmo nos piores terrenos – os que estabelecem o preço de mercado – os preços subam o suficiente para permitirem que uma parte do valor do produto seja transferida para o proprietário e sem que os capitais deixem de realizar o lucro médio. Para o caso histórico das plantações coloniais, pode fazer-se abstracção deste tipo de renda absoluta.

Dado que a renda diferencial consiste numa diferença multiplicada, em nenhuma exploração agrícola são as grandezas absolutas dos rendimentos por hectare ou dos custos que a determinam. Por exemplo, se para os capitais de S. Tomé, a diferença unitária ($Pr-Pi$) aumentasse e compensasse mais do que proporcionalmente uma diminuição das colheitas nas “roças” (Q), a massa da renda aumentaria, mesmo se todos os seus custos de produção também se elevassem de modo absoluto. Noutras conjunturas poderia ter acontecido o inverso: se para os capitais de S. Tomé, a diferença unitária ($Pr-Pi$) diminuísse numa proporção superior a um eventual aumento de Q , a massa da renda diminuiria, mesmo se todos os seus custos de produção também se tivessem reduzido de modo absoluto.

Na hipótese de a rentabilidade das plantações de S. Tomé incluir rendas diferenciais, deduz-se então que os capitais aí investidos beneficiaram de um considerável grau de autonomia relativamente à evolução dos seus custos operacionais.

2.2. A renda diferencial do cacau de S. Tomé

A desigualdade de rendimento, necessária para que se estabeleça uma renda diferencial sobre um terreno, resulta de dois factores que podem evoluir no mesmo ou em sentidos contrários: a localização e a fertilidade (natural ou artificial) ⁹.

A localização das plantações de cacau de S. Tomé era favorável: relativamente à maioria das suas concorrentes americanas e asiáticas ficavam a menos dias de navegação do principal centro da procura mundial, a Europa. Além disso, nenhuma tinha custos de produção onerados pelos encargos de um longo transporte terrestre até ao porto de embarque ¹⁰.

Abstraindo para já das eventuais diferenças de capital por hectare, há indicadores de que a fertilidade de S. Tomé também favoreceu a existência de rendas diferenciais.

⁹ A fertilidade está longe de ser uma característica exclusivamente natural. O clima, a composição química e física do solo são alteradas pelos cultivos e saber em que medida dois terrenos de igual fertilidade natural podem diferir depende dos progressos químicos e mecânicos da agricultura. Sobre a dificuldade em estabelecer diferenças de fertilidade “natural”, ver MARX, 1977: 595.

¹⁰ No caso de S. Tomé, a ausência de investimentos públicos em vias de comunicação foi tão prolongada que as vantagens naturais de localização se mantiveram decisivas durante grande parte do ciclo do cacau. Sobre as queixas dos roceiros a este respeito durante a década de 1900, CANCELA, 1902: PR.O. – F.O. 367/18.

Qualitativamente, porque o seu cacau conseguia, numa percentagem que chegou a 75% da produção, beneficiar de preços correspondentes à classificação “flavour”, cotação superior à de 1ª qualidade ¹¹.

Quantitativamente, porque as estatísticas da F.A.O. mostram que, entre os anos 1961-74, a sua produção de cacau por hectare foi em média de 0,31 toneladas, oscilando entre um mínimo de 0,24 (em 1963) e um máximo de 0,34 (em 1966). Isto significa que relativamente a 4 dos maiores produtores mundiais do ramo – dois dos mais antigos, a Venezuela e o Equador, e dois dos que sucederam a S. Tomé, o Gana e a Nigéria – a produção por hectare de S. Tomé nesses 14 anos foi em **13** superior à do Gana; em **12**, superior à do Equador e da Venezuela; em **7**, superior à da Nigéria. Visto que durante o mesmo período o conjunto destes quatro países representou cerca de metade da produção mundial ¹², a cotação do cacau parece ter sido determinada por terrenos de fertilidade inferior à de S. Tomé.

Ainda segundo as mesmas estatísticas, o rácio entre a produtividade de S. Tomé e a média do conjunto formado pelos 5 piores resultados por hectare oscilou, durante o período 1961-74, entre um mínimo de **3,2** e um máximo de **8,3**. Considerando que os piores produtores ¹³ teriam de atingir, no mínimo, a simples reprodução do capital para se manterem em actividade, uma tal diferença de rendimento é suficiente para concluir que, mesmo assumindo maiores investimentos de capital por hectare nas explorações de S. Tomé, estas beneficiaram de uma renda diferencial. Note-se que o rácio mais baixo – 3,2 – implica que as explorações de S. Tomé só não beneficiariam de uma renda diferencial se os seus custos de produção fossem 3,2 superiores à média dos 5 piores produtores. Como o rácio foi sempre superior (entre 3 e 8), torna-se impossível aceitar que os custos da força de trabalho – como se sabe, o principal factor apontado entre as desvantagens concorrenciais – tornassem os investimentos de capital por hectare em S. Tomé, 4, 5, 6 ou 8 vezes superiores aos dos piores produtores mundiais.

¹¹ MORBEY, 1991:14.

¹² Entre 1961-74 a média das percentagens do conjunto Equador, Venezuela Gana, Nigéria na produção mundial de cacau foi de 52,3%. Apenas nos anos 1973-74, a percentagem foi inferior a 49%.

¹³ Entre 1961-74, um total de 12 países incluiu alternadamente o grupo dos 5 piores: Tanzânia, República Centro-Africana, Uganda, Guiné Equatorial e Angola em África; Samoa Americana, Indonésia, Suriname e Sri-Lanka no grupo Ásia-Pacífico; Guiana, Cuba e Nicarágua no grupo americano.

Além disso, a produção média de 310 quilos por hectare mantida em S. Tomé no período final da administração portuguesa corresponde a menos de metade da média atingida no período anterior à I Guerra. Durante a década de 1900 o rendimento por superfície foi estimado entre 0,6 – 0,7 t/ha ¹⁴ e, na seguinte, pode ter sido superior ¹⁵. Mesmo que a fertilidade dos terrenos que na altura regulavam a cotação mundial fosse mais elevada (o que poderia ter diminuído a diferença **Pr-Pi**), as quantidades então produzidas pelas roças de S. Tomé maximizaram certamente a massa da renda diferencial.

Assumindo iguais ou aproximadas quantidades de capital por hectare entre os terrenos mais determinantes na fixação das cotações, pode deduzir-se destas diferenças de produtividade que o preço da tonelada de cacau produzida em S. Tomé incluiu uma renda diferencial, apropriada pelos accionistas das companhias roceiras. A contabilidade de uma das companhias – a Comp^a Agrícola das Neves ¹⁶ – permite uma primeira estimativa de como essa apropriação determinou a massa do lucro do cacau de S. Tomé.

Consistindo a renda diferencial numa diferença de preços multiplicada pela tonelagem produzida – **(Pr-Pi)Q** – pode começar-se por estabelecer se o lucro apropriado pela firma dependeu mais dos preços de venda ou das quantidades produzidas. Entre 1932 e 1959, os coeficientes de correlação verificados são: entre o preço de mercado da tonelada de cacau e a massa de lucro, **0,6030**; entre as quantidades de cacau vendidas e a massa de lucro, **-0,0811**. Assim, a autonomização do lucro relativamente às colheitas manifestou-se por uma correlação nula e parece que, pelo menos para a Comp^a das Neves, a diminuição da produtividade por hectare pouco poderá explicar sobre a rentabilidade do investimento.

¹⁴ Em toneladas por hectare, em 1881, a estimativa de Nogueira para a produção média da roça Monte Café foi de 0,79; em 1902, a de Cancela para o conjunto das roças, de 0,63; em 1906, a dada para a roça Boa Entrada, de 0,71; em 1908, a de Sousa e Faro para a roça Água-Izé, de 0,68. NOGUEIRA, 1885: 453. CANCELA, 193: 23. ROÇA BOA ENTRADA, 1906: 14. SOUSA E FARO, 1908: 147.

¹⁵ Em 1905, o relatório do cônsul inglês Nightingale permite calcular uma produção média de 0,45 toneladas por hectare para um conjunto de 57 roças das ilhas de S. Tomé e do Príncipe. Contudo, só 4 das roças com informação sobre o rendimento potencial eram apontadas como tendo atingido a produção máxima estimada. Na maioria dos casos, a área de cultivo era ainda diminuta ou os cacauzais não tinham ainda atingido a maturação. O rácio médio rendimento potencial / rendimento efectivo é **2,6**. ER.O. – *Foreign Office*, FO 367/18.

¹⁶ Para todas as séries apresentadas, COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1932-1969.

No entanto, saber que a rentabilidade dependia sobretudo dos preços de venda não é suficiente para deduzir a existência de uma renda diferencial. Em condições concorrenciais, preços e lucros estão correlacionados visto que a taxa média de lucro tende a transformar os custos em preços de produção. Em contrapartida, o que caracteriza um capital numa situação de renda diferencial é a desproporção entre, por um lado, o que seriam os seus custos de produção majorados pela taxa média de lucro e, por outro lado, os lucros realmente apropriados. A existir uma situação de renda no cacau de S. Tomé, o resultado esperado será encontrar que, por unidade de produto, os lucros variem menos com os custos de produção que com os preços de mercado.

Para verificar esta hipótese através da contabilidade da Comp^a das Neves, foram comparadas as séries unitárias dos preços de mercado do cacau, dos encargos de produção da firma e da massa dos seus lucros. Entre 1932 e 1959, por tonelada de cacau, os coeficientes de correlação verificados são: entre o preço de mercado do cacau e a massa de lucro, **0,6948**; entre os encargos de produção e a massa de lucro, **0,3311**. Verifica-se portanto que o principal factor da variação da massa do lucro por unidade não foi o nível absoluto dos custos de produção mas a diferença **Pr-Pi**. Este resultado indica também que, pelo menos para a Comp^a das Neves, os custos da força de trabalho, se bem que mais importantes que a produtividade por hectare, condicionaram menos a rentabilidade da exploração que o *windfall profit* trazido pela variação das cotações do cacau¹⁷.

Se a massa do lucro continha uma renda diferencial, o factor mais determinante da rentabilidade das firmas de S. Tomé estava fora das ilhas: consistia na relação entre a oferta e a procura mundial de cacau. A entrada ou a saída de cultivo de terrenos menos férteis afectaria o preço regulador mundial e teria, em geral, maiores efeitos sobre o lucro que qualquer variação ocorrida na grandeza das colheitas ou dos encargos de produção nas ilhas. Como dizia um dos administradores da Comp^a das Neves em 1961, quando a cotação do cacau baixou intensamente: “*o problema da agricultura de S. Tomé já não se resolve com economias*”.¹⁸

¹⁷ A regressão entre lucros (incluindo-se nestes as redistribuições pelos corpos gerentes e todos os impostos) e preços de mercado indica que, por tonelada de cacau, um aumento de 1.000 escudos no preço regulador levaria a um aumento de 316 escudos na massa do lucro. N = 27; R² = 0,8335.

¹⁸ COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1960: 17.

3. Rentabilidade e custos laborais

Reconhecer que na exploração de cacau o factor determinante na taxa de lucro foi a diferença de resultados obtidos através de iguais quantidades de capital e terra relativisa mas não desvaloriza totalmente a discussão sobre a grandeza dos custos de produção, que inclui os encargos laborais. Entre 1932 e 1961, na Comp^a das Neves, só os custos da força de trabalho directa representaram, em média, **71%** dos encargos totais (custos administrativos em Lisboa incluídos). Tratava-se, sem dúvida, da parcela com maior importância na formação do custo de produção do cacau das ilhas.

A explicação do ciclo do cacau de S. Tomé pelos custos de produção assenta em duas desvantagens atribuídas ao trabalho escravo: ser, ao mesmo tempo, mais caro e menos produtivo que o trabalho assalariado “livre”. Os pontos seguintes centram-se apenas nesta comparação e, para facilidade de exposição, assumem que a força de trabalho do cacau de S. Tomé teve sistematicamente custos de recrutamento e uma origem fora do mercado “livre”. Para efeito desta comparação, será portanto indiferente que a incorporação de trabalhadores se fizesse através da captura e venda de populações do interior de Angola, através do recrutamento repressivo conduzido pelas autoridades coloniais ou ainda através da emigração organizada de *coolies* (de Cabo Verde ou da China). Todas estas modalidades históricas de trabalho forçado poderão, para fins de exposição, ser simplesmente designadas por “trabalho escravo”¹⁹, independentemente do seu estatuto jurídico e a de a legislação colonial portuguesa ter sempre previsto o pagamento de salários monetários aos “serviçais”.

3.1. Os custos laborais – tendências e contra-tendências

Tanto os roceiros como a historiografia posterior estavam certos ao afirmar que o custo de produção em S. Tomé seria menor sem a necessidade de importar trabalhadores, fosse qual fôsse o seu estatuto *de facto*. Uma força de trabalho local evitaria os custos do

¹⁹ Atendendo a que todas essas forças de trabalho têm em comum custos de recrutamento a amortizar em mais do que uma rotação, poder-se-ia também considerá-las como formas de “trabalho pré-comprado”. Não sendo uma terminologia muito explícita, teria o mérito de definir o fenómeno através de um critério objectivo, o que evitaria as ambiguidades associadas ao maior ou menor voluntarismo do “trabalho contratado” (o “*indentured labour*” inglês).

recrutamento (do resgate, no caso da compra de escravos), do transporte para S. Tomé (em qualquer caso de emigração) e da repatriação (no caso de verdadeiros assalariados). As administrações das roças tentaram sistematicamente formar um mercado de trabalho “nativo” embora só a partir da década de 1930 tivessem conseguido resultados.

Contudo, é preciso distinguir a comparação entre custos de trabalhadores locais e importados da comparação que se pode fazer entre custos de trabalhadores “livres” e “escravos”; só esta última é pertinente do ponto de vista da discussão entre eficiência de “modos de cultivo”. Nesta segunda comparação, devem distinguir-se três pontos, sem que para nenhum deles tenha sido ainda reunida informação suficiente:

- como evoluiu a rotação do capital materializado em cada “escravo, isto é, a combinação entre custos de recrutamento, custos de manutenção e tempo de vida útil;
- como cresceu a soma dos custos laborais de S. Tomé relativamente à dos outros trabalhadores do cacau ou à dos assalariados agrícolas fora dos trópicos;
- como variou a produtividade dos trabalhadores “escravos” relativamente à dos outros produtores.

3.1.1. A rotação do trabalho “escravo” em S. Tomé

A ponderação dos encargos laborais nos custos do cacau obriga a considerar as especificidades da rotação do valor dos “escravos” no modo capitalista de produção.

Á semelhança do que acontece com os verdadeiros assalariados, o custo de manutenção dos “escravos” representa uma parcela de capital que, ao criar uma mais-valia, se reproduz integralmente em cada rotação; quanto à circulação do valor, trata-se portanto de capital circulante. Por outro lado, os “escravos” representam activos que duram, em condições normais, mais tempo do que um exercício contabilístico. Os seus encargos anuais de amortização correspondem a uma fracção que tem por numerador o custo total de recrutamento (que inclui as despesas de aquisição, legalização, transporte (s)²⁰, etc.) e por denominador, o tempo de vida útil dos

²⁰ No caso dos “escravos de S. Tomé”, desde o decreto de 29/4/1875 que a legislação lhes conferia a figura de “contratados para prestações de trabalho”. Como tal, os custos do

trabalhadores; quanto à circulação do valor, trata-se portanto de capital fixo.

Na equação (2), designando por mv , a mais-valia ou massa do lucro; por v , o custo de manutenção; por k , o custo de recrutamento; por t o tempo de vida útil, então a taxa de lucro do investimento (TL) em “escravos” será:

$$TL = mv / (v + (k / t))$$

Estas duas determinações do trabalho escravo – por um lado, capital circulante, por outro, capital fixo – podem entrar em contração na formação da taxa de lucro. Mantendo-se constante o custo de manutenção, a taxa de mais-valia (mv / v) varia directamente com as cotações e quantidades dos produtos vendidos. Contudo, a taxa de lucro só varia directamente com a taxa de mais-valia se a rotação dos trabalhadores enquanto activos de capital fixo (k / t) não variar, mais do que proporcionalmente e no mesmo sentido, em denominador.

Assim, abstraia-se do restante capital de uma exploração agrícola e suponha-se que, em média, o produto anual de um “escravo” é de 2.000 escudos, sendo de 1.000 escudos o valor do trabalho necessário à sua manutenção: a taxa de mais-valia (m / v) será portanto de 100%. Se o custo de recrutamento do “escravo” tiver sido de 10.000 escudos e a sua vida activa fôr de 5 anos (o que poderá não ser exagerado, dadas a brutalidade do esforço e a taxa de mortalidade de muitas explorações tropicais), a taxa de lucro anual será de 33%. Considere-se agora a hipótese de o custo de manutenção não se alterar e de, na sequência de uma baixa das cotações dos géneros coloniais, o valor do trabalho anual do “escravo” diminuir para 1.500 escudos. Neste caso, a taxa de mais-valia (mv / v) diminuiria para metade e seria necessário multiplicar por 4 vezes a duração do tempo de vida útil do “escravo” para que a taxa de lucro de 33% se mantivesse. O mesmo aumento do tempo útil (t) seria necessário se, mantendo-se constantes as cotações dos géneros coloniais, os custos de recrutamento (k) e manutenção dos trabalhadores (v) duplicassem simultaneamente.

transporte incluíam a obrigação da repatriação sempre que não houvesse prorrogação dos contratos (art. 23º). BOLETIM OFICIAL DE S. TOMÉ. 1875: nº27. As despesas da repatriação só começaram a entrar nos custos de transporte a partir da década de 1900.

Nestas condições, três características da rotação dupla da força de trabalho “escrava” foram particularmente importantes em S. Tomé:

- 1) Na equação (2), t não é uma variável independente: o tempo útil do trabalhador é uma função de v , isto é, da grandeza e , sobretudo, do modo como eram afectados os custos de manutenção. Em função desta determinação, t transformou-se na variável da taxa de lucro mais facilmente controlada pelas administrações das roças. Note-se que mv dependia sobretudo das cotações do cacau e que tanto podia crescer com custos laborais em alta como em baixa; que v era composto maioritariamente pelos preços de mercadorias importadas (desde os medicamentos aos materiais de construção para instalações de “serviçais”); e que k era composto por preços de resgate e tarifas de transporte, formados fora das ilhas. Não podendo influenciar as cotações dos produtos nem os custos dos *inputs*, os roceiros podiam, em contrapartida, distribuir os custos de manutenção da sua força de trabalho em ordem à maximização do seu tempo útil: investindo para diminuir a taxa de mortalidade e de jornadas perdidas, para aumentar a taxa de natalidade²¹, etc. Por outras palavras, no trabalho “escravo” a utilidade marginal do capital v era também medida pelos seus efeitos em t . Sendo as decisões sobre as despesas de manutenção tomadas exclusivamente pelos proprietários dos “escravos”, a maximização de t era mais facilmente atingível do que seria no caso de a força de trabalho se formar à base de verdadeiros assalariados²². Com contratados fora do *truck-system*, as administrações das roças seriam menos

²¹ Os descendentes dos serviçais importados – “*tongas*” ou “*navios*” (se nasciam durante a viagem de ida) – que chegavam à idade adulta prolongavam a rotação do activo representado pelo custo de recrutamento dos seus progenitores.

²² A socialização dos custos de manutenção, característica do trabalho “escravo”, foi crescendo: em 1905, Nightingale relata que a muitas roças tinham adoptado o sistema de prepararem colectivamente as refeições, em vez de permitirem que os africanos as cozinhassem individualmente. Em geral, permitia aos roceiros ter forças de trabalho a custos inferiores às da agricultura da Metrópole (ver ponto 2.2) e, ao mesmo tempo, melhor cuidadas. Em 1873, a agência do Banco de Portugal em S. Tomé já relatava que “*Os srs. Almeidas em Água Izé...o sr. José da Costa Pedreira em Monte Café...e dezenas de outros (roçeiros), que é desnecessário citar, alimentam e vestem os seus trabalhadores acaso muito melhor do que os jornaleiros em Portugal podem alcançar pelas forças do seus salários.*” PR.O.– FO, 367/18; BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, 1873: 282.

capazes de influenciar os consumos da sua força de trabalho e correriam o risco de, pagando salários mais altos, se sujeitarem a tê-la menos saudável.

- 2) Sendo a manutenção dos “escravos” assegurada por um pequeno salário monetário e muitos complementos salariais em espécie (para além da alimentação²³, a quase totalidade das despesas de habitação, saúde, etc.) a composição orgânica do capital das roças tinha de ser relativamente alta. A maioria dos complementos salariais em espécie, de grande incidência na duração de *t*, derivavam de investimentos de capital fixo: construção de habitações de alvenaria, de instalações médicas, etc. Mas, precisamente por isso, a utilização do trabalho “escravo” permitia economias de escala. Os efeitos de escala decorrem do facto de muitas amortizações de bens de capital fixo entrarem directamente na taxa de mais-valia do trabalho “escravo”. É frequente considerar, com base na baixa composição do ramo do cacau (para o qual se pode entrar apenas com algumas ferramentas e uma concessão de terra²⁴), que as explorações são neutras relativamente á escala da exploração²⁵. Contudo, como no caso dos “escravos” os encargos de amortização de equipamentos sociais têm uma ponderação elevada nos custos de manutenção (como possivelmente também teriam no caso de assalariados migrantes), não é indiferente o total de trabalhadores por quem se distribui a depreciação dos bens de capital fixo. Com encargos de estrutura que, depois das décadas de 1900-1910 pouco devem ter variado, as roças com mais efectivos tiveram

²³ Parte da alimentação era directamente produzida pelos “serviçais” e parte (especialmente os cereais e o peixe) era fornecida pela roça. Tanto o auto-consumo como o pagamento em géneros reduziam a grandezas quase simbólicas a fracção do trabalho necessário expresso em moeda. Deve notar-se como, na taxa de lucro do trabalho “escravo” as decisões sobre a forma de concretização de *v* não são indiferentes: um aumento do auto-consumo equivalia para a roça à diminuição das despesas em dinheiro mas também do sobre-produto (sob a forma de géneros para exportação); inversamente, a diminuição do tempo destinado para a sua própria subsistência levaria a roça ao aumento das despesas em alimentos importados. A observação de séries mais longas de custos laborais deverá esclarecer em que medida a variação das cotações influenciou as administrações das roças na afectação do tempo de trabalho dos “serviçais”.

²⁴ CLARENCE-SMITH, William Gervase: RUF, François, 1996: 12.

²⁵ AUSTIN, Gareth, 1996: 169-70.

certamente vantagens concorrenciais, isto é, menores custos de manutenção por serviçal.

- 3) Nos encargos de amortização k / t , o denominador é formado por três variáveis da força de trabalho: a permanência, a utilização e a rotatividade. Assim, t variava directamente em função de quantos “escravos” se mantinham na roça, da quantidade e qualidade do seu trabalho anual e da periodicidade com que se renovavam os investimentos de recrutamento. Na equação (3), designando por S , o total anual de sobreviventes e residentes; por U , a média anual do aproveitamento laboral (quantidade x intensidade dos dias de trabalho); por $t_1...t_N$, os anos em que os activos correspondentes a k estiveram disponíveis, então o tempo de vida útil (t) de um investimento em “escravos” será:

$$t = (SU) t_1 + (SU) t_2 + (SU) t_3 + \dots (SU) t_N$$

A variável S era determinada pelos efeitos da mortalidade mas também das fugas, um dos melhores indicadores das atitudes laborais dos “serviçais”.

A variável U era determinada pelos efeitos da usura física mas também psíquica; para além dos acidentes e doenças, uma parte importante dos dias perdidos devia-se a atitudes de rejeição do trabalho. Juntamente com simulacros de lesões e doenças psicossomáticas, muitos serviçais desenvolveram modos de se desvalorizarem enquanto activos: o alcoolismo e a geofagia²⁶.

A variável t_N – o tempo total do contrato – reflectia igualmente as respostas dos “serviçais” ao que a roça lhes tinha oferecido. Assumindo a repatriação possível mas não obrigatória, a racionalização do investimento em “escravos” seria tanto maior quanto os recontratos e a fixação definitiva de serviçais pudessem evitar as substituições de efectivos no Continente.

Deste modo, as três variáveis S , U e t_N reflectiam a capacidade organizacional da roça para a maximização física e psíquica da sua força de trabalho, o que constituía um incentivo ao investimento logístico.

²⁶ Para a administração da roça Boa Entrada, a ingestão de terra era uma dependência “não menos prejudicial do que o alcoolismo”. Sobre os seus efeitos na debilidade e mesmo na mortalidade (sobretudo infantil), ROÇA BOA ENTRADA, 196: 46-48; P.R.O. – FO 367/18.

*

Com maior ou menor consciência destes factores, a partir da década de 1900 quase todas as roças tenderam a elevar a sua composição de capital e a sua escala de produção. Abstraindo das fusões e dos emparcelamentos, a elevação de capital afectou sobretudo o que se pode designar por equipamentos sociais²⁷. A maioria das residências provisórias (“sanzalas” de madeira, telhados de chapa e outros materiais “nativos”) foram substituídas por edifícios de alvenaria e telha, os custos fixos hospitalares aumentaram com construções novas (hospitais, dispensários, maternidades) e pessoal permanente (médicos e enfermeiros), os cuidados infantis levaram à construção de creches, etc.²⁸ Os resultados desta “filantropia”, na qual também participaram os orçamentos públicos (como no caso da campanha do Príncipe contra a doença do sono) não demoraram a manifestar-se.

Tanto quanto se pode avançar a partir de amostras avulsas, **S** – especialmente através do factor representado pela taxa de mortalidade – foi a variável mais afectada. As décadas iniciais (1880-90) parecem ter sido as piores do ciclo do cacau: em 1882, um relatório da Curadoria dava taxas de mortalidade de 18,7% para os homens, 28% para as mulheres e 25% para os menores; entre 1890 e 1905, a Roça Boa Entrada teve uma média de 10,7%, tendo em alguns anos chegado aos 18-19%. Contudo, quando em 1905-6, o relatório Nightingale deu informações sobre a mortalidade de 58 roças das duas ilhas, a taxa média na de S. Tomé era apenas 3,5%; no Príncipe, apesar de não ter ainda começado a grande campanha contra a doença do sono, estava em 12,8%.²⁹

²⁷ “Sendo a aquisição de braços...uma questão de vida ou de morte para a ilha de S. Thomé, não se compeehende, na verdade, como possa ser posto em dúvida o bom tratamento dos serviços contractados...não só quando elles prestam aos seus patrões o concurso do trabalho...mas também quando, por motivo de doença, os patrões se vêem privados de tão valioso concurso, pois, n’este caso, todas as razões de conveniencia, e até as mais elementares considerações de bom senso, aconselhariam os patrões, por seu proprio e, sem dúvida, legitimo interesse, a dispensar-lhes todos os possíveis cuidados da mais sollicita e caridosa enfermagem.” SOUSA FARO, 1908: 158.

²⁸ Desde o Regulamento Provincial de 17/8/1880 que havia disposições legais sobre as instalações. O decreto de 16/7/1902 tornou obrigatórias os dispensários e creches e previa multas para os refractários. Ao contrário da restante legislação laboral para S. Tomé, estas disposições foram precedidas e largamente ultrapassadas pelas iniciativas das administrações das roças. BOLETIM OFICIAL DE S. TOMÉ, 1902: apenso n.10.

Ora, sabe-se que, a partir dos finais da década de 1890, a renovação de instalações das roças se generalizou: em 1905-6, 44 (75%) das 59 roças vistoriadas pelo cônsul Nightingale já tinham habitações para serviçais consideradas boas (geralmente construídas com pedra, madeira e telha). Na mesma vistoria, a situação das instalações hospitalares nas duas ilhas e os seus efeitos sobre a mortalidade pode ser resumida da seguinte forma:

**Quadro 2 – S. Tomé e Príncipe
– instalações hospitalares nas roças. Ano de 1905**

Qualidade das instalações	Total de roças	Taxa média de mortalidade (%)
Boa ou muito boa	35	5,7
Má	7	7,6
Sem hospital	17	8,7

Fonte: PRO – FO, 367/18

A associação entre os investimentos hospitalares e a diminuição da taxa de mortalidade devia já ser tão evidente, que das 7 roças com hospitais ou dispensários considerados deficientes, 6 estavam a preparar a construção de novos; o mesmo acontecia com 6 das 17 roças ainda sem hospital³⁰.

As informações da Comp^a das Neves mostram que os resultados terão continuado nas décadas seguintes: entre 1932-36, a taxa média de mortalidade nas duas roças da firma (então com cerca de 950 trabalhadores adultos) foi de 2,4%.³¹ Deste modo, a variável com maior determinação no factor permanência (e na totalidade do tempo de vida útil) parece ter tido uma diminuição mais intensa durante o primeiro terço do ciclo (c. 1880-1910) para depois estabilizar em níveis mínimos³².

A evolução do outro factor de permanência, a taxa de evasão, é menos clara mas a sua ponderação parece muito menor. Em 1905,

²⁹ Banco Nacional Ultramarino, 1882: 669.; A ROÇA BOA ENTRADA. 1906: 53,55. P.R.O. – Foreign Office, FO 367/18. No caso do relatório Nightingale, a média de anos observados foi de 3,0 para S. Tomé e 4,1 para o Príncipe.

³⁰ Tal como o Regulamento previa, algumas das roças sem hospital que ficavam a curta distância do Hospital Central utilizavam-no em alternativa.

³¹ COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1933-37.

³² Mínimos relativamente aos níveis de idênticas explorações de capital intensivo em regiões tropicais. Por exemplo, no caso mais directamente comparável com as roças de S. Tomé – as minas do Rand – a mortalidade durante a década de 1900 parece ter oscilado entre 3,1 e 13,5%. RELATORIO ACERCA DAS CAUSAS... 1904: 9.

num total de 18 146 trabalhadores adultos, os roceiros declararam ter apenas 130 (0,7%) em fuga ³³.

Relativamente a **U**, isto é, ao aproveitamento laboral dos residentes, pode também observar-se uma evolução positiva, ou pelo menos, um ponto de chegada que algumas administrações consideraram satisfatório. Entre 1958 e 1964, a percentagem média de “*jornadas perdidas*” na roça Água-Izé – uma das maiores de S. Tomé e contando com mais de 1.500 trabalhadores adultos – foi de 5,7. No mesmo total, a percentagem explicada por “*hospitalizações e convalescenças*” oscilou entre 3 e 5%, o que reduz consideravelmente a percentagem dos outros factores de não laboração ³⁴. Como não pode deixar de ser, será necessária uma historiografia completa das atitudes perante o trabalho – do absentismo às resistências colectivas – para definir a evolução de **U**.

Com base apenas nestas amostras e dados os movimentos contraditórios das variáveis, é impossível determinar como evoluiu o valor da força de trabalho “escrava” nas ilhas. Só a comparação de séries de custos de recrutamento (**k**), de manutenção (**v**), bem como dos tempos de vida útil (**t**), poderá esclarecer definitivamente até que ponto houve vantagens concorrenciais face aos produtores de outras regiões.

Apesar do actual grau de incerteza, parece plausível a hipótese de, a partir dos grandes investimentos das décadas de 1890-1910, em S. Tomé, o crescimento dos custos de recrutamento e de manutenção do activo “escravo” ter sido inferior ao crescimento do seu tempo de vida útil. A ser assim, as roças teriam conciliado durante algum tempo as vantagens aparentemente contraditórias de duas formas de apropriação do sobre-trabalho. A forma primitiva, o escravagismo, foi aproveitada para conservar os custos de manutenção em níveis praticamente restringidos às necessidades primárias, excepção feita ao tabaco e ao álcool em doses controladas; a forma moderna, o trabalho assalariado sem custos de recrutamento, foi sendo atingida através da redução progressiva dos encargos de amortização do “escravo” enquanto activo fixo.

Para uma avaliação destas tendências, no ponto seguinte são comparados custos laborais, dentro e fora do ramo do cacau.

³³ PR.O. – *Foreign Office*. FO 367/18. Do total, 78 foram declarados por uma só roça: “Angra Toldo”, na ilha de S. Tomé.

³⁴ COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE. 1959-1965.

3.1.2. Custos laborais comparados

Para comparar os custos laborais de S: Tomé, é preciso reunir elementos representativos da sua grandeza absoluta. Como se sabe, os custos laborais totais são formados pelas despesas de recrutamento e manutenção, incluindo estas últimas as parcelas do salário directo e indirecto, bem como as despesas de vigilância específicas do trabalho “escravo”. Através de testemunhos indirectos, Clarence-Smith apresentou um conjunto de médias para o período 1882-1913³⁵ mas a melhor fonte são as próprias firmas quando nas suas contas de “Ganhos e Perdas” apresentam o desenvolvimento das contas de exploração. São, entre outros, os casos da Roça Boa Entrada³⁶, da Comp^a da Ilha do Principe³⁷, da Comp^a da Roça Vista Alegre³⁸ e da Comp^a das Neves³⁹. Trata-se de uma pequena amostra de custos laborais, de representatividade não testada, mas que serve para obter ordens de grandeza em comparações.

Como protótipo de um mercado de trabalho “livre” no ramo do cacau, uma primeira comparação poderá utilizar o litoral da

³⁵ CLARENCE-SMITH, 1992

³⁶ Entre 1900-1906, foram considerados como custos laborais desta firma as verbas designadas por: “Pessoal Dirigente: Salario, alimentação e passagens”; “Pessoal Trabalhador: Resgates, salario, alimentação, roupas e diversos”; “Hospital: Medico, enfermeiro e serventes, medicamentos, mobilia, roupa e diversos”; “Obras: Materiaes, ferramentas, operarios e serviçaes”; “Iluminação: candieiros e petroleo”; “Despesas diversas”.

³⁷ No ano de 1900, foram considerados como custos laborais desta firma as verbas designadas por “Ordenados de empregados e gratificações”; “Ferias de serviçaes”; “Alimentação dos empregados”; “Dita dos serviçaes”; “Dita extraordinaria, dietas e vstuario dos serviçaes”; “Medicamentos”; “Diversas”; “Engajamento de colonos” e todas as verbas relativas a reparações em edificações.

³⁸ Os anos de 1904 e 1906 são os únicos em que as “despesas de exploração” desta firma aparecem desenvolvidas em três contas: “Ordenados e salários ao pessoal”; “Mantimentos e mercadorias diversas”; “Seguros, direitos e fretes”. As duas primeiras foram consideradas relativas aos custos de recrutamento e manutenção de trabalhadores.

³⁹ Das três firmas, a Comp^a das Neves é a que apresenta mais desenvolvidas as suas contas de exploração; por exemplo, no ano de 1932, as verbas relativas a custos laborais directos são: “Rancho, fretes, seguros e direitos”; “Ordenados europeus”; “Salarios e gratificações ao pessoal indígena: “Repatriação e recontratos de pessoal indígena”; “Licenças de enterros e registos de nascimentos”; “Utensílios, sabão e artigos para iluminação”; “Custeamento do Hospital”. Visto que as amortizações de equipamentos fixos para consumo dos serviçais (sanzalas e outros edificios) também devem ser incluídos nos custos manutenção, foi acrescentada a verba de “Material para construções e reparações”.

República do Equador, que durante quase duas décadas foi o primeiro produtor mundial do ramo.⁴⁰

Quadro 3 – Custos laborais totais em explorações de cacau (reis /dia)

Anos ⁴¹	S. Tomé – Boa Entrada	S. Tomé – C ^a I. Príncipe	S. Tomé – Vista Alegre	S. Tomé – Neves	Equador
1900-1906	\$139	\$299	\$312	–	\$578
1914-1918	–	–	–	\$588	\$752

Fontes: Para S. Tomé, ROÇA BOA ENTRADA, 1906; COMPANHIA DA ILHA DO PRINCIPE, 1901; COMPANHIA DA ROÇA VISTA ALEGRE, 1905, 1907; COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1919. Para o Equador, MAIGUASHCA, Juan, 1996:78

Embora os anos não sejam directamente comparáveis, a ordem de grandeza parece suficiente para concluir que, pelo menos até à I Guerra, os custos do trabalho “escravo” em S. Tomé foram inferiores aos dos assalariados no Equador. Sabe-se também que o nível salarial dos trabalhadores migrantes equatorianos não era especialmente alto. Entre 1870-1930 as regiões montanhosas do interior do país satisfizeram, e provavelmente em excesso, a procura de braços das províncias costeiras⁴².

Pode adiantar-se que essa terá sido mais a excepção do que a regra nas chamadas “frentes” do cacau. Dado o baixo nível técnico necessário para esse ramo agrícola, o seu cultivo foi quase sempre feito em pequenas explorações camponesas, tanto nas Américas como nas regiões africanas e asiáticas que depois o adaptaram. Independentemente de as áreas para onde o cultivo se expandia esta-

⁴⁰ Segundo Chiriboga, depois da Revolução de 1895, “a true wage labour market developed in Ecuador”. Os distritos onde se situavam as plantações de cacau utilizavam trabalhadores migrantes de outras áreas do litoral e das regiões montanhosas do interior. O câmbio sucre/esterlino foi feito admitindo a paridade de 1914 para os anos de 1900, 1905 e 1914. Como a cotação do sucre desceu até 1914, os salários anteriores a esse ano contêm um erro por defeito na conversão para a moeda portuguesa. MAIGUASHCA, Juan, 1996: 77-78.

⁴¹ Para a comparação 1900-1906, em S. Tomé: Roça Boa Entrada = média 1900-1905; Comp^a da Ilha do Príncipe, 1900; Comp^a da Roça Vista Alegre = média 1904 e 1906; no Equador: média 1900 e 1905. Para a comparação 1914 -18, em S. Tomé: Comp^a Agrícola das Neves, 1918; no Equador, 1914. Relativamente à comparação 1914 -18, note-se que, dada a tendência inflacionista de ambos os mercados, a data mais tardia de S. Tomé introduz outro erro por defeito relativamente aos salários do Equador.

⁴² Sobre as causas das migrações, Maiguashca diz que “population growth appears to have outstripped economic growth”. MAIGUASHCA, 1996: 77.

rem ou não apropriadas juridicamente e de haver trabalhadores disponíveis, a “frente” era constituída por uma floresta por arrotear. Daqui decorre que muitos assalariados – migrantes ou não – se convertiam facilmente em produtores independentes.⁴³ Sempre que não houve coerção extra-económica (do tipo da escravatura doméstica entre os Duala dos Camarões, das corveias tribais no Gana ou do trabalho forçado pela administração colonial na Costa do Marfim), os salários do cacau tendiam portanto a estabilizar em níveis considerados altos, se bem que não se disponham de séries para comparação.

Assim, na ausência de processos de proletarianização irreversíveis, a manutenção de um *hinterland* de recrutamento “escravo” constituía uma vantagem concorrencial em qualquer “frente” de cacau⁴⁴. Foi essa aliás a grande diferença entre a exploração de S. Tomé e a de Fernando Pó. Na ilha espanhola, houve várias tentativas para assegurar um fluxo regular de “escravos”: até 1900, da África Ocidental Britânica; entre 1919-26, através de um acordo com o governo da Libéria (que terminou com um inquérito da Sociedade das Nações); até cerca de 1930, da pequena colónia da Guiné Equatorial. Todas falharam, tal como a tentativa para submeter a população Bubi local e daí resultou o declínio das plantações europeias, que nunca tinham atingido grandes dimensões.⁴⁵ Em contrapartida, as plantações de S. Tomé e Príncipe beneficiaram, depois das campanhas militares das décadas de 1890-1900, dos reservatórios de “contratados” angolanos e, em menor escala, de moçambicanos. Dentro da ordem colonial, o trabalho “escravo” do género de S. Tomé passou a alimentar-se mais do recrutamento “legal” que do antigo tráfico (cada vez mais internacionalmente vigiado). Como é sabido, a disponibilidade destas reservas nem sempre evitou interrupções do fluxo. Os períodos correspondentes às operações militares ao longo das redes de resgate e à intensificação das pressões

⁴³ Esse fenómeno poderia ocorrer numa região afastada da “frente” inicial – como aconteceu com a difusão do cultivo pelos trabalhadores migrantes da Nigéria Ocidental no seu regresso a casa – ou na própria região de cultivo – como aconteceu com os assalariados Kru e Bakwe na Costa do Marfim. MONGA, 1996: 125; CHAUVEAU, 1996: 185-7.

⁴⁴ Na ausência de expropriação fundiária das populações africanas pela nova ordem colonial, o recrutamento em regime de contrato (“indentured labour”) para as plantações inglesas e francesas das Caraíbas foi um fracasso. Como explica Northrup, “*short of reviving the methods of the slave trade*”, não havia “*social and economic circumstances that made people willing recruits*.” NORTHROP: 1995, 51.

⁴⁵ Entre 1930 e 1948 pararam as concessões de terrenos em Fernando Pó. SUNDIATA: 1996, 114.

diplomáticas também causaram períodos de saldo demográfico negativo nas roças: por exemplo, na década de 1930, quando as repatriações continuaram apesar de estar parada a importação de Angola. Contudo, a regularidade dos fluxos anteriores tinha permitido instalar um “modo de cultivo escravocrata” que já exercia efeitos sobre o tempo de vida útil dos trabalhadores remanescentes e que, em função disso, pôde evitar a diminuição significativa da escala da produção e das correspondentes economias de escala.

Embora para a avaliação da rentabilidade do trabalho “escravo” só contem as comparações com custos de outras explorações de cacau, os roceiros chegaram a afirmar que os seus “serviçais” ficavam mais caros que alguns trabalhadores em Portugal ⁴⁶. A ser assim, a conclusão seria que o aumento dos encargos de amortização (k / t) teria sido de tal ordem que anularia a diferença de custos de manutenção. Isto porque os baixos custos de manutenção constituem a principal vantagem concorrencial da força de trabalho “escrava” sobre a assalariada visto os “escravos” terem as suas necessidades sociais estabilizadas num nível mais próximo da simples reprodução física. Note-se que, na medida em que os seus custos de manutenção eram assegurados maioritariamente em espécie e sociabilizados através de equipamentos colectivos, o processo de incorporação de novas mercadorias nas necessidades sociais era mais demorado. ⁴⁷

No quadro 4, comparam-se os custos laborais de duas firmas de S. Tomé com salários agrícolas e industriais em Portugal. Trata-se de outra comparação avulsa, destinada apenas a obter ordens de grandeza no tempo e na qual o critério de selecção dos custos laborais de S. Tomé foi a taxa máxima e dos salários portugueses, a taxa mínima ⁴⁸.

⁴⁶ A afirmação de que os serviçais seriam mais caros do que os trabalhadores rurais portugueses é da Sociedade de Emigração para S. Tomé, um dos representantes do lobby dos roceiros. CLARENCE-SMITH, 1992: .

⁴⁷ A este respeito, seria conclusivo inventariar quando é que mercadorias como o tabaco ou tecidos duráveis, já indispensáveis a qualquer trabalhador assalariado, foram incluídos nos custos de manutenção dos “serviçais”. Em 1907, os roceiros ainda ironizavam a respeito da acusação de que os “serviçais” embarcados recebiam roupas “baratas” e no ano seguinte, continuavam a achar importante mencionar o tabaco como prova da “benevolência e relativo conforto que os serviçais encontram em S. Thomé”. O CACAU DE S. THOMÉ, 1907: 28; *Portugal em África*, 1908: 171.

⁴⁸ Nestas décadas, o ramo dos lanifícios apresenta as médias mais baixas da indústria têxtil (que, como se sabe utilizava maioritariamente trabalho feminino e/ou não adulto). As “tarefas agrícolas” apresentam médias nacionais de “jornais” pagos em 4 das tarefas de mais baixo salário (“lavoura”, “sementeira”, “sacha e amontoa” e “rega”).

Quadro 4 – Custos laborais (reis /dia)

Anos ⁴⁹	S. Tomé – Vista Alegre e Neves	Portugal –lanifícios (1ª Circunscrição)	Portugal – tarefas agrícolas (masc.)	Portugal – tarefas agrícolas (fem.)
1904-1906	§312	§343	–	
1932-1934	2§29	6§98	7§17	4§00
1942-1944	3§07	11§00	12§57	7§21
1952-1954	15§95	19§68	19§43	11§31

Fontes: para S. Tomé, COMPANHIA DA ROÇA VISTA ALEGRE, 1905, 1907; COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1933-1955;

para os lanifícios portugueses: em 1906, BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL, 1907; nas décadas seguintes: DIREÇÃO GERAL DE FINANÇAS – Anuário Estatístico de Portugal;

para as tarefas agrícolas em Portugal: DIREÇÃO GERAL DE FINANÇAS – Anuário Estatístico de Portugal.

A comparação mostra custos aproximados durante a década de 1900, que em S. Tomé correspondeu à fase de instalação dos equipamentos das roças. Todas as amostras tiveram em seguida uma tendência para a alta mas com os custos de S. Tomé a crescerem com menos intensidade que os mais baixos salários metropolitanos. Atendendo a que, com o desaparecimento do tráfico, os custos de recrutamento e a frequência das repatriações se elevaram, seria esperado que as diferenças relativamente aos salários portugueses diminuíssem ou, pelo menos, que não aumentassem tanto.

De facto, a diferença pode ter sido inferior à do quadro 4. No uso do trabalho “escravo” só há correspondência entre custos e tempos de trabalho se a rotação de *k* se fizer com taxas de permanência e utilização de 100%. Ao contrário do que acontece com o emprego de assalariados, os encargos com a manutenção e amortização de uma força de trabalho “escrava” são fixos e portanto pesam sobre todo o seu tempo de permanência, útil ou não útil.

É precisamente por isso que a rentabilidade do capital “escravo” pode ter melhorado com taxas de repatriação mais altas. Um exemplo real poderá tornar este ponto mais claro. Em 1910, Cadbury calculou que, com custos de recrutamento de 19,7 contos e uma taxa de mortalidade 15% no primeiro ano, a não repatriação de 100 serviçais contratados por 5 anos fazia os roceiros poupar 18,1 con-

⁴⁹ Para a comparação 1904-1906, em S. Tomé: Comp^a da Roça Vista Alegre = média 1904 e 1906; em Portugal: lanifícios da 1ª Circunscrição Industrial, 1906. Para 1932-34 e seguintes, os custos são directamente comparáveis entre a Comp^a Agrícola das Neves e os salários metropolitanos.

tos⁵⁰. Simplesmente, esta economia em **k** poderia ser facilmente contrariada em **t**: tudo dependia de como, numa força de trabalho desgastada, variassem as taxas de permanência (**S**) e de utilização (**U**). Com os valores de Cadbury, a recontração faria passar os custos laborais diários per capita de \$196 para \$139 (-29%)⁵¹ mas apenas na condição de, a partir de **t2** (o segundo ano do primeiro contrato), as taxas de **S** e **U** permanecerem em 100%. Se, para o total dos 9 anos seguintes, ambas baixassem para uma média anual de 70% – em resultado, por exemplo, de uma taxa anual de mortalidade de cerca de 3,3% e de uma redução equivalente dos dias trabalhados – os custos laborais diários per capita já seriam superiores aos da situação de repatriação ao fim de 5 anos: \$216 (+ 10%). De facto, sabe-se que quando as roças não repatriavam – como acontecia antes da I Guerra – as administrações se queixavam de que os membros do agregado familiar não activos e a força de trabalho incapacitada representavam custos fixos, que convinha fazer desaparecer na primeira oportunidade⁵². Também para este ponto será necessária mais informação para estabelecer o efeito da rotatividade dos efectivos (**tN**) sobre **S** e **U**.

Em todo o caso, se a ordem de grandeza do quadro 4 fôr confirmada, a conclusão será que, relativamente à agricultura assalariada, as firmas de S. Tomé aumentaram a sua vantagem em custos laborais precisamente durante o período (1930-60) em que a baixa da fertilidade as obrigou a aplicar mais horas de trabalho por hectare.

3.1.3. Produtividades comparadas

É hoje consensual reconhecer a importância de uma “renda florestal” na agricultura do cacau: em todas as “frentes”, os rendimen-

⁵⁰ CADBURY, 1910: 47.

⁵¹ Para facilidade de exposição, abstrai-se nestes exemplos do aumento salarial concedido aos serviços recontraçados.

⁵² Em alguns relatórios da década de 1930, correspondentes a anos sem entradas de trabalhadores, a Comp.^a da Ilha do Príncipe queixou-se dos problemas da “*idade avançada*” dos seus serviços. Também a Comp.^a das Neves, num período em que a maior rotatividade dos adultos já não tornava rentável a manutenção de menores (reembarcados com os pais), se queixou de ter muitos trabalhadores improdutivos: “*verifica-se...que quase por cada trabalhador utilizado nos serviços agrícolas, temos de alimentar, vestir e dar assistência hospitalar e medicamentosa, a uma mulher ou a uma criança que pouco ou nada produzem*”. COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE, 1936:8; 1938:9; COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1957:7.

tos do terreno virgem fazem com que seja mais produtivo arrotear floresta do que replantar árvores ou fertilizar solos. A experiência dos focos cacauzeiros mostra que após a fase de maturação das árvores, em que são atingidos os máximos de tonelagem por hectare, se passa irreversivelmente para rendimentos decrescentes. Trata-se de um ciclo natural, de duração determinada por variáveis botânicas e climáticas, e, por consequência, relativamente alheio às comparações entre “modos de cultivo”. Na década de 1950, os agrónomos portugueses já tinham concluído que em roças abertas há praticamente um século – como as de S. Tomé – o esgotamento dos solos e a senilidade das árvores, mais do que qualquer perturbação climática ou patogénica, explicava a diminuição da fertilidade.⁵³ Outras regiões produtoras associadas à pequena exploração – Gana, Nigéria, Camarões, Costa do Marfim – tiveram ciclos semelhantes.

Neste enquadramento, torna-se necessário definir o intervalo de tempo em que se fazem as comparações de produtividade. A avaliação de “modos de cultivo” – menos intensivo no caso das explorações camponesas e mais intensivo no caso das plantações – só pode ser feita para explorações da mesma idade. Várias circunstâncias – geográficas e históricas – fizeram com que a agricultura camponesa do continente tivesse à sua disposição mais hectares virgens que os seus concorrentes confinados às ilhas e pudesse assim beneficiar de um prolongamento das “rendas florestais”. Deste modo, a superioridade deste “modo de cultivo” não pode ser demonstrada se a comparação se fizer de modo avulso entre explorações de pequena duração – como a maioria das do Golfo da Guiné – e explorações obrigadas a prolongarem-se no mesmo solo – como as plantações de S. Tomé.

A “renda florestal” constitui portanto um factor de formação de rendas diferenciais mas não é o único. Quando desaparece, a produtividade das explorações de cacau depende cada vez mais das quantidades de trabalho aplicadas por unidade de superfície visto que a

⁵³ Segundo Marques de Almeida “Depois de começarem a escassear as terras próprias e fáceis à cultura do cacau, a produção, atingido o seu máximo, estabiliza-se. Mas as plantações vão envelhecendo, o rendimento das árvores vai diminuindo, e estas, por condição própria da idade, tornam-se cada vez mais susceptíveis às várias doenças, quer fitopatológicas, quer entomológicas. Ao mesmo tempo, a exploração intensiva numa região tropical vai consumindo a fertilidade dos terrenos, os elementos nutritivos vão a pouco e pouco rareando, e se a intervenção do homem, com um forte apoio da técnica, sofre qualquer atraso, a derrocada é inevitável.” Citado por LAINS, 1958: 107-108 (sublinhado não original).

queda da fertilidade e a senilidade dos cacauzais podem ser contrariados por benfeitorias e replantações. Atendendo à natureza dos cultivos, a maioria das acções mecânicas exigidas – arroteamentos e derrube de árvores, reconstrução de valas de irrigação, abertura de covas etc. – foram durante muito tempo difíceis de mecanizar e podem por conseguinte ser reduzidas a horas de trabalho simples.

Nesta fase do ciclo natural do cacau, a maior rigidez dos custos laborais deu mais uma vantagem concorrencial às plantações que utilizavam trabalho “escravo”. Visto que para contrariar a diminuição da diferença entre o preço regulador e o preço de produção individual ($\text{Pr}-\text{Pi}$), decorrente da diminuição da fertilidade natural, se torna necessária uma variação inversa e mais que proporcional das quantidades produzidas, a manutenção da massa da renda diferencial implica um aumento do investimento por hectare. Dado o movimento aleatório das cotações, seria inevitável que alguns destes investimentos fossem feitos em contra-ciclo, isto é, com as receitas em queda. Nas explorações pouco intensivas em capital e com custos de produção elásticos, as diminuições de rendimento decorrentes da baixa da fertilidade natural teriam maiores probabilidades de induzir a desinvestimentos, o que viria a acelerar o decréscimo da produtividade por hectare⁵⁴. O abandono de muitos pequenos produtores ao longo da “frente” de cacau durante a recessão da década de 1930, da Venezuela aos Camarões, parece explicado por esta sequência.

Em contrapartida, as roças de S. Tomé, com os seus serviços quase vitalícios, tinham custos laborais rígidos, totalmente independentes das cotações do cacau ou da necessidade de restaurar a fertilidade dos terrenos. Durante a rotação do seu custo de recrutamento, constituíam portanto reservas de trabalho pouco elásticas, geralmente com tempo de sobre-trabalho disponível para aplicação em benfeitorias agrícolas⁵⁵. Como tal, as roças conseguiram mais facilmente contrariar os diferenciais ($\text{Pr}-\text{Pi}$) com variações de Q e tudo indica que, a partir de meados da década de 1950, essa vantagem se tornou mais importante na estabilização das rendas diferenciais de S. Tomé.

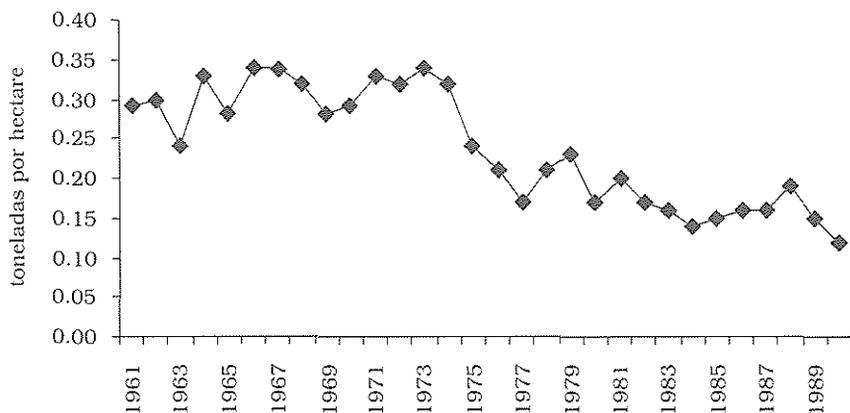
⁵⁴ Falando sobre a substituição do café pelo cacau, Lains refere que “*Paradoxalmente, quanto menos produz uma cultura, menos cuidados se lhe dispensam.*” LAINS, 1958: 100.

⁵⁵ O arroteamento de um hectare de floresta para plantação de cacau pode ser estimado em cerca de 150 dias de trabalho/ano; a simples manutenção anual exige apenas 52 horas de trabalho/ano. CAMPBELL, G., 1996: 202.

As crises mundiais de sobre-produção posteriores a 1959 mostraram igualmente os limites desta inelasticidade dos inputs de trabalho, que era proporcional à manutenção do trabalho “escravo”. Isto porque a partir de então, a descida das cotações fez com que mesmo as “roças” de S. Tomé comesçassem, para reduzir custos, a *dispensar* trabalhadores. Tratava-se exclusivamente dos cabo-verdianos recontratados, que tinham ficado nas ilhas à sua conta, bem como dos “*nativos*” de S. Tomé, requisitados por empreitada e por cuja proletarianização os roceiros tanto se tinham batido nas décadas anteriores. À semelhança das pequenas explorações do Continente, o círculo vicioso entre as diminuições da fertilidade natural e do investimento começou portanto a avançar, embora condicionado pelo facto de a maioria dos “contratos” (de angolanos) continuar a ser de longa duração⁵⁶.

A descapitalização e o fim do regime do “contratos” que se seguiram à nacionalização das roças é outra prova *a contrario* da associação entre a fertilidade dos terrenos e encargos de “*mão de obra*” fixos. Considerando os períodos 1961-74 e 1975-1990, a produção média por hectare de S. Tomé e Príncipe passou de 306 para 177 toneladas – uma diminuição de 47%.

Gráfico 2 – S. Tomé e Príncipe – produtividade do cacau. 1961-1990



⁵⁶ Segundo os relatórios das firmas, continuava a haver uma maioria de “contratados” (os trabalhadores importados) relativamente aos “assalariados” (os nativos, contratados a termo certo).

Assim, o fim do trabalho intensivo, típico das plantações de “*contratados*”, significou igualmente o fim da correcção agronómica e levou à segunda maior queda de produtividade de todo o ciclo do cacau.

4. Conclusões

Não está ainda disponível informação estatística suficiente para descrever a evolução da taxa de lucro das plantações de cacau de S. Tomé. As hipóteses que, à partida, parecem mais aptas para a enquadrar são:

- a) a inclusão de uma renda diferencial nos lucros das firmas de cacau. Nesta situação de renda, a massa do lucro apropriado esteve sobretudo dependente das diferenças entre preços de produção no mercado mundial. Como tal, o nível absoluto dos custos de produção em S. Tomé não constitui uma variável explicativa.
- b) decorrente de a), a inexistência de uma associação entre a diminuição da rentabilidade e a persistência do trabalho “escravo”.

Sobre este último ponto, parecem plausíveis as hipóteses de que:

- b1) o aumento dos custos de recrutamento e manutenção dos trabalhadores importados foram contrariados pelo prolongamento do seu tempo de vida útil;
- b2) nas explorações de trabalho “escravo” com as condições de S. Tomé, a resultante dos factores referidos em b1) foi a persistência de custos laborais inferiores aos que, no ramo do cacau, empregavam assalariados;
- b3) em todo o ciclo, mas sobretudo depois do desaparecimento da “renda florestal”, a rigidez dos custos laborais do trabalho “escravo” favoreceu o investimento e contrariou a diminuição da produtividade dos terrenos, logo, a diminuição da massa das rendas diferenciais.

Dada a baixa composição de capital na agricultura do cacau (ramo maioritariamente constituído por pequenas explorações cam-

ponesas, cujos custos de produção não contabilizam parte do trabalho acrescentado), é provável que as rendas diferenciais tenham permanecido durante as últimas décadas em níveis inferiores à taxa média de lucro. Sendo assim, o facto de as plantações de S. Tomé terem pertencido a sociedades anónimas, para as quais a taxa de juro constitui a norma de rentabilidade, foi determinante para que se tivesse mantido estável uma composição intensiva de capital. Por sua vez, uma exploração de capital intensivo tinha-se tornado indispensável ao aproveitamento das vantagens do trabalho “escravo”.

Deste modo, o ciclo do cacau de S. Tomé parece ter representado uma combinação eficiente entre formas históricas distantes: uma moderna, o capital por acções, e outra primitiva, o trabalho “escravo”, isto é, uma força de trabalho com custos de recrutamento.

Fontes estatísticas e arquivísticas

BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL, 1907 – *1ª Circunscção Industrial*, nº 13, Lisboa

COLÓNIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE. SECÇÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA, COMÉRCIO EXTERNO E NAVEGAÇÃO, Lisboa/ S. Tomé, 1950-73;

DIREÇÃO GERAL DE FINANÇAS – *Anuário Estatístico de Portugal*. Anos de 1932-34

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – *Estatística Comercial*, Lisboa, 1931-38;

FAO, <http://apps.1.fao.org>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Anuário Estatístico*. Anos de 1942-44; 1952-54

MINISTERIO DAS FINANÇAS. DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA E DOS PRÓPRIOS NACIONAIS – *Estatística Comercial. Comércio e Navegação*, Lisboa, 1907-30;

PR.O. (Public Records Office) – Foreign Office, FO 367/18, *Confidential Print 8806*

Bibliografia

- A ROÇA BOA ENTRADA, 1906 – Lisboa, Tip. “A Editora”
- AUSTIN, Gareth, 1996 – *Mode of Production or Mode of cultivation: Explaining the Failure of European Cocoa Planters in Competition with African Farmers in Colonial Ghana* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, pp. 154-175.
- BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, 1882 – *Relatorios*. Lisboa
- BOLETIM OFICIAL DE S. TOMÉ, anos 1875-1914
- CADBURY, WILLIAM A., *Os Serviçoes de S. Thomé*, Porto, Tip. Mendonça
- CAMPBELL, G., 1996: *The coca frontier in Madagascar, the Comoro Islands and Réunion, c. 1820-1970* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 195-211
- CANCELA, J. Paulo Monteiro, 1902 – *Impressões de uma viagem às Ilhas de S. Tomé e Príncipe*. Congresso Colonial Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional
- CHAUVEAU, Jean-Pierre; LÉONARD, Eric, 1996 – *Côte d’Ivoire’s Pioneer Fronts: Historical and Political Determinants of the Spread of Cocoa Cultivation* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 176-194
- CLARENCE-SMITH, W. G., 1992 – *O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe* in “Revista Internacional de Estudos Africanos”, nº114-15, 1991, p. 7-33
- CLARENCE-SMITH, William Gervase, 2000 – *Cocoa and Chocolate*, London, Routledge
- CLARENCE-SMITH, William Gervase; RUF, François, 1996 – *Cocoa Pioneer Fronts: The Historical Determinants* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p.1-22
- COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1919-69 – *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*
- COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE, 1900, 1932-1974 – *Relatório e Contas*
- LAINS E SILVA, Helder – *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar
- MAIGUASHCA, Juan, 1996 – *Ecuadorian Cocoa Production and Trade* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press
- MANTERO, 1911 – *La main d’œuvre à S. Thomé et à l’île du Prince*, Lisboa, Tip. do Anuário Comercial

- MARX, Karl, 1977 – *Le Capital*, Paris, Ed. Sociales.
- MONGA, Yvette D., 1996 – *The Emergence of Duala Cocoa Planters under German Rule in Cameroon: A Case Study of Entrepreneurship* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 119-136.
- MORBAY, T., 1991 – *Manual do Cacau*, Porto, Cultivar – Associação de Técnicos de Culturas Tropicais
- NOGUEIRA, A. F., 1885 – *A Ilha de S. Thomé sob o ponto de vista da sua exploração agrícola*. “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, V série, nº 7, p. 401-455
- NORTHRUP, David, 1995 – *Indentured labor in the age of imperialism, 1834-1922*, New York, Cambridge University Press
- O CACAU DE S. THOMÉ. RESPOSTA DOS AGRICULTORES DA PROVINCIA DE S. THOMÉ E PRINCIPE, Lisboa, Tip. A Editora
- RELATORIO ACERCA DAS CAUSAS DA MORTALIDADE DOS INDIGENAS DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE QUANDO TRABALHANDO NAS INDUSTRIAS MINEIRAS DO TRANSVAAL , 1904. Lourenço Marques, Imprensa Nacional
- SOUSA E FARO, Conde de, 1908 – *A Ilha de S. Tomé e a Roça Agua-Izé*, Lisboa, 1908, Tip. Do Anuário Comercial
- SUNDIATA, Ibrahim, 1996 – *Equatorial Guinea: The Struggle for a Cocoa Economy, 1880-1930* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 119

A REVISÃO DA ESCRAVATURA E DO TRÁFICO NEGREIRO EM MOÇAMBIQUE NA OBRA DE JOSÉ CAPELA

Isabel Castro Henriques *

A publicação recente do novo livro de José Capela *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique – 1733-1904*¹ obriga a repensar a diversidade dos problemas relacionados com a escravatura e com o tráfico de escravos naquela região da África e num período em que se verifica o reforço deste comércio no próprio Índico, caracterizado pelo alargamento do comércio de africanos para as Américas.

Se a cronologia não é, nem pode ser, o “abre-te sésamo” do historiador, também se pode dizer que cabe ao historiador não só organizar a história em função do fio cronológico mas considerar os instrumentos que melhor respondem à própria concepção do tempo numa cultura ou numa civilização determinadas.

A leitura da bibliografia de José Capela, mostra-o intervindo na produção livresca a partir dos anos 1971, embora a sua escrita tenha conhecido uma aceleração a partir de 1974. José Capela instala-se na aresta crítica da evolução política desejada e já anunciada, para passar à análise rigorosa, lúcida, quase sempre impiedosa das relações coloniais e colonialistas em Moçambique. Sempre considereirei que o seu primeiro grande livro, *O vinho para o preto*, de 1973, salientava já a formidável contradição do colonialismo, que fornecia à África uma miserável zurrapa, permitindo que os produtores e comerciantes portugueses pudessem enriquecer “intoxicando” os

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

¹ Porto, Edições Afrontamento, 2002, 395 páginas, gráficos, repertórios, índices e bibliografias.

africanos. Se bem que não o revelando imediatamente, este estudo abria a porta à análise das condições de dominação que sempre caracterizaram o colonialismo português. Embora não o proclamando, a obra de José Capela repele qualquer complacência lusotropicalista que foi, e continua a ser em alguns sectores da sociedade portuguesa, a teoria explicativa das relações coloniais portuguesas.

É por isso que se podem continuar a reler os trabalhos de José Capela com uma espécie de regozijo interior: afinal a história portuguesa podia separar-se da enxúndia do discurso colonialista da auto-satisfação, para proceder a uma análise crítica, que muitos consideram demasiado brutal.

1. Uma nova epistemologia da escravatura

A obra já volumosa e fundamental de José Capela pode dividir-se em dois grupos, sendo o primeiro consagrado a uma história denunciadora e polémica, que se inscreve já no anti-colonialismo que se define nos espaços de língua portuguesa, apenas a partir de Fevereiro de 1961, e o começo daquilo a que continua a chamar-se “guerra colonial” e que devia ser classificado como “guerra da independência”. É quase certo, contudo, que num futuro próximo a reflexão historiográfica das novas repúblicas africanas reporá as etiquetas no seu lugar. Este primeiro grupo da escrita de José Capela encontrou um eco não só legítimo no que se refere ao trabalho do historiador, levando sobretudo em conta a sua função de análise denunciadora, tendo agora uma parte substancial da atenção do autor sido mobilizada pelas condições de violência do comércio esclavagista.

Ao longo dos últimos trinta anos, José Capela dedicou-se a investigar os múltiplos aspectos da escravatura em Moçambique, região menos estudada entre nós, já que as formas angolanas, certamente devido à sua relação com a América em geral, e o Brasil em particular, foram sempre privilegiadas na historiografia portuguesa. O Atlântico diferencia-se dessa maneira do Índico, se bem que a utilização dos escravos moçambicanos se verifique já no século XVI. Mas não foram eles exportados para Portugal, como se verificou no caso dos angolanos. As próprias correntes imigratórias africanas atingem poucos moçambicanos, que formam em Portugal um núcleo demograficamente reduzido, contrariamente ao que se regista no caso dos angolanos, dos caboverdeanos e até dos santomenses.

Este imenso e belíssimo novo livro não foge às regras habituais de rigor que caracterizam a obra de José Capela. Mesmo se, aqui e ali, ficam algumas certezas talvez excessivas, como aquela que afirma que “sistemas de cativeiro sempre terão existido” (p.11), o que nos obrigaria a considerar a existência de uma fatalidade biológica, que obrigaria o homem a impor a sua dominação ao vizinho, ao Outro em geral. Sendo também visível a hesitação que se estabelece, na língua portuguesa, entre o estatuto do “cativo” e do “escravo”. Sem pretender evocar a etimologia do escravo, é contudo evidente que a substituição do cativo pelo escravo ou a justaposição de dois termos, corrente na nossa literatura, é ambígua e exige explicação. O próprio autor procura mostrar que as diferentes formas de dominação dos homens dependem de condições históricas precisas.

Se bem que na capa desta obra se anuncie o tráfico de escravos nos portos de Moçambique, o título interior fornece as indicações cronológicas indispensáveis: 1733-1904, ou seja cerca de dois séculos de história tormentosa. José Capela salienta a mudança registada na organização do tráfico dos escravos no Índico, com o reforço da circulação do comércio negreiro no Atlântico. De resto, José Capela não pretende abarcar todas as facetas da escravatura, pois se se refere a existência de condições particulares da organização social moçambicana, não é para analisar as formas específicas da dominação. E, se o historiador não pode deixar de recorrer à antropologia, não se deixa ele arrastar por esta disciplina, a ponto de diluir o vigor da história, como por vezes acontece.

José Capela não pode deixar de evocar os preconceitos do colonizador que servem de justificação ética considerada suficiente: se os africanos são preguiçosos e indolentes, só pela violência podem ser levados a produzir. Esta justificação preconceituosa serve para justificar dominação, escravatura, exploração, mantendo-se como justificação dinâmica até ao relatório e à legislação de trabalho compelido, no qual António Ennes desempenhou um papel primordial. Não é, por isso, por acaso, que a sua figura em bronze pertence aos “heróis culturais portugueses”, hoje aposentados na fortaleza de Maputo.

José Capela procura, na esteira de tantos outros historiadores, definir as diferenças entre as formas de dominação africanas, ou até orientais e aquelas criadas pelos europeus, que se começaram a banalizar sobretudo a partir do século XVI. Se os africanos conhecem formas de dominação, não parece muito acertado classificá-las

de acordo com a grelha europeia, organizada no Mediterrâneo e consequência do próprio processo religioso; com a participação das três religiões fundamentais – judaísmo, islamismo e cristianismo. Na análise do estatuto e da responsabilidade individuais, substituídas pela responsabilidade colectiva, José Capela, recorrendo à documentação portuguesa, põe em evidência a falsa passividade dos escravos, vítimas antes do próprio sistema cultural moçambicano, incapaz de compreender os autênticos objectivos das formas de comercialização e de dominação europeias.

Contraditoriamente, José Capela salienta a extrema flexibilidade das sociedades africanas, onde a escravatura – será este o termo conveniente para classificar as formas de dominação africanas? – não impede nunca a integração: os escravos, qualquer que tivesse sido a sua forma de produção, “acabavam por ser, de uma ou outra maneira, integrados nessas mesmas sociedades” (p.14). Não parece excessivo concluir que a diferença entre as práticas africanas e as asiáticas ou europeias, reside precisamente na “comercialização” dos africanos provocada pelo tráfico, que corresponde de facto a uma “coisificação” dos homens, o que não se verifica nas sociedades africanas, onde o próprio estatuto dos chefes de família, mas também dos chefes políticos, depende do número de dependentes.

Convém contudo salientar a existência do que podemos designar como sendo uma ruptura epistemológica, que levou as autoridades e as próprias famílias africanas a vender os seus membros, que ainda por cima são embarcados para ser levados para destinos que durante muitos anos não foram sequer conhecidos pelas sociedades africanas. A verdade porém é que, em determinado momento da história política e cultural de Moçambique se regista a comercialização dos homens, na qual participam todas as instâncias sociais existentes.

José Capela empenha-se em proceder ao inventário e à análise dos sistemas de ideias, assim como das instituições que se encarregaram de assegurar a banalização da escravatura. Embora, pelo menos nos subentendidos, José Capela ponha em evidência a responsabilidade dos europeus, seja qual for a categoria a que pertencem. O próprio clero católico, empenhado em assegurar os valores do pé de altar, mostrou-se quase sempre um agente activo na produção de escravos, esquecendo a sua função de salvador das almas.

De resto, salienta ainda José Capela, confirmando na situação de Moçambique o que já fora posto em evidência na costa ocidental

e mais particularmente nos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, assim como em Angola: o tráfico negro não depende de uma anestesia dos valores éticos, pois implica uma convergência de todos os grupos sociais, empenhados em en selvajar o outro africano, maneira de o transformar “legitimamente” em escravo.

É com razão que José Capela salienta a importância crucial das questões de género, na medida em que o casamento constitui um mecanismo essencial na organização da norma social africana (p. 14). A complementaridade dos sexos, da qual depende a própria reprodução, permite a integração dos “importados” no quadro familiar e do parentesco. Pode até dizer-se que o parentesco desempenha um papel ambíguo, face à responsabilidade colectiva que, salienta Capela, constitui um dos pilares do funcionamento harmónico das sociedades africanas.

Por razões evidentes, Capela tece algumas considerações a respeito da escravidão nas sociedades africanas, embora haja talvez aqui razão para suscitar o problema etimológico, pois “escravo” não é um substantivo africano, sendo como é um latinismo criado no Mediterrâneo para responder às novas condições de dominação que se iam organizando, sobretudo nas relações com os países e as regiões do Leste europeu. O facto de o termo se ter generalizado, quando não até universalizado, não elimina a necessidade de analisar a língua como portadora das marcas sociais que permitem decifrar a origem e a função das palavras.

2. O comércio negro europeu no Índico e a relação com o Brasil

O estudo de José Capela organiza-se em função do tráfico negro suscitado pelos europeus, sobretudo portugueses e franceses. De resto, esta obra começa por analisar as relações com os franceses no século XVII, na medida em que, instalados nas Mascarenhas e nas Comores, os franceses modificam de forma substancial a circulação no Índico. Esta forte presença francesa parece ter influenciado nas relações com o próprio Rio de Janeiro (pelo menos a partir de 1773), registando-se também em 1772 nas ilhas do cabo Delgado, e devendo também contabilizar-se a sua influência na evolução de Quelimane. Acrescente-se que foram igualmente os

franceses que criaram o estatuto dos *libres engagés*, cuja gestão polémica levou ao choque entre os governos europeus, devido à questão da barca de Charles et Georges, que mereceu referência nos manuais escolares organizados durante o fascismo, num plano idêntico ao concedido ao *Ultimatum* de 1890.

José Capela começa por salientar o carácter reduzido da exportação de escravos para o Oriente em geral e o Oriente português em particular. De tal maneira que só a intervenção dos franceses criou um tráfico inter-índico, de que o texto dá conta. Creio, todavia, que José Capela teria sido mais convincente se tivesse mostrado que a presença portuguesa não depende de nenhuma “rede”, como agora pretendem sobretudo os historiadores asiáticos, mas sim de uma adequação muito pragmática às estruturas sociais e técnicas existentes. Se o Brasil exige escravos, é devido às duas actividades principais, a agricultura e a mineração. Ora os portugueses, em África e ainda mais na Ásia, recusavam instalar-se em terra, o que os dispensa seja de capturar os autóctones, seja sobretudo de importar escravos. A situação só mudará já no século XVIII sob a dupla pressão dos portugueses do Brasil, e dos franceses. Deve de resto dizer-se que a procura de escravos de origem moçambicana no Brasil se reforçará no século XIX, a ponto de permitir a instalação de negreiros brasileiros nos portos moçambicanos, situação modificada em parte pela independência do Brasil, que transformou os antigos “brasileiros”, que eram portugueses, em estrangeiros. Acrescenta todavia José Capela, numa observação mordaz, que nunca, ou quase nunca, os portugueses aplicam as leis que aprovam. Também neste caso o tráfico pode prosseguir com destino ao Brasil, pelo menos até 1850, graças aos negreiros brasileiros já instalados em Moçambique.

O comércio transatlântico só aparece tardiamente, entre 1794 e 1829, na sua primeira forma, salienta Capela. Os armadores estão ligados a portos portugueses, brasileiros e moçambicanos. São os brasileiros que pedem escravos, obrigando a colónia a organizar-se para poder satisfazer a procura. José Capela põe em evidência, de maneira pragmática, que os interesses do lado brasileiro foram bastantes para impor o tráfico negreiro (p.80), desprezando as disposições legais que o proibiam.

A forte presença brasileira, reforçada devido ao desterro de alguns conspiradores da Inconfidência mineira – o mais conhecido dos quais é Tomaz António Gonzaga – arrasta consigo a criação de

lojas maçónicas, embora tal aconteça já sobretudo no século XIX, os responsáveis portugueses denunciando a banalização de algumas ideias “francesas”, entre as quais avulta o anti-clericalismo. Esta actividade maçónica parece particularmente curiosa, na medida em que serve de agente criador do comércio escravagista. Os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade não parecem fazer parte da panóplia ideológica destes “maçons”, que aparecem sobretudo neste inventário dos agentes específicos do tráfico, como agentes dos interesses dos comerciantes negreiros brasileiros. Deve dizer-se que é pouco apropriado referir-se a “seitas” neste quadro prático-ideológico, pois não as encontramos, embora seja certamente necessário, num futuro próximo proceder a uma análise histórico-crítica destas actividades maçónicas.

O século XIX é todavia o do tráfico negroiro transatlântico, sendo também o século das interrogações éticas, que determinam soluções civilizacionais e jurídicas. A pressão brasileira (p. 80) foi determinante na organização das actividades escravagistas portuguesas, que por sua vez impunham o seu ritmo às sociedades africanas, cuja produção de escravos destinados ao comércio de exportação dependia da procura europeia.

Os primeiros anos do século são caracterizados não só pelos choques militares em Portugal (guerra das laranjas em 1801, invasões francesas em 1807), mas no quadro teórico que nos diz respeito, pela soma de modificações introduzidas na produção e na circulação dos escravos. Embora convenha pôr em evidência o paradoxo político americano e europeu: os ideais abolicionistas não são reconhecidas pelos teóricos da liberdade política: os Estados Unidos, em 1776, a França, em 1789, recusam devolver a liberdade aos escravos.

Podemos encontrar nesta situação o nó central da construção da própria figura da liberdade, o que contudo não impede que as correntes abolicionistas se reforcem, tal como se reforçam as medidas para impedir o tráfico negroiro. Ou seja, admite-se a sobrevivência da escravatura, embora se procure impedir a actividade dos negreiros.

No caso moçambicano devemos lembrar que a legislação portuguesa fixa um limite – 10 de Fevereiro de 1830 – para que os navios negreiros abandonem os portos de Moçambique, medida reforçada pelo decreto de 10 de Dezembro de 1836, que proibia o tráfico de escravos nas colónias portuguesas. Se o Brasil já perdera essa con-

dição, a verdade é que continuava, como continuou, a depender da força do trabalho africana, fornecida legal ou, cada vez mais frequentemente, ilegalmente.

Como é geralmente sabido, a legislação igualitária redigida pelo marquês de Sá da Bandeira não foi posta em prática pelas autoridades portuguesas. Apontaram-se razões bio-ideológicas: “os povos eram brutos e para mais nada serviam que não fosse para a escravatura”. Por outro lado, e de maneira mais pragmática, verifica-se que sem a exportação de escravos, Moçambique ficaria sem rendimentos, como mostram as informações alfandegárias referidas por José Capela.

Parece-me também significativo, embora José Capela o não refira, que os trabalhadores moçambicanos sejam deveras apreciados no Brasil, onde o grupo dos “moçambiques”, identificado em várias regiões, aparece como referido entre os que se integram no mecanismo da produção, mostrando-se capazes de aprender as técnicas sem as quais a sociedade brasileira, urbana ou rural, não podia funcionar. Está ainda por fazer a destriça das contribuições dos diferentes africanos para organização social brasileira, salvo em parte, no aspecto religioso.

A única verdadeira tentativa do governo português para liquidar as várias operações ilegais e clandestinas, foi a nomeação do governador-geral Joaquim Pereira Marinho, que é considerada uma autêntica “revolução”, na medida em que esta autoridade decidiu fazer frente ao “clã” dos negreiros. Como não podia deixar de ser, confirmando a tendência geral da sociedade portuguesa, e dos europeus que a ela se associam, para manter as formas violentas de dominação, Pereira Marinho foi obrigado a renunciar à sua tarefa. Podemos já acrescentar, utilizando as informações de José Capela, que este sistema só foi de facto arruinado já no século XX, em 1902 para ser tão preciso como Capela.

Há contudo outros actores neste processo do comércio transatlântico: os arábios, os mouros, os mujojos, que se servem sistematicamente dos pangaios. Creio que, até agora, estas embarcações não tinham ainda ocupado neste processo o papel que José Capela (p. 248) lhes reconhece. Mais ainda, saio do texto convencida da necessidade de dedicar a este aspecto da presença de culturas não-portuguesas na costa moçambicana, um estudo sistemático. Se os pangaios participam de maneira activa no tráfico clandestino, entre 1754 e 1902, com tripulações suailis ou falando o suaili (suahilis),

vemo-los inseridos no tecido capilar moçambicano com uma insistência e uma eficácia considerável.

Sendo que, por outro lado, esta actividade põe em evidência a fortíssima presença de uma actividade negreira em pequenas quantidades, na medida em que o calado dos pangaios e os capitais que eles podem manipular, não podiam deixar de ser reduzidos. José Capela assinala a liquidação desta actividade devido à captura de 127 negreiros em Fevereiro e Março de 1902, em Naburi e Samuco. Destes, tendo morrido alguns, forma julgados 68, sendo alguns condenados a 25 anos de degredo na costa ocidental.

3. Violências esclavagistas /fragilidades da resistência

José Capela procura também analisar o tratamento dado aos escravos (p. 288 e seguintes). Como não podia deixar de ser o aparelho judiciário colonial encontra sempre razões para desqualificar os crimes cometidos pelos colonos ou para absolver os acusados. Mas, paradoxalmente, “à medida que o tempo avança, sem que se possa invocar uma mutação assinalável nos comportamentos”, “acentuam-se os indícios de violência sobre os escravos”. Não será essa situação determinada pelo aparecimento de funcionários dispostos a dar combate à “situação escravista”, situação certamente inesperada para aqueles que não estavam em condições de acompanhar o debate que abalava a Europa, sob a direcção dos filantropos britânicos? Talvez assim se possa explicar a “tomada de consciência do seus direitos por parte dos escravos”, havendo até alguns que são libertados pela Junta, depois de denunciarem a injustiça que preside à sua escravidão.

Creio todavia que se regista uma leve derrapagem da explicação de José Capela que dá conta da suspensão da outorga de “cartas de liberdade”, ficando os libertos em depósito, sendo então “sujeitos ao trabalho”: “assim se dava início, oficialmente, ao que viria a ser uma instituição mais penosa do que a escravatura, a saber, o trabalho forçado” (p. 289). Se se pode facilmente concordar com a agravação das relações de dominação, é necessário, contudo, sublinhar que as autoridades portuguesas recusaram desde sempre reconhecer a existência do trabalho forçado, pois a legislação impõe o trabalho compelido em situações cuidadosamente inventariadas. A legislação inspirada por António Ennes procura encontrar um sucedâneo para

a escravatura, mas que na teoria e na prática dela se diferenciem. Mas José Capela, estudioso desta questão, pára a sua análise neste patamar da modificação.

De resto, não há mudança das mentalidades, na medida em que nestes vastos espaços coloniais, não há análise dos fundamentos ideológicos do colonialismo e da escravatura. José Capela salienta o facto de inclusivamente nos cemitérios haver diferença e separação: os escravos só tinham direito a cemitérios separados, e em muitas ocasiões eram simplesmente lançados ao mar. Convém talvez lembrar que na toponímia de Lisboa existem ainda dois “poços”, o dos Negros e o dos mouros, que mantêm a memória do período em que a cidade recusava enterrar nos cemitérios e sobretudo nas igrejas os escravos, que eram lançados em tais poços onde eram comidos pelos cães que erravam pela cidade. Não se regista por isso a mínima alteração do código, mantendo-se a rigidez dos comportamentos, mesmo se, no plano teórico, simplesmente literário, se analisam as graves opções da liberdade.

Um outro capítulo é consagrado ao “passadio”, isto é, à análise das condições impostas pelos negreiros às centenas de pessoas que podiam ser metidas nos navios consagrados ao tráfico, e isto apesar das regras que, pelo menos a partir de 1648, procuram defender os africanos, definindo-lhes um espaço mínimo, uma alimentação bem calibrada e até assistência médica. Na verdade, os comerciantes encafuavam os futuros escravos em quintais (idênticos aos famoso “quintalões” de Benguela), sendo a maior parte “ferretados”. Capela hesita um pouco no que se refere ao alimento principal; feijão na p. 254, milho na p. 256. Creio que se pode aceitar a existência de uma associação, não havendo contudo o risco do escorbuto, dado a relativa rapidez da viagem. Todavia as condições da viagem são tais que em alguns casos morrem 25% dos escravos, embora se registem também percentagens menores. Mas José Capela sugere, mais do que afirma, que se deve aceitar a média dos 21% que não impede lucros muito elevados.

Por outro lado, José Capela salienta o custo bastante elevado dos escravos, o que não limitou de forma alguma nem as operações comerciais, nem as exportações, tardias embora, e suscitadas sobretudo por franceses e “brasileiros”. Se o número de mortos é muito elevado, superando amplamente os 10% esperados na costa ocidental, nem por isso, esta situação impede os lucros elevados dos negreiros que ascende, em média, a 40,537% (p. 205). Lucros

menores do que aqueles permitidos no século XVI, mas mesmo assim suficientemente remuneradores para suscitar vocações negreiras, embora se registasse na sociedade colonial portuguesa um certo asco pelo negreiro. Todavia, este pode circular em todo os grupos sociais, pois as classes superiores, o clero e a nobreza, não hesitaram em associar-se a estas operações. Uma parte importante dos recursos do clero provém do “pé de altar”, que recebe pelos baptismos apressados e maciços que é obrigado a fazer, para respeitar a lei. Uma das manifestações do anti-clericalismo permite que os negreiros rejeitem este baptismo, considerando-o inútil.

Forçado pela história actual da escravatura, José Capela prestou uma grande atenção aos “motins e rebeliões” (p. 265), para concluir que “temos notícias de muito poucos” (em 1750, 1788, 1789; 1796 e 1859). Este reconhecimento salienta a quase nula resistência dos africanos desta costa às operações da escravatura, pois centenas de homens e mulheres, com crianças, percorrem quilómetros e quilómetros para alcançar os portos negreiros, onde são embarcados, sem que tal suscite a menor resistência. Esta situação deve ser melhor analisada, na medida em que põe em causa a mitificação da resistência generalizada, que nos parece incompatível com a criação de sociedades criadas com base no estrato africano, como aconteceu, por exemplo, nas ilhas de São Tomé ou de Santiago de Cabo Verde.

4. Os “efeitos do tráfico”

José Capela procura (p. 273) proceder ao inventário dos “efeitos do tráfico”, que só podem ser o que realmente foram: negativos. Embora pareça que esta situação não decorre apenas do chamado comércio ilícito – que introduz em Moçambique armas de fogo e pólvora – mas do desmantelamento regular das próprias estruturas africanas. Sendo certo contudo que José Capela salienta o desaparecimento de culturas agrícolas assim como de manufacturas na Zambézia, que continua a ser não um território mítico, mas o lugar onde uma parte da historiografia moçambicana encontra concentrada algumas das opções centrais do colonialismo, tal como as respostas das populações.

Se integrarmos a escravatura no quadro amplo das relações comerciais, verificamos que a redução, lenta mas constante da pro-

dução autóctone de ouro e marfim – durante muito tempo as mercadorias preferenciais, mantendo os portugueses os circuitos comerciais organizados durante o período de dominação árabe – foi necessariamente substituída pelo tráfico de escravos.

Qual o impacto económico desta actividade? O que representam os escravos tanto na estrutura social do território – seria difícil designá-lo então como um país -, como na produção de riqueza? As mercadorias preferenciais fornecidas pelos africanos – o ouro e o marfim – começam a reduzir-se. W. G. L. Randles já mostrara que o comércio português fora incapaz de substituir a bela organização árabe que aí se encontrava nos anos finais do século XV, princípios do século XVI.

Os documentos são raros, pelo que só os registos alfandegários podem fornecer algumas indicações úteis, mas de importância reduzida na medida em que campeava – como em todos os territórios portugueses - o contrabando, o qual arrastava atrás de si, como não podia deixar de ser, a corrupção. E como uma parte deste comércio era pago com moedas espanholas, a contabilidade revela-se ainda mais difícil.

O que mais parece surpreender é a ausência de fortunas consideráveis: José Capela não nos fornece um único nome ao qual esteja ligado o enriquecimento tornado possível pelo tráfico negreiro. Ora se os negreiros são mal vistos pela sociedade portuguesa, ou em todo o caso pelas facções dominantes da burguesia, tal situação só pode explicar-se pelas condições do recrutamento: o negreiro provém por isso de lugares sociais de fracos capitais e de fraquíssima preparação intelectual. O que, por sua vez, talvez permita explicar a maneira como estes homens se empenham em manter os circuitos da escravatura, assim como multiplicam as opções brutais do tráfico, quer no Índico, quer no Atlântico. É por isso surpreendente que José Capela se refira a uma hipotética e impossível “ética” dos negreiros (p. 247). Tal como é surpreendente, num registo complementar, a rareza de mapas e de indicações cartográficas.

Conclusão

O trabalho histórico de José Capela permite isolar alguns traços mais significativos, um dos quais tem a ver com o próprio modo de

produção das populações integradas neste vasto espaço que só a partir dos anos finais do século XIX – em todo o caso depois do *Ultimatum* inglês de 1890 – adquiriu o seu perfil mais decisivo do Moçambique dos dias de hoje. Se os portugueses procuraram inserir-se no sistema comercial organizado pelos árabes, verificou-se não terem sido eles capazes de manter o nível da produção, o que foi reduzindo a oferta do ouro, ameaçado por outro lado pelo contrabando. Se, como salienta justamente José Capela as duas mercadorias preferenciais foram, até ao século XVIII o ouro e o marfim, foram elas reforçadas pelos escravos.

Uma vez que a presença no Índico não exigia o recrutamento de uma ampla força de trabalho, o tráfico negroiro foi deixado em dormência, sempre pronto a responder às solicitações dos colonos, portugueses ou outros. Mas o mercado só começou a constituir-se a partir do século XVII, e mesmo então sob a pressão francesa e de maneira tímida. Tal se deve, como é evidente, às produções dominantes no território, que não interessavam o comércio internacional português. Situação reforçada pela pouca confiança na competência técnica dos produtores e dos comerciantes africanos.

O carácter tardio do tráfico negroiro depende por isso de uma certa impotência do próprio aparelho político e económico português, que depende da organização dos Outros que reconhece, descobre, subconquista e submete. Se bem que se regista, convém salientá-lo, uma grande diferença entre Angola e Moçambique, pois na primeira o sistema comercial funcionou, após a abolição da escravatura, graças à produção dos africanos, como de resto foram amplamente dito e demonstrado pelo último governador-geral da monarquia, o então capitão Henrique de Paiva Couceiro. Não poder contar com essa produção africana travou a própria evolução dos núcleos portugueses, que não sendo formados por “produtores”, apostavam apenas no comércio, que podia incluir ou não os próprios homens.

Entre as várias lições explícitas ou subjacentes neste trabalho de José Capela, convém pôr em evidência a pouca flexibilidade da organização portuguesa, para quem o comércio deriva na maior parte dos casos da própria intervenção militar ou armada. Semelhante opção, que encontrou um esforço na lógica da operações indianas, onde era impossível separar as escolhas comerciais das opções militares marcadas pelo espírito sacrificial da missão religiosa dos católicos, só podia impedir a revisão das condições de

produção africanas, mesmo na Zambézia, onde apesar de tudo a agricultura procurou organizar-se para a produção industrial destinada à exportação.

É evidente que esta longa análise diz essencialmente respeito a uma estrutura portuguesa, que contudo não pode ser separada das escolhas e dos percursos europeus, entre os quais avulta a forte presença de britânicos e de franceses. Serve também, embora menos directamente, a história dos africanos, apanhados na engrenagem cruel da escravatura, quer ela fosse inicialmente árabe ou suahili. O mais significativo reside na terrível estrutura lógica da escravatura e do tráfico negreiro, que funciona quase auto-alimentada por sistemas ideológicos e por condições práticas. Pensar o Outro corresponde a reconhecer-lhe ou negar-lhe a sua essência.

Permito-me por isso pensar que este trabalho de José Capela que não podemos separar da massa impressionante de páginas e de ideias que nos propõe terá a descendência que merece.

Notas / Recensões

Martin Lienhard, *O Mar e o Mato. Histórias da Escravidão (Congo-Angola, Brasil, Caribe)*, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos Afro-Orientais (EDUFBA / CEAU) 1998

José Carlos Venâncio *

O livro de Martin Lienhard consta de três ensaios dedicados à situação de escravidão a que o homem negro, a partir do séc. XV, foi submetido nos dois lados do Atlântico por iniciativa e proveito de comerciantes e empresários europeus, que, enquanto tal, agiam no quadro da conjuntura capitalista que então dava os primeiros passos. Lienhardt centra-se na experiência ibérica. No primeiro ensaio/capítulo, intitulado “Mambo. Cantigas rituais dos ‘congós’ cubanos e a história da escravidão”, atende ao significado das cantigas rituais dos “paleros”, adeptos da religião afro-cubana que dá pelo nome de “palo-monte”, expressão cuja tradução portuguesa será, fazendo *jus* ao título do livro, pau do mato. O segundo ensaio analisa a comunicação experimentada pelos portugueses e pelos potentados do Congo e Ngola nos primeiros tempos da conquista portuguesa de Angola. Centra-se fundamentalmente na documentação portuguesa, quer em Cadornega [cronista do século XVII, autor da *História Geral das Guerras Angolanas* (1681), Lisboa: Agência-Geral do Ultramar [1ª ed. 1940-42] 1972], quer em Fernão de Sousa, governador de Angola entre 1624 e 1630, cuja documentação foi recolhida (e transcrita com a colaboração de Maria Adélia de Carvalho Mendes) por Beatrix Heintze (1985/1988). O terceiro ensaio volta a incidir sobre a experiência americana, desta feita brasileira e porto-riquenha, relatando e analisando nomeadamente a insurreição de Manuel Congo na Paraíba, em 1838, e a suspeição,

* Universidade da Beira Interior / CEAUP

em 1826, por parte de escravistas, de uma fuga de escravos da província de Bayamón (Porto Rico) para São Domingos, com o intuito provável de se refugiarem no Haiti (a parte francesa da ilha Espanhola), onde um conjunto de revolucionários negros tinha levado, três décadas antes, o país à independência.

O propósito de Lienhardt é fazer uma arqueologia da memória escrava nos dois lados do Atlântico, centrando-se, para o efeito, no “discurso” dos próprios, tal como ele é expresso “nas cantigas dos *paleros cubanos*” (1º ensaio), no “diálogo luso-africano” (2º ensaio) e no que “subjaz às fugas ou o aquilombamento dos escravos no Brasil (...) e no Caribe” (3º ensaio). Trata-se de três ensaios com uma orientação metodológica própria da etno-história, entendendo-a o seu autor como “a história dos grupos ou setores marginalizados pelos sistemas coloniais, neocoloniais ou pós-coloniais” (p.16). Baseia-se, para o efeito, numa etnicidade que traduz “uma tradição ainda viva ou reinventada”, como a que é, na verdade, experienciada pelos inúmeros movimentos sociais e culturais que emergiram, quer em África, quer no Novo Mundo, desde o início da exploração colonial dos dois continentes.

Não se trata propriamente de um tema novo. Bem pelo contrário. Inúmeros têm sido os estudos e as abordagens à “condição negra” nos dois continentes. No que diz respeito, por exemplo, ao Brasil, lembremo-nos dos estudos de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Roger Bastide, entre outros. Mais recentemente Carlos Vogt e Peter Fry, dois académicos brasileiros, publicaram o resultado de um projecto que desenvolveram junto de uma comunidade predominantemente negra, Cafundó, um bairro rural do município de Salto de Pirapora, situado a 12 quilómetros da respectiva cidade e a cerca de 150 da cidade de São Paulo. O livro tem por título *Cafundó. A África no Brasil. Linguagem e sociedade* (Editora da UNICAMP / Companhia das Letras 1996). Tal como o livro de Martin Lienhard, os seus autores procedem a uma análise interdisciplinar, contemplando, de forma integrada e entre si explicativos, aspectos sociais e da linguagem.

O livro de Martin Lienhard apresenta uma diferença em relação à tendência dominante na tradição de estudos sobre o mundo negro nas Américas, que é a de situar o seu esforço analítico não só nesse espaço social, como também em África, facto que acaba por se traduzir positivamente nos resultados a que chega. Esta pressuposta vantagem não me parece que seja dissipada com algumas fragilida-

des e falhas que o livro não deixa de apresentar. Tenho como fragilidade, reconhecida aliás pelo autor, o facto de se chegar, afinal, à fala da rainha Nzinga pela mão de um governador português que, enquanto tal e enquanto homem europeu do seu tempo, não deixou de transmitir sentimentos e idiossincrasia próprios. Talvez importasse, na busca de uma maior objectividade, um tratamento hermenêutico mais aturado da referida documentação. As “pedras” da rainha Nzinga (p.74) não me parece, por sua vez, que possam ser consideradas – mesmo que em termos simbólicos – como uma “floresta de pedras”, epíteto que permitiria ao autor manter como *Leitmotiv* do livro a dualidade “mar e mato”, espaços decisivos na cosmologia do homem negro, quer em África, quer nas Américas. As pedras em referência são as de Pungo-a-Ndongo, junto à cidade de Malanje, inexpugnáveis pela sua grandeza, entendidas, na verdade, como o centro mítico do Reino do Ndongo.

Estas interrogações não desvalorizam o livro de Martin Lienhard, que pela seriedade analítica e pela fluência da linguagem constitui um importante suporte, em termos teóricos e factuais, para um melhor conhecimento da diáspora africana em contexto ibérico, uma área de estudos pouco trabalhada no universo académico português.

Referência bibliográfica:

HEINTZE, Beatrix, 1985/1988, *Fontes para a História de Angola do século XVII*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden (2 vols.)

Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, 523 páginas, ilustrações.

João Pedro Marques *

O primeiro capítulo de *O Trato dos Viventes* é uma versão revista de um artigo já publicado em 1991¹ e no qual Alencastro procura explicar como Portugal estabeleceu o seu domínio económico e político no Atlântico Sul: para fazer com que “os rios coloniais corre(ss)em para o mar metropolitano” (p. 22), a Coroa, escurada na Igreja, terá restringido as prerrogativas inicialmente concedidas aos povoadores de um e de outro lado do Atlântico, impondo, a partir de 1580, um regime de exclusivo; em paralelo, foi criando um sistema baseado na pilhagem dos povos africanos e na agricultura escravista americana, gerando um espaço económico e social bipolar que cerziu Angola ao Brasil. O autor defende que o tráfico de escravos foi o elemento decisivo do domínio português, e por várias razões: em primeiro lugar porque alimentou generosamente o Erário através dos impostos lançados sobre os escravos; depois, porque, no Brasil, a chegada dos africanos “libertou” o índio da inevitabilidade da escravidão, permitindo amainar o conflito nascido a esse respeito entre colonos e jesuítas; em terceiro lugar porque, com a escassez de numerário, os negreiros vendiam a escravaria a crédito, aceitando pagamentos em géneros, o que permitiu controlar a comercialização da produção agrícola colonial, nomeadamente a do açúcar. Por estes e outros motivos o tráfico foi o ele-

* Instituto de Investigação Científica Tropical

¹ Luiz Felipe de Alencastro, “The apprenticeship of colonization”, in Barbara Solow (ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge University Press, Cambridge, 1991, pp. 151-176.

mento que melhor permitiu a “colonização dos colonos”, isto é, a sua captura na malha metropolitana. Em consequência, moldou o conjunto da economia, da sociedade e da política brasileiras, enquanto que, em África, constituiu-se em alavanca para a pilhagem de toda uma região. Através dele operou-se a complementaridade entre Angola e Brasil o que afastou a possibilidade de um desenvolvimento divergente e, mais ainda, concorrencial, entre os dois territórios tropicais portugueses.

Este primeiro capítulo constitui como que uma síntese e um programa. De facto, o resto do livro revolve-se, de permeio com outros aspectos da história do eixo Brasil-Angola, em torno daquilo que ficou enunciado nas páginas iniciais e, sobretudo, em redor daquilo que Alencastro designa por política de rapina dos portugueses em Angola. Nesse sentido cada um dos capítulos seguintes pode ser visto como uma variação sobre um mesmo pano de fundo e aquilo que melhor os diferencia é, antes do mais, a tónica. É a particular insistência num ou noutro aspecto da problemática já resumida que confere a cada um deles uma tonalidade particular.

Assim, o capítulo 2 incide mais particularmente nos primeiros momentos do comércio negreiro desde as capturas iniciais no litoral saariano até aos seus desenvolvimentos em São Tomé – o primeiro laboratório do escravismo tropical –, no reino do Congo e em Angola, uma região onde a “imbricação da pilhagem directa com o comércio ultramarino atinge uma intensidade sem paralelo” (p. 76). O capítulo 3 acentua o papel de Lisboa como centro nevrálgico negreiro, sobretudo a partir de finais do século XVI, altura em que grandes negociantes portugueses arremataram os contratos (ou *asientos*) para fornecimento de escravos à América Espanhola. Alencastro chama a atenção para o facto de alguns dos *asientistas* terem acumulado com a posição de contratadores do tráfico de Angola e, até, com a de governadores da possessão, como sucedeu com João Rodrigues Coutinho, irmão do mais famoso Manuel de Sousa Coutinho (frei Luís de Sousa), ambos envolvidos – se bem que em diferente grau – no negócio da escravatura. Gente que muitas vezes operava contra ordens expressas da metrópole e que estimulava a guerra de rapina em benefício próprio. Porque os *asientos* equivaliam ao abastecimento de escravos às Índias de Castela e forneciam a ocasião para contrabandear manufacturas europeias por prata e outras produções coloniais espanholas, converteram-se num óptimo negócio. Terá faltado a Alencastro sublinhar que, por insti-

tuírem um regime de monopólio no fornecimento de braços, os *asientos* também permitiam manipular a oferta e, por isso, continuaram a ser um excelente negócio nos séculos XVII e XVIII. Os *asientistas* raramente forneceram o número de escravos a que se tinham obrigado por contrato, forjando uma carência de mão-de-obra que lhes permitia inflacionar o preço de venda². No capítulo 4 estão, sobretudo, em causa as formas de relação com o índio brasileiro. Aí, para além de se analisarem os efeitos do impacto bacteriológico nas populações ameríndias, explicam-se as circunstâncias do trabalho compulsivo e a forma como os índios foram fixados nas imediações das plantações, para servirem de anteparo aos ataques das tribos não pacificadas e para dificultarem a fuga dos escravos da área dos engenhos. O capítulo 5 descreve o modo como a doutrina religiosa se moldou às realidades ultramarinas e analisa, de forma muito bem conseguida, o papel desempenhado pelos membros do clero (sobretudo os jesuítas) como legitimadores ideológicos e, também, beneficiários do sistema escravista. O capítulo 6 estuda como, com as dificuldades ligadas à guerra e ocupação holandesas, os brasileiros recuperaram e ampliaram a escravização dos índios antes de tomarem o negócio transatlântico em mãos. A partir de então – e é esse o tema do capítulo 7 – o Rio de Janeiro tornou-se a capital negreira do mundo e o Brasil, que tinha assumido o esforço de reconquista de Luanda aos holandeses, foi contornando a metrópole no negócio dos escravos.

Ou seja, *O Trato dos Viventes* é uma história do eixo Brasil-Angola nos séculos XVI e XVII que se vai construindo por sucessivo desdobramento de um capítulo inicial onde a problemática ficara já enunciada e sintetizada. O livro assenta numa boa análise e é servido por uma narrativa viva, extremamente colorida. Para além disso, presenteia o leitor com um entrançado de ideias muito estimulantes e uma apreciável riqueza informativa. Todavia, porque a narrativa não segue, a não ser vagamente, uma ordem cronológica, e, também, porque há um frequente regressar aos mesmos episódios, personagens e problemáticas, a obra transmite aqui e além a

² Para os *asientos* nos séculos XVII e XVIII ver Johannes Postma, "The dutch and the asiento slave trade; African slaves to the Spanish American colonies, 1662-1715", in Serge Daget (ed.), *De la traite a l'esclavage*, Tome I. C.R.H.M.A./Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, Nantes, 1988, p. 299; e David Murray, *Odious Commerce: Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*, Cambridge, Cambridge University Press, Cambridge, 1980.

ideia de andar em círculo. Talvez ficasse a ganhar com uma arrumação mais estanque dos assuntos.

De toda a forma, a tese central permanece perfeitamente clara: a exploração do Atlântico Sul gizada pela Coroa a partir de Quinhentos criou uma complementaridade que amarrou de forma parasitária uma margem do oceano à outra: “a destruição constante de Angola apresenta-se como a contrapartida da construção contínua do Brasil” (p. 325). E esse amarrar, essa construção de uma estrutura colonial complementar e não-concorrencial foi, em última instância, “determinada pelo capitalismo comercial” (p. 34). Alencastro faz notar que, em Portugal, muita gente acreditava que a África poderia ser um outro e, até, um mais fértil Brasil. E que, de acordo com essa convicção, durante algumas décadas foram dadas instruções aos governadores de Angola para estimularem a produção algodoeira e açucareira, concedendo-se aos povoadores locais os mesmos privilégios de que os brasileiros usufruíam. Contudo, a partir de meados do século XVII essa política foi abandonada porque, “no fundo, o povoamento colonial da África não estava na pauta” e porque “nenhum dos actores sociais intervindo na região propugnava o envolvimento cultural e a ocupação do espaço angolano” (p. 330). Angola tinha mão-de-obra, é certo, mas a cana-de-açúcar era de má qualidade e, sobretudo, não podia escoar a produção agrícola pois não existia uma navegação que a ligasse directamente à metrópole: “dadas as rotas comerciais da região, com pouco transporte directo para Lisboa e muito trato negreiro com a América portuguesa, o algodão e o açúcar eventualmente produzidos em Angola deveriam fazer escala nos portos brasileiros antes de seguir para Portugal. O frete do ziguezague no oceano levaria os produtos angolanos a chegar a Lisboa com um preço mais elevado que o dos seus similares brasileiros e inviabilizaria a empreitada” (p. 35). Fracassadas as tentativas de produzir algodão e açúcar em condições concorrenciais e lucrativas, Angola especializou-se, portanto, na produção de escravos e, acessoriamente, as fazendas dos plantadores locais ficaram confinadas a uma economia regional, produzindo para os nativos e os navios negreiros.

Em suma, Alencastro apresenta a complementaridade do eixo Brasil-Angola como se ela tivesse decorrido sobretudo de uma escolha ditada pelos interesses do capitalismo mercantil. Ora esta perspectiva suscita algumas objecções. Começemos por notar que o argumento puramente económico da ausência de transportes direc-

tos com Lisboa não é convincente. Da mesma forma que em 1500 não havia navegação para o Brasil e depois passou a haver, também Angola, desde que produtiva, geraria necessariamente fluxos de navegação até então inexistentes (como, aliás, se verificou no século XIX). Assinale-se, em segundo lugar, que, ao contrário do que Alencastro afirma, Portugal nunca abdicou definitivamente do desenvolvimento da agricultura angolana. Após alguns hiatos e períodos de desânimo, os sonhos de um continente negro próspero prosseguiram e continuaram a aflorar na correspondência e na acção de governadores coloniais Setecentistas e Oitocentistas, de homens como Sousa Coutinho ou D. Miguel António de Melo. Mas os seus esforços foram baldados, tal como haviam sido os dos seus antecessores e viriam a ser os de muitos que lhes sucederam. É verdade que muitos portugueses acreditavam que a África podia ser um manancial de riqueza. Mas sabiam também, e desde o início, que, na omnipresença das “febres” e no estado de desenvolvimento da medicina da época, essa região não era colonizável. Como já dizia João de Barros em meados do século XVI, “parece que por nossos pecados, ou por algum juízo de Deus oculto a nós, nas entradas desta grande Etiópia que nós navegamos, pôs um Anjo percuciente com uma espada de fogo de mortais febres, que nos impede não poder penetrar ao interior das fontes deste horto de que procedem estes rios de ouro que por tantas partes da nossa conquista saem ao mar”³. Ora, ainda que não ignore este quadro epidemiológico tropical, Alencastro não parece valorizá-lo suficientemente, tal como não terá valorizado suficientemente a consciência que os portugueses tinham dele. Daí que classifique a política portuguesa em Angola como uma “política minimalista de domínio” (p. 330), deixando subentendido que poderia ter havido uma outra posição e, eventualmente, até uma política “maximalista”. O que, nas condições sanitárias e políticas concretas então existentes, remete para o reino da fantasia. Mesmo no século XIX, após a perda da colónia brasileira, o fim do tráfico e a vulgarização do uso do quinine, foram necessárias décadas de esforço e de desaire para que o Portugal Oitocentista começasse a criar um *Novo Brasil* em África.

A exportação de africanos para o Brasil resultou não tanto de um determinismo económico, da “invisible hand” do capitalismo mercantil, mas de um feixe de condicionalismos e de escolhas prag-

³ *Da Ásia*, Década I^a, Livro III, Cap. 12.

máticas feitas tanto na Europa e na América como, também, em África. Esta última instância decisória passa discretamente pelo livro de Alencastro o que é pena, sobretudo quanto estamos perante um autor que faz várias digressões pela história mundial, que aborda com surpreendente à vontade inúmeros problemas, épocas, contextos, e que conhece e manobra bem a bibliografia específica (desse ponto de vista também o seu livro é muito rico e bem fundamentado). Apesar disso, não sentiu necessidade de enquadrar melhor as vertentes e dimensões africanas daquilo que designa por “trato de viventes”. Diz-nos, de passagem, que o Manicongo pretendia o monopólio do tráfico, ou que os Jagas colaboravam estreitamente com os portugueses na caça ao escravo. Mas não discorre sobre a natureza e a lógica desses comportamentos nem se alarga sobre os ganhos económicos, políticos e sociais que possibilitavam. Por outras palavras, falta no livro de Alencastro algo de semelhante ao que Miller fez na sua obra sobre o tráfico em Angola e que permite iluminar os dois lados da relação comercial euro-africana⁴. E essa lacuna tem a sua importância pois retira ao leitor a possibilidade de avaliar a predisposição das sociedades africanas para o comércio de homens, impossibilitando-o de perceber a trajectória e amplitude da transformação das instituições escravistas locais sob o impacto daquilo que classifica como a política de rapina dos portugueses.

Algo de semelhante se passa com a forma como valoriza negativamente o silêncio das fontes portuguesas a respeito das condições que os escravos enfrentavam na travessia do Atlântico. Quando sublinha que “alguns milhares de funcionários régios, comerciantes, colonos e padres, viajando da África ao Brasil (...) viram e ouviram o martírio dos deportados muito de perto” e que, “não obstante, as referências directas sobre as travessias seiscentistas contam-se pela palma de uma só mão” (p. 85) Alencastro está a sugerir uma peculiar insensibilidade portuguesa face aos horrores do tráfico. E é possível que nem sequer esteja errado. O trabalho que eu próprio desenvolvi sobre a forma como os portugueses encaravam o comércio negreiro na Era do Abolicionismo parece ir no mesmo sentido⁵.

⁴ Joseph C. Miller, *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. The University of Wisconsin Press, Madison, 1988.

⁵ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1999, cap. 6.

De toda a forma sugestões deste género só adquirem valor probatório se forem contextualizadas. No caso em apreço, seria preciso que Alencastro nos mostrasse em que é que o comportamento “insensível” dos portugueses a respeito das condições a bordo dos navios negreiros diferia do de outros europeus de Seiscentos o que, infelizmente, não foi feito.

Assinale-se, aliás, que há em *O Trato dos Viventes* uma propensão para penalizar os portugueses – ou, então, o capitalismo mercantil de que os portugueses eram, à época, os testas de ferro. Mas, antes de reagirem emotivamente a esta aparente sanha anti-portuguesa, os leitores deverão ter em consideração que o livro se insere numa velha tradição que remete para José Bonifácio de Andrade e Silva, Joaquim Nabuco e muitos outros vultos nacionais brasileiros, e que tende a demonizar os portugueses, responsabilizando-os não apenas pelo tráfico e escravidão dos negros mas também pelo facto de terem amarrado o Brasil a uma evolução histórica inteiramente dependente da mão-de-obra escrava africana. Expurgado desses exageros nacionalistas o livro de Alencastro é um importante contributo para a historiografia do Atlântico Sul.

Uma nota final sobre o rigor historiográfico: numa futura reedição da obra, seria imprescindível que o autor pudesse completar e corrigir certas irregularidades nas suas referências bibliográficas e documentais. Efectivamente, várias dessas referências estão mal situadas, ou porque estão incompletas (faltando-lhes, por exemplo, a indicação das páginas) ou porque os documentos citados não se encontram na localização indicada ou não sustentam as afirmações avançadas pelo autor.

**Alberto da Costa e Silva, *A MANILHA E O LIBAMBO.*
A África e a escravidão, de 1500 a 1700**

José Capela

Depois de *A Enxada e a Lança – A África antes dos Portugueses*¹ Alberto da Costa e Silva acaba de publicar *A Manilha e o Libambo – A África e a Escravidão, de 1500 a 1700*. O primeiro com 810 e o segundo com 1071 páginas. Duas obras de fôlego que percorrem a história da África subsaariana nos períodos e nos desenvolvimentos em que ela mais tem a ver com a interferência dos portugueses. A dimensão ciclópica do tempo, do espaço e dos povos contemplados reflectem-se na dimensão física das obras, observação que, em si mesma não implica qualquer tipo de valoração mas facto que traduz o espírito e a capacidade do autor, atento simultaneamente à envergadura dos problemas postos e à minúcia das circunstâncias e dos significantes susceptíveis de os explicarem. Além do mais, a leitura destas obras transforma-se em exercício de perspicácia acompanhando o autor na invocação das mais variadas causas conhecidas ou meramente prováveis dos acontecimentos. A primeira das duas obras enumeradas começa na pré-história do continente africano e termina em 1500. Tratamos aqui da segunda que, de alguma maneira, pretende ser continuação da primeira, conforme explicita o autor: «[...] um esboço de história da África subsaariana, entre 1500 e 1700, com ênfase na escravidão e no comércio de escravos. Como *A enxada e a lança* a que dá sequência [...]».

Prevalendo-se de uma biografia exaustiva, o autor aborda as diversas formas estudadas de escravidão: sistemas tradicionais de

¹ 1ª edição, 1992. 2ª. Edição, revista e ampliada, 1996, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. Alberto Costa e Silva

cativeiro, o escravismo colonial e os vários tipos de tráfico que os alimentaram e de que viveram. Dir-se-ia que sob formas as mais diversas a escravidão foi uma constante na generalidade dos povos considerados. Ao tratá-las o autor não deixa de prolongar a sua análise até às consequências que a escravização e o tráfico tiveram nos seus promotores externos. Em particular a subversão que o tráfico colonial moderno provocou em valores e propósitos, condicionando o restante comércio, induzindo novas e trágicas políticas e contribuindo substancialmente para a globalização capitalista.

Das muitas reflexões a que Costa e Silva recorre como propostas de solução para os problemas postos recolho uma que se me afigura prevalecer-se do lugar comum segundo o qual a escravidão implica necessariamente rejeição afectiva, violência física, exploração material da parte do senhor. Recorrendo a Karl Jacoby (para quem a domesticação de animais durante o Neolítico terá levado à escravização de seres humanos) Costa e Silva inverte os termos da equação: não terá sido a experiência de escravizar homens que terá sido aplicada à domesticação de animais? Tanto mais que povos houve que praticaram a escravidão sem terem domesticado animais. A questão, tal como é colocada, pareceria insinuar (se tal não fosse desmentido em outras passagens) que estava posta de parte a modalidade de escravização que comprovadamente terá sido a mais constante ao longo da história da instituição em muitas partes de África, dias de hoje incluídos: a escravatura que há quem designe por simbiótica. Aquela que é suposto ser de interesse de ambas as partes, senhor e escravo, como tal acordada, muitas vezes sujeita a contrato formalizado, outras tantas sacralizada com ritual apropriado. Tipo de escravidão frequente nas civilizações antigas, os europeus foram encontrá-lo em África e europeus e africanos adoptaram-no conjuntamente e tranquilamente. Neste caso o europeu prevalecendo-se sempre do estatuto senhorial. Para o período que a obra se propõe abarcar esta era a modalidade de cativeiro mais comum em algumas partes de África como averiguadamente era o caso em grande parte do território que compõe o Moçambique actual. Como refere o autor para os Cheuas da Macanga.

É claro que se admitimos que o escravizado, muitas vezes não é utilizado como força de trabalho, outras tantas desempenha funções nobres e acaba por ser totalmente inserido na sociedade que o apropria – nestas circunstâncias pode continuar a falar-se de escravo? Como facilmente se compreende, trata-se de uma falsa questão. A

verdadeira questão não reside nos acidentes que acompanham o percurso do indivíduo capturado por outrem. Residem, isso sim, naquilo que é essencial à sua qualidade de pessoa humana inapropriável. Embora lhe não seja totalmente subtraído o livre arbítrio passa à condição de semovente transacionável e hereditário. Como, aliás, acentua o autor quando trata da definição de escravidão: «Em primeiro lugar, o escravo é propriedade do amo».

Onde se afigura especialmente percutente a análise de Costa e Silva é em quanto respeita ao impacto que a escravidão exerceu nas sociedades africanas após os portugueses terem implantado o tráfico transatlântico. Como «rapidamente passaram de compradores de escravos a intermediários de um comércio intra africano de mão-de-obra». Cumulativamente como transformaram o escravo em meio de troca quando este passou a ser a mercadoria mais apreciada para obter o ouro da Mina. As fortalezas e feitorias ao longo da costa constituíram entrepostos tão importantes para o comércio de cabotagem como para o tráfico transatlântico.

Costa e Silva presenteia-nos com não poucos pontos de vista muito próprios se não revestidos de ineditismo que nem sempre se limita à formalidade. A apresentação de lances e acontecimentos é sempre enriquecida com a envolvimento física e mental que lhe empresta (à apresentação) uma ilusão fílmica. Os agentes dos «descobrimientos» assim como os povos «descobertos» são confrontados com as mentalidades e morfologias respectivas de onde ressalta não somente o pícaro aos olhos de hoje como se nos sugere o tipo de identificação mútua por ocasião desse primeiro encontro. Não invoca nenhuma autoridade. Afirma. Quanto a mim afirma bem: «E como cheiravam mal os que desciam dos escaleres para a praia! O branco fedia a defunto – e fedia carne podre até hoje. Naquela época, quando só raramente se banhavam – e quase nunca nos barcos – o mau odor dos portugueses devia ser acentuado pelas roupas pesadas, que, nos marinheiros e soldados, não se trocavam desde o início da viagem. As condições higiénicas nos navios eram mais do que precárias: os seus cascos tresandavam a urina, fezes, inhaca, ratos mortos e comida estragada, e seus tripulantes vinham cheios de pulgas e piolhos».

Também contra a corrente segundo a qual o comércio entre europeus e africanos não passava de embuste em que os primeiros se limitavam a impingir aos segundos quinquilharias inúteis, o autor afirma claramente que «quando um negociante africano dava

almiscar por búzios ou por contas de vidro, não estava a ser enganado; obtinha o produto que queria».

Não se trata de recurso gratuito ao picaresco. É uma aposta criteriosa de análise aplicada a factos históricos que muito pode contribuir para limpar a historiografia subordinada ao consagrado paradigma epopeico. Critério que permite e impõe a justa ênfase atribuída à apresentação de bens materiais, também meios de troca, de produção africana, como é caso de metais e tecidos.

No que respeita à conversão do Congo ao Cristianismo somos postos face a conjecturas que se afiguram deveras estimulantes. Porque de conjecturas se trata é de salientar a proposta de um eventual paralelo entre o que se passou no Congo e o que aconteceu com as conversões dos povos ao cristianismo ao longo dos séculos. De notável perspicácia e, naturalmente, revelador do conhecimento da cultura e da idiossincrasia bantas é a evidência emprestada à adequação entre as crenças tradicionais bantas e as crenças cristãs. A missão que sucedeu àquela que foi levada até à África pelos portugueses confirmá-lo-ia cabalmente.

Parece-nos indispensável salientar o facto de esta obra se não limitar, mais em sua representação do que em seu tema, à exclusividade da escravidão em África. O habitual é tratar-se a escravidão como um acontecimento, uma instituição, um sistema a cuja importância no desenvolvimento da história se dá maior ou menor relevo. Um factor entre muitos. Mas não é habitual e é talvez inédito que se faça a historiografia de África tomando a escravidão como charneira da sua história. O autor não erigiu em tese o estatuto de charneira da história de África atribuído à escravidão. Fá-lo-íamos nós ao lê-lo porventura com as distorções que os entusiasmos sempre provocam. Também não seria preciso afirmá-lo expressamente quando a evidência ao longo do texto se nos impõe de forma irrecusável.

A envergadura física do tratado é compensada por uma escrita em que o autor nos devolve um português simultaneamente e classicamente terso e colorido. Que a historiografia se pode valer do humor e rechaçar o fastídeo, fica aqui provado, se tanto é necessário. Quando descreve o autor é panorâmico, quando sintetiza – «A verdadeira competição dava-se entre o camelo e a caravela» – é decisivo.

Resumos / Résumés / Abstracts

O IMPÉRIO ESCRAVISTA

José Capela

Resumo: A captura de escravos foi uma das primeiras e decisivas motivações das descobertas. A escravocracia enquanto sistema integrador da colonização, a escravatura como factor de produção e o recurso à mão-de-obra compelida constituíram a charneira do império colonial. Se estes foram meios essenciais para a construção do Império, escravista é a mais adequada caracterização que lhe cabe.

Palavras-chave: Império; Colonização; Escravatura

Abstract: The seizure of slaves was one of the early and crucial motivations for the Discoveries Age. Slaveocracy as an integrating system of colonization, slavery as a way of production and the availability of forced labour were the nucleus of the Portuguese colonial empire. If these were the essential means for the building of the Empire, slaveocrat is the proper name for it.

Key-words: Empire; Colonization; Slavery

**UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA
DA ESCRAVATURA NO BENIM:
o livro de armação do navio São João (1526)**

António Almeida Mendes

Resumo: O presente artigo é relativo às modalidades do tráfico negreiro no quadro geográfico do golfo do Benin, tendo por base um manuscrito do séc. XVI, o livro de bordo do navio S. João (1526), conservado nos Arquivos Nacionais de Lisboa. É um documento importante e instrutivo por várias razões. De facto, por detrás do seu carácter principalmente contabilístico, emergem as engrenagens das «trocas» perfeitamente organizadas a nível local, nas quais os portugueses e uma parte da população africana – a franja associada ao poder real – cooperam no desenrolar das transacções. Em última análise, com este documento, encontramos-nos mergulhados no quotidiano do tráfico, muito longe das ideias aceites e das numerosas teses ainda hoje defendidas

Palavras-chave: Benin; Escravatura; Livro de bordo; Tráfico

Résumé: Le présent article s'attache aux modalités de la traite négrière dans le cadre géographique du Golfe du Bénin en prenant appui sur un manuscrit du XVI^e siècle, le livre du bord du navire S. João (1526), conservé aux Archives Nationales de Lisbonne. C'est un document important et instructif pour plusieurs raisons. De fait, derrière son caractère principalement comptable, émergent les rouages d'«échanges» parfaitement organisés au niveau local, où les Portugais et une partie de la population africaine – la frange associée au pouvoir royal – participent main dans la main au bon déroulement des transactions. En définitive, avec ce document, nous nous retrouvons plongés dans le quotidien de la traite, bien loin des idées reçues et de nombres de thèses aujourd'hui encore défendues.

Mots-clés: Bénin; Esclavage; Livre de bord; Traite

A ESCRAVATURA AFRICANA VISTA DA AMÉRICA
Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em
Angola no início do século XVII

Arlindo Manuel Caldeira

Resumo: O padre jesuíta Alonso de Sandoval dedicou toda a sua vida (que passou em Cartagena de Índias, actual Colômbia) à missionação dos escravos, e, apesar da piedade que revela em relação ao sofrimento humano, nunca condenou, propriamente, a escravatura. Em 1627, publicou um grosso volume sobre o assunto: *De instauranda Aethiopum salute*, que continua a ser pouco conhecido em Portugal. No presente artigo, além de se situar historicamente o autor e a obra, recuperam-se as principais referências a Angola e ao tráfico de escravos angolanos contidas nesse livro e discute-se a sua validade como fonte histórica.

Palavras-chave: Sandoval (Alonso); Angola; tráfico de escravos; jesuítas.

Resumé: Le père jésuite Alonso de Sandoval consacre toute sa vie (qu'il vécut à Carthagène des Indes, Colombie actuelle) à l'évangélisation des esclaves, sans toutefois jamais condamner l'esclavage. En 1627, il publia un gros volume sur cette question: *De instauranda Aethiopum salute*. Dans le présent article, nous replaçons cet auteur et son oeuvre dans leur contexte historique et nous récupérons les principales références relatives à l'Angola et à la traite d'esclaves angolais contenues dans ce livre, tout en discutant la validité de l'ouvrage en tant que source historique.

Mots-clés: Sandoval (Alonso); Angola; traite des esclaves; jésuites.

A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO DE LUANDA NO PERÍODO FINAL DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS, 1781-1844

José C. Curto
Raymond R. Gervais

Resumo: Este artigo tem dois objectivos interligados. O primeiro é demonstrar, através de um número relativamente elevado de censos relacionados com Luanda entre 1781 e 1844, que é possível reconstruir a história da população de certas áreas do continente africano, anteriormente a 1900. O segundo, no caso específico de Luanda, o centro costeiro urbano mais importante de exportação de escravos para as Américas, ao longo de toda a costa ocidental africana, a história da sua população não pode ser apenas explicada por factores tais como os elevados níveis de mortalidade resultantes da seca e de doenças ou da fuga de escravos. A história da população deste porto escravagista precisa antes de ser compreendida, durante o período em consideração, no âmbito do contexto mais alargado do complexo atlântico-sul do qual era parte integrante, e, em especial, tomando em atenção o peso considerável do principal mercado de escravos de Luanda do outro lado do oceano, o Rio de Janeiro.

Palavras-chave: população; tráfico de escravos; Luanda; Rio de Janeiro

Abstract: This article has two, inter-related objectives. First, by drawing upon a relatively large number of censuses relating to Luanda between 1781 and 1844, to show that it possible to reconstruct the pre-1900 population history of certain areas of the African continent. Second, in the specific case of Luanda, the premier urban centre along the whole western coast of Africa for the export of slaves to the Americas, its population history can not be explained solely by factors such as high levels of mortality resulting

from drought and disease or slave flight. Rather, during the period under consideration, the population history of this slaving port needs to be understood within the broader context of the South Atlantic complex of which it was an integral part, especially the considerable weight of Luanda's major slave market on the opposite side of the ocean, Rio de Janeiro.

Key-words: population; slave trade; Luanda; Rio de Janeiro.

ÁFRICA NA SENZALA LATINO-AMERICANA
Utopias de escravos rebeldes:
Brasil e Cuba, década de 1830

Martin Lienhard

Resumo: Este estudo de dois levantes de escravos de plantação no Brasil e em Cuba, na década de 1830, procura desvendar, a partir de uma leitura analítica dos processos respectivos, os padrões culturais e ideológicos vigorantes nas senzalas rebeldes, com particular ênfase na recriação, pelos escravos, de práticas e atitudes de ascendência africana.

Palavras-chave: escravos; levantes; plantação; Brasil; Cuba; cultura bantu (África centro-meridional); cultura iorubá; jacobinismo

Abstract: Based on the close-reading of trial documentation, this article about two slave uprisings in a Brazilian and in a Cuban plantation, which took place in the thirties of the nineteenth century, intends to reveal the cultural and ideological universe – specially the recreation of originally African practices and attitudes - of the rebel communities.

Key-words: slaves; uprisings; plantation; Brazil; Cuba; Bantu culture (Central Africa); Yoruba culture; Jacobinism

TRÁFICO E SUPRESSÃO NO SÉCULO XIX: O CASO DO BRIGUE VELOZ

João Pedro Marques

Resumo: Este artigo estuda o caso do *Veloz*, um brigue português de Pernambuco (Brasil) capturado no rio Benin em 1837. Este episódio de supressão do tráfico de escravos, revela, a partir de dentro, o *modus operandi* das organizações de tráfico escravo que, naquela altura, eram totalmente ilegais. Para além disso, este estudo de caso ilustra os variados aspectos da conivência portuguesa com o *comércio odioso*, os métodos autocráticos de supressão utilizados pelos navios britânicos, e mesmo a atitude africana em relação ao tráfico de escravos.

Palavras-chave: tráfico de escravos; supressão; Benin.

Abstract: This paper studies the case of the *Veloz*, a Portuguese slave ship from Pernambuco (Brazil) captured on Benin River in 1837. This episode of Slave Trade suppression reveals from within the *modus operandi* of slave trade organizations that, at the time, were completely illegal. Furthermore, this case study illustrates several aspects of the Portuguese connivance in the *odious commerce*, of the high-handed suppression methods employed by British cruisers, and even of the African attitudes towards the Slave Trade.

Keywords: slave trade; suppression; Benin.

**A RENTABILIDADE DO CACAU
DE S. TOMÉ E PRINCIPE
– HIPÓTESES DE EXPLICAÇÃO**

Maciel Morais Santos

Resumo: Entre as décadas de 1880 e 1970, a agricultura do cacau em S. Tomé e Príncipe desenvolveu-se através da importação forçada de trabalhadores, cujos custos crescentes são geralmente considerados a principal causa do fim desse ciclo. Com base nos poucos dados estatísticos disponíveis, é possível adiantar a hipótese de que as variações dos custos laborais não foram determinantes na rentabilidade das plantações. Por outro lado, há também indicadores de que numa agricultura com alguma intensidade de capital – como nas « roças » que exploravam o ramo do cacau em S. Tomé – a persistência do trabalho forçado constituiu uma vantagem concorrencial.

Palavras chave: taxa de lucro; renda diferencial; escravos; cacau; S. Tomé e Príncipe

Abstract: Between the 1880's and 1970's, S. Tomé e Príncipe cocoa growing developed through the import of forced labour, whose high costs are generally seen as the major cause of the cycle's end. Based on the few available statistical data, it is possible to argue that the labour costs variations were not the main determinants of the agricultural profits. Besides, some data seem to confirm that the maintenance of slavery was a competitive advantage, at least in the intensive capital exploitations of S. Tomé.

Key words: rate of profit; differential rent; slaves; cocoa; S. Tomé e Príncipe

**A REVISÃO DA ESCRAVATURA
E DO TRÁFICO NEGREIRO EM MOÇAMBIQUE
NA OBRA DE JOSÉ CAPELA**

Isabel Castro Henriques

Resumo: Os estudos de José Capela dedicados a Moçambique, foram reforçados pela publicação deste texto, que analisa as condições de escravatura e do tráfico negreiro no oceano Índico, mas também no Atlântico, entre 1733 e 1904. O rigor da pesquisa que obrigou à consulta de arquivos de língua portuguesa, permitiu a elaboração de um documento excelente destinado a tornar-se um instrumento indispensável e um clássico da investigação tanto em Moçambique como em Portugal.

Palavras-chave: Escravatura; tráfico negreiro; Moçambique; formas de domínio; oceano Índico

Résumé: Les études de José Capela consacrées au Mozambique ont été renforcées par la publication de ce texte, qui analyse les conditions de l'esclavage et de la traite négrière dans l'océan Indien, mais aussi dans l'Atlantique, entre 1733 et 1904. La rigueur de la recherche qui a imposé la consultation des archives de langue portugaise, permet de bâtir un document excellent destiné à devenir un outil indispensable et un classique de la recherche tant au Mozambique comme au Portugal.

Mots-clefs: Esclavage; traite négrière; Mozambique, formes de domination; océan Indien.

NORMAS PARA OS COLABORADORES DA *AFRICANA STUDIA*

Apresentação de originais:

1. Os artigos enviados à *Africana Studia* serão submetidos ao Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar conveniente.
2. Os textos em português, em francês ou em inglês serão enviados em duplicado ao secretariado do CEAUP, dactilografados em páginas A4, a espaço e meio, acompanhados de uma disquete com o ficheiro de texto em Word for Windows (versão 95, 97 ou 2000).
3. O limite máximo da dimensão dos artigos será de 25 págs., incluindo quadros, gráficos, figuras, notas e bibliografia.
4. Cada artigo, será acompanhado de um resumo com o máximo de 10 linhas, apresentado em português, francês e inglês, e das palavras –chave nucleares (mots-clefs / key words).
5. Todas as citações devem seguir-se do sobrenome do autor, em maiúsculas, e ano de publicação (e número de página, se for o caso), entre parênteses.
6. As referências bibliográficas devem vir no final do texto, numeradas e em ordem alfabética a partir do sobrenome do autor, com espaço simples entre linhas e espaço duplo entre si. Títulos de livros e periódicos devem vir em itálico.
7. A *Africana Studia* reserva-se o direito de alterar os originais com o fim de condicioná-los a essas e outras normas do seu padrão editorial.
8. Os autores terão direito a 2 exemplares e 25 separatas da *Africana Studia*.
9. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos seus autores.

